

ISSN 0102-700-X

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 30 • NÚMERO • 02 • JUL/DEZ • 2017



ESTADO NOVO, 80 ANOS
ARQUIVOS E HISTÓRIAS



ARQUIVO NACIONAL

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Arquivo Nacional

ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

© 2017 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (21) 2179-1341
E-mail: revista.acervo@an.gov.br
Site: revista.arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista *Acervo*, periódico técnico-científico do Arquivo Nacional, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, privilegiando uma abordagem arquivística e histórica. A *Acervo* publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos, documentos, entrevistas e resenhas. Sua periodicidade é semestral.

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Torquato Jardim

Diretora Geral do Arquivo Nacional

Carolina Chaves de Azevedo

Coordenador Geral de Acesso e Difusão Documental

Marcos André Rodrigues de Carvalho

Coordenador de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Editores do Dossiê

Orlando de Barros

Thiago Cavaliere Mourelle

Equipe do Arquivo Nacional

Comissão Editorial

Adriana Cox Hollós, Diego Barbosa da Silva, Eliezer Pires da Silva, Maria do Carmo Teixeira Rainho e Thiago Cavaliere Mourelle (presidente)

Editora Executiva

Simone Nascimento Mourão

Edição de Texto e Revisão

José Claudio Mattar, Maria Cristina Martins

Projeto Gráfico

Judith Vieira e Alzira Reis

Diagramação

Carlos Frederico C. Bittencourt Silva, Tânia C. Bittencourt

Capa

Tânia C. Bittencourt

Conselho Editorial

Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal / Ana Maria Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Angela de Castro Gomes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Beatriz Galloti Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil / Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil / Caio Cesar Boschi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Celia Maria Leite Costa, Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Francisco José Calazans Falcon, Universidade Salgado Oliveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Georgete Medleg Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil / Heloísa Liberalli Bellotto, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Ilmar Rohloff de Mattos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ines Nercesian, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina / Ismênia de Lima Martins, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / James Green, Brown University, Providence, Estados Unidos da América / José Bernal Rivas Fernández, Universidade da Costa Rica, São José, Costa Rica / Luciana Duranti, Universidade British Columbia, Vancouver, Canadá / Luciana Quillet Heymann, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Luís Reis Torgal, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal / Marcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Margarida de Souza Neves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Maria Cândida Drummond Mendes Barros, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil / Maria Efigênia Lage de Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil / Mercedes de Vega, Archivo General de la Nación, cidade do México, México / Michael Cook, Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido / Norma Cortês Gouveia de Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Patrícia Sposito Mechi, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil / Paulo Knauss de Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Rosa Inês de Novais Cordeiro, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil / Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sites acadêmicos

- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (Clase)
- Diretório de Revistas do SEER-IBICT (seer.ibict.br)
- Directory of Open Access Journals - DOAJ (doaj.org)
- Google Scholar (<http://scholar.google.com.br>)
- Latindex (www.latindex.unam.mx)
- Open Academic Journals Index-OAJI (oaji.net)

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. –
v. 30 n. 2 (JUL./DEZ. 2017) – RIO DE JANEIRO:
ARQUIVO NACIONAL, 2017.
v. 30; 24 cm

SÊMESTRAL
CADA NÚMERO POSSUI UM TEMA DISTINTO
ISSN 0102-700-X

1. ESTADO NOVO, 80 ANOS - ARQUIVOS E HISTÓRIAS
I. ARQUIVO NACIONAL

CDD 981

SUMÁRIO

EDITORIAL	6
APRESENTAÇÃO	7
ENTREVISTA COM MARIA HELENA CAPELATO	
AN INTERVIEW WITH MARIA HELENA CAPELATO	11
DOSSIÊ TEMÁTICO	
<i>Compromisso among Vargas, Góis Monteiro, Dutra and the establishment of the Estado Novo</i> Compromisso entre Vargas, Góis Monteiro, Dutra e o estabelecimento do Estado Novo Frank D. McCann	19
Populism during the Estado Novo Populismo durante o Estado Novo Michael L. Conniff	36
Saia justa, salto sete O Estado Novo comemora os 50 anos da República Skirt-fair, jump seven Estado novo celebrates the 50th anniversary of the Republic Angela de Castro Gomes	49

O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados História e construção de memória The Estado Novo and restrictions on refugee admission History and memory constructs Fábio Koifman	71
Brasil, 1942 Estado e sociedade contra o Reich Brazil, 1942 The State and the society against Reich Jorge Ferreira	89
“O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas” Censura e perseguição a jornalistas estrangeiros no governo Vargas (1930-1945) “The wolf, even with the cloak of a monk, is still lurking in the sheep” Censorship and persecution of foreign journalists under the Vargas government (1930-1945) Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins	110
Legislação penal e repressão política no Estado Novo Uma análise a partir de julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional (1936–1945) Criminal laws and political repression in the Estado Novo An analysis from the National Security Court judgments (1936–1945) Diego Nunes	126
O Estado Novo e os arquivos públicos Fontes, reflexões e um pouco de história The Estado Novo and the public archives Sources, reflections and a little bit of history Marcelo Thadeu Quintanilha Martins	144
O pacto de silêncio Negociações políticas em torno da anistia de 1945 The silence pact Political negotiations about the amnesty of 1945 Mayara Paiva de Souza Noé Freire Sandes	157

| ARTIGOS LIVRES

Um intelectual no Arquivo Legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil An intellectual in the Archive	
---	--

The legacy of Jose Honório Rodrigues for the archival science in Brazil
[Angelica Alves da Cunha Marques](#)
[Georgete Medleg Rodrigues](#) 176

Arquivos de pessoas e instituições em movimento
Reflexões a partir de pesquisas com antropólogos no Brasil
Personal and institutional archives in movement
Reflections from researches with anthropologists in Brazil
[Candice Vidal e Souza](#) 192

| DOCUMENTO

Nise da Silveira e a "República do Curvelo"
Intelectuais comunistas do Cone Sul sob a mira do TSN
Nise da Silveira and the "Republic of Curvelo"
Intellectuals in the Southern Cone under TSN target
[Carolina Fernandes Calixto](#) 206

EDITORIAL

Prezados leitores,

Este volume 30, n. 2, apresenta o dossiê *Estado Novo, 80 anos: arquivos e histórias*, que recorda a criação do Estado Novo, período marcante para o Brasil, com grandes avanços na economia, educação e cultura, mas que também deixou sequelas de um regime autoritário e violento, retratado aqui em diferentes análises.

Este número traz artigos de especialistas no referido tema, como também dois trabalhos de temática livre, que ampliam a abordagem de assuntos em diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas e ciências sociais aplicadas: *Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil*, de Angelica Marques e Georgete Medleg Rodrigues, discorre sobre a importância de José Honório Rodrigues e sua contribuição para o Arquivo Nacional e a arquivologia brasileira. O ensino e a história da antropologia no Brasil são investigados por meio de entrevistas com professores universitários sobre suas trajetórias na área e seus arquivos privados em *Arquivos de pessoas e instituições em movimento: reflexões a partir de pesquisas com antropólogos no Brasil*, de Candice Vidal e Souza.

Prosseguindo em seu aprimoramento e expansão, a revista *Acervo* foi inserida em mais um indexador internacional, o Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (Clase), projetando ainda mais o periódico na comunidade científica internacional, o que ampliará a divulgação da produção científica brasileira, uma de nossas metas. Da mesma forma, expande-se também o Conselho Editorial, com a inclusão de importantes pesquisadores do Brasil e do mundo.

Lembramos que a *Acervo* continua recebendo submissões para os dossiês, como também para a seção Artigos Livres, além de resenhas, documentos e entrevistas que tenham o foco nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com ênfase em arquivologia e história. Por meio de nosso sítio (<<http://revista.arquivonacional.gov.br>>) e de nossa página no Facebook (<facebook.com/revistaacervo>), é possível obter mais detalhes e informações sobre números anteriores, edições em andamento, chamadas abertas e eventos.

Fazemos o convite para a leitura deste dossiê, que certamente marcará a historiografia sobre o Estado Novo. Agradecemos a todos os leitores e colaboradores. Estamos certos da importante contribuição que a *Acervo* vem prestando à formação e ao crescimento da pesquisa acadêmica no Brasil.

SIMONE NASCIMENTO MOURÃO – EDITORA EXECUTIVA

THIAGO CAVALIERE MOURELLE – EDITOR CIENTÍFICO

APRESENTAÇÃO

A revista *Acervo* apresenta ao leitor, neste número, um dos temas mais importantes da história brasileira: o Estado Novo, nome pelo qual a ditadura de Getúlio Vargas ficou conhecida (1937-1945). Implantado pelo golpe de estado, desferido em 10 de novembro de 1937, esse regime político completou, em 2017, oitenta anos. Seu nome oficial, entretanto, era Estado Nacional, como de fato aparece na Constituição outorgada pelo presidente. Oficialmente, Estado Novo era o nome da ditadura portuguesa de Antônio de Oliveira Salazar, instituída quatro anos antes do golpe, e cujo nome acabou sendo adotado livremente no Brasil.

Tendo sido eleito indiretamente em 1934, Vargas, depois de quatro anos de mandato constitucional, estava em 1937 nos meses finais do governo. Era um momento de agitação, em meio à campanha eleitoral que devia dar um novo presidente da República ao Brasil em janeiro de 1938. As candidaturas em causa eram as de Armando Sales Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado. Armando Sales participou do levante de São Paulo em 1932, mas se tornou aliado de Vargas pouco depois, de quem se afastou durante a campanha eleitoral, na qualidade de candidato da oposição. Pretensamente candidato do governo, de quem fora ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo, revolucionário de 1930, recebeu a indiferença do presidente. Também em campanha, encontrava-se Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, candidato da extrema direita. Os comunistas estavam alijados do processo eleitoral e eram duramente perseguidos desde o Levante de 1935, também chamado pejorativamente de Intentona Comunista.

Durante os meses que precederam o golpe, ocorreram indícios de que Vargas não estava disposto a ceder a presidência a um sucessor. Vozes se levantavam pela necessidade de fortalecer o Executivo, isto é, manter Vargas no posto, tendo em vista a agitação dos partidos extremistas, sobretudo a “ameaça comunista”. Assim, pôs-se em marcha uma conspiração, resultando daí o “Plano Cohen”, um documento forjado no Estado-Maior do Exército, pelo qual era dado como certo que estava em marcha um novo movimento armado comunista. A urdidura do golpe mostrou claramente que a pretensão de Vargas de desrespeitar a Constituição e o Estado de direito era apoiada pela cúpula militar.

A efeméride dos oitenta anos do Estado Novo nos leva a relembrar momentos marcantes da história do Brasil. No curto período de tempo de oito anos, ocorreu uma sucessão de

eventos históricos relevantes, como a Intentona Integralista e a participação do país na Segunda Guerra Mundial. Deu-se então um significativo avanço industrial, não só na produção de bens de consumo, mas também na de base, especialmente com a criação das companhias Siderúrgica Nacional, Álcalis e Vale do Rio Doce. A administração pública passou por intensas mudanças com a criação de diversos órgãos especializados, os chamados institutos, departamentos e conselhos. Houve notáveis esforços do governo para integrar melhor os territórios, assim como melhorias para os transportes e as comunicações, iniciativas para a produção de petróleo e incremento de energia elétrica.

No Estado Novo, houve grande preocupação com a cultura e a educação. No plano da cultura de elite, o Ministério da Educação e Saúde, sob a gestão do ministro Gustavo Capanema, pôde contar positivamente com a colaboração de intelectuais de colorações ideológicas opostas, em uma época de inspiradas criações artísticas e literárias. Quanto à cultura popular, muito criativa então, ficou a cargo da fiscalização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que também a produzia, com suas divisões de rádio, cinema, teatro, imprensa e turismo, com intensa produção literária e midiática de teor político e ideológico. Essa produção não deixava escapar qualquer segmento da população, nem mesmo as crianças, a quem se destinavam livretos ideológicos, como o notório *O menino de São Borja*, uma biografia com traços ficcionais do presidente Vargas na infância. Igualmente, todos os escolares do país deviam integrar a Juventude Brasileira, uma instituição inspirada nas organizações paramilitares juvenis dos regimes fascistas.

Quanto à atenção devida aos trabalhadores, antes de 1930 muito negligenciada, direitos sociais e melhores condições de trabalho foram se introduzindo ao longo do governo Vargas, culminando com a criação da Justiça Trabalhista e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mas os sindicatos foram “oficializados” e controlados pelo forte regime centralizador de Vargas, que impôs, pela intensa propaganda governamental, sua imagem de “primeiro trabalhador da nação”, vivamente celebrada nas festividades massivas do 1º de maio, Dia do Trabalho, e no 19 de abril, seu aniversário. Aliás, sobretudo pela ligação de Vargas com os trabalhadores, costurou-se o culto à personalidade do governante com um nacionalismo exacerbado.

A despeito do cuidado com os problemas sociais, que de fato ocorreu no Estado Novo, a repressão aos trabalhadores que se opunham a Vargas continuou tão violenta quanto durante a Primeira República, quando as reivindicações sociais eram tidas como “caso de polícia”. Prisões aos milhares, apreensões de panfletos e jornais proletários autônomos e destruição de gráficas clandestinas eram comuns, mas sob o silêncio providenciado pela censura prévia à imprensa. Nos porões da polícia política, aplicava-se amplamente a tortura contra os opositores do regime. Cabe lembrar ainda que os trabalhadores rurais foram negligenciados, não tendo sido contemplados pelos direitos que, paulatinamente, eram conquistados pelos das cidades.

Preocupando-se com uma produção acadêmica de qualidade sobre esse importante assunto que se desfolha em vários temas de enorme interesse, apresentamos ao público da

revista *Acervo* artigos que contribuem para a atualização das pesquisas sobre esse momento fundamental da história brasileira. A pluralidade dos assuntos dá ao leitor um importante panorama sobre o Estado Novo.

O primeiro artigo chama-se *Compromisso among Vargas, Góis Monteiro, Dutra and the establishment of the Estado Novo*, do brasilianista estadunidense Frank McCann, trata dos acordos entre o presidente e os dois militares citados, a fim de viabilizar o golpe de 10 de novembro. A seguir, o texto *Populism during the Estado Novo*, do também estadunidense Michael Conniff, aborda o regime instituído em 1937 como fundamental para o desenvolvimento e a consolidação do personalismo político que viria a ser chamado pelos estudiosos, inicialmente, de populismo.

Em *Saia-justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República*, Angela de Castro Gomes detalha as comemorações do cinquentenário da República, mostrando a intenção do novo governo, no segundo ano de aniversário da ditadura, em se aproveitar do evento, a fim de demonstrar o quanto o novo regime estava contribuindo para o fortalecimento e o benefício do período republicano.

A imigração é outro importante tema do período, tratado por Fábio Koifman no artigo *O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória*. O autor fala sobre a entrada de judeus no Brasil a partir de uma conhecida carta de Oswaldo Aranha a respeito do tema.

Em seguida, o artigo *Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o Reich*, de Jorge Ferreira, oferece uma importante análise sobre o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida econômica e social brasileira, dando conhecimento sobre as dificuldades geradas pela falta de combustíveis, racionamentos e aumento do custo de vida, no segundo semestre de 1942.

Repressão e censura são temas importantes analisados em dois artigos. Lindercy de Souza Lins escreveu "*O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas*": *censura e perseguição a jornalistas estrangeiros no governo Vargas (1930-1945)*, no qual discorre, a partir da documentação diplomática, sobre o modo como o governo Vargas promoveu e executou a política de censura e as perseguições aos correspondentes internacionais que difundiam notícias desfavoráveis ao governo brasileiro. Diego Nunes, em *Legislação penal e repressão política no Estado Novo: uma análise a partir de julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945)*, mostra a repressão ao dissenso político no período. O penúltimo artigo do dossiê é de Marcelo Thadeu Martins. *O Estado Novo e os arquivos públicos: fontes, reflexões e um pouco de história* avalia o impacto do Estado Novo na produção documental e nos arquivos públicos, tendo como objeto central de análise o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Por fim, *O pacto de silêncio: negociações políticas em torno da anistia de 1945*, de Mayara Paiva Souza e Noé Freire Sandes, faz uma importante avaliação acerca dos debates a respeito da anistia, revelando importantes dados para a compreensão do processo de gestão da memória do Estado Novo.

A composição desse variado leque de opções sumarizado acima traz ainda uma entrevista realizada pelos editores do dossiê com a historiadora Maria Helena Capelato, que faz

importante análise sobre o período em questão e dá conselhos aos que estudam a ditadura do Estado Novo. Por fim, contamos com um importante texto na seção Documento, no qual Carolina Fernandes Calixto informa a respeito da organização do acervo do fundo Tribunal de Segurança Nacional, do Arquivo Nacional, e apresenta ao leitor a “República do Curvelo”, que se constituiu em um grupo de intelectuais comunistas capitaneados por Nise da Silveira.

Esperamos que este dossiê venha trazer inspiração a seus leitores, contribuindo também para a historiografia do Estado Novo, período histórico fundamental para a compreensão do Brasil.

ORLANDO DE BARROS
THIAGO CAVALIERE MOURELLE

ENTREVISTA COM MARIA HELENA CAPELATO

AN INTERVIEW WITH MARIA HELENA CAPELATO

A professora e historiadora Maria Helena Capelato é a convidada desta seção do presente número da revista *Acervo* – dossiê Estado Novo. Formada em história pela Universidade de São Paulo (USP) em 1971 (bacharelado e licenciatura), foi também nessa instituição que obteve os títulos de mestre (1974) e doutora (1986), além da livre-docência em história da América independente, em 1997. Em 2000 e 2001, Capelato fez pós-doutorado na Espanha – no Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) –, voltando à sua primeira “casa” em 2006, ao se tornar professora titular do Departamento de História da USP.

Além das atividades docentes e de pesquisa, a historiadora presidiu, entre 2011 e 2013, a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (Anphlac) e exerceu, de julho de 2015 a julho de 2017, o mandato de presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), que realiza, a cada dois anos, o Simpósio Nacional de História.

Especialista em história da América, Capelato realizou pesquisas sobre os seguintes temas: história dos intelectuais da América Latina, imprensa, liberalismo, história comparada (varguismo e peronismo), propaganda política nos regimes militares do Cone Sul (Brasil, Chile e Argentina) e cultura e política na América Latina.

O convite feito pela *Acervo* decorreu das importantes pesquisas que a historiadora tem realizado sobre um dos períodos em que o presidente Getúlio Vargas governou o Brasil – o Estado Novo. Dentre os muitos livros e artigos que escreveu, destaca-se *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo, estudo comparado entre esses movimentos políticos, que se tornou leitura obrigatória para os que querem compreender bem o regime político brasileiro abordado nesta revista, sobretudo no que tange à mobilização política e social. A professora recebeu a *Acervo* gentilmente em sua residência, na capital paulista, e discorreu então sobre vários momentos da história brasileira, aproveitando a oportunidade para aconselhar os jovens historiadores que se iniciam na pesquisa. Também avaliou a conduta e a responsabilidade da mídia diante da história e opinou sobre o legado político do governo Vargas, que considera ainda atualmente um apaixonante tema de debates.

Acervo. *O que a senhora gostaria de dizer sobre o seu ofício de historiadora, as dificuldades da profissão e suas compensações?*

Capelato. Confesso que sou um tanto suspeita para discorrer sobre o ofício do historiador, porque não posso imaginar como seria minha vida se tivesse escolhido outra profissão. Sou totalmente apaixonada pela história. Essa paixão é curiosa, porque só comecei a gostar da “matéria” no cursinho para o vestibular: os professores que tive até então em nada contribuíram para despertar meu interesse por essa disciplina, pois decorava nomes e datas que logo eram esquecidas.

Havia optado pelo curso de ciências sociais na USP, mas acabei mudando de ideia a partir do interesse pelo conhecimento do passado e ao perceber que a história nos ajuda a compreender o presente. Estávamos em 1968, ano muito conturbado, que resultou no endurecimento do regime ditatorial.

Obviamente, a história não é a “mestra da vida”, como acreditavam historiadores do passado. Mas saber como viveram os povos de outros tempos, os problemas que enfrentaram e como os solucionaram, conhecer os costumes e ideias de outras épocas, tudo isso é importante e fascinante. Cursei a graduação durante os piores anos da ditadura militar e as questões dessa época direcionaram meu interesse pelo conhecimento do passado mais recente, ou seja, pela história contemporânea. Afinal, nós, historiadores, sabemos que muitas vezes são as questões do presente que mobilizam nosso olhar para o passado.

No mestrado e no doutorado, me dediquei a pesquisas dos jornais paulistas da grande imprensa entre 1920-1945, procurando entender a ideologia liberal que orientava a linha editorial dos periódicos e justificava suas posições políticas. Mas, posteriormente, foi o período de Vargas que mais despertou meu interesse e, nesse caso, acabei me dando conta de que a motivação estava diretamente ligada ao meu passado. Explico: meu pai, advogado formado em direito pela “São Francisco” [primeira faculdade de direito de São Paulo, ligada à USP, berço de origem de muitos políticos paulistas], acabou entrando para a vida pública. No entanto, sua escolha foi muito inusitada, porque se elegeu deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas, líder político por quem ele tinha grande apreço desde os tempos de faculdade. Inusitada porque, cabe lembrar, o presidente era muito mal quisto em São Paulo desde a Revolução de 1932. Recordo-me muito bem (tinha nove anos de idade) da morte de Vargas, fato que provocou forte comoção em meus pais.

Ao terminar as pesquisas sobre os *Arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945* [título do livro que resultou de sua pesquisa de doutorado], eu já estava lecionando no Departamento de História da USP, na área de história da América. A “entrada” nessa disciplina me levou a optar por um estudo comparado sobre os regimes varguista e peronista.

Com o auxílio de uma bolsa do CNPq, fui para a Argentina em 1988, para colher material de pesquisa. Quando cheguei a Buenos Aires, me deparei com a campanha para a presidência da República, e muito me surpreendeu a propaganda do candidato peronista Carlos Menem, que recuperava a imagem de Perón de uma forma que me parecia grotesca, em um período em que a publicidade comercial e política já se tornara muito sofisticada no Brasil.

Uma das peças publicitárias que mais me impactaram foi um relógio de pulso, muito grande, que estampava o rosto de Perón no centro. Os objetos de propaganda eram expostos em barraquinhas repletas de bandeirolas, cartazes e outros objetos que remetiam ao período glorioso do peronismo das décadas de 1940/50. Carlos Menem não era um político peronista de primeiro escalão, nem era tido como um candidato forte; além disso, seu material de campanha era “bizarro”: esses dois elementos me fizeram crer que ele não teria qualquer chance de ser eleito. Qual não foi a minha surpresa quando saiu vitorioso, dando início à Era Menem no poder! Maior foi meu espanto quando surgiu entre nós o “Menem brasileiro”, Fernando Collor de Mello, que imitou a extravagante propaganda do vizinho, também com sucesso. A surpresa foi tanta que me levou a mudar o enfoque da pesquisa: em lugar da comparação das ideias que sustentaram o varguismo e o peronismo, optei pelo estudo das propagandas políticas que levaram ao poder figuras sem qualquer tradição política. Em suma, foi essa questão do presente que me instigou a voltar para o passado varguista e peronista, com o intuito de melhor entender como a propaganda, uma das armas políticas desses regimes, continuava tendo uma força eleitoral tão decisiva.

Voltando ao ofício do historiador, gostaria de salientar que, além da importância da pesquisa individual, a orientação de novos pesquisadores é muito importante e gratificante. Considero que ensino, pesquisa e formação de pesquisadores constituem um tripé da vida universitária, e cada uma dessas faces se complementam: o ensino por si só não estimula uma reflexão mais ampla sobre a história e a pesquisa distanciada do ensino se empobrece, porque o contato com os alunos de graduação e pós-graduação dá vida ao nosso trabalho e permite uma troca muito valiosa. São os alunos que nos colocam questões desafiadoras e, dessa forma, nos enriquecem sempre.

Acervo. *Por que os conservadores e liberais rejeitam tanto Vargas, se ele, de fato, ajudou a estruturar a indústria nacional, regulou o trabalho e, de certa forma, promoveu a “docilização” do trabalhador, ao criar sindicatos oficiais e agir contra o movimento operário independente e radical? A senhora vê uma contradição nisso?*

Capelato. Tanto no mestrado como no doutorado, estudei o período que vai de 1930 a 1945, definido como primeira fase da Era Vargas. Quanto à política econômica do governo, observa-se que uma das prioridades era a promoção do desenvolvimento econômico relacionado à industrialização. E, nesse aspecto, os resultados foram positivos, mas não houve, por parte do governo, construção de indústrias nacionais, o que só ocorreu na segunda fase. No que se refere às relações sociais e ao regime político instaurado em 1937 – Estado Novo –, as contradições do governo eram evidentes e estavam relacionadas com os desdobramentos do contexto internacional caracterizado pela ascensão do nazifascismo e pela Segunda Guerra Mundial.

O Estado Novo revelava admiração pelos regimes europeus, a Constituição de 1937 era inspirada na *Carta del lavoro*, de Mussolini, e, ao longo desse regime autoritário, a propaganda política representou um dos pilares do poder: por meio dela, eram divulgadas imagens posi-

tivas da relação entre o líder e as massas; dentre outras, a construção da imagem de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”.

O governo manifestava simpatia pelos países do Eixo, mas não se pode dizer que o apoio dos trabalhadores tenha sido produto dessa propaganda, porque, efetivamente, o governo atendeu a antigas reivindicações da classe operária ao promulgar as leis trabalhistas consolidadas em 1943.

No que se refere à política social, as contradições do governo se explicitavam a partir do fato de ter sido posta em prática uma política que atendia aos anseios das classes trabalhadoras, mas exercia forte controle sobre o movimento operário através de um sindicato único, que funcionava como um braço do poder.

No entanto, apesar dessa contradição, as conquistas advindas da política social, reforçada pela propaganda política, beneficiaram a classe trabalhadora e deixaram marcas profundas no imaginário dos setores populares que permanecem visíveis até os dias de hoje.

A volta de Getúlio Vargas ao poder, eleito presidente com votação muito expressiva, demonstra que, nesse momento, a imagem do líder popular “pai dos pobres” ofuscava a imagem do “ditador” fortemente apregoada por seus adversários. Apesar de ter sido retirado do poder em 1945, Vargas saiu fortalecido politicamente, pois conseguiu organizar dois partidos – o já citado PTB e o PSD – e fazer o seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, além de voltar ao poder eleito pelo voto popular na eleição de 1951.

Ainda com relação à pergunta, chamo a atenção para o fato de que, tanto no passado como no presente, as visões sobre o líder Getúlio Vargas e as interpretações sobre sua política social e econômica são divergentes e suscitam debates acalorados. Por um lado, a figura de Vargas é recuperada na face do “ditador”, introdutor de um regime autoritário ou totalitário; por outro, sua imagem é reverenciada por ele ter contribuído para a industrialização do país e assumido uma posição nacionalista ao criar indústrias estatais, mas, sobretudo, por ter introduzido as leis trabalhistas, que beneficiaram os trabalhadores urbanos pela primeira vez na história do Brasil.

Acervo. *Por que uma boa parte das esquerdas brasileiras tem uma visão “positiva demais” em relação a Vargas? Afinal, ele perseguiu muitos líderes dos trabalhadores e combateu os mais radicais, inclusive o comunismo, de maneira feroz – cabe lembrar que impôs uma longa prisão a Luís Carlos Prestes.*

Capelato. A relação de Getúlio Vargas com Prestes e outros membros do Partido Comunista é um tema importante que merece estudos mais específicos. Conhecemos bem a perseguição violenta feita pelo governo Vargas aos comunistas (Prestes e demais membros do partido que participaram da chamada Intentona Comunista de 1935), perseguição essa que acabou sendo usada como justificativa para a implantação do Estado Novo. No entanto, pouco se conhece sobre o que aconteceu nos anos finais da ditadura, e esse momento é importante, porque poderá explicar melhor a aproximação de personagens com ideias e atuação política tão antagônicas. Certamente, a derrota dos regimes totalitários na Segunda

Guerra e a ascensão dos EUA como grande potência mundial contribuíram para a mudança de rumo na política varguista. Porém, não sabemos como se deu a aproximação de Prestes, já em liberdade, com Getúlio Vargas, nem os motivos que levaram o líder comunista a lançar a campanha do “queremismo”, ou seja, a campanha pela redemocratização do país e pela continuidade de Getúlio Vargas no poder.

De fato, trata-se de uma grande contradição, mas que é própria do movimento da política, que se caracteriza por conflitos, aproximações, rearranjos, negociações. As mudanças de conjuntura no plano nacional e internacional também ajudam a compreender as contradições no campo da política. As duas imagens construídas em relação a Vargas – “ditador” versus “pai dos pobres”, na primeira fase, e “nacionalista desenvolvimentista” versus “comunista”, na segunda fase – explicitam contradições e alterações radicais na imagem do líder. Elas se tornam compreensíveis quando se levam em conta as diferenças importantes que ocorreram na conjuntura nacional e internacional. Na primeira fase, o contexto mundial, marcado pelo advento do nazifascismo, explica a tendência de muitos governos da América Latina a adotar “políticas de massa” que se caracterizavam, *grosso modo*, pela relação entre o líder e as massas; já na segunda fase, após a derrota desses regimes totalitários, a vitória dos Aliados foi entendida como vitória da democracia.

Vargas, eleito pelo voto popular em 1951, norteou seu governo por uma política econômica desenvolvimentista, de corte nacionalista, e contou com o apoio das classes trabalhadoras graças à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Os políticos representantes das classes produtoras, ou seja, das “elites”, pertenciam a partidos que defendiam, como até hoje defendem, uma política econômica liberal, que se caracteriza pela economia de mercado aberta ao investimento estrangeiro e que resulta em concentração de renda. Os defensores do liberalismo não só fizeram oposição radical a Getúlio Vargas, como o identificam com o comunismo devido à sua política social e à defesa da intervenção do Estado em certos aspectos da economia (criação das empresas estatais).

Acredito que as acusações dos políticos de direita, anticomunistas fanáticos como Carlos Lacerda e muitos outros, que identificavam Vargas com o comunismo, representado na figura de Prestes, se explicam a partir do contexto da Guerra Fria que, na década de 1950, “esquentou” os ânimos. O comunismo, desde então e até hoje, se transformou em arma de luta política para desqualificar o adversário. A campanha de Lacerda contra Vargas exemplifica muito bem o poder dessa arma.

Acervo. *A senhora escreveu sobre o período Vargas (Estado Novo), tendo abordado aspectos da política e da cultura, como imprensa e propaganda política. É a conhecida autora do importante livro Multidões em cena..., que lança uma luz sobre a relação de Vargas com o trabalhador e com a sociedade brasileira em geral, além de fazer um estudo comparado a Perón, na Argentina. Duas perguntas em uma: há algum aspecto, algum assunto, tema, que a senhora ainda tenha vontade de estudar em relação ao Estado Novo ou ao governo Vargas? A seu ver, há ainda alguma lacuna que precise receber atenção dos pesquisadores?*

Capelato. Sinceramente, não tenho vontade de retomar estudos sobre o Estado Novo. Neste ano em que o advento do regime completa 80 anos, o tema está na pauta dos historiadores. Já recebi convites para conferências sobre o assunto e, nessas ocasiões, terei oportunidade de sugerir a pesquisadores que se voltem para esse período, buscando compreender aspectos pouco estudados, ou, ainda, para rever pesquisas já realizadas. Volto a mencionar, por exemplo, a relação de Vargas com Prestes em particular, e com o Partido Comunista em geral. Eu diria, também, que os anos finais do regime – 1944/1945 – ainda foram pouco estudados, e tal lacuna deixa na penumbra momentos importantes da nossa história, levando em conta o novo contexto internacional.

Acredito que, do ponto de vista historiográfico, uma questão também continua merecendo novas reflexões. Refiro-me ao termo “populismo”, que teve e continua tendo uma trajetória conturbada: de conceito, muito debatido por cientistas sociais, transformou-se em expressão pejorativa, usada para desqualificar a política ou adversários políticos. No Brasil, de Getúlio a Lula, ele transita passando por Jango, Jânio, Collor de Mello e outros mais. Também é usado para desqualificar determinadas políticas que se caracterizam por tentativas de beneficiar as classes populares ou se distanciar do modelo neoliberal. Nesse caso, lembro a célebre frase do presidente Fernando Henrique Cardoso: “Vamos acabar com a Era Vargas”, sempre definida como ‘política populista’. Sua intenção, aqui, era justificar a adoção de uma política neoliberal. É interessante notar como, no discurso político, os conceitos se tornam palavras-chave destinadas a atingir um público amplo.

Deixando de lado o tema da entrevista, peço licença a vocês para sugerir que, na conjuntura atual, tão conturbada, revisitemos a década de 1950. Esse período, também tão confuso da história do Brasil, nos permite compreender melhor as tramas da política e a violência do jogo partidário desse passado, que muito contribuem para esclarecer nosso presente.

Acervo. *E a figura de Vargas, persiste forte nos dias atuais?*

Capelato. Sem dúvida. Já me indagaram sobre qual personagem eu considerava mais importante da história política do Brasil. Respondi sem titubear: Getúlio Vargas. Sua imagem continua cultuada nos lugares mais distantes do país: a legislação trabalhista, hoje ameaçada, também persiste na memória construída sobre Getúlio. A associação entre Vargas e Lula é constante, o que demonstra a persistência da imagem do “pai dos pobres”, benfeitor dos trabalhadores, no imaginário nacional.

Jango, seu herdeiro político, também faz parte desse imaginário, porque, quando foi ministro do Trabalho no governo de Getúlio, em 1953, já no período em que Vargas havia sido eleito, sugeriu 100% de aumento no salário mínimo, fato que causou revolta entre os membros da classe patronal, expressa através de seus representantes políticos. Quando o presidente Jânio Quadros renunciou, Jango era seu vice. Foi a partir desse momento que começou a ser ensaiado o golpe de 1964: ele tinha um apoio muito forte dos trabalhadores e era tido como “filho” do “pai dos pobres”.

Acervo. *Mas ao contrário do que aconteceu com Perón, na Argentina, onde o peronismo ainda é forte, não se fala de varguismo no Brasil. Nesse sentido, não houve uma grande permanência, principalmente em relação à política partidária.*

Capelato. Essa comparação é problemática. Perón governou a Argentina por muitos anos em diferentes conjunturas. Criou, logo no início de sua carreira política, o Partido Laborista, que, mais tarde, se transformou em Partido Peronista; criou, também, uma força sindical sem paralelo na América Latina, que ainda é forte nos dias de hoje. Além disso, o imaginário peronista construído através da propaganda política que concebeu o mito do casal Eva/Perón deixou marcas profundas na memória dos argentinos. No Brasil, a imagem de Getúlio Vargas, como disse no início, foi marcada pelo contraste: ditador adepto do fascismo ou “pai dos pobres”.

Acervo. *Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre o comportamento da imprensa, do seu modo de fazer política e de influenciar a relação entre os governantes e a população.*

Capelato. Cabe esclarecer que meus estudos sobre imprensa se restringem à grande imprensa, ou seja, aos jornais de grande circulação nacional, que se constituem como empresas capitalistas geradoras de opinião e lucro. Procuro mostrar que esses jornais desempenhavam, e continuam desempenhando, um papel muito importante na política nacional.

É importante esclarecer que as empresas jornalísticas (assim como as outras mídias que funcionam na atualidade) têm uma característica muito particular: na condição de empresas capitalistas, visam ao lucro. No entanto, produzem uma mercadoria muito especial, qual seja, o jornal, que é responsável por transmitir informações e expressar a opinião pública; nesse caso, atuam como empresas públicas, sujeitas à concessão do poder público e regidas por normas definidas pela Constituição. Essas duas faces da imprensa devem ser levadas em conta.

A informação exige objetividade; porém, a linha entre essa exigência e a subjetividade é tênue, já que o jornal assume o dever de “expressar (ou formar) a opinião pública”. Como acontece nos jornais da grande imprensa, que se constituem como empresas, em que os interesses políticos e mercadológicos se mesclam, tornando o jornal uma peça importante no jogo político. A imprensa-empresa é uma máquina muito complexa que efetivamente age como quarto poder.

Acervo. *Para terminar, que conselhos a senhora daria aos pesquisadores que estão começando a investigar o período Vargas?*

Capelato. Para finalizar nossa conversa, diria que, na crise atual, ficou mais evidente um problema sério da política brasileira: refiro-me à fragilidade da nossa cultura republicana democrática. Os políticos, em sua grande maioria, não são nem progressistas nem democratas, são liberais conservadores. Ao analisar a ideologia liberal veiculada nos jornais da grande imprensa na Primeira República, me dei conta de que eram liberais conservadores

que representavam interesses das elites capitalistas, defendiam um liberalismo excludente e se referiam aos trabalhadores como ameaça à ordem social. Nesse período, não tinham peja de expor ideias racistas baseadas em teses eugenistas; atualmente, são obrigados a disfarçar seus preconceitos. Na condição de representantes do poder econômico, visam ao lucro sem se importar, minimamente, com os destinos da nação e com a sorte dos que produzem para eles. As classes médias, em sua grande maioria (sobretudo as que vivem nas regiões Sudeste e Sul), são conservadoras, nem chegam a ser liberais e representam terreno fértil para o crescimento de grupos de extrema direita, que hoje espalham mensagens eivadas de preconceito e estimulam ódio de classe ou raça.

Os tempos mudaram, no entanto, e os neoconservadores ou os adeptos do neofascismo expressam “em alto e bom som” seus ódios de classe. Na condição de cidadã, confesso que me sinto humilhada e constrangida perante a falta de pudor desses fanáticos. Não me refiro a sujeitos marginais, mas a pessoas escolarizadas e bem situadas economicamente. Quando esse tipo de manifestação parte de representantes do povo (deputados, senadores etc.), o caso é mais grave: eles não se preocupam em deixar evidente seu despreparo, não só para o trato da “coisa pública”, como também para a vida em sociedade.

Felizmente, nós, historiadores, aprendemos por dever de ofício que as crises são superadas, porque fazem parte da história. E a história muda inevitavelmente, porque a mudança é sua essência: não sabemos em que direção, mas esperamos que seja para melhor.

Entrevista realizada em outubro de 2016, por Thiago Mourelle e Orlando de Barros

Recebido em 23/7/2017

Aprovado em 25/7/2017

COMPROMISSO AMONG VARGAS, GÓIS MONTEIRO, DUTRA AND THE ESTABLISHMENT OF THE ESTADO NOVO
COMPROMISSO ENTRE VARGAS, GÓIS MONTEIRO, DUTRA E O ESTABELECIMENTO DO ESTADO NOVO

FRANK D. McCANN | Professor of History Emeritus in the University of New Hampshire. Ph.D. Indiana University. Specialization in Brazilian History from the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduated in AB History/Education from Niagara University.

RESUMO

O artigo examina o apoio militar ao Estado Novo. As Forças Armadas precisavam de armamentos, mas o pagamento da dívida nacional e os títulos vendidos a estrangeiros tornavam impossível a compra de armas. A realização do golpe e a declaração de uma moratória sobre os pagamentos de dívidas e títulos liberariam o financiamento.

Palavras-chave: Forças Armadas; compromisso; Plano Cohen; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

My purpose is to examine why the military supported the Estado Novo. They badly needed armaments, but the paying off the national debt and the bonds sold to foreigners made paying for weaponry impossible. Staging the 1937 coup and declaring a moratorium on debt and bond payments would free up funding.

Keywords: Armed Forces; compromisso; Plano Cohen; Rio Grande do Sul.

RESUMEN

Examinaremos el apoyo de los militares al Estado Novo. Las Fuerzas Armadas necesitaban armas, pero el pago de la deuda y los bonos nacionales vendidos a los extranjeros hacían imposible el compra de las armas. La realización del golpe de Estado de 1937 y la declaración de una moratoria en el pago de deuda y bonos liberarían los fondos.

Palabras clave: Fuerzas Armadas; compromisso; Plano Cohen; Rio Grande do Sul.

A constant theme that ran through the army's post-imperial history had been its worry about the poor state of its arms and equipment, the difficulties of mobilizing and training sufficient soldiers to have adequate armed forces to defend the country against internal and external enemies. In 1903 Sergeant Getúlio Vargas had seen firsthand the precariousness of mobilization on the Mato Grosso frontier; the Revolution of 1930, the Paulista rebellion of 1932, and the communist barracks revolt of 1935 each revealed weaknesses in Brazil's army and navy. With the world stumbling toward some terrible, yet still unknown, crisis, Vargas linked the solution to Brazil's political predicament, with national defense. Governments in France, the United States, not to speak of Germany, Italy, Poland, and Portugal, were solidifying their control over national policy formation and execution. Why should Brazil not do so too?

Vargas and Dutra's worries about the army's possibly negative response to orders to intervene in Rio Grande do Sul, let alone to a change of regime, were behind the new code of military discipline imposed by executive order. The extremely detailed code cited "everything a soldier or officer has been known to do, everything it might occur to him to do, and quite a number of acts it probably never would enter his mind to do".¹ Various provisions aimed at keeping a social distance between officers and troops. The new rules would be subject to severe testing in the next few months.

For most of the 1930s Góis Monteiro had impressed on Vargas the desperate need for basic reforms. Brazil's fleet and its army had human talent and a full array of schools, but scarcely any arms, munitions, or modern vessels. This was not news, but the world panorama in 1937 was exceptionally frightening. The Spanish Civil War indicated that Brazil had been lucky in 1932 not to have attracted foreign intervention, but it likely would not have such good luck twice. The Soviet Union's involvement in the 1935 fiasco raised fears that it would try again, if the chance presented itself; and Nazi Germany had already been much too attentive to the status of German communities in southern Brazil. Argentina had just shown in the Destroyers' Affair that it was a "false friend." Old fears of losing rich, untapped, and often undiscovered natural resources gave Brazilian officers and knowledgeable politicians nightmares.

Back in March 1935, Ambassador Oswaldo Aranha had written from Washington to Góis that:

Our problem, my dear friend, consists only in giving military organization to the military to safeguard authority, maintain the unity and to defend the integrity of the country and, more, to improve the race and the land, to educate the people and to give liberty to Brazil. [...]. I confess that it seems that a regime of force would be useful to us. [...].

1 Executive Decree n. 1.899, 19 August 1937; Maj. Lawrence C. Mitchell, Rio, 8 September 1937: "New Discipline Regulations", Report. n. 1.973, 2006-161, 6300b, Military Intelligence Division (MID), War Department, Record Group (RG) 165, National Archives and Records Administration (Nara).

The military organization of Brazil is an internal and external necessity. [...]. The world is getting mixed up and our continent is growing nervous.²

And he concluded: "Brazil can and should equip itself, if it does not, it will pay more than we can calculate".³ Similarly, in June 1937 Aranha wrote Vargas that "my opinion is that we must arm ourselves, making purchases abroad, whatever it costs. If we don't do so quickly and immediately, it will cost much more, materially and morally". He suggested a way to create a special defense fund.⁴

Vargas, Dutra, Góis, and Aranha agreed that Brazil had to modernize its armed forces. A modern army would hold the country together against the centrifugal forces of regionalism, and defend it against foreign enemies. It would also set an example of educated modernity for the Brazilian people. By September 1937 the first three were more or less in agreement as to the course they were following. In a sense Vargas had become a captive, he would have to carry out their plans or risk being deposed. The two generals could back down, but Vargas could not.

The arrangement was straightforward. Góis and Dutra were to give Vargas internal peace and security, and he would get them the arms and the modern industries that would support continued military development. On September 1st, 1937, Vargas presided over a meeting of the National Security Council, which included the cabinet ministers and the chiefs of staff of the army and navy. This was only the third time it had met since its formation in 1934, so it was an unusual event.⁵ They discussed the equipping of the armed forces and the need to create a source of revenue to pay for it.

As Stanley Hilton has shown, during 1934-36, the army had been negotiating with the German Krupp Corporation and with the Swedish Bofors company for modern artillery to be paid for with natural resources (Hilton, 1975, p. 117-129). The navy engaged in similar activity with the Italian government for submarines and with the American government for destroyers.⁶ In his annual report to the president in May 1937, Minister Dutra had written, "it would be a lie to the Nation to say that we are armed, in condition to guard it and to defend its enormous patrimony. [...] It is sad, but true, to confess that we do not possess sufficient material resources to deal with even our internal requirements. [...] We cannot stand still while the rest of the world advances".⁷

2 Oswaldo Aranha to P. Góis Monteiro, Washington, 9 March 1935. Arquivo Oswaldo Aranha (hereafter AOA), FGV/CPDOC.

3 Idem.

4 Oswaldo Aranha to Getúlio Vargas, Washington, 4 June 1937. AOA, FGV/CPDOC.

5 Vargas (1995, 2: p. 189 [Letícia crisis], p. 347 [Chaco War and "nossa completa falta de recursos para enfrentar uma situação"], p. 427 ["precariedade do nosso material bélico"]).

6 On the destroyer deal, that would soon be torpedoed by Argentina and U. S. Congressional objections, No Name, Naval Attaché's Report, Rio, 18 August 1937: "Brazil-Navy; Ships, Destroyers", n. 912-800, Brazil 5900, G-2 Regional, MID, WD, RG165, NA; file GV 37.08.13, AGV, FGV/CPDOC-Rio; McCann (1973, p. 113).

7 EME (1937, p. 4), pelo GD Arnaldo de Sousa Pais de Andrade; Ministério da Guerra (hereafter MG), *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Eurico Gaspar Dutra, ministro de Estado da Guerra em maio de 1937* (EME, 1937, p. 37-38).

Vargas committed himself to arming and equipping the military and building a national steel complex in return for military backing of extending his presidency with dictatorial powers that would eliminate politics. The public implementation of this arrangement proceeded in the hesitant, indirect way in which Getúlio usually maneuvered. The signals that he flashed were certainly mixed. It is most common for historians to see his contradictory moves as deliberate diversions intended to confuse. It is more likely, however, recalling his behavior in 1930, that such moves really indicated his indecision and caution. In his September 7th address to the nation he asserted that it would be the last time he would commemorate “independence day” as chief of state. Was he serious or trying to lull opponents? The electoral campaign was becoming uncertain as José Américo’s speeches and attitudes were troubling supporters who talked of finding a substitute candidate.⁸

Then on September 13th the political scene exploded. Former Mayor of Rio, Dr. Pedro Ernesto, acquitted by the Supreme Military Tribunal, was released from jail. Rio de Janeiro erupted into an impromptu, out-of-season Carnaval. The city government declared a holiday and the crowds swelled with city workers. Praça Onze, the traditional gathering spot for samba groups, was so full of people that Ernesto’s car could not enter. To reach the Castelo Esplanade, where he was to speak, his car was pushed along by the cheering throngs. They passed directly in front of the Ministry of War, from whose windows officers, soldiers, and civilian employees watched the spontaneous outpouring of affection and loyalty. In his talk in the Esplanade he stressed that he had not been involved in the 1935 revolts, and he added: “I am not, was never, and will never be a communist”. Only days later, on September 29th, he announced his backing for Armando Salles. The outburst of support for Ernesto precipitated the coup planners to act (Conniff, 1981, p. 156-158).

During the next few days Vargas met with Valladares and Dutra. They agreed that a substitute third candidate was impossible to arrange. Extending Vargas’s mandate legally was also not possible. To this point it is likely that Vargas and his collaborators had been moving toward a congressionally-approved extension of his term, but from here onward they pursued an extra-legal solution. Such an interpretation would explain why Dutra could say that their discussion on September 18th was the first time Vargas had spoken openly with him about reacting “against the situation that was developing, by staging a revolution from the top down, that is, unleashed by the government itself”. The president complained that the congress had done nothing useful and opposed the executive’s initiatives. The only solution was to change the regime and reform the constitution. But the general said Vargas commented that “he would make the revolution” only if Dutra collaborated with him; Dutra was silent for a few moments and then replied that “he could count on him, but he could guarantee nothing regarding the army”. They would begin by eliminating Flores of Rio Grande do Sul. Feelers went out to Plínio Salgado that gave him the idea that by collaborating with a change of regime, *integralismo* would have a major place in the new Brasil (Camargo, 1989, p. 219).

⁸ Vargas (1995, 2: p. 68-69, 7-13 September).

Curiously, even as Vargas was moving to break the back of regionalism, he was willing to use, and thereby strengthen, a proponent of regionalism in the person of Governor Benedito Valladares. Because the conspirators assumed that there would be some resistance in São Paulo and Rio Grande, they had to have Mineiro state troops on their side. Valladares demanded two conditions in return for his support, namely that the army accept the revolution; and that the *Força Pública* of Minas, except for two battalions, not be federalized and remain under his command (Valladares, 1966, p. 157-166).⁹

On September 19th, Valladares called on Dutra saying that Vargas had asked Salgado to join the movement and offered him a ministry in return. The governor suggested that they limit the participation of Salgado and Góis. In another conversation the following day, Valladares lamented the impossibility of finding a third candidate, and affirmed strongly that their only path was “revolution” headed by Getúlio. He gave Dutra rough drafts of a suggested presidential manifesto and of the constitution that Francisco Campos was preparing. He pointed out that the latter would extend Vargas’ term for another six years (Silva, 1970, p. 455-456).

In what has often been described as a cold and calculated series of events, there was actually considerable emotion. On September 22nd, the government declared a holiday, complete with the closing of commerce, and held a commemoration for the dead soldiers of November 1935. Vargas and the generals gathered at the grave site in Rio de Janeiro’s São João Batista cemetery for prayers and speeches. The event was odd in its timing and likely would have been forgotten except for what happened next. The Chamber of Deputies entered a prolonged debate over entering the grave side speeches into the official record of the chamber, which led General Newton Cavalcanti, commander of the 1st Infantry Brigade at Vila Militar, and key enthusiast in the army for *integralismo*, to charge that there was “a communist current or grouping within the National Congress itself” (Vargas, 1995, 2: p. 71). The debate expanded to examine the crisis in Brazilian democracy and rumors that Góis was plotting a coup. He issued a formal denial and asserted that in serving the *Pátria* his greatest desire was to put the army in condition to face any danger to national integrity (Camargo, 1989, p. 213).

In the following days Vargas showed his solidarity with the army by attending field exercises at the Gericinó maneuver grounds. He also delayed Pan-American Airways permission to open a new route from São Paulo and Curitiba to Asunción, Paraguay. The Military Airmail service carried mail over that route and was reluctant to give it over to a foreign company. Vargas understood the importance of keeping the aviators and bombardiers contented.¹⁰

On the morning of September 27th, Dutra convoked a crucial meeting in his office. Those invited were Góis, Almério de Moura (1st Military Region), José Antônio Coelho Neto (Director of Aviation), Cavalcanti, and Filinto Müller (police chief of Federal District). They had

⁹ Regarding the federalization of the states’ military police forces, see MG, *Relatório...*, op. cit., quarta parte, p. 13-14.

¹⁰ Vargas (1995, 2: p. 71); “Venceram os aviadores militares”, *A Nota*, Rio de Janeiro, 14 October 1937; Ministério da Viação e Obras Públicas (1937, p. 11-15).

received copies of the report on the Cohen Plan from Góis, which Dutra assured them was “not a government fantasy.” The Ministry of Justice’s actions were “fomenting” rather than repressing “the energies that are ready to explode.” Our laws, Minister Dutra asserted, were not working. “The armed forces, particularly the army, constitute the sole element capable of saving Brazil from the catastrophe ready to erupt”. He concluded that “it is necessary to act and to act immediately”. Cavalcanti, referring to the Cohen Plan document, declared that the communist intention was “to liquidate the army itself”. The undermining of the Congress was shown by its refusal to include in its record the speeches of a few days before. The looming of a new communist threat, he asserted, “required immediate action in defense of the army, of democratic institutions, of society, of the very family threatened with death. [...] it is necessary to act, *even outside the law*, but in defense of the corrupted law and institutions” (emphasis added). General Coelho Neto, the newest of that rank, observed that they had to involve the navy and Vargas himself. Several generals stated that the Chamber of Deputies must be purged of its reactionary, weak, and incapable members. Dutra and several of the others insisted that “the constituted authorities should be maintained. The movement will carry with it the President of the Republic, whose authority will be strengthened”.¹¹

In an aside, Góis charged that José Américo was bankrolling the fellow traveler newspaper *O Popular* (Rio de Janeiro), and Coelho Neto recalled that the candidate had not attended the grave side ceremony. He noted the communist plans required “a military movement that amounted to a coup d’état.” However, he added, their plans should be “a generals’ secret”. They should sign an agreement that “they did not want a military dictatorship”. Müller insisted “that the Armed Forces, conducting this movement, stay outside the government, to guarantee the operation and the constituted government”. He also suggested that arrests be summary with no right of defense and that forced labor camps be established. Cavalcanti declared that the two service ministers should direct the operation, at the side of the president, to secure for him, with force, the exceptional powers required. Success, he went on, “demanded an immediate return to a state of war without any restrictions, as well as declaring of Martial Law in all of its fullness”. Dutra chimed in that it should apply to the whole country. They should, he said, involve the entire army, and especially the air arm.

Cavalcanti defended himself against the charge of being an *integralista*. “I am not,” he said, he opposed political influence, even *integralista*, in the army. “Only use them, if needed, as enlisted troops, but never as [*integralista*] militia”. Góis and Cavalcanti seemingly summed up the group’s feelings: “We only wish to work for the Army and for the salvation of the *Pátria*”. The next day they all signed the minutes pledging themselves to the “exclusive purpose of saving Brazil and its political and social institutions from the disaster that was about to occur [...] excluding from their intentions any personal gain or any idea of military dictatorship”. It is ironic that on that day the Chamber of Deputies approved entering the celebrated speeches into the record of its debates.¹²

¹¹ The minutes of the meeting appear in both Silva (1970, p. 391-399) and Junior; Leite (1983, p. 231-238).

¹² *Idem*.

The next day General Dutra and Vice Admiral Henrique Aristides Guilhem (naval minister) went to Guanabara Palace to speak with Vargas about the need to resume the State of War. The two ministers agreed to provide an explanation that the president could send to the Congress. Later, at his office, Dutra told his colleague generals that this would be the “most viable way” for them to have some legal basis to attack communism, arrest congressmen and other such acts. On the 29th Vargas sent the ministers’ petition to the Congress. It is curious that in his Diary Getúlio’s references to the request distanced him from it. He wrote that he was forwarding the document “in accord with the request of the military ministers” (Vargas, 1995, 2: p. 72).

The ministers’ document was addressed to Vargas and was so lacking in detail that it is difficult today to see it as a serious request for extra-constitutional powers. The ministers evoked the ghosts of the *Intentona* by declaring “just as in 1935 the threats are evident [...] many people are unbelieving, attributing the ostensive preparations to maneuvers of biased politics, fantasies of salaried authorities”. Despite the ministers’ efforts to counter the communist threat, the “crime against the *Pátria* committed in 1935 is about to be repeated with greater energy and more certainty of success”.

The armed forces cannot be silent. For them not to act is a crime [...]. The Armed Forces are the only element capable of saving Brazil from the catastrophe ready to explode [...]. The struggle will be violent without quarter. [...]. We have the example of Spain. [...]. Thus it is necessary to act, and to do so immediately, without stopping for any considerations. Above everything is the salvation of the *Pátria*. [...]. Speaking for the generals and admirals of the armed forces of Brazil [...] speaking for all of Brazil [...] [we] ask for an immediate return to the state of war.¹³

On September 30th, the government radio program *Hora do Brasil* featured an announcement about the General Staff’s “discovery” of the Cohen Plan, and the next day’s headlines took the story, and the government’s appeal to restore the state of war, to the streets and byways. During the previous days Daltro Filho had reported shipments of arms from abroad into Porto Alegre, information on the location of secret arms caches, and Flores’s expanding the numbers of *Brigada Militar* troops. As Vargas had commented in his Diary on September 27th, “things were becoming clearer” (Vargas, 1995, 2: p. 72).

On October 1st debates in the Congress centered on the legitimacy of the supposed dangers. Some deputies and senators naturally wanted to see the documents mentioned but not submitted. Others said that to ask for the documents would be to question the honesty of the armed forces chiefs, who would be held responsible by their colleagues in

13 Dated 29 September 1930, the text is in both Silva (1970, p. 403-409); Junior; Leite (1983, p. 239-244). For various details: “José Carlos de Macedo Soares”, DHBB, 4: p. 3.227-3.233. Macedo was the minister of Justice, 6 March – 11 September 1937, who formally sent the document to the Congress. On the 28th, according what Dutra told Hélio Silva in 1959; Vargas told the service chiefs that if Macedo Soares did not agree with request for state of war, he would remove him (Silva, 1970).

uniform and by history. The Chamber approved the measure 138 to 52 and the Senate 21 to 3. That night Vargas signed the decree re-imposing a State of War on Brazil. For the first time it was to be supervised nationally by a Commission, named on October 7th, made up of the Minister of Justice Macedo Soares, General Cavalcanti, and Admiral Dário Pais Leme de Castro. In the states the governors were in charge, except in São Paulo, Rio Grande do Sul, and the Federal District, where the authority rested with Generals of Division César Augusto Pargas Rodrigues and Daltro Filho, and with Captain Filinto Müller, respectively. The attitudes of the national commissioners were extreme. Pais told reporters that “anyone not against communism is a communist”, and Cavalcanti concurred saying that “the enemies of the *Pátria*” were “the communists and the indifferent”. The commission’s plan called for summary judgments, the detention “of all communist sympathizers” and the creation of a “Federal Police”. Even Masonic Lodges and spiritist centers were to be closed (Camargo, 1989, p. 219).

The decision not to have the governors in the two suspect states implement the state of war required that the *Força Pública* in São Paulo and the *Brigada Militar* in Rio Grande be placed under the commands of the two military regions. In the previous weeks considerable negotiation and maneuvering had placed army sympathizers in key positions. Dramas large and small took place as police officers weighed their options, loyalties, and futures. Neither police force was in the mood for civil war. But even so, tensions mounted and uncertainty hung in the air. São Paulo showed no resistance.

What would Flores do? *Gaúchos* were born and bred loyal to Rio Grande, could the governor marshal those sentiments? The Archbishop of Porto Alegre Dom João Becker discussed the impasse with Flores seeking an honorable way out short of violence. Flores recognized that the *Brigada* had gone over to the army, and that the Provisionals were listening to their *Brigada* officers. In a symbolic gesture of gallantry, he donned his uniform on Sunday morning, October 16th, and made the rounds of the *Brigada* barracks in Porto Alegre to make his farewells. Then in defiance and pride, he refused to sign a decree giving the *Brigada* over to the army. Instead the next day he resigned and took the waiting *Varig* aircraft to the Uruguayan frontier. There would be no more *gaúcho caudilhos* like him. On the 19th Vargas decreed federal intervention in his home state and named Daltro Filho as *interventor*. For a short time, until the general fell to a fatal illness in December, Rio Grande had an outsider, a Bahiano, at its head. Worry that the *Paulistas* might react against the intervention in Rio Grande led Dutra to order his old 4th Cavalry Regiment in Três Corações (Minas Gerais) to a position closer to the São Paulo line and to request Valladares to concentrate police in similar fashion. The *Paulistas* kept quiet. But in Rio Grande there were problems with the arms that Flores had ordered abroad and suspicious behavior by some *Brigada* officers. Daltro Filho’s chief of staff, Col. Cordeiro de Farias, commented that it took thirty days to get the situation under control (Silva, 1970, p. 414-425; Júnior; Leite, 1983, p. 246-256; Camargo; Góes, 1981, p. 232).

Back in Rio de Janeiro, Góis and Cavalcanti were showing Vargas documents accusing the governors of Bahia and Pernambuco of having plotted with São Paulo and Rio Grande

against the federal government. Cavalcanti also complained that Minister of Justice Macedo Soares was not cooperating on running the state of war commission with Admiral Pais and him. One can imagine Vargas (1995, 2: p. 75-76) groaning to himself as he wrote in his Diary: "A crisis is created, or rather a new crisis".

From October 20th onward, Dutra met or spoke with Vargas on a daily basis. Curiously, Vargas did not note all of these conversations, but Dutra, who was now using the fateful term "coup d'état", kept a record. On the 21st, they talked about replacing Macedo Soares with Francisco Campos, and on the 23rd they disagreed about intervening in São Paulo; Dutra was fearful that it could cause a wide-spread reaction, even in the army. He preferred leaving São Paulo alone, and intervening instead in Pernambuco and Bahia. In the end all three were intervened. In these days too, in addition to the federalization of two battalions of *Mineiras* troops, the military police forces of the other states were taken over by federal authority (Vargas, 1995, 2: p. 74; Brandi, 1983, p. 119; Júnior; Leite, 1983, p. 257-258).

The next major step was to delude Salgado and his green shirts into thinking that they would have an important function in the new regime. Campos, who was writing the new constitution on the model of the Polish and Portuguese documents, had developed a friendly relationship with the ostensible Brazilian Führer and went so far as to get his comments on the draft document. On Sunday, October 24th, in his Guanabara Palace residence, Vargas met with the core conspirators, Minister of Justice Macedo Soares, Minister of Labor Agamemnon Magalhães, Governor Valladares, and Generals Dutra, Góis and Cavalcanti, to discuss how to carry out the "constitutional reform". They talked about military measures to control Pernambuco, Bahia, and São Paulo, the likely "nonconformist states". They did not reach consensus regarding how to legalize the new constitution. Cavalcanti contended that the Congress should approve it. Others preferred that the government declare it effective and subsequently submit it to a plebiscite. Dutra noted in his diary (perhaps referring to a separate conversation) that he and Vargas had agreed to present the draft constitution to the National Security Council, followed by a presidential manifesto to the nation. Two days later, Vargas met with Salgado in the home of a mutual friend. They got on well, Vargas regarding him as a "shrewd and intelligent hick." The president gave Salgado to understand that in the reorganized government the Education Ministry would be his.¹⁴

Emissaries from Valladares and Vargas winged their way to get agreement of the state governors for the change of regime. They skipped Pernambuco and Bahia whose governors would be deposed. Some unidentified generals were "conspiring" to mount a counter action. Such plotting, which unfortunately for historians has left few traces, may have motivated Dutra to take the precaution of face-to-face meetings with certain generals and to do some shifting of regional commanders. On October 26th he visited artillery units getting ready to proceed to Pinheiros, São Paulo, and then he went to Vila Militar to be assured that Cavalcanti

14 Vargas (1995, 2: p. 77-78, 574). Dulles (1967, p. 165) wrote that Vargas told Salgado that "the Armed Forces had decided to 'change the regime' and that he had agreed with them". His source is not clear.

was convinced of the necessity of their moves and would cooperate fully. On Sunday the 31st he was in Juiz da Fora talking with 4th Military Region commander Esteves who he found securely committed to the government. While in Minas, Dutra stopped by some army units and two state police units. The tension he felt exploded when General Valdomiro flagged down his car on the highway back to Rio. Vargas and uncle Valdomiro had been at a barbecue at a fazenda near Petrópolis and the general had made some suggestions of measures he might take as Inspector General of the group of military regions that included São Paulo. Vargas told him to submit the ideas to Dutra. Instead, in their beside-the-road conversation, Valdomiro presented them as if they were the president's orders. The minister got so upset that he wanted to resign then and there. Getúlio had to return to Rio the next day to "put things back in place". One can imagine that he and Dutra must have had an interesting exchange about uncle Valdomiro (Junior; Leite, 1983, p. 258-259; Vargas, 1995, 2: p. 79).

The next day, All Soul's Day, was a public holiday, but even so it was a busy one at Guanabara Palace. Vargas met with *gaúcho* allies, federal Deputies João Neves da Fontoura and João Baptista Luzardo, bringing them up-to-date. Luzardo then left for Rio Grande, where he told political colleagues that the coup was set for November 15th and that Vargas wanted them to behave as if nothing was about to happen. Finance Minister Souza Costa, who was the architect of the government's finances, was arguing for an end to the artificial support of coffee prices via government purchase and burning or dumping into the sea of millions of tons. Months before in May he had negotiated an agreement with the Roosevelt administration that allowed Brazil to separate United States and European foreign-debt negotiations, thereby facilitating a repayment plan and he had obtained guarantees of U. S. \$60 million to finance a Brazilian central bank. Because an important part of the plan for regime change involved suspending foreign-debt payments to allow arms purchases, Souza Costa's views carried considerable weight with the conspirators. Müller and Campos put in appearances, with the latter the president went over some changes in the language of the constitution and of the accompanying manifesto. Generals Dutra, Cavalcanti, Deschamps, and Daltro Filho made their reports and heard the latest on the "coming political and constitutional reform".¹⁵

On November 5th, *Correio da Manhã* broke the news that serious intrigues involving the government and the armed forces were afoot. Vargas wired Valladares, who had sent Deputy Negrão de Lima to inform the northeastern governors of the impending coup to put out the story that Negrão's mission had been to search out possible "legal political solutions". After trying to calm worried congressmen, he received a letter from Macedo Soares wanting to resign his post. The generals had long been impatient with his efforts to maintain a liberal attitude toward human rights and the regime's facade of the rule of law. The day before, Cavalcanti had complained to Vargas that he could no longer work with the minister. And later Macedo Soares came by the palace to say that he was worn out and suggested that

15 Vargas (1995, 2: p. 80); Carneiro (1977, 2: p. 208-210); "Artur Ferreira da Costa", DHBB, 2: p. 962.

either the general be removed or new commissioners named. Thinking on it for a night he had decided to quit. Significantly on the afternoon of the 5th Vargas met with the two service ministers, Góis and Müller, with whom he discussed the day's events. "After hearing them, I resolved to accept the resignation of the minister of justice" telling them that Campos would replace him. That night Campos accepted the post.¹⁶

On the afternoon of November 8th, opposition leaders met at the home of candidate Salles who told them that he was sending a letter to the military chiefs "denouncing the sinister conspiracy that was being hatched in official circles against [national] institutions". "If some powerful force", he warned, "does not intervene in time [...] a terrible blow suddenly will shake the nation to its deepest foundations. [...]. A long prepared plan is about to be executed by a small group of men, so small that they can be counted on one hand, intending to enslave Brazil. [...]. The nation turns to its military leaders: in suspense, awaiting the killing blow or the saving word". Apparently, Américo had declined to sign the manifesto, on the advice of friends, who thought it would likely hurt him more than do any good in stopping the coup. Ironically, at about the same time, Generals Dutra and Góis and Admiral Guilhem were at Campos's home going over the text of the new constitution.¹⁷

The next day, in the Chamber of Deputies, João Carlos Machado, an ally of Flores, read to the deputies Salles's appeal to the military to resist the coup. In the Senate, Paulo de Moraes Barros, the nephew of President Prudente de Moraes (1894-98), did the same. Luzardo, who had returned quickly from Porto Alegre, was on hand to witness the scene in the chamber. The "atmosphere was", he thought, "revolutionary". He hurried to the Catete Palace to inform Getúlio. He warned that "tomorrow the Nation will know everything. [...]. Either you stage the coup today, gaining the upper hand, or their revolution will be in the streets. Call Dutra and Góis. It has to be today". In the meantime the Salles manifesto was reaching the barracks and the lower officer ranks. As Dutra left his home he told his family: "Either Dr. Getúlio unleashes the coup today, or he won't be able to". In trying to stop the plot Salles succeeded in precipitating it.¹⁸

In the course of the planning Dutra and Góis strove to lower the profile of army involvement, perhaps due to what Getúlio called "the intrigue and division of the military". It was to that division and because D-Day was known to be the 11th that it was "necessary to precipitate the coup, taking advantage of surprise". With Müller, Campos, and Dutra, Vargas arranged the final steps. Dutra ordered the 1st, 2nd, and 3rd Military Regions to stand ready, and alerted the other regions that highly important political events were about to occur and that they should be ready to act. However, it would not be federal troops stationed outside

¹⁶ Vargas (1995, 2: p. 80-81); on Negrão de Lima's mission see Carneiro (1977, 2: p. 208-210). Luzardo was Chair and Negrão was secretary of José Américo's election committee.

¹⁷ The manifesto's text appears in many places, I used Carneiro (1977, 2: p. 210-211). See also Scotten, Rio, 20 November, 832.00/1111 and /1106, RG 59, Nara and, on Américo's refusal to sign, Junior; Leite (1983, p. 267).

¹⁸ "João Carlos Machado", DHBB, 3: p. 1.989-1.991; "Paulo de Moraes Barros", DHBB, 1: p. 331; Junior; Leite (1983, p. 269); Vargas (1995, 2: p. 82-83). Originally the plan was to stage the "reform" on Republic Day, November 15.

the closed houses of Congress, but the federal district's military police. At six a.m. Müller informed the acting president of the Senate that the Congress was dissolved, but *Mineiro* Pedro Aleixo, president of the Chamber of Deputies, suffered the embarrassment of being turned away by the police. Also in the early hours Dutra went to the São Cristóvão district to check on the readiness of the 1st Cavalry Regiment and the Guard Battalion. Vargas had Luzardo inform José Américo of the coup. Awakened very early by the head of his campaign committee, the candidate accepted the inevitable: "It wasn't I who failed; it was Brazil itself that was deaf" (Vargas, 1995, 2: p. 82-83; Carneiro, 1977, 2: p. 211-212).

On that overcast November 10th at ten in the morning, the cabinet, save for the dissenting minister of agriculture, signed the new constitution. During the day eighty members of congress sent congratulatory messages. Those associated with Salles were under house arrest. In the afternoon, the foreign minister called in the American ambassador to assure him that there would be no changes in foreign policy and that the government would be very liberal toward "foreign capital and foreigners who have legitimate interests in Brazil". That night at eight Vargas addressed the nation by radio. The political parties, infected by regionalism, he claimed, were subverting order, threatening national unity and endangering Brazil's existence with their polarizing rivalries and encouragement of civil disorder. To avoid Brazil's disintegration he had decided to restore the national government's authority. He reviewed the country's economic and military needs: suspension of foreign debt payments, construction of railroads and highways into the vast interior, and reequipping of the armed forces. All of which he linked directly to "the important problem of national defense". He emphasized that it was "urgently necessary to provide the armed forces with efficient equipment that will make them capable of assuring the country's integrity and independence". For those reasons there had been no other alternative to "installing a strong regime of peace, justice and labor".¹⁹

What did Vargas get from this army support? Clearly he kept the presidency until October 1945, but this meant more work and personal sacrifice. He may have loved power, but surely his motivations were more complex than enjoying being president. His thirst for power had other elements driving it. He and the generals shared a dream, perhaps not with the same details, but they dreamed of an important, flourishing nation spread over a splendidly magnificent portion of the Earth, living and producing in security and happiness. Vargas was dedicated to the improvement of Brazil and was confident in his ability to make the right decisions for his country. However, he was careful to seek advice and not to get too far ahead of the elite's opinion. He did not rob the treasury, and after his demise his family was not markedly wealthy.

The evidence available does not make clear, whether the dictatorship was Getúlio's idea or that of the generals. Getúlio once joked with a friend, who was also a high-ranking officer: "In 1930 I made the revolution with the *tenentes*, in 1937 with the generals". His daughter said

¹⁹ McCann (1973, p. 46-47); Vargas (1937, 5: p. 19-32), quotations from 28.

that he acted to prevent a military dictatorship, but the minutes of the generals' meeting of September 27th stated that they did not want one.²⁰ Does it matter who first expressed the idea? Perhaps not, but it does matter why the army supported dictatorship. On a personal and institutional level the coup insured that Dutra and Góis would remain in charge of the army, allowing them to shape its continuing professionalization according to their ideas.

The army, represented by its top generals, wanted to safeguard the country. They believed that the army could not do so under the regime of 1934, so they toppled the constitutional government in the name of the higher good of the security of the *Pátria*. Vargas made a pledge, or *compromisso*, that he would equip and arm the armed forces so that they could carry out their assigned duty, in return they would provide the muscle for a regime of force and national development. On November 17th Vargas wrote Aranha to explain why he had changed the constitution and to say that he needed him in Washington to obtain American capital for a great reform and development program centering on "large acquisitions of material for our military and railroads".²¹

In a series of speeches in early 1938 he repeated the *quid pro quo* in various ways. In his New Year's radio address he said that Brazil had "a mission in America and in the world" of mobilizing the riches of half a continent, which "we cannot leave undefended. We are stubbornly working on the equipping and preparation of the armed forces, which bring together thousands of Brazilians disposed to sacrifice everything for the integrity of the *Pátria*". In Porto Alegre, a week later, he told an elite audience that he was happy to be back in his native Rio Grande, now safe from the dangers of civil war. Even more pointedly, in his address at the banquet offered to him by the 2nd Independent Cavalry Regiment in his hometown of São Borja, he declared that he had "tried always to enhance the prestige of the army, because the greatness of the country is founded on the army. [...]. I have counted on the army, principally, to put down the 'political bosses', who were attempting to set up a regional hegemony to supercede the authority of the central power, weakening Brazil. Today, all this is assured". The mission of the armed forces was to guarantee order, so that there would be public confidence. And then stating the *compromisso* succinctly: "Give me order and tranquility and I will restore the finances, develop the economy, and construct all that which our raw materials could give us; [...] the iron necessary for our industries and for our progress, from locomotives to aero-planes. [...]. For this [...] I need order. But I trust in you who are the Nation".²²

20 Nélson de Mello quoted in Lima (1986, p. 204); "Nélson de Mello", DHBB, 3: p. 2.191-2.194. Vargas's daughter Alzira Vargas do Amaral Peixoto told me this in an interview on 10 August 1969. There is a discussion of this question in my *Brazilian-American Alliance, 1937- 1945*, p. 43.

21 Getúlio Vargas to O. Aranha, Rio, 17 November 1937, AOA, FGV/CPDOC. He also stressed that he wanted to use American capital "so that we would be able to avoid accepting offers from other countries [read Germany?], that I have resisted and intend to resist".

22 Vargas (1937, 5: p. 127-128 (New Year), p. 145 (Porto Alegre)); rest is from Robert M. Scotten, Rio, 19 January 1938, Dispatch 272, 832.001 Getúlio Vargas 10/47, RG59, Nara.

The clearest statement of this *compromisso* was that of Góis in his general staff report for 1937. Góis charged that the 1934 law specifying that army reorganization was to be completed within three years had not been fulfilled. The army was, he said, “fragile, more fictitious than real”, its big units were “dismantled [...] incapable of being mobilized in reasonable time and employed in any situation”. The General Staff’s worries about Brazil’s military weaknesses, he wrote, had intensified with the news that Chile was renewing its army’s equipment and that Argentina was improving its armament, expanding its weapons industry, and generally developing its military capabilities. In the United States, Roosevelt was calling for the “prompt and intensive equipping of its armed forces”. The nations of the globe were preparing for war. “The violence in Abyssinia, China, and Spain were”, Góis asserted, “true practice wars to test the means of destruction and protection” in rehearsal for a great and decisive struggle. Neither pacifist illusions nor Brazil’s turn-of-the-century Krupp artillery would be able to protect it”. On Brazil’s very borders the “ex-belligerents of the Chaco, despite the interminable peace conference in Buenos Aires, had returned to the path of complete rearmament, in expectation of another appeal to arms”. Góis warned that “the moment, in which we are living, imposes a radical transformation of [our] military organism [...] [because] we remain paralyzed, about a decade behind”. These circumstances motivated Góis and Dutra “to solicit insistently from the President of the Republic all the measures required for the reform of our [army’s] structure”.²³

He ended the report with a review of the “internal situation” in which he cast the struggle with Flores as the “extermination of *caudilhismo*”. He said that he had battled “with all of his soldier’s soul for inviolable national unity and for the prestige of authority”. In November 1935 “subversive elements [...] following instructions from Moscow”, he declared, had threatened that prestige. And finally, “the secret document captured last year” [Cohen Plan] had led “all the country’s classes, through their legitimate representatives, to agree that exceptional powers, in such emergency, should be given to the Sr. President of the Republic”. The need for the declaration of a state of war amounted, in his mind, to a condemnation of the 1934 regime as incapable of “promoting the happiness of the *Patria*”.²⁴

Góis had the “firm conviction that the action of November 10th responded to an inevitable national necessity and, at least, [was] a barrier against the political-military decomposition that had progressed to a well advanced degree”. The constitution of 1934 was proof, Góis lamented, that Brazilian statesmen had turned their backs on the “politics of reality”. They had evoked the ideas of other countries without paying attention to how those countries actually solved their problems. The 1934 regime had the trappings of constitutional rule without the mechanisms, mentality, and traditions that made such a government work. The army would do its part and “the government will do the rest,

23 EME (1938, p. 4-5, 8-9). “Hereditamos [...] um Exercito quasi que apenas nominal, desprovido do essencial e, portanto, imprestável para o campo de batalha” (p. 5).

24 Ibidem, p. 37-39.

fulfilling the *compromisso* it assumed to equip the Armed Forces so that they can carry out the roles reserved to them”.²⁵

In May 1938, Dutra stated the *compromisso* more succinctly, writing that the government “only wished peace and tranquility to develop the country economically and financially. In order to carry out its program of national renewal the government depends on the army”. In his annual report to the president he affirmed that “the army no longer is interested in questions of party politics”. And clarifying somewhat, he assured Vargas, that if any rare intervention occurred, it would be “under the command of authorized chiefs to assure liberty, maintain law and order”. As a mere spectator of the political scene, following unfolding events from outside, “the army, every day more”, the minister assured the president, “constitutes the support on which the Government can count, anytime that noxious elements try to subvert order or attack the integrity of the *Pátria*”.²⁶

This moment changed the way the army thought of itself.²⁷ From 1937 onward the army, in the persons of its senior officers, asserted the institution’s right to be national moderator. Vargas’s *compromisso* opened the gate and the generals marched in.

Throughout the 1930s the general staff had pointed repeatedly to the United States as the best source of arms and of investments in industry. But just as Brazil was taking the turn toward more centralized and authoritarian rule, Germany was becoming an important market for Brazilian goods, particularly cotton and food stuffs, and an enthusiastic arms supplier. The famous pre-World War II American-German competition for Brazil had its origins not in ideology, but in the need of the Brazilian armed forces to arm themselves. In June 1935, the Vargas government had arranged an informal compensation trade arrangement with Germany that through elaborate exchange mechanisms allowed Brazil to use its natural or agricultural products to obtain German manufactures. The United States objected strenuously to this closed system that removed Brazilian-German trade from the broader international system based upon gold and convertible currencies. As a result of the close linkage between obtaining arms and Brazil’s international trade, the military were more than interested observers of foreign commerce; they were direct participants in the debates that shaped the government’s policies.

The Brazilian government’s attitude toward the United States prior to the turn of events of 1937 was to see the northern republic as a natural ally. After their cordial meeting in late 1936, Vargas proposed to Roosevelt that their representatives discuss full military and naval cooperation, including building of a naval base in Brazil for American use in the event of a war of aggression against the United States.²⁸ But Washington did not act and Brazilian leaders

25 Ibidem, p. 40-41.

26 MG, *Relatório...*, op. cit., p. 6-8.

27 It has been the view of scholars that with the overthrow of the Empire in 1889 the armed forces “assumed the function of the moderating power”. See, for example, Schneider (1991, p. 9).

28 Sumner Welles to F. D. Roosevelt, Washington, 26 January 1937, PPF 4473 (Vargas), FDRL. This contains Vargas’s message, which said in the event of an attack upon the United States “the vital interests of Brazil would necessarily be involved”.

turned to their own needs and solutions. The high American prices, unfavorable payment conditions, and neutrality laws led the Brazilians to turn to Europe, ordering artillery in Germany, light infantry arms in Czechoslovakia, and warships in England and Italy. In the United States they ordered aircraft and material to lay down some destroyers.²⁹

The Brazilian generals were painfully aware that their coastal artillery guarding the country's ports could not stop an Argentine, let alone a German, naval attack. According to Chief of Staff Góis Monteiro, it would take five years to make their defense plans operational.³⁰ It was to remedy the vulnerability of the ports and land frontiers that the army placed an order in Germany for [U. S.] \$55,000,000 in artillery and accessories in March 1938. The weapons were to be paid for mostly in compensation marks earned in the trade with Germany. From at least June 1936, Vargas had been worried about how to pay for the armaments. On June 15, 1936 he had noted in his diary that the only way to make the necessary purchases would be "a great reduction in payment of the foreign debt" and that could not be done under "the political regime that we are following" (Vargas, 1995, 1: p. 523-524). Ultimately, defense policy drove the Vargas-Dutra-Góis alliance that resulted in the authoritarian Estado Novo.

Bibliographical references

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983.

CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARNEIRO, Glauco. *Luzardo: o último caudilho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CONNIFF, Michael. *Urban Politics in Brazil: The Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1981.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

DULLES, John. *Vargas of Brazil: A Political Biography*. Austin: Univ. of Texas Press, 1967.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1936*. Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1937.

_____. *Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1937*. Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1938.

HILTON, Stanley. *Brazil and the Great Powers, 1930-1939: The Politics of Trade Rivalry*. Austin; London: Univ. of Texas Press, 1975.

²⁹ Oswaldo Aranha to Sumner Welles, Rio, 8 November 1938, AOA, FGV/CPDOC.

³⁰ Idem.

JÚNIOR, Novelli; LEITE, Renault (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LIMA, Valentina da Rocha (coord.). *Getúlio, uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MCCANN, Frank. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1973.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (Departamento de Aeronáutica Civil). *A linha aérea internacional da América do Norte a Buenos Aires através do Brasil e do Paraguai*. Rio de Janeiro: Oficinas dos Correios e Telégrafos, 1937.

SCHNIDER, Ronald M. *Order and Progress: A Political History of Brazil*. Boulder: Westview Press, 1991.

SILVA, Hélio. *1937: todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VALLADARES, Benedito. *Tempos idos e vividos: memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1995.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Recebido em 10/3/2017

Aprovado em 25/4/2017

POPULISM DURING THE ESTADO NOVO POPULISMO DURANTE O ESTADO NOVO

MICHAEL L. CONNIFF | Professor Emeritus da San José State University. Ph. D. Stanford University.

RESUMO

Embora as eleições tenham sido suprimidas durante o Estado Novo, alguns políticos ganharam experiência valiosa com técnicas que mais tarde se chamariam de populismo. Este artigo descreve a criação deste estilo pelo prefeito Pedro Ernesto e as carreiras de outros seis líderes chamados de populistas. Conclui-se que o regime Vargas realmente ajudou na ascensão do populismo.

Palavras-chave: populismo; Estado Novo; Pedro Ernesto Batista.

ABSTRACT

Although elections had been suppressed during the Estado Novo, some politicians gained valuable experience with techniques that were later called populism. This article describes the creation of this style by Rio's prefeito Pedro Ernesto and the careers of six other leaders who were also called populists. It concludes that the regime Vargas actually helped the later rise of populism.

Keywords: populism; Estado Novo; Pedro Ernesto Batista.

RESUMEN

Aunque se suprimieron elecciones durante el Estado Novo, algunos políticos ganaron experiencia valiosa en las técnicas que después se conocieron como populismo. Este artículo trata de la creación de este estilo por el alcalde de Rio, Pedro Ernesto y de las carreras de seis otros líderes. Termina aseverando que el régimen de Vargas estimuló el ascenso del populismo.

Palabras clave: populismo; Estado Novo; Pedro Ernesto Batista.

The Estado Novo has traditionally been seen as a dark period, a time of autocracy and intellectual hibernation. Getúlio Vargas put his stamp on the regime, shutting down the open politics that had prevailed after the 1933-34 constitutional convention. The army became the backbone of government, police at several levels spied on citizens, censorship and propaganda were imposed, and appointed interventors in every state but Minas carried out Vargas's wishes. This was not a fertile ground for germinating the seeds of populism, which would only sprout and flourish after World War II. Vargas himself eschewed activities that could be construed as populist, even though some of his initiatives played into his later images and successful election in 1950 (Conniff, 2012, p. 48-70).

Not by accident, Brazil's first populist, Pedro Ernesto Batista, who had pioneered this new style of campaigning and coalition-building during his 1931-36 term as *prefeito* of Rio de Janeiro, found himself under attack by the rising forces of the army and police in 1936, presaging the rightist turn Vargas took toward the Estado Novo. Vargas acquiesced to the police arresting, trying, and convicting Pedro Ernesto of conspiring with communist leaders in their 1935 *intentona*, a violation of the National Security Law. Pedro Ernesto appealed and won acquittal the following year, and upon release he was greeted by cheering crowds of supporters in the streets. His apparent resurrection helped to trigger Vargas' and the generals' decision to execute the Estado Novo coup. I called this antagonism between populism and autocracy during the Estado Novo a *danse macabre* in my study of Pedro Ernesto (Conniff, 2006).

Some future populist leaders picked up ideas during the Estado Novo and began to experiment with the new style. This article presents some of their experiences from a period not generally thought to be welcoming for populism. It draws on research I conducted for a comparative biography of nine major figures in the post-World War II era.

PEDRO ERNESTO BATISTA

A handsome man of warmth, charm, and charisma, Pedro Ernesto had founded a successful surgical clinic in Rio in the 1920s, then joined the 1930 revolution and played a role in military affairs during Vargas's first two years in power. He presided over the influential Club 3 de Outubro and served as its liaison with Vargas, and he also became the president's family physician. In 1931, in an attempt to restore democratic government, Vargas appointed Pedro Ernesto as *interventor* in Rio, partly to prevent uprisings in the capital. The new mayor formed a party and became *prefeito* in 1933, campaigning on the theme of granting Rio, then a federal district, self-government. In 1934 he won again in Rio's first direct mayoral election and carried out a wide-ranging program devoted to building schools and hospitals. By 1935 he had become one of several up-and-coming figures considered for the presidential election scheduled for 1938. I argue that he was Brazil's first genuine populist.

Pedro Ernesto attempted to bridge the growing gap between the left and right in the mid-1930s, and he inadvertently angered top police, judicial, and army officials by clandestine contacts with communists, including Luís Carlos Prestes. Months after the *intentona*, when

these contacts came to light, authorities removed Pedro Ernesto and jailed him. After fifteen months of deliberations, the National Security Tribunal, hearing accusations against Pedro Ernesto and others implicated in the revolt, reached a guilty verdict in May 1937. It sentenced him to three years and four months in prison. He immediately appealed to the Supreme Military Tribunal, and four months later he was absolved of the charges. Rio politics seemed to play a part, because by then the two presidential candidates for the January 1938 election assiduously courted the former mayor, to gain some of his aura as a popular urban leader, to win over his campaign workers, and to attract the voters he had mobilized. The whole city awaited the freedom of their martyred leader in mid-September.

The day of Pedro Ernesto's release from the hospital where he had been held turned into a veritable Carnival, as businesses and government offices shut down to let their employees pour into the streets. Huge crowds formed a human torrent that pushed his car through the city to the main plaza, where he gave a prepared speech. In it he denied ever being a communist and denounced the current municipal administration as illegitimate. Physically weakened, he left in order to recuperate at home, without revealing which of the two presidential candidates he would support.

Two weeks later Pedro Ernesto made his announcement, backing the former governor of São Paulo, Armando Sales de Oliveira. Of the two, only he had a decent chance of winning and of preventing a *coup de état* that everyone suspected Vargas of plotting. Yet Pedro Ernesto's endorsement inadvertently triggered the coup that ended democracy and gave the nation the Estado Novo dictatorship. In brief, the possibility that popular forces in Rio and elsewhere might mobilize for an election aroused the fears of army leaders, especially Eurico Dutra and Pedro Aurélio de Góis Monteiro, that leftists might gain the upper hand in the new government. They stepped up plans to shut down Congress, suspend civil rights indefinitely, and cancel the election.

Even before the coup, Pedro Ernesto was charged again, this time for corruption, and was arrested trying to escape to São Paulo. He spent four more months in jail and expended most of the family's resources defending himself. During nearly three years in jail he had to sell his share in the *casa de saúde* and practice medicine elsewhere to cover legal expenses. He never returned to politics. His only public statement was to encourage Brazil to stand with the European allies against the Axis in World War II.

In 1942 Pedro Ernesto traveled to New York, where he was diagnosed with untreatable prostate cancer. When he returned to Rio he made one last pronouncement, in favor of Brazil joining the United States in World War II. He died in August, shortly before Brazil entered the war.

Enormous crowds turned out for Pedro Ernesto's funeral, dwarfing those of his release in 1937. His cortege was the longest ever recorded. *Favelados* and samba school dancers joined limousines and town cars inching toward the cemetery, carrying flowers and other offerings. *Time Magazine* called him the most beloved man in Brazil. A special Carnival verse was composed in his honor. For months afterward religious services were held for him (Conniff, 2006, chapter 9).

The politician who inherited Pedro Ernesto's popularity was, ironically, Getúlio Vargas, who did not even attend the funeral. Yet that same year he began preparing for a return to democracy when the war ended, and his strategies drew unmistakably on the former mayor's achievements. Vargas's delivery of labor benefits, services to the poor, and developmental nationalism earned him the popular image of "father of the poor". His increased use of modern media and public relations mirrored the Carioca populist experiment of the mid-1930s (Conniff, 2006, chapter 10).

ADEMAR DE BARROS

Paulista Ademar de Barros was 36 when he received an invitation from Vargas to step in as *interventor* of São Paulo at the outset of the Estado Novo. He ended up serving four years before being removed for political reasons, yet during those years he perfected what would become a quintessential style of populism, which some called *Ademarismo*. Observers were surprised by his appointment because when he was in the state legislature in the mid-1930s and had roundly criticized Vargas and the sitting governor, in the name of the discredited Partido Paulista Republicano. Besides, he was virtually unknown outside the Paulista capital.

As Vargas went about replacing all but one governor with *interventores*, leading figures in São Paulo had appealed to him to appoint someone from their state, to avoid the humiliation of an outside agent controlling them, as had happened after their civil war defeat in 1932. Vargas requested a list of ten potential nominees from them, and to everyone's surprise he chose the last name on the list, that of Ademar de Barros. He did so precisely because Ademar's lack of local prominence would make him more dependent on the president's good-will (Sampaio, 1982, p. 41-42; Mayer, 2001).¹

Ademar threw himself into the job of governing the state as if he had won a legitimate mandate instead of a grudging selection by the dictator Vargas. He immediately began building an administration that could serve as an election vehicle, independent of Rio de Janeiro and the traditional PRP leaders. He fired all mayors in the state and replaced them with young people who would be dependent on him, just as he was on Vargas. He undertook ambitious projects, building roads, schools, asylums, and hospitals, while publicizing his achievements through well-nourished media campaigns. He instituted regular evening radio broadcasts imitative of Franklin Roosevelt's fireside chats, and he purchased numerous radio stations to form a statewide network. He also published magazines and commissioned documentary films boasting of his work on behalf of the state. He financed these activities partly with family money and increasingly with kickbacks from state construction contracts.

1 Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>>. Vargas had earlier used the same strategy in selecting the *interventor* of Minas Gerais, another powerful state.

His wife Leonor, whom he had wed in 1927, became active leading women's charitable organizations.²

The well-known architect Francisco Prestes Maia became mayor of São Paulo, and with Ademar's backing he modernized the city and encouraged redevelopment. Major highways and bridges facilitated urban traffic, and channelizing the Tietê River opened new land for expansion. The city was on its way to surpassing Rio de Janeiro in population, as it already had in manufacturing.

Ademar took special interest in the cities and towns of the interior, looking ahead to future elections. He took personal part in and credit for hundreds of projects inaugurated in the interior, usually traveling in his own airplane to attend them. He cultivated the image of an energetic, progressive manager who cared about the well-being of the poor. His radio style resembled the interior *caboclo* manner of speech, with rural syntax and simple vocabulary that was familiar and reassuring to listeners. In fact, this became his principal source of charisma.

Ademar stimulated the state's economic growth with a development board he himself presided over. He brought together leaders of the manufacturing, commercial, financial, and trade associations to advise him, and he lobbied federal authorities to expand business opportunities in his state. Partly due to the Depression and increasingly to world demand generated by World War II, Paulista industry grew robustly. Ademar construed this as the Paulista *productive classes governing their own enterprise development*. He became the *quintessential Paulista booster*.

The sheer scope and ambition of Ademar's administration awakened suspicions about the governor's intentions and probity. Construction contracts usually produced kickbacks for him. Important politicians who found themselves isolated from influence complained to Vargas that Ademar was creating his own state-within-a-state. Ademar overreacted to events commemorating the founding of a reformist party in the 1920s and jailed some of its leaders. He also took over the prestigious newspaper *O Estado de São Paulo*, on the grounds that its owners were involved in a conspiracy against him. A book came out with details of Ademar's crimes and misdeeds, but Vargas did not authorize any judicial action against him. Still, the list of the governor's transgressions and enemies grew to the point that Vargas decided to remove him in 1941 (Sampaio, 1982, p. 43-47; Mayer, 2001).³

Ademar returned to private practice and his businesses until the end of the war, and then he resurrected his political career, emphasizing his image as an efficient and dynamic administrator who had the interests of both the poor and the rich at heart. He also called together the people who had worked with him and benefitted during his previous term.

2 The Arquivo Ademar de Barros (AAB), consulted in São Paulo in 1987, focused on the governor but also separately contained papers of Leonor Mendes de Barros, including a biography.

3 His archive contained hundreds of telegrams congratulating him, perhaps used to fend off his firing but also providing contacts for his eventual return to politics. Vargas's archive contains spy reports from this period: cf. GV 40.11.04 (conf.), "Depoimento do Sr. Carlos MacCracken"; FGV/CPDOC.

Although at first he joined the opposition UDN, he was not comfortable there and instead created his own party which, after several mergers and acquisitions, became his flagship Social Progressive Party (PSP). In 1945 two of his lieutenants won election to the federal constitutional convention and subsequent congress.⁴

JUSCELINO KUBITSCHKE

Born in Diamantina, MG, in 1902, Juscelino was a year younger than Ademar, but unlike the Paulista, he grew up dirt poor and scrambled to establish himself in medicine and later in politics. He first taste of life in Rio came when he served in the 1933-34 constitutional convention there. In 1933 Juscelino joined the dominant state party of Minas and was appointed secretary. He won election to the 1933-34 constituent assembly, upon which he resigned his state position and moved to Rio. His mentor and friend from the 1932 São Paulo war, Benedito Valadares, meanwhile, won election governor of Minas. During his two years in Rio Juscelino returned frequently to Diamantina, where he became a political chief, asserting influence over local elections for mayor and councilmen and arranging for state construction projects.

In 1937, in the months leading up to the Estado Novo coup, Juscelino began considering a run for the 1938 gubernatorial election. As it turned out, however, he did not switch sides in time to become part of the new regime, to which he was philosophically opposed, and he withdrew from politics. He remained friends with Valadares, however, who had switched sides and kept his position as governor.

For the next two and a half years Juscelino resumed his private medical practice and his post as medic in the state police, winning a promotion to lieutenant colonel. He also continued to oversee political life in his native Diamantina (Alexander, 1991, p. 46-51; Pantoja, 2001).⁵

Governor Valadares appointed Juscelino mayor of the capital, Belo Horizonte, in 1940, a position that would encourage him to build a political following and develop his administrative skills. Throughout these years he continued to oversee the surgery unit in the police hospital and maintained his services at a charity clinic, usually operating in the mornings. His mayoralty emphasized construction, innovation, and infrastructure. His signature project was a new park, Pampulha, with architecturally advanced buildings designed by Oscar Niemeyer, which became a tourist site. But he also modernized the water and sewage systems, which had not been updated since the city was founded in 1895. He laid out garden suburbs and paved major streets connecting the city to interstate highways.

4 See the long study by Frederico Thiessen, "Sugestões para a campanha eleitoral pro A.B.". *Correspondência Geral* 1948, AAB.

5 Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>>.

He also created the school of architecture and fine arts, which was later merged into the Federal University of Minas Gerais. It was an impressive and energetic administration.

Juscelino honed his political skills during these years, forming over a thousand neighborhood improvement committees as part of his planning process. He believed that his physical presence reassured citizens and gave them confidence in his work. He relished face-to-face contact with residents and became a one-man propaganda machine on his own behalf. When elections were finally scheduled for December 1945, for president and a constitutional convention, which would later be converted into congress, Valadares and Juscelino immediately filed papers to create a branch of Vargas's Social Democratic Party (PSD) in Minas. They began to mobilize public opinion for elections, using the neighborhood committees Juscelino had set up as mayor. In June they endorsed the nomination of General Eurico Dutra, minister of war, for president (Alexander, 1991, p. 52-71; Simões, 2000, p. 47-88).⁶

Juscelino, chosen as secretary of the state PSD, traveled throughout the state meeting local leaders and providing instructions for the coming elections. He was far more personable and out-going than the taciturn Valadares or the patriarch, Israel Pinheiro, or even the typical Mineiro politician. He also stood for election to Congress in December (Pinheiro Neto, 1977, p. 29-30).

With PTB help the PSD elected Dutra, and Juscelino received the second-highest number of votes for deputy in the state. He quickly lobbied the new president to appoint one of his men as the new mayor of Belo Horizonte. So after a slow start in the Estado Novo, Juscelino landed on his feet as mayor of Belo Horizonte and never looked back.

CARLOS LACERDA

The only true carioca among the populists I studied, Lacerda grew up in a very political family that lived in the capital and on his grandfather's coffee plantation in the Paraíba Valley. A brilliant and ambitious young man, he followed the family profession by enrolling in law school in 1932, but he soon became enamored of leftist politics and took a leadership role in the youth wing of the communist party, which was illegal at the time.

As a young adult, Carlos displayed remarkable attributes for a Brazilian male. He was smart without being intellectual, very outspoken in his leftist politics, daring and confrontational in espousing his views, and increasingly skilled as a writer and speaker. He was comfortable living on the fringes of society, especially while exiled on the family farm. He also took interest in the city's samba music, appreciating its value and authenticity but decrying its commercialization as entertainment for the rich (McCann, 2004, p. 62).

Before the Estado Novo coup in late 1937 Carlos traveled incognito to Bahia to campaign for the only viable anti-Vargas candidate, José Américo de Almeida, and while there he

⁶ Kubitschek interview with Riedinger, Nov. 4 1975, AJK papers, Museu da República.

learned about the deep poverty in the Northeast and began chronicling the plight of the region's people. He also worked hard in the campaign before being arrested and jailed. Later he was released and allowed to join his father working on the family farm. During these years he met his future wife Letícia (Dulles, 1991, v. I, p. 46-50).

After the onset of the Estado Novo dictatorship, Carlos began writing journalistic articles to make money, and he inadvertently ran afoul of the PCB in 1939. The newly-founded Department of Information and Propaganda (DIP) commissioned a study of the communist movement in Brazil, and Carlos wrote a long piece as a free-lancer, trying to withhold information that might be harmful to party leaders. He intended to make it an honest account that would not damage anyone with names or secret revelations. He was taken aback when the article was criticized sharply by his former associates, who expelled and barred him from party activities. He had not been a formal member, but he had been a long-time sympathizer, so this marked a very serious break in his ideological trajectory (Dulles, 1991, v. I, p. 51-56; Lacerda, 1978).⁷

Carlos's separation from the PCB and his marriage marked another turning point in his life, the beginning of a long drift toward the political right and Catholicism. To make ends meet he began taking on more writing work from the DIP, mostly translating material supplied by the U. S. Coordinator for Inter-American Affairs. From 1940 until the end of World War II, the U. S. government worked closely with Brazil to promote better understanding and cooperation between the two allies. They also disseminated anti-Japanese and anti-Nazi materials. By 1943 Carlos also wrote regularly for the *Diários Associados* newspaper chain, then went over to write for two other major dailies. He tried unsuccessfully to enlist in the army (Dulles, 1991, v. I, p. 57-65).⁸

MIGUEL ARRAIS

Born in the small town of Araripe, Ceará, in 1916, Miguel Arrais grew up in a rural middle class family. His father was a local merchant and his mother belonged to a clan with long-standing political clout there and in larger cities. His parents were related and shared the family name Alencar. Miguel was the oldest of seven children and the only boy (Barros, 1965, p. 11).⁹

After his high school graduation in 1932, Arrais moved to Rio de Janeiro, sponsored by a maternal uncle, to find work and enter the university. The following year he enrolled in law school, coincidentally in the same class as Getúlio Vargas's daughter Alzira. But without a job

⁷ Lacerda (1978), ch. 2 and a reprint of his article for the DIP on p. 413-441.

⁸ On the U. S.-Brazil goodwill program, see Tota (2009). I found no indication why he was turned down for service. Keller (2001). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>>.

⁹ Socorro Ferraz Barbosa, interviewed by the author May 4, 1987; The Alencar surname enjoyed long prominence in Northeastern politics, culture, and society.

in an economic depression, he decided to return to Recife, where he got a position in the Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), an agency Vargas had established to protect growers and refiners. He also began studies at the law school there. He was involved only marginally in student politics due to his need to work. He graduated in 1937, along with others who would become prominent, among them Mauro Mota, João Agripino, Abelardo Jurema, and Mario Bipes.¹⁰

Arrais' son recalled that his father had a natural inclination toward engineering and intended to pursue that career. But when he learned how much mathematics it would take, he opted for the traditional law degree. Still, in later years Arrais showed a strong affinity for engineering projects and technical problem solving.¹¹

In 1940 Arrais worked on a major project for the IAA, developing a legal code for the sugar industry, which became law in 1941. As a result of this, he was promoted to a position overseeing all northeastern sugar matters. In 1943 his maternal uncle wrote a letter of introduction to the governor of Pernambuco, asking that Arrais be given a permanent position in the IAA in Recife, where he soon was relocated.¹² In this new role he wrote a proposal for a tax reform that brought him to the attention of a rising star in Pernambucan politics, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. The latter, appointed director of the IAA offices in Rio, called Arrais to organize the agency files. Arrais visited the foreign affairs ministry, and used the filing system of Itamaraty as a model to overhaul the IAA records. Up to this point, Arrais had followed a standard career for a young bureaucrat, evincing little interest in politics.

JÂNIO QUADROS

Jânio Quadros was born in the interior of the country, in Campo Grande, Mato Grosso, in 1917. His father, Gabriel Quadros, was originally from the state of Paraná, and his mother was the daughter of an Argentine rancher. In 1918 the family moved to Curitiba, where his father, a physician and pharmacist, found a job in the public health service. Gabriel became active in the state republican party, ran for office in Curitiba, and served in the state legislature. He opposed the Vargas revolution in 1930, however, and lost his job (Castro, 1959, p. 33-34; Mayer; Xavier, 2001).

In 1930 Gabriel moved north to São Paulo and found jobs in interior town clinics, after which he brought the family to live with him.

¹⁰ Miguel Arrais, interviewed by the author, May 8, 1987; Maximiano Accioli Campos, interviewed by the author, May 7, 1987. His law studies were comparable to an undergraduate course in the United States. The classmates cited became prominent politicians or men of letters, and two recorded oral histories used in this study. Pantoja; Lemos (2001). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-Arrais-de-alencar>>.

¹¹ José Almino de Alencar, interviewed by the author, July 22, 2011.

¹² José Arrais de Alencar to federal interventor Agamemnon Magalhães, June 13, 1943, FGV/CPDOC.

In 1933 they settled permanently in the capital. Jânio started his high school studies in Lorena and later finished in the São Paulo Archdiocesan High School. His sister died at this time, and his mother raised him as an only child. Upon graduation in 1935 Jânio began teaching in elementary schools and also enrolled in the São Paulo law school. He participated in student politics and was elected the secretary of his club. After graduating in law in 1939, he set up a small practice in downtown São Paulo and taught in two traditional high schools. He also fell in love with and married Eloá do Vale in 1942, and their only daughter, Dirce Maria "Tutu," was born in 1944 (Castro, 1959, p. 35-36; Mayer; Xavier, 2001).¹³

JOÃO GOULART

"Jango" Goulart, as he came to be known, grew up on a cattle ranch in Rio Grande do Sul, near the Vargas family ranch. Born in 1919, he was too young to participate actively in Estado Novo politics. Still, being raised by a prosperous and influential family, he seemed destined for a political career from an early age.

Upon graduation from high school, in 1934 he moved back to Porto Alegre to attend a college prep program in order to qualify for law school. In 1935 he began his law studies, earning a degree in 1939 that he would never actually use in court. Although he did not participate much in student politics, just before graduating he helped found the National Union of Students. He returned to São Borja frequently to help with the family businesses. During this period he became a close friend of Getúlio's son Manuel Antônio "Maneco" Vargas.¹⁴

Jango's father developed cancer in the early 1940s, so as eldest son Jango took responsibility for the ranches and processing plants. He was 24 years old when his father died in 1943, whereupon he inherited 14 thousand hectares of ranchland and 30 thousand head of cattle. During these years he was able to restore the enterprises to profitability, making the Goulart one of the richest families in the region.

LEONEL BRIZOLA

One of the poorest youths in my study to go on to prominence, Leonel Brizola escaped rural isolation in Rio Grande do Sul by moving to Porto Alegre and pursuing school and work. Very smart and ambitious, he used his personal charm to gain experience during the 1930s. Leonel again looked for work and managed to find a landscaping job with the city. For a while he lived in a plant nursery. "I wanted to be isolated," doing penance for earlier excesses.

¹³ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>.

¹⁴ Ferreira (2001). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. José Gomes Talarico excerpt in Jurema (1979, p. 163-182). On his early life, see also Gomes; Ferreira (2007, p. 15-19).

While working there he completed his regular high school studies at night, managing also to rise to parks director. He underwent physical training in these years: swimming, sailing a little boat, and playing tennis. Despite his modest salary, he sent money home to his mother (Bandeira, 1979).¹⁵

He studied for university admission, and he passed the exam for the school of engineering at the federal university. He placed 11th out of 450 applicants: "I lived that drama." But his studies were interrupted by military service in World War II, and he began training to be a reserve artillery officer. He remembered, "I wasn't made for that." Instead he was drawn to aviation, an adventurous calling, and hoped to fly in Italy. He qualified as a pilot and learned acrobatics, but the war ended before he could go to Europe.

Leonel had made good friends during his schooling and was drawn to the re-democratization movements of 1944 and 1945, his first serious interest in politics. His motives were also personal: the new mayor of Porto Alegre wanted to fire him from his parks job in order to appoint a crony. Leonel resisted and was instead given a transfer to the department of rural education. For a time he worked with an agronomist, but eventually he went back to his university studies in 1945 and graduated in 1949 with a degree in engineering.

ANALYSIS

The seven men studied here shed light on the Estado Novo and the opportunities and obstacles that stood in their way to mount their political careers and eventually populist ones. Most of them grew up in the rural areas of their birth and only later moved to state capitals and eventually settled in Rio de Janeiro, so the repressive apparatus of the Estado Novo weighed gently on them. Two of them, Ademar and Juscelino, won appointments through state politics that later enabled them to launch national careers after 1945. Lacerda, burned by ties to Prestes in the mid-1930s, went into hiding, surfaced briefly to write for the DIP, and then became a full-throated critic of Vargas. In fact, that opposition helped his populist career after 1945. Three, Jânio, Jango, and Leonel, were too young and geographically distant from Rio de Janeiro to have been influenced much by the Estado Novo. After 1945, however, Vargas came to play important parts in their rise to prominence. The national parties he founded in 1945, the PTB and PSD, and the UDN that arose against him, became critical in these men's future careers. For his part, Arrais, a late bloomer in politics, nonetheless gained a foothold in one of the agencies Vargas founded, the IAA and he acquired a mentor/sponsor, in the rising star Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

Pedro Ernesto, who passed from the scene early, continued to influence the ways the public's role in government was thought for many years and also his successors. For example,

¹⁵ I also took notes on a very long interview Moniz Bandeira taped with Brizola, when he was given asylum in New York in 1977. This account, recorded on 16 audio cassettes, will be cited as "New York Interview." Keller et alii (2001). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>.

the educational centers he created inspired the later Cieps pioneered by Leonel Brizola when he became governor of Rio de Janeiro state.

In a larger sense, Vargas' Estado Novo reshaped the Brazilian state in ways that facilitated these men's future destinies. He had centralized the government so that when they rose to power they commanded a far more coherent national administration. Juscelino and Jango especially took advantage of the new regime. Expansion of the press, the return of Congress, and action by cultural organizations, citizens' groups, and civil society in general helped pave the way to what some call the "república populista." In it, the public gained a stronger voice and more participation in government affairs, and many enlisted in the parties of one or another populist. Media penetrated all sectors of society, enabling leaders to reach them directly and forcefully. Transportation improvements during the Estado Novo allowed politicians to reach remote locations and conduct modern campaigns, as Vargas himself did in 1950.

In conclusion, although the Estado Novo suppressed competitive politics and postponed the emergence of populism, it laid some important underpinnings of what would become their rebirth in 1945 and a flourishing time for the next generation.

Bibliographical references

ALEXANDER, Robert Jackson. *Juscelino Kubitschek and the Development of Brazil*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 1991.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola y o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arrais*. Rio de Janeiro: Editora Ecuador, 1965.

CASTRO, José Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2nd ed. São Paulo: by author, 1959.

CONNIFF, Michael L. Brazil's Populist Republic and Beyond. In: CONNIFF, Michael L. (ed). *Populism in Latin America*. 2nd ed. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2012.

_____. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo, 1925-1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda, Brazilian Crusader*. 2 vols. Austin: University of Texas Press, 1991.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

JUREMA, Abelardo de Araújo. *Juscelino e Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

KELLER, Vilma et al. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- MAYER, Jorge Miguel. Adhemar de Barros. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- MCCANN, Brian. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Durham: Duke University Press, 2004.
- PANTOJA, Silvia. Juscelino Kubitschek. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- PANTOJA, Silvia; LEMOS, Renato. Miguel Arrais. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- PINHEIRO NETO, João. João Pinheiro Neto (depoimentos 1977). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.
- SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico canto: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- TOTA, Antonio Pedro. *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil during World War II*. Austin: University of Texas Press, 2009.

Recebido em 4/4/2017
Aprovado em 25/4/2017

SAIA JUSTA, SALTO SETE

O ESTADO NOVO COMEMORA OS 50 ANOS DA REPÚBLICA

SKIRT-FAIR, JUMP SEVEN

ESTADO NOVO CELEBRATES THE 50TH ANNIVERSARY OF THE REPUBLIC

ANGELA DE CASTRO GOMES | Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutora em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ). Professora titular aposentada de História do Brasil da UFF e professora emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora-visitante sênior nacional na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio).

RESUMO

As comemorações do cinquentenário da República, durante o segundo aniversário do Estado Novo, são o recorte do artigo. Analisam-se as negociações memoriais, considerando que o objetivo era festejar o cinquentenário, para demonstrar como o novo regime republicano, instaurado em 10 de novembro de 1937 (e não em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso do Brasil.

Palavras-chave: comemorações; memória histórica; República; Estado Novo.

ABSTRACT

The celebrations of the fiftieth anniversary of the Republic, on the second anniversary of Estado Novo, are the cut of the article. Analyzing the memorable negotiations, considering that the objective was to celebrate the fiftieth anniversary, to demonstrate how the new republican regime, inaugurated on November 10th, 1937 (and not on November 15th, 1889) had collaborated to order and progress of Brazil.

Keywords: commemorations; historical memory; Republic; Estado Novo.

RESUMEN

Las celebraciones del cincuentenario de la República, en el segundo aniversario del Estado Novo, son el recorte del artículo. Se analizan las negociaciones memoriais, considerando que el objetivo era festejar el cincuentenario, para demostrar cómo el nuevo régimen republicano, instaurado el 10 de noviembre de 1937 (y no el 15 de noviembre de 1889), había colaborado para el orden y el progreso de Brasil.

Palabras clave: celebraciones; memoria histórica; República; Estado Novo.

No dia 10 de novembro de 1937, o Brasil ficou sabendo pelo rádio, por meio de um discurso do presidente Getúlio Vargas, que passava a viver sob um novo regime político, autointitulado Estado Novo. O golpe civil-militar derrubava, de forma silenciosa, a República que vinha se conformando desde a Constituição de 1934. Como a literatura sobre esse evento demonstrou, o barulho ficara para trás, cuidadosamente neutralizado pelas ações do Executivo federal que, ao longo do período de 1935 a 1937, fora derrotando as resistências de seus adversários e “inimigos”. Neste último caso e com destaque, estavam os comunistas, categoria ampla e difusa, que englobava o que de pior podia ameaçar o Brasil e os brasileiros. Quanto aos adversários, eram representados, principalmente, por setores oligárquicos defensores da autonomia dos estados, também cirurgicamente esvaziados com o apoio de grupos oligárquicos aliados e das chefias das regiões militares, escolhidas a dedo para tanto.

O objetivo do golpe, sancionado pela Constituição de 1937 que regia o novo regime, era o fortalecimento do poder do Estado, concentrado no Executivo federal, cuja capacidade de intervenção na sociedade era ampliada e garantida pela força, necessária ante os assaltos que a nação e não só o governo vinha sofrendo. Contudo, o Estado Novo, desde aquele 10 de novembro, sustentava-se em um discurso que construía a legitimidade de suas ações para além da força. Dois pontos fortes, repetidos sistematicamente, já estão claros na fala inaugural de Vargas e merecem atenção. Primeiro: o golpe é anunciado como um desdobramento natural, inevitável mesmo, da Revolução de 1930, cujos principais objetivos estavam sendo garantidos pelo Estado Novo. Isso porque eles tinham sido desvirtuados pelo curso dos acontecimentos, especialmente pela rebeldia armada das oligarquias – como ocorrera na guerra civil de 1932 –, e pela rebeldia das palavras da Constituição de 1934, que insistia na defesa de um modelo político de Estado, ultrapassado internacionalmente, que punha em risco qualquer chance de progresso do país. Segundo: o golpe define claramente uma proposta antiliberal e anticomunista, afirmando-se como nacionalista e promotor de um projeto político inovador, singular e adequado para vencer o “atraso” do Brasil. Esse projeto, além de nacionalista e intervencionista, combinava duas outras dimensões fundamentais: o autoritarismo e o corporativismo, como princípios de orientação e de organização do Estado e da sociedade. Isso significava uma grande mudança de “mentalidade”, pois se tratava de postular novos valores e crenças, além de implementar novos formatos de associação e verbalização de interesses, de atores sociais os mais variados.

Como se pode perceber, o discurso estadonovista, ao defender seu projeto político, realizava uma leitura não só da história do Brasil, especialmente a mais recente, como a inseria em um contexto de mudanças políticas internacionais, que o país devia acompanhar. Dessa maneira, orientava-se por uma concepção de tempo linear e evolutivo, em que o esgotamento de certa etapa de experiências históricas – interna e externamente – conduzia à etapa seguinte, mais avançada e conforme as transformações que ocorriam.

As propostas que o novo regime trazia – políticas, econômicas, sociais e culturais – eram o resultado desse movimento praticamente inevitável do tempo, mas que precisava ser acompanhado pelas decisões dos atores históricos, capazes de aproveitar a oportunidade

ímpar que então se descortinava. Afirmando-se como um novo e mais moderno projeto político, o Estado nacional varguista construía uma das bases de sua legitimidade no confronto com o passado recente do país, já que era contra ele e a despeito dele que a adoção do regime autoritário se justificava e se impunha.

Nesse sentido, fica muito evidente que os argumentos desse discurso vinham sendo alicerçados há muitos anos. Eles se fundamentavam nas críticas dirigidas à experiência da República implantada pela Constituição de 1891, inspirada em uma arquitetura institucional liberal, com partidos e parlamento, em que o indivíduo-cidadão participava do poder e o limitava pelo voto. Muitas das maiores dificuldades para a consecução do projeto liberal republicano foram fartamente diagnosticadas durante a Primeira República, sendo identificadas tanto na força do poder privado e na fraqueza do público, como na falta de educação e saúde do povo, em muitos casos, atribuídas à omissão das elites dirigentes. Porém, durante as primeiras décadas republicanas, esse modelo de Estado, apesar de bastante atacado, conseguia manter-se, havendo diversos planos para sua reforma e melhor atuação.

É esse panorama que sofre abalos profundos com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A partir desse evento, a constatação de que o mundo se transformara, alterando-se as condições do comércio internacional, o equilíbrio de forças entre as nações e os modelos políticos acreditados como funcionais, é muito disseminada. Numa sociedade marcada pela emergência das massas na política e pelo colapso da engenharia liberal de não intervenção estatal, cresce o discurso autoritário que se opõe ao chamado conjunto de “ficções políticas liberais”. O Brasil apenas seguia essa tendência mundial ao implantar o Estado Novo. Embora permanecesse de pé o ideal de autoridade racional-legal e de economia urbano-industrial, como signos de uma sociedade moderna, as instituições políticas republicanas que deveriam construí-la precisavam ser outras.

O ano de 1938, o primeiro desse novo regime, anunciava a grandeza de seus planos, cujo alcance se projetava para as décadas futuras, tamanho o impacto que produziriam na sociedade brasileira. Basta lembrar que esse é o ano de lançamento da política de “nacionalização”, materializada na conhecida “Marcha para o Oeste” (ocupação do território, povoamento, transportes etc.) e nos dispositivos da “nacionalização do ensino” (língua nacional e diversidade cultural regional). Mas é bom remarcar que 1938 também é o ano do levante integralista, que ataca o Palácio Guanabara, residência oficial de Vargas, onde ele se encontrava com sua família.

No que interessa mais de perto a este artigo, 1938 marca o início de uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar algumas datas, mobilizando a população em torno de um calendário festivo, o que evidencia o interesse e o cuidado do regime com a promoção de eventos que aproximassem o povo do Estado nacional e de seu presidente. Entre eles, assinalamos o Dia do Trabalho, 1º de maio, festejado ainda de forma restrita, no Palácio Guanabara. Mas Vargas já assume o compromisso de, sempre nesse dia, “presentear” os trabalhadores com o anúncio de uma medida na área social. O mesmo ocorre no dia 10 de novembro, primeiro aniversário do Estado Novo, quando se inaugura a sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Vargas fala aos “trabalhadores do Brasil” (Gomes, 2005, cap.

VI). Por fim, internacionalmente, 1938 é o ano da Noite dos Cristais, que assinala o deslanche da política racial e do expansionismo do Terceiro Reich.

A partir de 1939, esse tempo festivo do Estado Novo assumiria contornos muito maiores, desde o Dia do Trabalho, que se realiza no estádio de São Januário, ganhando formas ritualizadas, até as comemorações do segundo aniversário do Estado Novo, que vão coincidir com uma data especial: o cinquentenário da proclamação da República.

1939, O ANO DE UMA BIOGRAFIA PARA A REPÚBLICA

O ano de 1939 era o segundo do Estado Novo, mas igualmente exigia atenção especial à passagem de datas comemorativas. Como a imprensa da época registra com propriedade, era um ano privilegiado para evocações. Em sua coluna no *Correio da Manhã*, Carlos Pontes observa que 1939 assinalava o cinquentenário de nascimento de expressivas figuras de nossa história, entre as quais estavam Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Tavares Bastos, Tobias Barreto e Floriano Peixoto. Mas a esses aniversários se somava um de grande destaque: o dos cinquenta anos da proclamação da República.¹

Uma “efeméride tão relevante” não podia passar despercebida das autoridades do país, merecendo festejos planejados com cuidadosa antecipação. Era a oportunidade propícia para a realização de “um largo e sereno inquérito sobre as atividades do regime que se implantou a 15 de novembro de 89”. E esse inquérito, com a participação de “historiadores e publicistas, pensadores e homens de letras, políticos e jornalistas, economistas e sociólogos, seria bem uma espécie de exame de consciência do país”. O articulista reconhece que, embora cinquenta anos fossem quase nada em termos de tempo de vida de instituições, podiam oferecer uma perspectiva razoável para reflexões. Lembrava que o Segundo Reinado durara menos, porém “os estudiosos encontram nele uma fonte sempre renascente de novidades e de interpretação.” Já da República, “não se tentou ainda a história, nem algo que a isso se assemelhe. Existe muita coisa por aí fragmentária, palpitante de paixões grosseiras, onde homens e fatos aparecem deformados pelos ódios facciosos do tempo”. E prossegue:

Haverá em rigor uma história objetiva? A ressurreição de que fala Michelet não é antes uma criação, ou, pelo menos, uma renovação? O espírito de cada época traz consigo, não há negar, novos dados de entendimento, como novas formas de compreensão. Se um fato não é o mesmo para dois indivíduos, segundo demonstrou William James, muito menos o será para dois povos diferentes ou para duas gerações. [...]. Cinquenta anos de República merecem já dos historiadores e dos estudiosos uma atenção mais demorada. Dos homens que participaram nos acontecimentos, que formam por assim dizer a trama de todo esse período, não possuímos senão depoimentos e juízos defeituosos.

1 O cinquentenário da República, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 18 abr. 1939. As citações que se seguem são dessa matéria. A imprensa grafa de duas formas o evento: cincoentenário e cinquentenário.

[...]. O momento é oportuno. Que os estudiosos e os competentes empreendam essa obra: será a melhor forma de comemormos o cinquentenário do 15 de novembro.

A citação, um tanto longa, é preciosa por demarcar algumas questões que sistematicamente serão lembradas durante o ano do cinquentenário da República. A efeméride mostrava a todos como não havia estudos “sérios” e abrangentes sobre o período republicano, dominado por trabalhos fragmentários e, principalmente, cheios de faccionismo e paixões políticas, muito distantes da escrita da história, ainda que se reconhecesse que não havia “história objetiva”. Além disso, permaneciam vivos alguns dos homens que participaram diretamente da trama desse crucial acontecimento. A oportunidade do momento era inegável, merecendo a experiência republicana “juízos” mais demorados e menos defeituosos.

O Estado Novo responderia a essa demanda comemorativa de forma expressiva e o ano de 1939 seria um dos mais ricos que o calendário festivo do regime produziu. Entretanto, se era incontornável festejar os cinquenta anos da República, era igualmente um desafio fazê-lo a contento, já que significava dar realce ao período histórico contra o qual o Estado Novo definia seus projetos e construía sua própria identidade política. Considerando que esse foi um regime que investiu fortemente em políticas culturais, entre as quais, se destacou a valorização do passado histórico do país, o objetivo deste texto é averiguar como se enfrentou a questão acima enunciada. Ou, usando o vocabulário do articulista, “se toda a verdade é uma forma de aproximação”, como um regime autoritário recuperou a história do passado republicano liberal do Brasil, que era repudiado e considerado fracassado, tanto pela inépcia de seus princípios teóricos como pela inadequação de seus procedimentos práticos? Como, nesse momento de grandes comemorações, os chamados usos políticos do passado foram acionados, no sentido de harmonizar passado e presente, em nome de um futuro acreditado como luminoso?

O interesse é atentar para as negociações memoriais efetuadas, caminhando para além das “soluções” mais óbvias, evidenciadas pela proximidade das datas do golpe do Estado Novo, 10 de novembro, e da proclamação da República, 15 de novembro. Algo que foi imediatamente utilizado pelos promotores dos festejos, que viram no cinquentenário uma ocasião para engrandecer ainda mais as comemorações do aniversário do Estado Novo, que já tinham acontecido em 1938 e eram planejadas para ocorrer, religiosamente, todos os anos. Essa intenção foi claramente veiculada bem no início dos preparativos da festa dos cinquenta anos, que ficaram sob o comando do ministro da Justiça, Francisco Campos, também autor da Constituição de 1937. Em julho de 1939, ele faz uma das primeiras exposições sobre a “índole” das comemorações que se realizariam. Elas teriam o “duplo cunho histórico-evocativo dos acontecimentos da proclamação do regime e de demonstração das realizações do país no período republicano”.² Quer dizer, tratava-se de comemorar o cinquentenário para de-

2 Promovem-se festejos excepcionais para a comemoração do cinquentenário da proclamação da República, *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 5 jul. 1939.

monstrar como o novo regime republicano, instaurado em 10 de novembro de 1937 (e nem tanto em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso do Brasil.

Porém, se a moldura para a difusão de uma memória histórica republicana era muito sólida e visível, ainda restavam questões de perspectiva para seu enquadramento mais preciso.³ Ou seja, para que a construção de uma narrativa sobre a história da República no Brasil pudesse se tornar mais homogênea, selecionando eventos e personagens fundamentais e desaguando nas realizações de sua versão contemporânea: o Estado Novo. Dessa forma, as comemorações eram uma ocasião inestimável para o trabalho de consolidação e divulgação de uma versão da história republicana, livre de maiores dissonâncias, que alimentasse a construção de uma memória histórica sobre a República no Brasil, identificando um passado – mais remoto e mais próximo – e conectando-o ao presente da população. Para tanto, a monumentalidade e a capilaridade das festas contavam muito, sendo decisiva a participação da mídia impressa e falada, pública e privada. Por isso, era estratégico o papel planejador e coordenador do governo, para além do óbvio: o aparato repressivo do Estado Novo funcionava intensamente, ao lado das atividades de censura e propaganda, ao encargo do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), então dirigido por Lourival Fontes.

Portanto, o objetivo deste artigo é mapear e discutir o programa das comemorações, para destacar as iniciativas no campo cultural e educacional, pois são elas que podem nos oferecer os melhores indícios sobre as formas de “usos políticos do passado” que o Estado Novo utilizou, nessa oportunidade. Elas também permitem uma identificação mais minuciosa do público-alvo da festa, em especial os segmentos que foram convocados a dela participar diretamente, inclusive por imposição governamental, o que indica a amplitude que as comemorações buscavam alcançar. Mais especificamente ainda, são essas iniciativas que possibilitam uma aproximação maior da narrativa histórica que então se divulgou sobre a experiência do regime republicano, atentando-se para o que foi destacado e também silenciado. As dissonâncias existentes são particularmente interessantes, embora seja óbvio que tenham pouco espaço para se apresentar.

De toda a forma, acompanhando alguns dos mais importantes jornais da época, fica evidente a existência de uma demanda social por uma “boa e séria” história da República, reconhecendo-se o que havia disponível como, em grande parte, uma literatura memorialista ou textos extremamente facciosos. Ora, considerando-se o clima político vigente, esse facciosismo pode muito bem ser entendido como uma aberta depreciação da Primeira República e de tudo e todos que a ela se vincularam. Incitar os historiadores e demais figuras competentes a assumir a tarefa de escrever a história da República era pedir uma análise, senão objetiva, menos apaixonada e deturpada. Por fim, cabe assinalar que as numerosas matérias sobre as festas do cinquentenário da República, que aparecem nos jornais con-

3 A noção de processo de enquadramento de memória é de M. Pollack e se refere ao esforço desenvolvido no sentido de interpretar o passado e controlar e difundir uma versão acerca dele, para que seja compartilhada por um grupo social, através do tempo.

sultados, têm que dividir espaço com as numerosas notícias sobre a guerra na Europa, que então deslanchava sobre o continente.⁴

POR TELEGRAMA: COMEMORAR A REPÚBLICA E LEGITIMAR O ESTADO NOVO

Os “usos políticos do passado”, também chamados por alguns autores de memória histórica de um grupo (não importando seu tamanho), evidenciam as fronteiras fluidas entre memória e história, assinalando as práticas de apropriação cultural às quais eventos e personagens estão submetidos através do tempo. Conforme Marie-Claire Lavabre:

Chamaremos de memória histórica os usos do passado e da história feitos pelos grupos sociais, partidos, igrejas, nações ou Estados. Apropriações dominantes ou dominadas, plurais e seletivas, em qualquer situação, marcadas pelo selo do anacronismo, da semelhança entre o passado e o presente. A história propriamente dita terá, portanto, como seu princípio [...] a crítica das memórias históricas e o estabelecimento das diferenças entre o passado e o presente (Lavabre, 2001, p. 242).

O processo de construção de memórias históricas recorre a uma série de práticas culturais que assumem formas ritualizadas, entre as quais, as comemorações são, provavelmente, as mais importantes e espetaculares. Esse tipo de festa cívica, inaugurada pela Revolução Francesa e vinculada à concepção moderna de história do século XIX, torna-se, ao longo do tempo, um recurso fundamental para a legitimação do poder de Estados nacionais e de seus projetos políticos. Comemorar significa convocar o passado histórico em determinado momento do tempo e com determinados objetivos, para encená-lo e transformá-lo em “lições vivas” da história, capazes de produzir coesão social e enquadrar memórias coletivas de grupos.⁵ As comemorações, assim como a historiografia, ressuscitam o passado, silenciando que ele é fruto de seleção e organização, realizadas segundo a ótica e objetivo do presente. Contudo, o desejo de unificar e afastar conflitos – central à pedagogia das festas cívicas – nem sempre é completamente alcançado, a despeito da força da narrativa épica que é divulgada sobre eventos e personagens, nesses momentos.

As comemorações dos cinquenta anos da República, durante o Estado Novo, são uma espécie de caso exemplar de produção de espetáculos cheios de simbologia e de apelos à emotividade, que nos dão especial acesso à produção da memória histórica nacional: à construção de narrativas históricas que, ultrapassando dissonâncias – perceptíveis para mui-

4 Utilizando a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, escolhi me concentrar nos seguintes periódicos: *A Noite*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro; e *Correio Paulistano*, de São Paulo, todos publicados no ano de 1939.

5 Estou utilizando, neste texto, um conjunto de referências sobre a prática das comemorações, mas quero destacar a contribuição de Fernando Catroga, inclusive por ter trabalhado com o exemplo português e brasileiro.

tos dos contemporâneos –, produzem efeitos integradores e duradouros. O estudo dessas comemorações e de outras festas cívicas ocorridas durante o Estado Novo, em sua dimensão político-ritual, não é novidade, cabendo citar a pesquisa do historiador Maurício Parada, por suas contribuições ao que chama de cultura cívica varguista (Parada, 2009). Dessa forma, este artigo não tem como propósito realizar uma análise semelhante, e sim, colocar em foco a questão da construção da narrativa histórica que, nesse momento, foi amplamente divulgada, investindo na seleção e também na negociação que o presente estadonovista efetuou com o passado republicano do país, definido como “velho”, no sentido de ultrapassado. Afinal, a terminologia que identifica o período histórico que vai de 1889 a 1930, como o da República Velha, já está assentada nesse momento.

O ponto de partida é uma observação mais acurada sobre o início da festa, ou seja, sobre como se deram seus preparativos. As notícias de alguns dos principais jornais do país atestam que eles não foram tão imediatos nem tão fáceis. Em matéria do *Correio Paulistano*, de março de 1939, o articulista sinaliza para um “desinteresse nacional” em relação às comemorações. Conforme explica:

Ventilamos a efeméride, com bastante antecedência, e deixamo-nos ficar à espera de uma informação qualquer sobre possíveis festividades. Passaram-se os dias, no entanto, e, até hoje, nada. O gesto do marechal Deodoro, na manhã histórica de novembro de 1889, parece não mais interessar aos homens do nosso tempo. Dizemos isso não só com relação aos paulistas – os credores, a bem dizer, da forma republicana no Brasil –, mas com relação a todos os patrícios nossos.⁶

Esse não é um comentário isolado, pois no artigo do *Correio da Manhã* do mês de abril, citado anteriormente, Carlos Pontes também insta as autoridades a trabalhar pelo tão privilegiado ano de evocações. Em junho, Domingos Barbosa, no *Jornal do Brasil*, observa o lento andamento dos preparativos da festa e, fazendo coro com Pontes, sugere a publicação de uma história da República como ponto necessário, ante “a precipitação e injustiça demasiada em avaliações do regime republicano”. Meses depois, em 4 de outubro, o *Correio Paulistano* publica que falta menos de um mês para o 15 de novembro, e “à medida que diminui a distância aumenta o receio de que o primeiro cinquentenário da República não tenha, em nosso país, comemoração condigna”.⁷ Tudo indica, portanto, que o governo federal demorou a se sensibilizar ante essa demanda comemorativa que, é bom notar, vinha, com frequência, associada ao diagnóstico da importância de se ter uma visão histórica menos apaixonada, injusta, deformada ou precipitada do regime republicano, quer dizer, da chamada República Velha.

6 Os dez primeiros lustros, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 18 mar. 1939.

7 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 18 abr. 1939; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jun. 1939; *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 4 out. 1939.

Essa constatação é corroborada quando se examina a cronologia das primeiras providências tomadas pelo governo estadonovista. Apenas no início do mês de junho, os jornais da capital federal noticiam que uma comissão seria formada para a organização dos festejos oficiais do cinquentenário, ficando sob o comando do ministro da Justiça. Um mês depois, em 4 de julho, realiza-se uma reunião. Mas por matéria veiculada no dia 7 de setembro, pelo *Jornal do Brasil*, fica-se sabendo que nenhuma providência concreta fora ainda tomada. Apenas no dia 12 de setembro ocorre outra reunião de trabalho, e no dia 15, finalmente, vem a público um programa preliminar dos festejos. Não é preciso pensar muito para concluir que tudo caminhou a passos de tartaruga e, apenas dois meses antes da data da proclamação, os preparativos realmente começaram.⁸ Além disso, é bom registrar que somente em novembro (no dia 4) Vargas assinou a abertura de um crédito de 350.000\$000 para as festas, concedido no dia 12 do mesmo mês pelo Tribunal de Contas.

Há, contudo, uma exceção de peso. Em 27 de junho, o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, anuncia que a XII Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro seria um “empreendimento cívico-social” voltado para as comemorações do cinquentenário da República do Brasil, sendo inaugurada em 15 de novembro e aberta à visitação pública até 31 de dezembro. Na mesma oportunidade, informa que enviou telegramas a todos os interventores estaduais, convidando-os a participar da Feira e alertando-os para “as vantagens que beneficiarão os expositores com interesses ligados ao governo da União e dos estados”.⁹ Antes disso, em 21 de abril, o prefeito reabriu uma escola municipal (que estava em reformas), dando-lhe o nome de Tiradentes. No mesmo dia, o DNP, associando-se às comemorações do grande herói republicano, promoveu um “espetáculo radiofônico de caráter histórico”, no programa *Hora do Brasil*, encenando a peça *Tiradentes*, de Viriato Correia, com populares atores e atrizes do *cast* da Rádio Nacional.¹⁰ Tiradentes, portanto, começava a marcar sua presença no ano dedicado à República, o que não chega a surpreender, mas cumpre observar, pois outros heróis com ele disputavam um lugar proeminente nesse panteão.

Os telegramas também marcam presença na fase dos preparativos da festa, indicando que ela se fez, em boa parte, por convocação aos estados e municípios, em que duas redes e dois públicos foram muito significativos: os estudantes das escolas e os oficiais e soldados dos quartéis. Em setembro, quando a movimentação governamental está começando, Francisco Campos envia telegramas a todos os interventores, instruindo-os de que, em todas as escolas públicas, estaduais e municipais, primárias e secundárias, o cinquentenário da República deveria ser assinalado por diversos eventos, dentre os quais se destacaria um curso “versando temas explicativos dos acontecimentos ligados ao 15 de novembro”.¹¹ Porém, em

8 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 jun. 1939; 4 jul. 1939, p. 6; 7 set. 1939, p. 5; 12 set. 1939, p. 5 e 15 set. 1939, p. 9; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 7 jun. 1939.

9 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 27 jun. 1939.

10 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 21 abr. 1939; p. 9, 22 abr. 1939.

11 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 29 set. 1939.

outubro, parece que nem a pressão do ministro está alcançando os resultados desejados, o que faz com que um articulista do *Correio Paulistano* sugira que a semana anterior ao 15 de novembro seja inteiramente dedicada à sua comemoração, como tentativa de corrigir o desinteresse vigente. E continua, em tom ambíguo, a comentar o desempenho das instituições republicanas:

Já é tempo, a nosso ver, de se ir pondo os pingos nos i's, em muitas questões diretamente relacionadas com o advento das novas instituições. A República deu-nos o regime da responsabilidade individual, mas esqueceu-se de nos dar os estadistas que deveriam consolidá-la. Disse-o, pelo menos, Rui Barbosa. Mas... até que ponto é verdadeira a afirmação do imortal baiano? Na ocasião em que a espada de Deodoro derrubou a coroa da cabeça de Pedro II, estávamos ou não estávamos em condições de merecer o governo do povo pelo povo? [...]. Como tudo quanto é humano as instituições republicanas têm conhecido vicissitudes, mas possuem raízes profundas na consciência nacional e, sob a sua égide, deverá o Brasil realizar o seu luminoso destino.¹²

Em início de outubro, o Ministério da Guerra e o Itamaraty divulgam suas respectivas programações. No primeiro caso, o general Eurico Gaspar Dutra estabeleceu que, entre 1º e 14 de novembro, por todo o país, fosse oferecido um curso de história político-militar do Brasil a todos os oficiais e praças; no Distrito Federal, ele ocorreria no Palácio Tiradentes, abrindo-se com uma preleção do próprio ministro e encerrando-se com a fala do chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro. Também se organizaria um concurso de cânticos marciais, que ofereceria prêmios em dinheiro aos três primeiros colocados, além da execução das melhores músicas no programa *Hora do Brasil*. Por fim, o Exército contribuiria para as festividades na Feira de Amostras, colaborando com a montagem de grande exposição histórica em seu recinto.¹³

Já o Itamaraty seria a sede de uma das mais importantes cerimônias de toda a programação. No dia 15 de novembro, às 15 horas, haveria um despacho coletivo, com a presença do presidente Vargas e de seu ministério, no salão histórico, onde havia ocorrido a primeira reunião ministerial, em 18 de novembro de 1889. Nessa ocasião, o presidente descerraria uma placa comemorativa e inauguraria a exposição histórica de documentos e obras referentes à campanha republicana e à proclamação, “na qual serão apresentados, principalmente, os mapas que serviram para elucidar e resolver as questões limítrofes do Brasil. [...] Deverão ser, além disso, realizadas duas conferências sobre o papel do Itamaraty na proclamação, como primeira sede do governo republicano e sobre as questões de fronteiras”.¹⁴ Como fecho, prometia-se a publicação de um atlas histórico da Colônia, Império e República do Brasil.

12 Cinquentenário da República, *Correio Paulistano*, 4 out. 1939, p. 5.

13 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 5 out. 1939.

14 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 6 out. 1939.

Ainda no mês de outubro de 1939, o ministro da Justiça volta aos jornais, ao determinar, por telegrama, que em todo o país alguma praça ou rua receba o nome dos quatro maiores heróis republicanos: os militares Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamim Constant, além do civil e jornalista Quintino Bocaiúva. Essa era apenas uma das alterações na toponímia que, por ordem do próprio presidente Vargas, deveria ocorrer em função da passagem da data.¹⁵

Como se vê por esse conjunto de iniciativas, é claro o relevo que se procura dar, no caso do Exército e do Itamaraty, à documentação histórica que possuem e colocam em exposição para o grande público. No último caso, a resolução da questão das fronteiras é muito ressaltada e associada à figura de Rio Branco. Sua morte, ocorrida no próprio palácio do Itamaraty, fazia com que esse “lugar de memória” da República se recobrisse de valor maior ainda. Finalmente, os mapas históricos pertencentes ao Itamaraty e a promessa de elaboração de um atlas histórico, que poria alguns deles em circulação para o público escolar, evidencia o investimento do governo no ensino de história do Brasil.

O CALENDÁRIO FESTIVO DO CINQUENTENÁRIO

Os festejos dos aniversários da República e do Estado Novo se concentraram em três datas especiais, que modulavam o ciclo comemorativo. No dia 10 de novembro, ele se abria com um discurso do ministro da Justiça, no Palácio Monroe, sede de seu gabinete, devidamente engalanado com flores. Previa-se a realização de um concerto de bandas militares nos jardins, o que acabou não ocorrendo em razão do mau tempo. O discurso é irradiado pelo DNP para todo o país e, nele, a Constituição de 1937 e o Estado Novo têm todo espaço. O ministro define o ambiente do novo regime como de harmonia, onde não há vencedores ou vencidos, sendo ele “a última etapa de uma longa série de crises políticas cuja crescente gravidade havia premunido a nação de que estava próximo o acontecimento que ela, com impaciência, esperava”.¹⁶

No dia 15 de novembro, pela manhã, na praça Paris, junto à estátua de Deodoro, Vargas realiza um discurso solene e assiste a uma grande parada militar. Em sua fala, toda ela um exercício de aproximação entre o evento da proclamação da República e o Estado Novo, o presidente destaca os mesmos objetivos “regeneradores”, a mesma atuação das Forças Armadas, ao interpretar “as verdadeiras aspirações da nacionalidade”. Colocados em perspectiva histórica, os cinquenta anos de vida republicana indicavam um avanço notável do país.¹⁷ Para tal acontecimento, os sobreviventes do grande fato, moradores do Rio, tinham sido localizados, recebendo convites especiais e sendo colocados ao lado da referida estátua, para

15 Cinquentenário da proclamação da República, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 21 out. 1939.

16 O primeiro dia das festas comemorativas do cinquentenário da República, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 nov. 1939.

17 *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 nov. 1939, tem longa matéria com muitas fotos. Na página 3, transcreve-se o discurso de Vargas.

que sua posição de partícipes no fato histórico tivesse visibilidade ainda maior. Na parte da tarde, inaugura-se a XII Feira de Amostras e ocorre o despacho coletivo no Itamaraty, ambos com a presença do presidente. Já no dia 16 de novembro, ao final da noite, realiza-se uma récita cívica, no Teatro Municipal, da peça *Tiradentes*, na qual Vargas comparece ladeado por numerosas autoridades governamentais.¹⁸

No dia 19 de novembro, dia da Bandeira Nacional, as comemorações se deslocam dos personagens históricos e do evento da proclamação para o símbolo da unidade do país. A festa da Bandeira tem preparação particular, ganhando uma comissão específica, dado que encerraria o ciclo comemorativo e deveria fazê-lo com especial brilho. A solenidade que se monta no campo do Russel, por seu caráter espetacular, vem chamando a atenção dos estudiosos de rituais cívicos. A dimensão sacralizada do culto laico à nação, simbolizada pela bandeira, não poderia se expressar melhor e de maneira mais evidente. Monta-se o “altar da pátria”, diante do qual o cardeal d. Sebastião Leme celebra um ofício religioso e, a seguir, desfilam duas paradas: a da Juventude, composta por 15 mil escolares, e a Militar, com pavilhões do Exército, Marinha, milícias estaduais e tiros de guerra. Encerrando o ciclo comemorativo à noite, no Teatro Municipal, organiza-se outra récita cívica. Dessa feita, há a execução de números musicais sob a regência dos maestros Villa Lobos e Francisco Braga, completados pela encenação de episódios históricos sob o patrocínio do Serviço Nacional do Teatro (SNT), do Ministério da Educação e Saúde.¹⁹ Integrando a récita e como última palavra oficial do governo, João Neves da Fontoura fez um discurso aos presentes e à nação.²⁰

O apelo cívico-patriótico, mobilizado por hinos, paradas e encenações de fundo histórico bastante emotivo, se sobressai em vários momentos dos festejos. As primeiras páginas dos jornais, especialmente as dos dias 15 e 16 de novembro, estampam imagens de Deodoro, Floriano e Benjamim Constant, ao lado de fotos de Vargas, autoridades e convidados especiais dos eventos. Praticamente nada se fala dos governos presidenciais que se sucederam após 1891. O *Correio Paulistano*²¹ ainda se permite nomear os quadriênios, com seus respectivos presidentes e uma ou outra de suas “realizações materiais”, para finalmente chegar à Revolução de 1930. Com algumas palavras, como em tópicos, elenca a ocorrência da “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, da Constituinte de 1934 e, finalmente, do golpe de 1937, que dissolveu o parlamento e deu ao país uma nova Constituição. A longa matéria se encerra dizendo que, equidistante do liberalismo e do totalitarismo, o Estado Novo “resultou das necessidades brasileiras e consulta sua tradição”. Por fim, o destaque é para o fato de

18 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7 e 10, 16 nov. 1939.

19 Foram duas as teatralizações de acontecimentos históricos: uma reprodução cenográfica da tela de Bernardelli sobre a proclamação da República e a reprodução animada de cena passada no extinto Teatro Lírico, quando foi escolhido o hino da República, de autoria de Leopoldo Miguez. *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1939.

20 Durante o Estado Novo, João Neves ocupou o posto de consultor jurídico do Banco do Brasil e, a partir do início da década de 1940, desempenhou missões diplomáticas junto a organismos latino-americanos. Entre maio de 1943 e fevereiro de 1945, dirigiu a embaixada brasileira em Portugal.

21 Cinquentenário da República Brasileira, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 15 nov. 1939. Nessa mesma página, há longa matéria sobre as celebrações do dia da proclamação na cidade de São Paulo.

maior relevo da política externa desse novo regime: não adotar a diretriz internacional de aplicar sanções econômicas contra a Itália.

Observando-se o calendário festivo, é possível concluir que o único evento diretamente relacionado à política da Primeira República é uma missa celebrada na igreja da Candelária, no dia 14 de novembro, em homenagem à alma dos ex-presidentes mortos. Lembrados de forma coletiva e não individualmente, sem maior alarde e religiosamente, o Estado Novo desejava que eles descansassem em paz.

Mas nem tudo foi cerimônia cívica ou religiosa no período das celebrações. Houve um baile oficial nos salões do Automóvel Clube, que abrigava igualmente uma exposição de desenhos evocativos do dia 15 de novembro, realizados pelos estudantes das escolas municipais do Distrito Federal. Portanto, mais uma participação de escolares que, além de marchar, cantar, escrever e desenhar, também fizeram uma demonstração de ginástica, encantando os assistentes.²² Houve igualmente uma corrida de cavalos, muito ao gosto do presidente, no Jockey Clube do Rio de Janeiro.

O ciclo comemorativo se irradiou por todo o Brasil por meio das escolas, repartições públicas e instalações militares, garantindo uma grande capilaridade para o cumprimento das instruções que, vindas da capital federal, passaram pelos interventores e prefeitos. Os ministros da Justiça, da Guerra e da Educação e Saúde foram muito ativos na coordenação e estimulação de um sem número de eventos de proporções variadas.

Internacionalmente, houve repercussão. Alguns países, como a Venezuela, o Chile, a Colômbia e os EUA, enviaram representações ou missões militares ao Brasil, sendo que os norte-americanos chegaram com as “fortalezas voadoras”, aviões de grande porte que chamaram enormemente a atenção. Com eles veio uma mensagem do presidente Roosevelt a Vargas, com cumprimentos mais do que protocolares, em função de sua viagem ao Brasil, ocorrida em 1936. No quesito de mensagens parabenizando Getúlio pela data, inúmeros países da América Latina o fazem, e há casos, como o da Argentina, em que os jornais do dia de 15 de novembro abrem espaço para notícias sobre a república brasileira. Em Cuba, a Oficina Internacional de Cuba, nesse mesmo dia, irradia um programa de músicas cubanas e brasileiras em homenagem à passagem do dia da proclamação. Nele, autoridades, entre as quais o embaixador do Brasil em Cuba e o embaixador de Cuba no Brasil, falam sobre as “transformações de um império em república”. Uma nota interessante, que o *Jornal do Brasil* não deixa passar, são as felicitações que o *führer* e chanceler do Reich envia a Vargas pela data.²³

No que se refere a eventos comemorativos no exterior, o ponto alto é a inauguração da Exposição do Livro Brasileiro, realizada em Montevidéu, onde Batista Luzardo é o embaixador. A mostra se abre com a presença do presidente do Uruguai e muitos membros do go-

22 2.000 escolares em uma aplaudida demonstração de ginástica nacionalista, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1939.

23 Hitler felicita o presidente Vargas por motivo das festas comemorativas do cinquentenário da proclamação da República, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 nov. 1939.

verno, atraindo uma enorme quantidade de visitantes. Além dos livros, diversos intelectuais brasileiros, uruguaios e argentinos proferem conferências ligadas à história e cultura latino-americana. Esse evento, ligado ao que o jornalista e literato Carlos Maul chama de “diplomacia dos livros”,²⁴ começara a ser orquestrado pelo ministro Gustavo Capanema e pelo diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), Augusto Meyer. O objetivo era estreitar relações com os países americanos por meio de uma política cultural de difusão de livros, que pudessem estar nas estantes das bibliotecas e livrarias fora do Brasil, sendo consultados e vendidos pelos “povos amigos”. Uma diretriz política que se desenvolverá nos anos de 1940, voltando-se fortemente para os EUA, além da América Latina.

O PASSADO REPUBLICANO DO BRASIL: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

Com essa visão panorâmica dos principais eventos do calendário de festas dos cinquenta anos da República, é possível uma aproximação mais cuidadosa de como o Estado Novo, ritualmente, voltou-se para a história recente do país. Nesse sentido, vale lembrar, mais uma vez, que esse é um momento em que o paradigma da modernização era bafejado pelo que R. Koselleck, de maneira seminal, batizou de “futuros presentes”. Quer dizer, um sentimento de vivência do tempo/espaço e de percepção da história, voltados para o novo, para o progresso, enfim, para o futuro que se divisava como melhor. Voltar ao passado, no contexto que caracterizou as primeiras décadas do século XX e que a Segunda Guerra Mundial abalou de maneira definitiva, significava realizar uma operação seletiva capaz de desaguar no próprio discurso que o Estado Novo propagava, com todo otimismo, como o do grandioso futuro do Brasil.

Para poder capturar melhor como essa volta ao passado histórico estava sendo construída, uma atenção maior, embora breve, será dada a algumas matérias da imprensa e discursos de autoridades políticas. Nos dois casos, o interesse específico é verificar: como os estudos então existentes sobre o passado republicano eram avaliados? Que história da República foi contada nesse momento tão simbólico? Como o testemunho dos sobreviventes foi utilizado? Como se construíram interpretações que, partindo da experiência da proclamação, chegavam à instauração do Estado Novo? Nesse percurso, diversos eventos dos festejos se entrecruzam, mas um deles será privilegiado pelo que significou no planejamento das comemorações. A encenação da peça *Tiradentes*, no palco do Teatro Municipal, considerada um dos momentos culminantes de toda a programação do cinquentenário.

Desde os meses de março e abril de 1939, como se viu, os colonistas de diversos jornais assinalaram a aproximação da data dos cinquenta anos da República sem que o governo se movimentasse para comemorá-la. Algo lamentável, considerando que essa era uma grande oportunidade para um “exame de consciência” sobre um período em relação ao qual inexistiam trabalhos históricos verdadeiros e imparciais. Por isso, concluíam que a melhor contribuição da comemoração era voltar-se para esse tipo de iniciativa que, atentando para o passado, “instruía” o futuro:

²⁴ A diplomacia dos livros, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 out. 1939.

Um trabalho dessa índole pode justificar um programa de tudo de que ainda se não cuidou para apressar o ritmo da nossa evolução social e econômica, retardada positivamente por uma política cinquentenária que não tem direito a muitas festas. O programa das comemorações deve ser [...] reduzido ao mínimo de pompas inúteis e sobrecarregado de empreendimentos proveitosos.²⁵

Com esse intuito, valia a pena ouvir os que se envolveram diretamente no evento e podiam contar suas recordações. O *Correio Paulistano*, por exemplo, dá grande destaque a uma entrevista com o ex-senador Rodolfo Miranda, propagandista do republicanismo e único sobrevivente da Constituinte de 1891. Positivista, aluno de Lafitte em Paris, ainda lúcido e animado, ele narra como fora um dos autores de uma proposta de plebiscito à população brasileira sobre a mudança de regime, em 1888. Integrante da Câmara de São Simão, “proclamara” a república nessa cidade paulista, entendendo-a como uma autêntica “contingência histórica”.²⁶ Em 15 de novembro, várias páginas do mesmo jornal se dedicam à “contribuição de São Paulo à propaganda, implantação e conservação do regime”. Figurando na primeira página, está uma carta de Washington Luís, o ex-presidente deposto em 1930, a um “velho amigo”. O “eminente brasileiro” lembra que o estado de São Paulo “deve a sua prosperidade à autonomia consagrada pela forma política federativa”, havendo especial importância em se recorrer aos contemporâneos para que registrem suas lembranças. Afinal, foram os republicanos paulistas que construíram a grandeza do estado “no Brasil forte e unido”. Todo o tom da missiva é o da advertência para o risco do esquecimento das conquistas que a República assegurou, algo que o *Correio Paulistano* garante que não acontecerá:

Esse período claro e brilhante, de quase meio século, vale, merece, vasta e documentada referência. Se os tempos não permitem a crítica e o julgamento, não impedirão a rememoração de fatos, contados singela e despreziosamente. Mesmo à guisa de memórias, devem ser pormenorizados os feitos dos propagandistas de São Paulo. E se elas não forem publicadas no presente, o futuro as acolherá com o mais vivo interesse.²⁷

Nesse mesmo dia, o jornal menciona os depoimentos feitos por Campos Sales, Américo Brasiliense, Rangel Pestana e outros contemporâneos da proclamação. Eles são apresentados como “vultos máximos da democracia brasileira”, sendo suas ações destacadas desde o Manifesto de 1870, que deu partida às articulações de formação de um partido republicano em São Paulo. Uma grande imagem da Convenção de Itu, realizada na casa de Carlos Vas-

25 Cinquentenário da República, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1939, p. 4.

26 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 16, 30 jun. 1939. A matéria é longa e a entrevista fora concedida ao *Diário da Noite*, em função do cinquentenário do “golpe de 15 de novembro de 1889”.

27 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 15 nov. 1939.

concelos de Almeida Prado, onde estava instalado o Museu Republicano, domina a página seis da edição comemorativa.²⁸

Ainda no *Correio Paulistano* de 15 de novembro, merece destaque a ordem do dia do general Maurício Cardoso, comandante da 2ª Região Militar. Ela tem tom épico ao afirmar que coube ao Exército, de figuras como Deodoro, Floriano e Benjamim Constant, concretizar os ideais republicanos. Em um parágrafo, o general resume como se devia entender o trânsito entre a República anterior e posterior a 1930, traduzindo exemplarmente o que muitos outros discursos de autoridades também fizeram: “Se é verdade que a nossa infância republicana se agitou algumas vezes, em convulsões prejudiciais à marcha evolutiva de nosso progresso e da nossa grandeza, não é menos certo que desses mesmos episódios decorreu uma profunda experiência, abrindo caminhos à nossa destinação realizadora”.²⁹

A despeito de alguns arranhões no coro dos contentes com o Estado Novo, como é o caso da carta de Washington Luís e dos comentários sobre a precariedade e injustiças que eram cometidas com a história do passado recente do país, o conjunto de matérias publicadas nessa ocasião fixa uma narrativa sobre o republicanismo, que vinha sendo cuidadosamente construída durante a Primeira República e que, nesse momento, ganhava não só uma grande divulgação como igualmente um “fim” nas “realizações” do Estado Novo. Os cinquenta anos da República eram uma oportunidade ímpar para o enquadramento de uma memória histórica republicana, que envolveu batalhas simbólicas acirradas, nas quais se disputavam a importância de heróis e a prioridade de eventos gloriosos, que datavam do período colonial, passando pelos dois reinados. O IHGB e os institutos históricos e geográficos dos estados, na maior parte criados após a proclamação (a exceção é o de Pernambuco), tiveram um papel fundamental nesse processo, promovendo comemorações, erigindo monumentos e se dedicando a escrever a história de seus estados e regiões, quer para um público erudito (editando revistas), quer para um amplo público (usando a imprensa etc.).

Assim, nas primeiras páginas dos jornais do dia 15 de novembro, com grande destaque, foi comum encontrar uma espécie de “síntese” da história do Brasil republicano, em que era possível perceber muitas convergências, atestando um conjunto de negociações realizadas antes dos anos de 1930. Nessa narrativa, a República é considerada uma “evolução natural” em direção ao progresso do Brasil. A ideia republicana, afirma-se, era muito antiga, datando da Colônia, como a figura de Tiradentes tão bem traduzia em sua coragem e sacrifício. Mas ela teve muitos outros defensores, sobretudo em Pernambuco, em momentos decisivos de rebeldia e luta pela liberdade, como eram os casos das revoluções de 1817 e 1824, por exemplo.

Essa síntese, ao interpretar o republicanismo como uma bandeira pela qual os brasileiros lutavam há séculos, reforçava a consagração de um panteão de heróis que habitava diversas regiões do território, manifestando-se em episódios muito diferenciados, que se somavam na direção da modernidade, traduzida pela República. Segundo ela, sem dúvida os ideais

²⁸ Ibidem, p. 6.

²⁹ Ibidem, p. 2.

republicanos tinham raízes profundas no país, ultrapassando dificuldades e sofrimentos que custaram as vidas de muitos idealistas, para, por fim, se realizar em 1889. A partir daí, o Brasil viveu uma experiência convulsionada por excessos de liberdades individuais e carências de solidariedade, que a Revolução de 1930 e o Estado Novo estavam corrigindo. As turbulências prejudiciais ao progresso, sancionadas pela Carta de 1891 e reafirmadas pela de 1934, estavam finalmente sendo vencidas pela Constituição de 1937 e por Vargas, que, nessa posição, era um legítimo herdeiro dos ideais dos propagandistas republicanos.

Desde o período colonial, o sonho republicano preocupava o espírito dos patriotas. Inúmeras vezes veio ele à tona dos acontecimentos políticos, especialmente em 1789, com Tiradentes; em 1817 e 1824, na revolução de Pernambuco; com Felipe dos Santos, em 1820; com a República de Piratini, em 1835, no Rio Grande do Sul. E em todo o segundo reinado, o mesmo sonho do povo vinha, de vez em quando, turbar a paz do sono do governo monárquico.³⁰

Portanto, o que se assinalava era que o percurso do republicanismo fora longo e difícil, contando com a contribuição de grandes homens e passando por marchas e contramarchas, mas sempre com uma “direção certa”, que o chefe do governo provisório retomara no presente do Estado Novo. Vale então destacar que um dos pontos culminantes dos festejos tenha sido a encenação da peça *Tiradentes*. Se ele era um dos heróis da tradição republicana que se construía, é preciso entender que não era o único, além de ter seu lugar máximo questionado e disputado por outras figuras, como frei Caneca, por exemplo. Dessa forma, a peça de Viriato Correia – sempre apresentado como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e autor do sucesso teatral *A marquesa de Santos* – integrava-se no curso dessas disputas simbólicas, propondo, pela representação teatral, um perfil de herói que precisava ser reconhecido e saudado sem qualquer sombra de dúvida.

No dia 21 de abril, dia de Tiradentes, como referido, o DNP patrocinara a encenação, pelo *cast* do “Teatro em casa” da Rádio Nacional, na *Hora do Brasil*, de *Tiradentes*. Nesse mesmo dia, Viriato fizera uma leitura do original para seleta plateia de convidados, no palco do Teatro Sant’Anna, em São Paulo. Na ocasião, os comentários dos jornalistas são muito elogiosos, até porque o autor era conhecido e admirado pelo público paulista. O espetáculo *Tiradentes* prometia ser tecnicamente superior à peça *A marquesa de Santos*, mas seu autor mantinha o propósito de emocionar os espectadores com uma peça de grande valor histórico e dramático. Ao ser entrevistado, comentou que teve que estudar muito para escrever *Tiradentes*, que era apresentado “sem a corda no pescoço” e como “um verdadeiro revolucionário”. Aliás, o título da entrevista era “Tiradentes foi o primeiro liberal do Brasil”, o que evidenciava o intuito de Viriato de se contrapor a visões muito correntes, que procuravam diminuir seu papel e até negar sua importância no episódio da conjuração de 1789: “O grande herói mineiro tem sido

30 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 nov. 1939.

diminuído por vários historiadores brasileiros. Injustamente, porque Tiradentes era homem culto, inteligente”.³¹

Tiradentes, representada pela Companhia de Delorges Caminha, um dos maiores atores da época, foi de fato um sucesso no palco do Sant’Anna. O *Correio Paulistano* acompanhou toda a montagem, ressaltando a agradável surpresa causada pela notícia de que o maestro Villa-Lobos compusera uma música, *Tiradentes*, sobre letra de Viriato Correia (Museu Villa-Lobos, 2010, p. 288). São elogiados os croquis dos cenários e figurinos, feitos pelo artista Hipólito Colomb, o mesmo de *A marquesa de Santos*. A estreia ocorreu em junho e a peça foi considerada o maior acontecimento teatral da temporada: “A assistência foi obrigada a interrompê-la várias vezes, movida pelo entusiasmo cívico que a assoberbou, e que se transformou na mais estrepitosa salva de palmas”.³² É interessante observar que *Tiradentes* substituiu uma peça de Ernani Fornari, *laiá Boneca*, que, embora não fosse focada em uma figura histórica, apresentava aos espectadores flagrantes sugestivos da sociedade brasileira no fim do Segundo Reinado.³³ A existência de outros dramaturgos trabalhando com episódios da história do Brasil e atraindo grande público demonstrava como esse gênero estava em alta, o que não passava despercebido pelos críticos das seções especializadas dos jornais. Em 16 de maio, o *Correio Paulistano* assinala

o grande serviço que o teatro poderá prestar ao Brasil, desde que aproveitado por escritores de talento para a evocação de grandes figuras e de grandes épocas. [...]. O teatro é ou pode ser, na obra de educação nacional, um dos maiores esteios do poder público. Uma boa comédia repassada de sentimentos elevados, engendrada com elegância e com talento, executada com perfeito conhecimento de toda a carpintaria dos bastidores e levada à cena com entusiasmo, faz mais, pela saúde mental e cívica do povo, do que uma biblioteca de cem mil volumes.³⁴

Uma reflexão que é complementada, após a estreia, em matéria de junho, na qual o colunista considera que as duas horas da peça são duas horas de civismo e de estética sadia, já que ela combinou sabedoria cênica e histórica. Dessa forma, o texto teatral conseguia atingir objetivos pedagógicos que os livros didáticos não alcançavam:

Já se disse, e deve estar suficientemente provado, que o ensino de história do Brasil precisa de uma reforma. Não é que o ensino seja deficiente, nem incompleto, nem incorreto. O que há é que, assim como a nossa história é ensinada, nas escolas, ela não consegue fascinar o espírito da juventude, que, por mais patriótico que seja, mal supor-

31 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, 19 abr. 1939; p. 9, 21 abr. 1939.

32 *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 6, 17 jun. 1939.

33 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 17 nov. 1939.

34 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 16 maio 1939.

ta a chatice descritiva de historiadores que são, via de regra, mais ratos de biblioteca do que artistas da palavra. O que falta, pois, ao ensino da história do Brasil, é uma qualidade didática capaz de emocionar facilmente as gerações novas.³⁵

O sucesso de público e as qualidades cênicas e históricas da peça, decantadas pelos críticos paulistas e reproduzidas nos jornais cariocas, sem dúvida devem ter pesado para que, sob os auspícios do SNT do Ministério da Educação e Saúde, em outubro de 1939, *Tiradentes* fosse anunciada como parte das comemorações oficiais dos cinquenta anos da República. Assim, antes de iniciar sua temporada no Teatro Alhambra, no Rio, seria apresentada em uma récita de gala no Teatro Municipal, em 16 de novembro, com a presença do presidente Vargas e autoridades dos governos federal e municipal. Essa representação seria enriquecida – no início, nos intervalos e ao final da peça – pela execução dos hinos Nacional, da Independência, da Inconfidência e da República, pela orquestra do Municipal, todos cantados pelo Orfeão dos Professores do Distrito Federal, sob a regência de Villa-Lobos. As matérias que *A Noite*, *O Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* dedicam ao espetáculo são minuciosas, de resto como o que se escreveu sobre as festas ocorridas nesses dez dias. Fica-se sabendo que o espetáculo começou após as 22 horas e terminou após as 24 horas, mas o presidente Vargas não se ausentou, aplaudindo de pé o elenco, como toda a plateia, até que Viriato Correia viesse ao palco. A execução dos hinos fora emocionante, acompanhando a elogiada representação dos atores.

A crítica de Mário Nunes, responsável pela coluna “Teatro” do *Jornal do Brasil*, é particularmente valiosa por ressaltar pontos fortes e também fracos. Para ele, todos os seis quadros em que se dividia a peça eram interessantes: “Em Viriato Correia, autor dramático, o teatrólogo sobrepuja o historiador, sofrendo um e outros, claramente, a influência do educador”. Mas a virtude e o vício estavam próximos: “*Tiradentes* começa e termina por quadros em que uma professora, rodeada de crianças, narra o que foi essa página da história pátria [...]. É o que gostamos menos na peça. O tom em que se acha escrita dispensa tal moldura, prejudicial à emoção pelo seu caráter didático”.³⁶ Talvez Viriato Correia tenha ouvido o comentário de Nunes, pois, no texto da peça, publicado em 1941, com ilustrações de Porciúncula, não há essa cena, o que permite supor que ela foi suprimida (Correia, 1941). De toda a forma, a trajetória da peça no Rio replicou os aplausos recebidos em São Paulo, valendo registrar que houve sessões vesperais nas duas cidades e que, em ambas, os secretários de Educação se interessaram em comprar locações para serem distribuídas entre estudantes.³⁷

O caráter cívico-pedagógico do “bom teatro histórico” foi uma tônica nas observações dos jornalistas e críticos teatrais: “O teatro histórico, feito assim, vale a pena, porque, acima de histórico, é artístico; dá à história uma nobreza, que talvez ela não tenha tido, na realida-

35 *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, 14 jun. 1939.

36 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 18 nov. 1939.

37 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 7 dez. 1939.

de, mas que precisa ter, na noção fundamental de todo cidadão e de todo patriota”.³⁸ Como se pode observar, o articulista detecta uma questão historiográfica clássica e complexa – a das relações entre história e memória –, pontuando como a arte, quando de qualidade estética, podia emprestar emoções à narrativa histórica. Se esta não tinha, “na realidade”, tal “nobreza”, era preciso que se socorresse de outras narrativas, capazes de despertar os sentimentos necessários à criação de cidadãos patriotas. Dito de outra forma, a construção de memórias históricas exigia conhecimento e emoção para a produção de coesão social e cultural, um dos principais móveis do nacionalismo do Estado Novo.

THE PARTY IS OVER: O DIP

Quando as celebrações do cinquentenário da República e dos dois anos do Estado Novo chegaram ao fim, o ministro Francisco Campos voltou a usar o telégrafo, dessa feita para agradecimentos. Entre os telegramas, um foi endereçado a Lourival Fontes, diretor do DNP, que muito trabalhou, cobrindo todos os eventos pelos serviços de radiodifusão e realizando filmagens, que garantiram a ampla divulgação das festas.³⁹ O DNP era, então, subordinado ao Ministério da Justiça. Porém, em dezembro de 1939, seria transformado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ficando diretamente vinculado à Presidência da República, o que lhe dava muito mais prestígio e força. As atividades do DIP, entre 1940 e 1945, mostram como a propaganda do Estado Novo mobilizou a cultura brasileira e, especificamente, a história do Brasil, investindo na publicação e distribuição de livros, discos, filmes etc., para serem divulgados dentro e também fora do país.

Internacionalmente, o ano de 1939 começara com o *Correio da Manhã* noticiando, em janeiro, a adesão da Hungria ao pacto anticomunista e a satisfação de Berlim com o fato, comprovando que “o século presente não pertencerá aos carrascos vermelhos de Moscou”.⁴⁰ Em dezembro, acabava com o *Correio Paulistano* anunciando “o orçamento de guerra francês para 1940”, comprovando de que as hostilidades não iriam encontrar o governo desprevenido. Havia confiança de que a nação francesa sustentaria “o esforço heroico do Exército e a preparação à vitória de amanhã”.⁴¹ Duros tempos, em que a vitória custou muito e o amanhã descortinou o inimaginável.

Agradeço a Vinicius de Moura Ribeiro, graduando de história da Unirio, pela realização do levantamento nos periódicos da época.

³⁸ *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 11, 21 out. 1939.

³⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 dez. 1939.

⁴⁰ O pacto anticomunista, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 15 jan. 1939.

⁴¹ O orçamento de guerra francês para 1940, *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 27 dez. 1939.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (org.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano no Brasil*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016, p. 61-90.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus; Fapesp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, F. Ritualizações da história. In: CATROGA, F. et al. (ed.). *História da história em Portugal (séculos XIX e XX): da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 221-361.
- _____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CORREIA, Viriato. *Tiradentes: comédia histórica em 3 atos e 7 quadros*. Música de Villa-Lobos e ilustrações de Porciúncula. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas*. Curitiba: Prismas, 2005.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Peron. *Revista História*, São Paulo, n. 16, p. 109-129, 1997.
- _____. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Faperj, 2007, p. 43-63.
- _____. República e história do Brasil: Viriato Correia e uma história ensinável. In: YAZBECK, D.; ROVHA, M. (org.) *Cultura e história da educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, p. 9-20.
- _____. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 31-58.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

MUSEU VILLA-LOBOS. *Villa-Lobos: sua obra*. Rio de Janeiro: MinC; IBRAM, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Recebido em 4/4/2017

Aprovado em 25/4/2017

O ESTADO NOVO E AS RESTRIÇÕES À ENTRADA DE REFUGIADOS
HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA
THE ESTADO NOVO AND RESTRICTIONS ON REFUGEE ADMISSION
HISTORY AND MEMORY CONSTRUCTS

FÁBIO KOIFMAN | Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

RESUMO

O artigo trata da entrada de refugiados judeus no Brasil durante o Estado Novo, com base na produção de uma carta escrita por Oswaldo Aranha e citada pela historiografia que se debruçou sobre o assunto. Trata também das interpretações e explicações que surgiram quando o documento foi publicado e as respectivas construções de memória em torno do tema.

Palavras-chave: Estado Novo; imigração; refugiados judeus; construções de memória.

ABSTRACT

This article deals with the question of refugee admission to Brazil during the Estado Novo. It is based on the study of a letter written by Oswaldo Aranha and cited by historians who deal with the subject. The article also examines the interpretations and explanations that arose when the document was first published, and the respective memory constructs on the theme.

Keywords: Estado Novo; immigration; jewish refugees; memory constructs.

RESUMEN

Este artículo trata de la entrada de refugiados judíos en Brasil durante el Estado Novo, basado en la producción de una carta escrita por Oswaldo Aranha y citada por la historiografía que se centró en el tema. También se ocupa de las interpretaciones y explicaciones que aparecieron cuando el documento ha sido publicado y sus construcciones de memoria en torno al tema.

Palabras clave: Estado Novo; inmigración; refugiados judíos; construcciones de memoria.

Repetindo Jean Cocteau, que dava a razão pela qual sempre preferiu a mitologia à história ('a história é feita à base de verdades que se convertem em mentiras, e a mitologia de mentiras que se convertem em verdades'), Hélio Silva sentenciou [...] *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1973

O tema da entrada de estrangeiros no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945) tem sido objeto de diversas investigações e tratado pela historiografia nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à imigração judaica. Em razão de ser período coincidente com o nazismo, que durante a Segunda Guerra Mundial produziu o Holocausto, a análise do assunto é sensível e tem sofrido eventualmente a contaminação de versões que contrariam as evidências. Apesar do esforço dos historiadores em mapear as inspirações e influências do contexto mundial nos governantes brasileiros a partir de pesquisa e da perspectiva do próprio tempo, não raro interferências das chamadas construções de memória permeiam as interpretações.

A associação corrente e imprecisa relacionada ao tema explica a política imigratória e as restrições à entrada de judeus no Brasil, nesse período, por uma atribuída adesão à ideologia nazista por parte dos membros da cúpula do poder. Conforme já indicou a historiografia, nos países da América Latina não existiu correlação entre o tipo de governo, simpático ao Eixo, favorável aos Aliados, democrático ou autoritário, e a atitude de aceitação ou rejeição quanto aos refugiados judeus do nazismo. As respectivas políticas imigratórias ou específicas quanto à entrada de judeus naquele momento não foram pautadas ou condicionadas por essa influência. É certo que o antissemitismo europeu influenciou e produziu ecos no continente americano, mas não de maneira uniforme, até pelo contrário (Milgram, 2003, p. 11; Senkman, 2003, p. 80-81).

Desse modo, não é possível compreender a política imigratória brasileira daquele tempo tão somente como expressão de antissemitismo de Estado ou decorrente da influência dos modelos fascistas. Sem dúvida, durante o Estado Novo, um número significativo de membros do governo compartilhava uma imagem negativa em relação à imigração judaica. Isso não impediu que a comunidade israelita já residente no Brasil seguisse a sua vida dentro da normalidade e que alguns milhares de judeus tenham desembarcado nos portos brasileiros nesse mesmo período.

A simpatia pela causa Aliada não fez, por exemplo, com que Vasco Leitão da Cunha (Hilton, 1994, p. 396), que respondeu por 11 meses pelo Ministério da Justiça, entre 1941 e 1942, tivesse uma posição maleável, sensível ou tolerante em relação aos refugiados judeus ou no tocante aos diplomatas brasileiros que contrariaram a orientação do governo e concederam vistos brasileiros para israelitas, mas sim o extremo oposto (Koifman, 2002, p. 55-56, 282-288 e 296-297). Ou, conforme expressou o cônsul brasileiro Jorge Kirchhofer Cabral: "[...] resta-me somente lembrar a meus patrícios que antissemitismo e antinazismo são dois sentimentos que, logicamente, podem coexistir". Cabral estava então lotado na cidade alemã de Frankfurt e a frase aparece como conclusão de um longo ofício que dirigiu ao ministro Oswaldo Aranha, em 25 de março de 1941. No documento, o diplomata pretendeu esclare-

cer as razões pelas quais se negava sistematicamente a conceder vistos a judeus, inclusive aos que haviam sido autorizados pelo Itamaraty.¹

Por outro lado, a aproximação em definitivo com os Estados Unidos e os Aliados, desenhada em 1939 e sacramentada em 1940, com o conseqüente afastamento do Eixo, em nada modificou a política imigratória restritiva brasileira, que nos anos seguintes estabeleceu controle ainda maior em relação à entrada de estrangeiros, levando a processo e punição funcionários envolvidos em concessões de vistos para refugiados judeus (Koifman, 2002, p. 103-136 e p. 191-199; 2012, p. 203-282).

A política imigratória seletiva de inspiração eugenista estabelecia restrições para a concessão de vistos para imigrantes idosos, bem como aos compreendidos como deficientes físicos ou que possuíssem alguma característica que fosse identificada como indesejável. Desse modo, os serviços consulares brasileiros no exterior eram orientados a observar os “aspectos físicos e morais” dos estrangeiros que pretendiam se dirigir ao Brasil (Koifman, 2012, p. 283-312). Os aspectos físicos de um modo geral eram extensivos a qualquer nacionalidade ou origem étnica, indiscriminadamente. Já os “aspectos morais” referiam-se especialmente à opção de religião, à origem étnica e a um leque extenso e subjetivo de estereótipos associados a certos grupos humanos, características essas que seriam para os eugenistas condicionadoras de conduta social, profissional e até ideológica. Ambos os critérios eram apresentados e chancelados por um discurso que pretendia esclarecer tais restrições no âmbito da ciência – como era vista então a eugenia – e da racionalidade, não do preconceito, do racismo ou da intolerância (Koifman, 2012, p. 283-373).

As políticas imigratórias de cunho liberal adotadas entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que até então atendiam às preocupações dos dirigentes em encher os espaços vazios do nosso território e “branquear” a população, passaram a se tornar mais restritivas e, a partir de 1934, cada vez mais seletivas. O discurso racista frequentemente atribuía muitos dos problemas do país – miséria, doenças, analfabetismo, entre outros – ao que se considerava ser a “má formação étnica” da maioria dos brasileiros.

No Brasil, em razão das características da população, os modelos europeus e norte-americanos da eugenia precisaram ser adaptados, tendo boa parte dos eugenistas brasileiros encontrado, especialmente na política imigratória seletiva, a melhor forma de colocar em prática as suas propostas de “aperfeiçoamento da composição étnica”. O povo brasileiro poderia ser “branqueado” e melhorado se imigrantes devidamente selecionados fossem aqui recebidos e se miscigenassem ao “elemento nacional” (Koifman, 2012, p. 67-84).

A vinda de novos imigrantes selecionados a partir de critérios eugênicos passou a ser vista como a solução para o que era apontado como um problema. Dentro dessa lógica, os novos imigrantes considerados brancos poderiam se casar com os brasileiros não brancos e dessa forma “melhorar” a composição étnica da população, dando assim continuidade ao projeto anterior de “branqueamento”, mas com algumas inovações. Foram incluídos como

1 Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro (doravante, AHI), 59/5/2.

indesejáveis potenciais novos imigrantes identificados como não negros, até então “desejáveis”, mas que passaram a ser apontados como “inassimiláveis” e de difícil “fusibilidade”.² Atribuíam-se de maneira preconceituosa e generalizada características comportamentais a determinados grupos de pessoas, em especial o condicionamento supostamente necessário de contrair casamentos endogâmicos. Tal imputação de condicionamento de não se casar com os brasileiros não brancos desqualificava como bons imigrantes os novos imigrantes judeus, a quem eram atribuídas de maneira estereotipada outras características consideradas negativas – propensão a viver nos grandes centros urbanos, serem portadores de “ideias dissolventes” (comunismo), parasitas ou especuladores econômicos, entre outros –, embora as restrições inspiradas pela eugenia também tenham influenciado a contenção de imigração para outros povos, como, por exemplo, os japoneses, alvo das primeiras restrições de inspiração eugenista no Brasil a partir de 1934.

Com a emergência dos fascismos e o contexto de intolerância e perseguições étnicas na Europa, o número de refugiados judeus que necessitavam sair do velho continente aumentou exponencialmente em um momento em que praticamente todos os países do mundo ou cerravam totalmente suas fronteiras à imigração ou estabeleciam, da mesma maneira que o Brasil, critérios seletivos para autorizar a entrada de novos imigrantes.

Os dirigentes brasileiros mantinham-se extremamente interessados em seguir atraindo “boas levas imigratórias” para encher os imensos vazios do território nacional e contribuir para a formação do povo brasileiro, desde que observados os critérios eugênicos relacionados ao projeto de “branqueamento”. A incoerência entre o interesse em atrair ao mesmo tempo em que se buscava evitar a entrada de novos imigrantes necessariamente produziu dificuldades aos cônsules brasileiros no exterior, que tiveram de lidar com um conjunto de regras ambíguas e contraditórias. Para aumentar ainda mais as dificuldades, as regras nesse terreno foram sendo modificadas com o passar dos anos durante o Estado Novo. A existência de exceções à proibição geral de concessão de vistos brasileiros a estrangeiros judeus, somada à imensa pressão daqueles israelitas que em número expressivo buscavam fuga do nazismo, complicou ainda mais o trabalho dos serviços consulares.

Alguns meses antes da instauração do Estado Novo, no dia 7 de junho de 1937, a circular secreta n. 1.127 foi emitida pelo Itamaraty, atendendo à decisão do governo. Por meio dela, se estabeleceu a proibição de concessão de vistos para estrangeiros judeus, deixando, entretanto, abertas algumas exceções, como, por exemplo, nos casos de solicitações que diziam respeito a “pessoas de notória expressão cultural, política ou social” (Koifman, 2002, p. 106-136).

A questão da entrada de imigrantes, especialmente a partir de 1938, passou a ser confundida com o problema da entrada de refugiados europeus. E, mesmo que esse grupo de estrangeiros não fosse composto unicamente de israelitas, o termo refugiado constantemente passou a ser associado aos judeus. Assim, qualquer iniciativa de um judeu em entrar

2 Entre outros, AHI, *Relatório anual do MRE*, ano de 1937, p. 109-110.

no Brasil, seja como turista ou para fins comerciais, passou paulatinamente a ser avaliada como uma tentativa de burlar as normas de imigração.

Embora o Estado procurasse estabelecer a partir do final dos anos de 1930 uma maior fiscalização da entrada de pessoas no país, a burocracia até 1938 não exercia um rígido controle dos estrangeiros que aqui já residiam. Dessa forma, a partir de então, decidiu-se implementar um sistema mais organizado. O ano de 1938 foi muito importante para o tema da entrada e controle de estrangeiros no Brasil. Dois decretos-leis (406, de 4 de maio, e 3.010, de 20 de agosto) regulamentaram e delinearão a política imigratória seletiva e o trato legal para com os estrangeiros no plano interno. A aplicação dessa política deveria ser orientada por um conselho criado pelo decreto-lei n. 406 – que começou a funcionar em setembro de 1938, o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) –, mas, na prática, foi mesmo sendo moldada pelas circunstâncias, contando de forma frequente com a interferência pessoal de Getúlio Vargas (Koifman, 2012, p. 52).

A partir da chegada de Oswaldo Aranha à chefia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em março de 1938, novas possibilidades de concessão de vistos a refugiados judeus surgiram, ainda que mantidos os critérios seletivos. A mais significativa das aberturas nesse sentido foi a “janela Aranha”, materializada pela circular n. 1.249, emitida em 27 de setembro de 1938 (Koifman, 2002, p. 115-120). Entre fins de setembro e dezembro de 1938, o Itamaraty emitiu e enviou, às representações consulares brasileiras no continente europeu, certificados autorizando a emissão de vistos para parentes cônjuges ou consanguíneos, em linha direta até o 2º grau, de judeus que estavam residindo legalmente no Brasil. A “janela” foi anunciada pouco mais de um mês antes da Noite dos Cristais, ocorrida em 9 de novembro de 1938, e atendeu a inúmeras famílias judias que, desesperadas, buscavam autorização para trazer irmãos e pais – muitos deles idosos – que ainda permaneciam na Europa, em especial na Alemanha e nos países já anexados por Hitler naquele momento, a Áustria e a Checoslováquia, que já estavam sofrendo com a implementação da legislação racial nazista. Os parentes que residiam no Brasil se dirigiram ao MRE e comprovaram o parentesco e a situação regular no país e, dessa maneira, os certificados foram emitidos logo em seguida.

Em tese, esses pedidos deveriam ser dirigidos pelos interessados aqui no Brasil até o dia 31 de dezembro de 1938, ou seja, a “janela” ficou aberta por três meses. Até o último dia de vigência, 1.296 autorizações salvadoras foram expedidas, em muitos casos dirigidas a mais de um parente (casal de pais, avós, irmãos, esposa ou filhos).³ A vigência desses documentos, emitidos em 1938 para fins de obtenção de um visto em algum consulado brasileiro na Europa, foi estendida, na prática, até o ano de 1940.⁴

A circular n. 1.249 também estabeleceu a possibilidade de concessão de visto para aqueles que pudessem comprovar serem técnicos, ou profissionais de atividades que interessas-

3 AHI, *Relatório anual do MRE*, ano de 1938, p. 66.

4 O fato pode ser observado a partir da leitura sistemática da documentação arquivada no AHI. No momento desenvolvo projeto de pesquisa a respeito do tema em parceria com o pesquisador Rui Afonso.

sem ao Brasil, e aos que pudessem transferir para o país elevada soma de dinheiro, aos quais se emitiria o visto de investidores, mais conhecido como “visto capitalista” (Koifman, 2002, p. 106-136). Essa regra que possibilitava aos “técnicos” e aos “capitalistas” obterem um visto se manteve em vigor até o fim do Estado Novo, expressa nas diferentes circulares e decretos-leis, embora, no caso dos vistos para técnicos, a análise da documentação nas solicitações de concessão para judeus seguisse critérios muito rígidos, às vezes intransponíveis, comparativamente a pedidos análogos de solicitantes não judeus (Koifman, 2012, p. 312-367).

O agravamento da situação dos judeus na Europa elevou exponencialmente o número de solicitantes e o nível de desespero daqueles que precisavam de refúgio. A imensa maioria não conseguiu obter um visto para o Brasil. Certo número logrou encaixar-se nas exceções estabelecidas pelas circulares – técnicos e vistos capitalistas –, entre outros meios, como a obtenção de vistos temporários (turismo ou negócios), de trânsito, conseguindo autorização oficial do Itamaraty, contando com a boa vontade de um diplomata brasileiro ou por meio de suborno.

A conjugação de todos esses fatores e possibilidades determinou o aumento do número de refugiados chegando aos portos brasileiros ao longo de 1939 e o assunto prestou-se a motivo de crítica à eficiência do MRE, em um contexto que pode ser explicado também por uma disputa política na cúpula do poder, em especial envolvendo Oswaldo Aranha e o ministro da Justiça Francisco Campos (Koifman, 2002, p. 136-140).

O que Aranha possivelmente não esperava era o que, nos meios militares, chamam de “fogo amigo”. Que o diplomata Ciro de Freitas Vale se unisse aos que o acusavam junto a Vargas de ineficiência. O ministro, que já havia trabalhado com Ciro nos Estados Unidos quando servira naquele país como embaixador do Brasil, escolheu novamente o diplomata para o prestigioso posto de secretário-geral. Ao tomar posse, Freitas Vale declarou que

recebia o alto cargo, verdadeira chefia do Estado-Maior do Itamaraty, em que acabara de ser investido como um prêmio. Um prêmio dos seus vinte anos de serviço e um prêmio que vinha de um irmão pelo sangue e pelo mesmo sentido de servir ao Brasil. Trabalhara com o ministro de Estado, em Washington, com fidelidade e intransigência e estava certo de que essa fidelidade e intransigência foram as determinantes da sua escolha dentre um quadro de ilustres funcionários. Entendia que a fidelidade era essencial, para servir ao país, para servir ao governo, com dedicação, com discrição e zelo, da mesma forma que a intransigência se tornava mister em todos os postos da carreira.⁵

Onze meses depois, a “intransigência” ou outros interesses falaram mais alto do que a “fidelidade”. Ciro, além de primo – seu pai, José de Freitas Vale, era irmão de Luísa de Freitas Vale Aranha, mãe do ministro –, era pessoa próxima e de confiança de Aranha. Ocupou

5 *Jornal do Comércio e Correio da Manhã*, 11 jan. 1939. Textos idênticos em ambos os jornais.

entre janeiro e julho o posto de secretário-geral do MRE,⁶ tendo respondido como ministro interino da pasta entre 29 de janeiro e 27 de março de 1939,⁷ quando o titular viajou para os Estados Unidos na chamada “Missão Aranha” (Hilton, 1994, p. 302-311). Possivelmente desse período, quando passou a despachar pessoalmente com Vargas, data o início da aproximação com o presidente, época que coincide com a promoção do diplomata a embaixador.

Freitas Vale testemunhou e acompanhou pessoalmente a emissão de centenas dos certificados que autorizavam a concessão de vistos no âmbito da circular n. 1.249, assim como outras autorizações remetidas à Alemanha. Assinou e enviou durante esse período, até pelo menos o dia 30 de junho de 1939, às representações consulares na Europa, vários despachos contendo instruções para concessão de vistos permanentes para estrangeiros que, em sua maioria, portavam documentos nos quais as autoridades nazistas inseriram os nomes “Israel” e “Sara” como forma de evidenciar que os identificavam como judeus,⁸ algo verificado por meio das listas de passageiros e das fichas consulares entregues quando da chegada ao Brasil.⁹ Alguns, inclusive, em caráter temporário.¹⁰ Encaminhou também, em 19 de junho de 1939, despacho ao cônsul em Berlim informando que nove alemães haviam alterado a classificação de temporário para permanente.¹¹ Testemunhou, ao longo do primeiro semestre de 1939, a continuidade de emissão de certificados cuja data-limite, de acordo com a circular, era 31 de dezembro de 1938. Se o MRE estava condescendente com o estado de coisas, Freitas Vale, até metade do ano lotado na Secretaria de Estado e depois de fins de agosto em Berlim, sabia em detalhes e participava pessoalmente do trato e da condução do assunto.

De mais de uma fonte recebi a informação de que o pai de Ciro, o político e advogado José de Freitas Vale, representava junto ao MRE clientes interessados em trazer judeus ainda residentes na Europa. Existem evidências de que a informação procede, como, por exemplo,

6 *Jornal do Comércio e Correio da Manhã*, 6 jan. 1939, 11 jan. 1939 e 30 jul. 1939.

7 *Correio da Manhã*, 31 jan. 1939 e 28 mar. 1939. Durante os meses em que Ciro respondeu pelo MRE, nenhum dos mencionados certificados autorizando a concessão de vistos para judeus ainda na Europa foi emitido. Quando Aranha reassumiu a pasta, novos certificados voltaram a ser expedidos.

8 Em 17 de agosto de 1938, o regime nazista publicou um decreto que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1939, obrigando os judeus alemães a inserir e utilizar necessariamente os nomes “Israel” (caso masculino) e “Sara” (caso feminino) em todos os seus documentos e assinaturas, de maneira a serem identificados “racialmente”. Estavam isentos desse decreto os nomes judeus que os nazistas consideravam como judaicos, e uma lista indicando esses nomes foi publicada.

9 AHI, 55/2/6. Entre outros exemplos de despachos assinados por Ciro Freitas Vale: 8 de março de 1939, relativo a Ida Marx; 25 de março de 1939, Ingeborg Röscher Steuer; 27 de abril de 1939, Nathan e Elli Presch; 3 de maio de 1939, Margareth e Gerhard Benheim; 17 de junho de 1939, Herta Helena Katz-Fabian. As fichas consulares contendo “Israel” e “Sara”, assim como as listas de passageiros dos navios, encontram-se no Arquivo Nacional.

10 AHI, 55/2/6. Em 22 de junho de 1939, Gerd, Rosa, Eveline e Helene Goldstein.

11 AHI, 55/2/6. Relativo a Kurt Nebel, Luise Diamant, Thea Günzberger, Paula Günzberger, Karl Walter Kol, Herman Seif, Kurt Zernik, Max Spielman e Franz Eisenstein.

o requerimento de 9 de outubro de 1938 encaminhado por Freitas Vale ao MRE em favor de Arthur e Betti Cohn, residentes na Alemanha.¹²

Em 5 de novembro de 1939, pouco mais de três meses depois da promoção a embaixador e de ter tomado posse em Berlim,¹³ Ciro enviou para o presidente da República uma carta classificada como “confidencial”. O portador do documento foi o diplomata Samuel de Sousa Leão Gracie, que regressou naquele momento ao Brasil. A carta de quatro páginas possui um prólogo de relatos dos meses iniciais da Segunda Guerra, que Freitas Vale testemunhava e, conforme mencionou, já havia enviado “ao Itamaraty e que, provavelmente, será apresentado a Vossa Excelência”. O conteúdo geral do texto dá a impressão de que o propósito único da missiva foi manifestado em um único parágrafo bem no meio da carta, depois de considerações relacionadas à profissão de diplomata em tempos de guerra e assuntos sem maior importância:

Um outro ponto sobre o qual escrevi ao Itamaraty é o da emigração para o Brasil de semitas. Todos se dizem aí pouco amigos dos judeus, mas tem cada qual seu caso e, por generosidade de nossos homens, vão entrando famílias e mais famílias, que, dentro de 50 anos, poderão dar grandes trabalhos aos dirigentes do país, que acusarão os de hoje de falta de previdência. É a primeira vez, em 25 anos de serviço à nação, que, como funcionário, me animo a criticar uma ação do governo. E si [sic] o faço é por considerar tal passo um dever iniludível de patriotismo e de fidelidade a Vossa Excelência.¹⁴

O trecho, essencialmente, desrespeitava a hierarquia e violava a ética, fazendo críticas que atingiam diretamente o seu superior hierárquico e primo, Oswaldo Aranha. Depois de mais alguns parágrafos e comentários sem relevância, Ciro concluiu a carta, assinando abaixo da frase “de Vossa Excelência amigo e servidor”. Para além das pretensões políticas ou de carreira do diplomata, ou de suas mais sinceras convicções relacionadas à dimensão do que considerava um problema extremamente grave, o contexto no qual a acusação formulada foi recebida produziu expressivo ruído.

A inesperada denúncia fez com que o chefe do Itamaraty preparasse um dossiê intitulado “Entrada de semitas no Brasil”.¹⁵ A documentação foi encaminhada por Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas em 16 de janeiro de 1940 contendo 48 páginas. O material comporta a apresentação na qual o ministro anunciou: “[...] com relação à entrada de indivíduos de origem semita no

12 AHI, lata n. 634, maço n. 9.730. A requerente, Edith Röttgen, residia em São Paulo e era filha do casal Arthur e Betti. A solicitação foi encaminhada sob a vigência da mencionada “janela Aranha”. Os vistos foram autorizados e emitidos no dia 10 de junho de 1939 na cidade de Colônia, tendo o desembarque ocorrido em 19 de agosto de 1939 no porto de Santos, com a indicação de que se tratava de apátridas.

13 AHI, 4/5/1. Freitas Vale assumiu o posto em 25 de agosto de 1939. Apresentou as credenciais no dia 1º de setembro de 1939.

14 Arquivo Nacional, Presidência da República 69, caixa n. 27.667, lata n. 201 (doravante AN, PR-69), p. 21-24.

15 AN, PR-69.

Brasil, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso maço contendo diversos documentos que esclarecem a maneira pela qual o Itamaraty tem agido nesta questão". O dossiê reúne cópias de diversos documentos, a maioria oriunda da correspondência do próprio MRE, em especial nove telegramas e ofícios enviados por Freitas Vale entre 23 de setembro e 2 de novembro de 1939, com observações críticas relacionadas ao tema das concessões de vistos para judeus. Esse material foi acrescido, muito especialmente, da carta resposta de dez páginas (exemplar da Fundação Getúlio Vargas) ou sete páginas (exemplar do Arquivo Nacional)¹⁶ que Aranha enviou a Ciro em 5 de janeiro de 1940, documento disponibilizado em ambos os arquivos e um dos textos mais citados pela historiografia que tratou do tema (Avni, 2003, p. 22-23; Carneiro, 2001, p. 213-217; Hilton, 1994, p. 359-360; Koifman, 2002, p. 124-126 e 192; Lesser, 1995, p. 234-238; Milgram, 1994, p. 110-121; entre outros).

O conteúdo da longa resposta que o ministro postou a Freitas Vale é um balanço daquele momento na política imigratória brasileira em relação à entrada de judeus no país, acrescido de contra-argumentações relacionadas a queixas e observações que o mesmo embaixador oficiara nos meses anteriores. Menciona assuntos muito importantes para a compreensão do tema, entre outros, as circulares secretas n. 1.127 e 1.249, o CIC, o número estimado de refugiados judeus entrados no Brasil e as estratégias "para evitar o falso turista".¹⁷

Os dois historiadores que até aqui tiveram acesso ao dossiê completo relacionado ao caso, e publicaram a respeito, discordam quanto à intencionalidade de Freitas Vale. Para Stanley Hilton (1994, p. 359-360), o embaixador em Berlim "sem querer transformaria um assunto administrativo em questão política quando mencionou sua reclamação em carta pessoal a Vargas" e "ao provocar a intervenção presidencial, Freitas Vale inadvertidamente colocara Aranha no banco dos réus, por assim dizer, obrigando-o a se defender perante o setor antiliberal". O "setor antiliberal" aqui citado é uma referência ao ministro da Justiça Francisco Campos e, talvez, na visão de Hilton, também aos ministros militares. Entretanto, não há evidência de que o conteúdo da carta tenha extrapolado o universo da Presidência da República e do próprio gabinete do ministro das Relações Exteriores.

Em outro sentido está a interpretação de Jeffrey Lesser (1995, p. 361), que, no índice onomástico-temático presente no final do livro, nos itens relacionados ao nome de Ciro, intitula o episódio como "ataques contra Aranha". Para Lesser (1995, p. 236-237), o ministro só teria sido informado da denúncia por intermédio do então presidente do CIC e diplomata, João Carlos Muniz, pessoa muito próxima a Aranha.¹⁸

Leão Gracie desembarcou no Rio de Janeiro portando a carta de Freitas Vale no dia 5 de dezembro de 1939.¹⁹ Duas semanas depois, em 19 de dezembro, Muniz encaminhou um *memorandum* com o timbre da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Aranha.

16 AN, PR-69, p. 38-44 e Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, AO 40.01.05/1, respectivamente.

17 AN, PR-69, p. 38-44.

18 Importante registrar que o CIC funcionava dentro do Palácio do Itamaraty.

19 AN, Relação dos Vapores 426. Relação dos passageiros do vapor *Neptunia* chegado em 5 de dezembro de 1939.

Ou a missiva de Ciro acompanhou o *memorandum* que Muniz preparou, ou, por outro meio, Vargas procedeu com o encaminhamento da carta a Aranha. De qualquer maneira, o documento que consta do dossiê parece ser o original, uma vez que está assinado de próprio punho por Freitas Vale.²⁰

O ofício de Muniz também faz parte do dossiê, e nele o diplomata informa que “o secretário da Presidência pediu-me ontem, em nome do senhor presidente da República, que informasse sobre certas denúncias contra a entrada de numerosos semitas no Brasil por meios fraudulentos”. Em três páginas, fez um breve histórico dos procedimentos do Itamaraty e do CIC, o qual presidia, para concluir que interpretava que “as alegações anônimas” de que os funcionários do ministério estariam aceitando suborno “para fazer entrar quem quer que seja no Brasil” eram uma forma que “escritórios estabelecidos no mundo inteiro com o fim de facilitar a emigração judaica” faziam para “atrair a sua clientela, extorquindo-lhe somas avultadas”. De qualquer maneira, Muniz recomendou que se fizesse uma investigação quanto às denúncias para “apurar as responsabilidades, de forma a destruir quaisquer suspeitas que possam pairar sobre o Itamaraty”.²¹ O documento não faz qualquer referência a Freitas Vale ou à carta enviada por ele.

As denúncias relacionadas a acusações como essas foram encaminhadas ao governo de maneira anônima, como também assinadas. Algumas chegaram a ser publicadas nos jornais, então controlados por censura estatal, entre os anos de 1938 e 1941 (Koifman, 2002, p. 103-175). A ponderação, denúncia ou sincera preocupação de Freitas Vale pode ter sido a gota d’água ou fator provocador da manifestação de Vargas a respeito do assunto. Na mesma data do documento enviado por Muniz, 19 de dezembro, Aranha telegrafou a Berlim solicitando que Ciro documentasse “sua informação ao presidente da República sobre concessões irregulares de vistos e entradas abusivas de judeus no Brasil”.²²

A análise completa e minuciosa do caso protagonizado por Aranha e Freitas Vale segue merecendo um estudo particular e pormenorizado, a despeito do tanto de publicidade que a carta resposta de Aranha recebeu até os dias de hoje. De qualquer forma, uma breve análise das primeiras explicações que surgiram quando da divulgação desse documento é paradigmática em relação às memórias construídas nas décadas seguintes sobre o tema das restrições à entrada de judeus no Brasil durante o Estado Novo. E do quanto de continuidade dessas construções podemos observar até os dias de hoje.

Ao que se sabe, a primeira vez que a resposta do chefe do Itamaraty veio a público foi por meio do *Jornal do Brasil*, em reportagem publicada no dia 7 de abril de 1973.²³ Com uma

20 AN, PR-69, p. 21-24.

21 AN, PR-69, p. 25-27.

22 AN, PR-69, p. 29. Não localizei cópia desse telegrama na correspondência arquivada no AHI.

23 No volume XI de *O ciclo de Vargas* (Silva, 1972, p. 51), Hélio Silva já havia mencionado a existência do documento na “Cronologia dos acontecimentos”, limitando-se à informação de que, no dia 5 de janeiro de 1940, “Oswaldo Aranha escreve a Ciro Freitas Vale, embaixador em Berlim, abordando a política brasileira de controle da imigração judaica”. Não foi possível esclarecer as razões que levaram Silva a trazer o documento a público naquele momento.

pequena manchete na primeira página intitulada “Aranha tornou mais fácil vinda de judeu”, o jornal informava que o Brasil havia concedido, “entre 1937 e 1939, vistos a 16.452 judeus e abrandou, no último ano, as restrições à imigração”, citando como fonte o documento “até agora inédito” que fora revelado no dia anterior aos redatores pelo jornalista, médico e historiador Hélio Silva. O pequeno texto de chamada de capa é complementado por longa matéria, dessa vez com o título “Carta de Aranha mostra posição do Brasil na entrada de judeus”, que ocupou metade da quarta página daquela edição, na qual o documento é reproduzido integralmente.

Em 1973, já estavam falecidos Aranha e Freitas Vale. O texto informa que a carta não foi utilizada por Hélio Silva na extensa coleção *O ciclo de Vargas*, de autoria do historiador, e que seu texto “explica exatamente a política do Itamaraty para controlar a entrada de refugiados judeus no Brasil”.

Sem formação em ciências humanas, Hélio Silva era graduado em medicina e exerceu a profissão de médico concomitantemente com a de jornalista por muitos anos. A partir do final dos anos de 1950, passou a se ocupar da pesquisa e da publicação de livros de história. Foi amigo ou conhecido de alguns dos personagens a respeito dos quais escreveu, entre outros, do próprio Vargas.²⁴ Talvez essa proximidade faça com que as obras do autor possuam um certo cuidado em relação à seleção e ao trato de certos fatos, figuras históricas e temas, demonstrando preocupação com o zelo por suas memórias. Ao mesmo tempo, possivelmente explique as razões pelas quais os nomes de alguns personagens tenham sido omitidos.

Em livro publicado, chamei a atenção para a total ausência na coleção *O ciclo de Vargas* do nome do embaixador Dantas, a despeito de tantos outros embaixadores contemporâneos, historicamente tão ou menos relevantes quanto o diplomata, terem sido nominalmente citados, como foram os casos de Ciro Freitas Vale, Carlos Martins Pereira e Sousa, José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão, Mário de Pimentel Brandão, Pedro Leão Veloso, entre muitos outros (Koifman, 2002, p 21).²⁵

Em fins de 1941, Vargas determinou a abertura de inquérito administrativo contra o embaixador Dantas em razão de ele ter concedido vistos irregulares para centenas de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial (Koifman, 2002, p. 239-343). O embaixador era personagem relacionado a período coincidente com *O ciclo de Vargas*. Seu nome potencialmente poderia ser associado a assuntos considerados desabonadores em relação às ações e decisões de Getúlio, especialmente durante o Estado Novo. Entre outras temáticas desconfortáveis relacionadas ao regime autoritário liderado pelo ditador, o tema dos refugiados do nazismo não era um dos que contribuíam para uma boa imagem de Vargas.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1995, p. 6.

²⁵ Mencionei esse fato certa vez em palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, com a presença na audiência de Maria Cecília Ribas Carneiro, colaboradora de Silva nas obras. Maria Cecília procurou-me naquela oportunidade para esclarecer que tal omissão não era proposital, mas decorrente das dificuldades da época em ter acesso à documentação arquivada no AHI.

Sob essa perspectiva, é possível compreender os argumentos utilizados por Hélio Silva na entrevista de 1973 ao *Jornal do Brasil*. Na oportunidade, disse que nas pesquisas que ele e a colaboradora Maria Cecília Ribas Carneiro realizaram, relativas ao período da guerra, “o problema das concessões dos vistos de entrada no Brasil para os judeus refugiados chegou a ser cogitado”, mas que o tema “acabou não sendo colocado no livro”. Em verdade, nos livros, já que mais de uma dessas obras abordam o período.

Na mesma oportunidade, Hélio Silva justificou a exclusão do documento redigido por Aranha “dada a prioridade ao tema principal da trilogia, que é a participação do Brasil na guerra e suas relações com os Estados Unidos e demais países americanos”. Complementando, o historiador argumentou que “a posição do Brasil e a atuação dos dois responsáveis pela política externa – o presidente Getúlio Vargas e o chanceler Oswaldo Aranha – ‘são nítidas e delas nos podemos orgulhar. Mas é preciso considerar o fato, dentro das circunstâncias em que se deu, para perfeita compreensão’”.

Deixando transparecer as suas preocupações ao mencionar a expressão “orgulhar”, Hélio Silva a seguir se filiou à estratégia daqueles que se esforçam em cuidar da imagem de si mesmo em relação à posteridade ou da memória daqueles que tiveram algum protagonismo na postura de repulsa do país aos refugiados do nazismo. Para tal, teceu argumentos para explicar as “circunstâncias” em duas linhas: a das preocupações do governo brasileiro em manter estritamente a neutralidade e a da atribuída simpatia dos generais pela Alemanha:

naquela época, o Brasil se esforçava para manter estrita neutralidade, coerente com os princípios firmados nas conferências de Lima, Panamá e Havana. “Exigíamos e fazíamos respeitar uma faixa de neutralidade, nas águas continentais”. Se, pelo lado humanitário, o Brasil devia receber os judeus fugitivos da Alemanha – e Vargas, com o documento pontífice confirma, “em particular favor ao Santo Padre”, – ordenou a concessão de 3 mil vistos, essa atitude tinha de ser moderada, porque poderia ser interpretada como um ato hostil a uma das partes beligerantes, a Alemanha – afirmou o historiador Hélio Silva. Ele diz ainda que havia em certos círculos internos, notadamente em altos escalões militares, “senão simpatia pela Alemanha, admiração pelo seu Exército”, considerado “imbatível”. E, afirma, que daí houve uma certa pressão para que o Brasil se mantivesse neutro, não formando ao lado dos Aliados, que esses círculos consideravam próximos da derrota, como a França fora derrotada.

Depois de pesquisar detidamente em arquivos públicos e particulares, considerando o quanto o tema aparece de maneira significativa na documentação, é certo que naquele momento Hélio Silva possuísse uma boa ideia no tocante à política imigratória brasileira em relação aos refugiados judeus e já soubesse precisamente que as explicações que estava dando não eram consistentes. Possivelmente, foram esses os argumentos que lhe vieram à cabeça para não tratar do assunto, evitando com outras justificativas informar o que não desejava divulgar ou julgava que pudesse colocá-lo em situação incômoda em relação aos seus amigos ou princípios. O ponto aqui não é questionar as opções e critérios de Hélio Silva

quando da seleção dos objetos a serem tratados em seus livros. Mas, sim, a partir do conteúdo da entrevista, sinalizar a compreensão de certas escolhas do historiador.

A recepção, repulsa ou indiferença em relação aos refugiados não era assunto relacionado à manutenção da neutralidade estabelecida pelas nações americanas nas conferências que Hélio Silva citou. Por outro lado, e mais importante, recepcionar refugiados judeus estava longe de ser interpretado pela Alemanha como “ato hostil”. Até outubro de 1941, o governo nazista não só permitiu como se esforçou para que todos os israelitas que se encontravam nos territórios sob o seu controle saíssem, e a política de expulsão só poderia funcionar se algum outro país os aceitasse (Hilberg, 2003, p. 4).

As mencionadas concessões de “3 mil vistos”, que em verdade se concretizaram com a emissão de não mais de 959, tendo cerca de metade desse número efetivamente chegado aos portos brasileiros, com certeza não foram interpretadas como “um ato hostil” pela Alemanha ou algo que necessitasse, diplomaticamente ou de qualquer outro modo, “ser moderado” por uma política imigratória restritiva a refugiados judeus, conforme afirma Hélio Silva (Milgram, 1994). Pelo argumento, o governo brasileiro teria passado a restringir novas entradas de refugiados para contrabalançar o fato de ter autorizado a vinda de refugiados convertidos ao catolicismo atendendo à solicitação do Vaticano. A afirmativa não é amparada pela documentação, pela lógica ou por fatos, além de ser anacrônica. As restrições à emissão de vistos a judeus começaram a ser estabelecidas mais de dois anos antes do início da Segunda Guerra. O acordo com o Vaticano foi aprovado em junho de 1939. A questão da neutralidade e sua manutenção só passou a existir com o início da guerra, em setembro de 1939 (Hilton, 1994, p. 323).

A simpatia do alto escalão do Exército brasileiro pela eficiência do Exército alemão de fato existiu, mas a mencionada derrota francesa se deu seis meses depois que Aranha escreveu o documento citado na reportagem. Portanto, não poderia ter sido esse fato algo que pudesse explicar o teor da carta e menos ainda a política imigratória brasileira dos anos anteriores ao referido acontecimento.

As explicações para a política imigratória brasileira restritiva em relação aos refugiados judeus têm sido diretamente influenciadas pelas chamadas construções de memória, tais como as que Hélio Silva produziu na entrevista de 1973. A mesma linha de culpar os “nazistófilos” pelas restrições à entrada de judeus foi seguida por outros. Talvez o exemplo mais emblemático seja o do já citado Vasco Leitão da Cunha. Diplomata de convicções “pró-Aliados”, que ao tempo do Estado Novo foi ministro interino da Justiça, em depoimento concedido em 1983, explicou as restrições e impedimentos a refugiados judeus que ele mesmo ajudou a efetivar, e pelos quais zelou de maneira extremamente rígida e inflexível, como relacionados à presença de “gente que era nazistófila, e essa gente se manifestava contrária à concessão dos vistos” (Koifman, 2002, p. 137 e 185).

É recorrente o argumento relacionado à presença de simpatizantes do nazismo no alto escalão de governo no Estado Novo que teriam sido inspiradores da política imigratória restricionista. A despeito do tanto que a historiografia já evidenciou em contrário, essa versão aparentemente ficou consolidada em parte da opinião pública culta e tem sido reiterada. A

ponto de surgir em fins de 2016 no conteúdo de uma questão de história do exame nacional do ensino médio (Enem), precedida do texto a seguir, reproduzido na íntegra conforme publicado na prova:

Questão 13

Em 1935, o governo brasileiro começou a negar vistos a judeus. Posteriormente, durante o Estado Novo, uma circular secreta proibiu a concessão de vistos a “pessoas de origem semita”, inclusive turistas e negociantes, o que causou uma queda de 75% da imigração judaica ao longo daquele ano. Entretanto, mesmo com as imposições da lei, muitos judeus continuaram entrando ilegalmente no país durante a guerra e as ameaças de deportação em massa nunca foram concretizadas, apesar da extradição de alguns indivíduos por sua militância política.

GRINBERG, K. Nova língua interior: 500 anos de história dos judeus no Brasil. In: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (adaptado).²⁶

Existem imprecisões no texto. Não houve restrições específicas de emissão de vistos a estrangeiros judeus em 1935 ou em período anterior à publicação da circular secreta n. 1.127, de 7 de junho de 1937, que proibiu a concessão para israelitas. Essa circular não foi publicada durante o Estado Novo conforme está escrito. A emissão se deu mais de cinco meses antes da instauração do regime, em 10 de novembro de 1937. Nem todos os judeus que aqui chegaram no período entraram de forma ilegal. Uma parte significativa desembarcou no Brasil por meio legal e regular, com vistos devidamente autorizados pelo MRE. Mas o que nos interessa especialmente é a pergunta da prova e a resposta apontada como correta pelos professores de história que elaboraram o exame. A questão era escolher, entre cinco respostas, “uma razão para a adoção da política de imigração mencionada no texto”, e a resposta apontada como correta no gabarito foi a “simpatia de membros da burocracia pelo projeto totalitário alemão”.

A despeito de reportagem realizada na imprensa na qual o equívoco foi indicado,²⁷ o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Enem, não anulou a questão. No dia seguinte, por meio de uma nota sem indicação de autoria e um texto de quase setenta linhas, o Inep seguiu sustentando a correção da resposta apontada.²⁸ Não me ocuparei de analisar minuciosamente a totalidade do texto da resposta do Inep em razão de espaço, deixando a tarefa para outra oportunidade. Mas reproduzo abaixo e comento alguns trechos significativos que dizem respeito ao impacto e

26 Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/questao-de-historia-no-enem-2016-provoca-polemica-entre-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

27 Idem.

28 Disponível em: <<http://vestibular.ne10.uol.com.br/2016/11/18/inep-refuta-contestacao-de-historiador-sobre-questao-do-enem>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

à influência que podem ter certas construções de memória no assunto tratado no presente artigo, inclusive entre professores de história:

A questão 13 da prova branca aborda a política imigratória do Estado brasileiro relativa aos judeus, na década de 1930. O texto-base da questão evidencia algumas restrições e percalços a que foram expostos no Brasil indivíduos que fugiam de países onde prevaleciam perseguições e extermínio de populações semitas. O enunciado da questão indaga o respondente sobre uma das causas da ocorrência, nesse contexto específico, de tais medidas e dificuldades. O gabarito, alternativa “E”, relaciona esse processo à aproximação de setores da alta cúpula do governo Vargas com a perspectiva política alemã durante a emergência do nazismo. A narrativa na qual se baseia o gabarito é que a estruturação do regime nazista teve como uma de suas ideologias motrizes o antissemitismo. Esse ideário exerceu certa influência sobre setores do governo Vargas.

De início vale notar que, curiosamente, o(a) autor(a) da nota do Inep aderiu à prática recorrente dos homens de governo do Estado Novo de usar o termo “semita” como sinônimo de judeu e israelita.

Na década de 1930, a emigração se relacionava a perseguições, mas não à mencionada política nazista de extermínio dos judeus, que só teve início no segundo semestre de 1941 (Strauss, 1980, p. 352; Cesarini, 1994, p. 8).

Diferente do conteúdo do texto da nota do Inep, a resposta do exame indicada como correta não menciona “setores da alta cúpula do governo Vargas”, mas sim “membros da burocracia”, termos que não guardam o mesmo significado, embora ainda que a resposta fosse a que não aparece na prova e surge na nota, estaria da mesma maneira incorreta. A atribuída base de “estruturação do regime nazista” não é argumento que reforce o que se pretende e, menos ainda, evidência que ampare a afirmativa construída pela resposta dada como certa no exame, pois parte da equivocada premissa de que a principal influência da política imigratória do Brasil naquele período tenha sido o nazismo. E que o antissemitismo presente na “alta cúpula do governo Vargas” ou na “burocracia” tinha como origem a influência nazista.

A resposta apontada como correta indica a responsabilidade da “burocracia”. A política imigratória brasileira não foi decidida ou estabelecida por “membros da burocracia”, mas por dirigentes, em especial por Vargas e pela “cúpula do poder”. Não existem evidências que indiquem que a “simpatia” de quaisquer desses membros, alta cúpula ou burocracia, pelo nazismo tenha influenciado a política imigratória brasileira ou que a fonte do antissemitismo, eventualmente expresso na documentação, possuísse essa origem. Por outro lado, existem indícios de que a política imigratória do período tenha sido fortemente influenciada pela eugenia (Koifman, 2012, p. 67-400). Segue a nota, afirmando que “é certo que o antissemitismo teve raízes mais profundas e disseminadas que as ideologias totalitária e fascista, e parece ser este o principal elemento destacado na crítica à questão”, buscando no mesmo texto indicar as origens do antissemitismo, ao afirmar que “ao longo de séculos, a discriminação e a perseguição aos judeus foi parte de discursos oficiais e da ação inquisitória da Igreja Católica

na Europa e nas Américas". Se "é certo" que o antissemitismo no mundo e no Brasil é anterior ao nazismo, então a premissa de correção da resposta dada à questão formulada mais uma vez se esvai, pois se calca na atribuída simpatia da burocracia brasileira pelo modelo que chamam de "projeto totalitário alemão". Então, pela lógica da nota do Inep, as restrições de concessão de vistos para estrangeiros judeus decorreu de antissemitismo e esse é pré-existente. Qual seria então a influência nazista?

O antissemitismo não se explica por si mesmo. A política imigratória restritiva do Estado Novo não era exclusivamente voltada para a questão de recepção ou repulsa de refugiados judeus. Não eram os israelitas as únicas pessoas consideradas indesejáveis como imigrantes. Existiu um projeto que se tornou governamental. Foi debatido por bom tempo e chegou, por exemplo, a aparecer nos debates da Constituinte de 1934. Nos anos seguintes, é claramente perceptível na documentação oficial, nos jornais, em escritos da época, na legislação e nas regras de concessão de vistos. Não existem evidências de que o modelo ou o ideário nazista tenha influenciado esse projeto brasileiro, mas sim ideias eugenistas adaptadas (Koifman, 2012, p. 67-129).

O problema essencial da questão apresentada no exame é não possuir nenhuma opção de resposta correta. A respeito da eugenia, a nota do representante do Inep discorre que a "eugenia cobria um espectro de classificações e discursos mais amplos que o antissemitismo. Tais concepções não são sinônimas e o antissemitismo é algo muito mais antigo do que a eugenia".

O termo eugenia não aparece no enunciado da questão ou em nenhuma das respostas. Surge na nota do Inep em contraponto às minhas críticas que parcialmente foram publicadas na imprensa, oportunidade na qual mencionei a influência do pensamento eugenista na política imigratória brasileira. O que interessa em relação à questão do exame é indicar o modelo influenciador dessa política, que a prova aponta ser o "projeto totalitário alemão". Não há dúvidas de que o antissemitismo é anterior à eugenia. Mas também é anterior ao nazismo, e quem afirma que o nazismo foi a principal influência da política imigratória brasileira é a equipe responsável por elaborar a prova de história do Enem.

Com o propósito de produzir evidência de que a influência nazista "na cúpula do governo" teria determinado a política imigratória, a nota do Inep afirma que o general Góis Monteiro, "um dos principais artífices do golpe de 1937, esteve em treinamento na Alemanha nessa década, antes do alinhamento com os EUA, chegou a externalizar publicamente sua simpatia pelas Forças Armadas e pelo projeto de regime em vias de construção na Alemanha". A simpatia pela eficiência da máquina de guerra alemã é amplamente mencionada pela historiografia. O mesmo não se pode dizer da afirmativa de que Góis Monteiro tenha manifestado publicamente simpatia "pelo projeto do regime" nazista. Além disso, e talvez mais grave: o general esteve em 1939 nos Estados Unidos e nunca viajou para a Alemanha durante o nazismo (Hilton, 1994, p. 317-321).

Esclarece o representante do Inep que "na prova de ciências humanas e suas tecnologias do Enem, estão entre os critérios que balizam a construção das questões: a precisão conceitual e factual". E é justamente "a precisão conceitual e factual" o que faltou, em sentido

amplo, na questão que foi levada ao exame, assim como a resposta surgida após a imprensa chamar a atenção para o equívoco. O texto informa que “a questão deve estar correta do ponto de vista das pesquisas acadêmicas, mas deve ser, ao mesmo tempo, compreensível para o estudante conculinte do ensino médio”, o que justamente não foi observado, conforme aponto.

Por fim, a nota do Inep afirma que “as alternativas devem ser plausíveis do ponto de vista do que é ensinado nas escolas e podem remeter, algumas vezes, a ideias de senso comum, ultrapassadas do ponto de vista acadêmico, mas ainda persistentes entre os alunos menos proficientes”. Dizer que a política imigratória durante o Estado Novo foi determinada pela “simpatia de membros da burocracia pelo projeto totalitário alemão” e que essa teria sido a razão que impediu a vinda de refugiados judeus é exatamente o caso. Inserir na afirmativa apontada no exame uma outra e nova resposta, dessa vez aderindo à versão de que a “aproximação de setores da alta cúpula do governo Vargas” com o nazismo é que trouxe o antissemitismo e a ideia de restrição a refugiados judeus naquele tempo, é um remendo que não sustenta a correção da resposta apontada como certa, mas que se presta a evidenciar o quanto as versões elaboradas com o fim de melhor acomodar o passado seguem presentes. Nem chegam a ser ultrapassadas do ponto de vista acadêmico, contudo são apenas afirmativas calcadas no que aqui foi chamado de “senso comum”, que é a cultura moldada pela mídia e por construções de memória às quais buscamos chamar a atenção no presente artigo.

Referências bibliográficas

AVNI, Haim. La guerra y las posibilidades de resgate. In: MILGRAM, Avraham (org.). *Entre la aceptación y el rechazo: América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem, 2003. p. 13-36.

CARNEIRO, M. L. T. *O antissemitismo na era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CESARINI, David (ed.). *The Final Solution: Origins and Implementation*. London: Routledge, 1994.

HILBERG, Raul. *The Destruction of the European Jews*, v.1, 3. ed. New Haven: Yale University Press, 2003.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MILGRAM, Avraham. *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano 1939-1942*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. (org.). *Entre la aceptación y el rechazo: América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem, 2003.

SENKMAN, Leonardo. La cuestión de los refugiados judíos en Argentina y Brasil: la perspectiva de la política internacional y del neutralismo, 1938-1942. In: MILGRAM, Avraham (org.). *Entre la aceptación y el rechazo: América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem, 2003. p. 37-89.

SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

STRAUSS, Herbert A. *Jewish Emigration from Germany: Nazi Policies and Jewish Responses (I)*. London: Leo Baeck Year Book XXV, 1980.

Recebido em 28/5/2017
Aprovado em 29/6/2017

BRASIL, 1942

ESTADO E SOCIEDADE CONTRA O REICH

BRAZIL, 1942

THE STATE AND THE SOCIETY AGAINST REICH

JORGE FERREIRA | Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em História pela UFF. Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) no Programa Cientistas do Nosso Estado. Pesquisador I do CNPq.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida econômica e social brasileira, conhecendo as dificuldades geradas pela falta de combustíveis, pelos racionamentos e pelo aumento do custo de vida. Procura, também, avaliar a mobilização social diante do estado de guerra e as iniciativas estatais na área de defesa civil. A pesquisa se restringe ao segundo semestre de 1942.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; esforço de guerra; mobilização para a guerra; defesa civil.

ABSTRACT

The point of this article is to analyze the impact of the World War II into the life of Brazilians, getting into the difficulties occurred based on the lack of fuel, rationing and the increase in the cost of living. The research is also to evaluate the mobilization in front of the War State and the state initiative in the civil defense. The research is restricted to the second semester of 1942.

Keywords: Second World War; war effort; mobilization for war; civil defense.

RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar el impacto de la Segunda Guerra Mundial en la vida brasileña, conociendo las dificultades concebidas por la falta de combustible, por los racionamientos y por el aumento del costo de vida. Procura evaluar la movilización social delante del estado de guerra y las iniciativas públicas en la área de defensa civil. El investigación se restringe al segundo semestre de 1942.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; esfuerzo de la guerra; la movilización para la guerra; defensa civil.

Se a Alemanha vencesse, seria um acontecimento tão estúpido, que até se torna estúpido admitir que a Alemanha pudesse vencer...

Barão de Itararé¹

No dia 22 de agosto de 1942, Getúlio Vargas declarou guerra à Alemanha e à Itália. A decisão não foi fácil, sobretudo diante da penúria e despreparo bélico das Forças Armadas. A Força Aérea e a Marinha de Guerra não tinham importância alguma. No Exército as armas eram obsoletas, faltavam munições e carros de combate, além de as tropas não passarem por treinamento profissional. Não havia como defender o país de ataques aéreos ou navais. A declaração de guerra era uma resposta ao afundamento de cinco navios de passageiros pelo submarino alemão U-507, entre os dias 15 e 17 de agosto, matando 605 brasileiros no litoral de Sergipe e da Bahia. Durante dois dias na capital do país, o Rio de Janeiro, em diversas capitais de estados e em inúmeros municípios ocorreram manifestações de protestos, passeatas e comícios condenando a atitude do governo alemão e exigindo que Vargas declarasse guerra à Alemanha.

Naquele momento, a política externa brasileira foi definida por Gérson Moura como *equidistância pragmática*, nas áreas econômica, política e militar. Essa equidistância permitia acordos favoráveis ao país (Moura, 1993, p. 179). Nos anos de 1930, o Brasil era economicamente muito atrasado. As fissuras entre as potências capitalistas permitiram que o governo de Getúlio Vargas trabalhasse no sentido de obter vantagens econômicas. Acordos comerciais foram assinados em 1935 e 1936 com Estados Unidos e Alemanha. Na concorrência entre os dois países, o Brasil obtinha vantagens. Para Paulo Visentini (2009, p. 12), Vargas “inaugurou um novo estilo, o da barganha nacionalista a serviço de um projeto nacional de modernização econômica e político-institucional”. Não se tratava de “simpatias pelo nazismo”. De maneira pragmática, a diplomacia visava tirar vantagens da concorrência entre norte-americanos e alemães, embora Vargas soubesse que, no limite, a escolha final seria pelos Estados Unidos. A declaração de neutralidade diante da guerra que eclodiu na Europa em setembro de 1939 fazia parte da diplomacia pragmática de Vargas.

Poucos meses depois, em janeiro de 1940, Vargas anunciou ambicioso plano quinquenal para desenvolvimento da indústria, cujo carro-chefe era a construção de uma usina siderúrgica. A guerra na Europa, no entanto, prejudicava os planos de crescimento econômico. Os problemas começaram a surgir quando, em maio de 1940, a Grã-Bretanha instituiu o bloqueio naval à Alemanha. O Brasil perdeu cerca de 40% de seus mercados para exportação (Lochery, 2015, p. 105). Navios de guerra britânicos impediam que embarcações comerciais alemãs e italianas chegassem ao Brasil e, ao mesmo tempo, não consentiam que navios brasileiros alcançassem portos dos países do Eixo – ignorando notas de protesto do governo Vargas.

¹ Se o nazismo vencesse... *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1942, p. 7.

No entanto, a política da *equidistância pragmática* chegou ao seu limite quando o Japão atacou a base naval norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941. No mês seguinte, em 28 de janeiro, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. A decisão foi tomada na Conferência do Rio de Janeiro por indicação do governo dos Estados Unidos e acompanhada por todos os países latino-americanos, com exceção da Argentina e do Chile. Acordos comerciais e militares foram assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, com o rearmamento do Exército brasileiro e a autorização de Vargas para que os militares norte-americanos montassem bases no Nordeste e ocupassem a ilha de Fernando de Noronha.

A retaliação do governo hitlerista não demorou. A partir de janeiro, navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães e italianos na costa leste dos Estados Unidos e no Caribe. Eram embarcações que levavam matérias-primas e traziam mercadorias e produtos necessários à economia do país, como combustíveis. Os ataques dos submarinos alemães aos navios mercantes brasileiros ao longo do primeiro semestre de 1942 foram impactantes para o país. Os combustíveis tornaram-se escassos e o governo deu início a um programa de racionamento de gasolina. A situação foi agravada com a decisão de Vargas de suspender a navegação de petroleiros da costa leste dos Estados Unidos para o Brasil (Lochery, 2015, p. 168). A declaração de guerra à Alemanha e à Itália tornou a situação econômica do país crítica.

Este artigo tem por objetivo conhecer as repercussões da Segunda Guerra Mundial no Brasil, as dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira com os racionamentos, o aumento do custo de vida e o abastecimento de mercadorias, bem como conhecer a mobilização social diante de conflito europeu e as iniciativas estatais na defesa de um eventual ataque aéreo alemão. A análise tem início com a declaração de guerra do governo brasileiro, e ficará restrita ao segundo semestre de 1942. O intuito é avaliar como a guerra interferiu no cotidiano da sociedade brasileira.

ESTADO DE GUERRA

O governo federal tomou iniciativas quando percebeu que a economia do país sofreria com o conflito europeu. Em 11 de março de 1942, o ministro da Fazenda apresentou medidas para enfrentar os problemas gerados pela guerra. Para obter recursos, emitiu títulos de obrigações de guerra e letras do Tesouro. Instituiu nova moeda, o cruzeiro, e criou a Comissão de Defesa Econômica. Todos os planos para construção de obras públicas seriam revistos. Alguns teriam continuidade, enquanto outros seriam suspensos. Seriam autorizadas iniciativas que gerassem aumento de seus gastos.²

2 Importantes medidas do governo para atender à situação criada pela guerra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 out. 1942, segunda seção, p. 1.

Foram os direitos civis e as garantias individuais os mais atingidos. A Constituição de 1937 tinha viés claramente autoritário, mas o decreto que instituiu o estado de guerra em todo o território nacional, em 31 de agosto de 1942, poucos dias depois que o governo declarou guerra à Alemanha e à Itália, suspendeu quaisquer garantias constitucionais. O direito ao *habeas corpus*, à liberdade de expressão e de escolha de profissão, de associação e de reunião, à livre circulação no território nacional, à inviolabilidade do domicílio, da correspondência e da propriedade. Além disso, detenções policiais poderiam ocorrer sem culpa formada. Também foi estabelecida a pena de prisão perpétua e suspenso o artigo 137 da Constituição, que tratava da legislação básica referente ao trabalho.³ Na prática, porém, a medida atingiu algumas indústrias e empresas consideradas essenciais para o esforço de guerra e afetou, sobretudo, a jornada de trabalho dos operários.

No mesmo dia, dois decretos-lei foram emitidos. O primeiro determinava que a realização de assembleias sindicais dependeria de autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os sindicatos também não poderiam se vincular a movimentos cívicos sem prévio consentimento do ministério. Os empregadores, por sua vez, alegando o estado de guerra, não poderiam impedir ou restringir os direitos sindicais regulados pela legislação em vigor. Os chamados “súditos” da Alemanha e da Itália teriam os direitos eleitorais suspensos e estariam impedidos de participar de assembleias sindicais e frequentar sedes sociais das entidades.⁴ O segundo decreto regulava as relações de trabalho nas “indústrias e empresas de serviço público que interessam à produção e à defesa nacional”. A jornada de trabalho poderia ultrapassar as oito horas, mas acrescida, no mínimo, de 20% sobre a remuneração das horas normais. No caso de atividade insalubre, esta mudança somente seria autorizada após inspeção de autoridades da área de higiene do trabalho.⁵

Em setembro, o governo federal instituiu a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), sob a chefia do ministro João Alberto. O primeiro passo foi fixar preços para a carne no Rio de Janeiro e em São Paulo e tabelamento para os gêneros de primeira necessidade. Em dezembro de 1942, com o aumento acelerado dos preços, o ministro tomou a decisão de congelá-los, além de reajustar salários, controlar o abastecimento público, os preços de produtos importados, entre outras iniciativas (Cytrynowicz, 2000a, p. 247).

Medida anunciada pelo ministro da Fazenda foi a emissão de obrigações de guerra.⁶ Era uma forma de o governo arrecadar fundos para o financiamento do esforço de guerra. A compra dos bônus de guerra seria obrigatória. Os trabalhadores teriam descontados 3% de seus salários, enquanto profissionais liberais e empresários seriam obrigados a comprá-los na quantia equivalente ao que pagavam de imposto de renda. Funcionários do Ministério

3 BRASIL. Decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942. Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF.

4 BRASIL. Decreto-lei n. 4.637, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF.

5 BRASIL. Decreto-lei n. 4.639, de 31 de agosto de 1942. Rio de Janeiro, DF.

6 Será lançada a 10 de novembro a subscrição do bônus de guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 out. 1942.

da Fazenda acreditavam que muitos comprariam os bônus espontaneamente, uma vez que renderiam juros de 6% ao ano e teriam preferência no resgate frente aos outros investimentos financeiros.

A ESCASSEZ DE COMBUSTÍVEIS

Com o conflito na Europa, as dificuldades na importação de combustíveis derivados do petróleo foram agravadas, particularmente a gasolina. Navios petroleiros não tinham como chegar ao Brasil devido à ameaça dos submarinos alemães. Sem ter acesso ao produto, o racionamento foi inevitável. O ministro João Alberto determinou como seria o controle, a começar pelo estado de São Paulo. Uma das medidas era redistribuir as linhas de ônibus, tornando o transporte público mais organizado e econômico. Também priorizou o uso de combustíveis para agricultura, indústria e transporte de mercadorias. O ministro também autorizou o aumento da produção de lenha e carvão, fixando cotas para os consumidores e tabelando seus preços. Haveria uma taxa sobre o valor de venda de todos os combustíveis.⁷

Os automóveis particulares pararam de rodar. Os táxis continuaram prestando serviços, mas diversos profissionais ficaram sem trabalho ou desempregados, como motoristas, garagistas, mecânicos, pintores e lanterneiros.⁸

Em fins de novembro, João Alberto instituiu a Comissão de Racionamento e Distribuição de Combustíveis no Distrito Federal, composta por representantes da prefeitura, da indústria e do comércio, e dois integrantes indicados por suas associações de classe. A comissão tinha poderes para elaborar regras para o racionamento de combustíveis líquidos, com o estabelecimento de cotas e provisão para cada consumidor, requisitar estoques para o consumo da população e estabelecer penalidades aos infratores com multas ou fechamento do estabelecimento comercial. Também tinha prerrogativas para orientar os consumidores sobre a substituição de combustível, racionalizar o transporte público e estabelecer as prioridades de consumo, privilegiando as atividades econômicas consideradas essenciais, entre outras atribuições.⁹

Ainda em fins de agosto de 1942, tornou-se obrigatório o racionamento da distribuição do carvão. Decreto governamental estabeleceu que 75% desse produto extraído ficariam sob responsabilidade do governo federal. Teriam preferência no acesso a este os serviços de transportes marítimos e terrestres, bem como as fábricas declaradas de utilidade pública. Todo o carvão de Santa Catarina seria entregue pelos produtores a órgão federal.¹⁰ O articu-

7 Racionamento de combustíveis em São Paulo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 4, 18 nov. 1942.

8 A guerra e os automóveis. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 21 nov. 1942.

9 Instituída a Comissão de Racionamento e Distribuição dos Combustíveis Líquidos. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 nov. 1942.

10 Estabelecido o racionamento do carvão nacional. *Diários de Notícias*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 26 ago. 1942.

lista da coluna "Economia e Finanças" do jornal *Correio da Manhã* afirmava que, nesse aspecto, o governo brasileiro seguia os mesmos procedimentos que Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Em sua avaliação, a situação brasileira na produção deste combustível era relativamente favorável. Entre 1931 e 1941, a produção de carvão em pedra triplicou, permitindo ao país cobrir 60% de suas necessidades. Havia o problema dos transportes, acarretando que, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sobrasse carvão, enquanto faltava nos outros estados. Trens e navios levavam-no para o sudeste e nordeste do país, mas também consumiam parte do que transportavam. O racionamento imposto pelo governo visava minorar as distorções.¹¹

No caso da geração de energia elétrica, a escassez era anterior à guerra. Em 3 de outubro de 1942, os jornais publicaram decretos governamentais regulamentando o racionamento.¹² Os estudos sobre os locais e estabelecimentos impactados ficariam a cargo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). Em caso de necessidade de economia, os primeiros setores atingidos seriam a iluminação pública, casas de diversão, estabelecimentos industriais e comerciais voltados para produtos de luxo e domicílios.

Foram estabelecidas cotas para o uso de gás doméstico. Segundo dados oficiais de outubro de 1942, 75% desse consumo esteve dentro das parcelas preestabelecidas. A avaliação foi a de que os consumidores compreenderam a necessidade de economizar. Mas a empresa distribuidora de gás fazia apuração sobre os motivos que levaram o restante de usuários a excederem os limites especificados.¹³

Para obter combustíveis, a exemplo de óleo diesel, gasolina, querosene, álcool, carvão, lenha, turfa, entre outros, as empresas tinham que preencher documentos nos quais deveriam constar os dados do estabelecimento, de que tipos de combustível necessitavam e como poderiam aplicá-los, o consumo mensal, a capacidade das caldeiras, o estoque existente, entre outros. O documento deveria ser entregue, em prazo estabelecido, à Comissão de Racionamento de Combustíveis do Estado do Rio.¹⁴

Ainda em setembro de 1942, o governo federal tomou iniciativa para contornar a falta de combustíveis, em particular a gasolina, para automóveis, ônibus e caminhões. A solução adotada foi o gasogênio, sobre o qual já vinham sendo realizados, desde 1939, estudos e planejamentos, mas foi com o estado de guerra que seu uso foi incentivado. Tratava-se de um aparelho que gaseificava o carvão vegetal. O kit completo incluía gerador de gás, depurador, arrefecedor tubular de gás, filtros, tanque para combustível, ventilador centrífugo para a partida e um misturador dosador que substituía o carburador. O gasogênio funcionava a partir de uma série de reações químicas, resultando em processo altamente poluente. A ga-

11 Economia e Finanças. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 ago. 1942.

12 Dispondo sobre o racionamento de energia elétrica. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 3 out. 1942, .

13 O racionamento do gás. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 out. 1942.

14 Aos consumidores de combustíveis líquidos ou sólidos do estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 out. 1942.

seificação começava pela combustão incompleta de carvão à alta temperatura, resultando no “gás de gasogênio”, formado por óxido de carbono, nitrogênio, hidrogênio e metano. O motor perdia cerca de 30% de sua potência, mas poderia recuperá-la com o aumento da alimentação com o gás na mesma medida. O conjunto do aparelho era grande e instalado geralmente na traseira do automóvel.

O estímulo governamental provocou o surgimento de várias fábricas dedicadas à produção dos aparelhos para instalação nos veículos. As encomendas aumentaram a ponto de a espera do produto chegar a sessenta dias. Com a alta demanda pela máquina de gasogênio e a impossibilidade de as fábricas responderem às encomendas, o governo decidiu, por edital de concorrência pública do Ministério da Agricultura, adquirir mil aparelhos com o objetivo de vendê-los aos interessados a preço de custo. Técnicos norte-americanos foram convocados para orientar a fabricação de aparelhos de qualidade a baixo custo. A adoção do gasogênio, segundo dirigentes do Ministério da Agricultura, também resolveria o problema da ociosidade das oficinas mecânicas. Parados por falta de gasolina, os automóveis não necessitavam de manutenção ou conserto. As oficinas, sob orientação de técnicos do ministério, poderiam se especializar na montagem do aparelho de gasogênio nos veículos. Haveria, também, a necessidade de formação de profissionais do ramo, os gasogenistas.¹⁵ Seja como for, o país conheceu sérios problemas na questão relativa aos combustíveis.

ABASTECIMENTO E CARESTIA

O governo tinha que lidar não apenas com a escassez de energia elétrica e combustíveis, mas também com outro sério problema: o aumento dos preços das mercadorias, sobretudo dos alimentos. O ministro João Alberto, à frente da Coordenação da Mobilização Econômica, tabelou o preço das carnes, do carvão e do aluguel de escritórios. O jornal *A Noite* considerou o aumento generalizado dos preços dos produtos de primeira necessidade como resultado da “ganância” dos comerciantes, uma vez que em dois anos os preços subiram muito. O azeite, em pouco mais de um ano, passou de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 36,00 o litro. Doces, massas e enlatados aumentaram entre 100% e 150%. O pêssego em conserva, por exemplo, aumentou de Cr\$ 2,80 para Cr\$ 8,50. As verduras também tiveram alta expressiva.¹⁶

Com o aumento sucessivo dos preços, os feirantes trataram de se defender. Na imprensa, a Associação de Vendedores de Feira do Brasil e Anexos publicou a seguinte nota:

Aos feirantes não cabe responsabilidade alguma na escassez de gêneros alimentícios nas feiras livres, nem a elevada alta que os mesmos têm atingido em prejuízo da população desta capital. A nossa Associação está vigilante e permanentemente em contato com as autoridades, a quem tem dado decisivo apoio, no cumprimento de suas determi-

¹⁵ Intensifica-se o uso do gasogênio em todo o país. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 set. 1942.

¹⁶ O abastecimento de gêneros alimentícios. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 1 e 4, 3 nov. 1942, segunda seção.

nações. Os quinta-colunistas, sabotadores e açambarcadores que realmente exploram todas as situações, não se encontram felizmente entre nós.¹⁷

Em fins de 1942, matéria publicada no *Correio da Manhã* chamava a atenção para a depreciação dos salários e o aumento do custo de vida. Com os preços dos gêneros de primeira necessidade aumentando, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) promoveu campanha para que os empresários reajustassem os salários dos trabalhadores. As fórmulas sugeridas eram várias, como diferenciações de reajuste para operários casados e solteiros ou casados com dois filhos ou mais de dois. O maior problema, segundo analista do jornal, eram os intermediários entre produtores e consumidores – os especuladores. Os trabalhadores rurais não expandiram seus lucros; alguns produtos importados poderiam escassear, mas isso não era motivo para aumentos abusivos de preços. Para o *Correio da Manhã*, eis os que lucravam, provocando a alta: “Os homens de negócio, e como sempre ganham os intermediários. Mas o problema que no momento interessa é o do bem-estar coletivo da massa da população, para que possa, sem maiores preocupações, dedicar-se ao esforço de defesa”.¹⁸ Dias depois, o interventor do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, declarou que esta análise do *Correio da Manhã* estava correta. Segundo ele,

no caso do Rio de Janeiro, o maior entrave ao seu abastecimento regular deve ser apontado corajosamente: é o próprio Mercado Municipal, que, com seus inescrupulosos agentes no interior, tudo adquire a preço vil, tirando aos agricultores todo o estímulo. Quando estes se animam a levar o que produzem para vender naquele Mercado, encontram suas portas fechadas, e as mercadorias apodrecem nos caminhões, o prejuízo é total e tão cedo o ousado agricultor não fará nova tentativa de se libertar do ganancioso explorador.¹⁹

Correio da Manhã e Amaral Peixoto estavam certos em suas denúncias. Embora a produção de alguns alimentos tenha diminuído, a de outros aumentou. Roney Cytrynowicz cita o caso do açúcar. Entre 1940 e 1945, a produção manteve-se constante, enquanto o preço triplicou. No caso da banana, a oferta aumentou ao longo dos anos: em 1939, foram mais de 87 mil toneladas e, em 1944, ultrapassou as 107 mil toneladas. O preço, contudo, passou de 150 cruzeiros em 1939 para 414 cruzeiros em 1945. Portanto, conclui Cytrynowicz, analisando o caso de São Paulo, não foi “a guerra na Europa que promoveu a especulação, a escassez e a alta inflacionária. Antes, foi a ação dos especuladores” que se aproveitaram do conflito europeu, criando “situação que seria atribuída à guerra” (Cytrynowicz, 2000a, p. 234).

17 Os abusos nas feiras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1942.

18 Salários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 6 out. 1942.

19 O maior entrave ao abastecimento da capital da República. *Correio da Manhã*, p. 8, Rio de Janeiro, 16 out. 1942.

Uma maneira que o governo federal encontrou para enfrentar a alta dos preços dos alimentos foi a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), rede de restaurantes em lugares estratégicos, nas grandes cidades, onde eram vendidas refeições a baixo custo. Uma das iniciativas do Saps foi a de fundar armazéns que comercializavam gêneros de primeira necessidade, administrados pelos sindicatos com base no cooperativismo. A Lei de Sindicalização autorizava o cooperativismo sindical. Os produtos seriam negociados a preço de custo. O patrocínio dos armazéns seria dos sindicatos, mas a administração estaria a cargo do Saps. Os sindicalizados participariam da cooperativa como consumidores e sócios. Os sindicatos não teriam lucros, mas apenas margem para cobrir as despesas (compra, transporte, estocagem etc.). A grande vantagem seria a retirada de dois ou três intermediários entre os produtores e os consumidores, permitindo a redução dos preços em cerca de 30%, alegaram fontes governamentais. O plano permitiria que o associado de um sindicato pudesse ter acesso ao armazém de outra organização sindical.²⁰

Em fins de novembro, o diretor do Saps reuniu-se com dirigentes sindicais e representantes do comércio, da indústria, dos transportes e dos funcionários públicos. Ficou decidido que cada categoria profissional, por meio de seu sindicato, ficaria responsável pela construção dos postos de venda e distribuição dos gêneros de primeira necessidade a seus afiliados. Assim, além dos postos do próprio Saps, o Sindicato dos Trabalhadores em Metais e Material Elétrico construiria outro em São Cristóvão e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado teria mais dois no bairro de Marechal Hermes e um terceiro na rua Farani, em Botafogo. A Federação dos Empregados no Comércio teria o seu no bairro de Madureira.²¹

Outro problema era o aumento dos aluguéis residenciais. No dia 20 de agosto, o governo congelou seu valor por dois anos, mantendo-se o que era cobrado em 31 de dezembro de 1941.²² Contudo, no dia 24 de setembro, nota publicada no *Correio da Manhã* pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro informava que, no dia seguinte, as passagens dos ônibus iriam aumentar. Os dirigentes do sindicato deram satisfações ao público. O preço do combustível subiu de trezentos réis para pouco mais de mil réis e os pneus dobraram de valor. Outra dificuldade era o racionamento. Se antes recebiam cerca de 120 litros diários de óleo diesel, agora dispunham de 67 litros.²³

O conflito na Europa impôs muitos sacrifícios e restrições à sociedade brasileira. Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, assinado por Costa Rego, temos imagem desoladora da oferta de produtos e serviços à população. Publicado em setembro de 1942, ele lembra que em maio a gasolina desapareceu dos postos de abastecimento. Os transportes públicos

20 Gêneros mais baratos. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 24 nov. 1942. Sobre o Saps, ver: Evangelista (2014).

21 Gêneros baratos para os trabalhadores. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 8, 27 nov. 1942.

22 Defendendo a economia do povo. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 ago. 1942.

23 Aviso ao público. O reajustamento das passagens. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 set. 1942.

pioraram. A população passou a sofrer nas manhãs e final das tardes, espremida em ônibus e bondes. Era possível ver senhoras com garrafas nas mãos nos postos para comprar que-rosene racionado, uma vez que não encontravam o combustível de maneira abundante nos armazéns, como havia antes. “Sacrifícios de guerra!”, avalia Costa Rego.

E aquele pobre médico pendurado ao estribo de um bonde pela mão esquerda, com a direita segurando a maleta cirúrgica, sem poder nem sequer tirar do bolso a moeda da passagem? Vítima da guerra! Antes desta chegar até nós, ele tinha carro para o trabalho; hoje tem trabalho sem carro?

Mas também o banho morno tornou-se um luxo, porque faltava gás produzido pelo carvão. Não havia carvão. Em casa, no almoço e no jantar, faltavam carne, ovos e bacalhau. “Privações da guerra!”, reiterou. Escasseavam também as francesas “pílulas tão boas para o fígado”, máquinas de costura, geladeiras. “É a guerra”, afirmou. Do mesmo modo faltavam meias de lã importadas, bem como navalhas alemãs e suecas. Não é possível assistir a óperas, porque o repertório é italiano. Azeite de oliva não havia no mercado, muito menos perfumes parisienses. “De Paris não chega nada. Tudo acabou com a guerra”, lembra Costa Rego. “Jantares, bailes, partidas esportivas no domingo” eram coisa do passado. A preocupação era o conflito. Os trabalhadores ainda tinham que suportar o aumento das horas de serviço. Em sua avaliação, toda a população sofria com os efeitos do conflito menos um setor. Para determinado grupo social, denunciou Costa Rego,

não há o mínimo sinal de transformação, ligeiro embora que fosse, nos hábitos e prazeres dos cassinos: funcionam as mesmas bancas de roleta, jaburu, dado, campista, monte, vermelhinha, sete e meio, com a mesma concorrência de vítimas e o mesmo ar indiferente que os empresários do jogo afetam possuir por tudo quanto se diz de sua profissão. São estes os únicos lugares onde a guerra ainda não repercutiu.²⁴

O artigo publicado no *Correio da Manhã* era bastante crítico dos cassinos e das elites do Rio de Janeiro, indiferentes às dificuldades vividas pelo povo.

Um problema enfrentado pelo governo foi com o pão. O país produzia trigo em quantidade insuficiente para o consumo. A guerra prejudicou a importação e tornou-se difícil abastecer as padarias com farinha de trigo. Segundo Roney Cytrynowicz, o governo federal incentivou o consumo de pão com farinha integral, conhecido popularmente como “pão de guerra”. Sua entrada no mercado foi estabelecida, em setembro de 1942, pela Coordenação de Mobilização Econômica. O produto era mais barato: Cr\$ 1,60 o quilo, em vez de Cr\$ 2,50, no caso da farinha de trigo branca. O autor ressalta que a introdução do pão integral não era apenas pela dificuldade de importação do trigo, mas fazia parte de uma “política de

²⁴ Onde ainda não há guerra... *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 set. 1942.

melhorar a alimentação da população”. Especialistas em nutrição ressaltavam as qualidades da farinha integral em relação à farinha processada. Bastante aceito e consumido nos dias atuais, o pão integral, de cor escura, no entanto, não foi bem recebido pela população da época. Além do costume de longa data de consumir pão de farinha branca, criando hábito arraigado, havia a reclamação de que o pão integral tinha gosto de milho. Associou-se a imagem do pão integral a “pão de pobre”. Os próprios padeiros sabotavam o “pão de guerra”, deixando-o mais duro, ou pondo pouco fermento. O mesmo ocorreu com o açúcar. A iniciativa governamental de substituir o açúcar refinado, branco, pelo mascavo, de cor escura, conheceu a mesma recusa, com argumento similar: “açúcar de pobre”. Mas a expressão “pão de guerra” também aludia a “pão de macarrão”. Era comum dissolver o macarrão, aproveitar a farinha de trigo e produzir pão (Cytrynowicz, 2000a, p. 52-58).

DEFESA PASSIVA

A guerra impôs outros sacrifícios à população brasileira. O perigo de ataques aéreos da Alemanha às cidades litorâneas foi considerado sério e muito possível de ocorrer pelo governo brasileiro. Era necessário preparar a população para o caso de bombardeios nas áreas urbanas. Para isso, o governo instituiu o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em maio de 1942.²⁵ Em setembro de 1943, o órgão foi renomeado, ficando conhecido como Serviço de Defesa Civil. O coronel Orozimbo Martins Pereira foi nomeado seu chefe geral. Todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no país e maiores de 16 anos poderiam ser convocados para receber instruções de como usar máscaras contra gases, atender alarmes, remover intoxicados, prevenir incêndios, construir abrigos ou ainda realizar trabalhos de enfermagem, limpeza pública, entre outros. Com o objetivo de preservar as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói de ataques aéreos, no início de setembro de 1942, o coronel determinou que permanecessem apagadas as luzes do Corcovado, do alto dos morros da Urca e do Pão de Açúcar, do relógio do edifício da Mesbla, dos anúncios luminosos localizados em morros, igrejas e arranha-céus.²⁶

No *Correio da Manhã*, artigo advertia a população para que não subestimasse a possibilidade de ataques da aviação alemã no Rio de Janeiro. Autoridades militares norte-americanas alertaram o governo brasileiro de que o próximo objetivo de Hitler era a invasão do continente americano. O Brasil é o país mais próximo de Dakar, de onde a aviação alemã poderia transportar tropas, invadindo o nordeste brasileiro e, a partir daí, os Estados Unidos; o que não eliminava a hipótese de um ataque aéreo ao Rio de Janeiro. Por isso, garantia o jornal a necessidade de exercícios de blecaute como forma de “guerra defensiva”.²⁷ Não foi

25 O Serviço de Defesa Passiva Antiaérea foi instituído pelo decreto-lei n. 4.098, de 13 de maio de 1942.

26 Apagados vários focos luminosos do Rio por decisão militar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 set. 1942.

27 A experiência do “blackout”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1942.

casual, nesse sentido, que as colônias de pescadores ficassem subordinadas ao Ministério da Marinha, aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos. Os pescadores, assim, tornaram-se auxiliares das Forças Navais na vigilância e defesa do litoral brasileiro.²⁸

O primeiro treino de blecaute da capital da República ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de setembro. Durante três noites consecutivas, as orlas marítimas do Rio de Janeiro e de Niterói mergulharam na escuridão. O exercício foi coordenado pela Defesa Passiva Antiaérea com o apoio da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, da Cruz Vermelha, da Escola Ana Nery, da Escola Técnica de Serviço Social, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), além de enfermeiras, samaritanas e voluntárias socorristas.²⁹ Assim que anoiteceu, cinco postos de emergência foram instalados nos bairros mais vulneráveis a ataques aéreos: Copacabana, Ipanema e Leblon. Médicos, enfermeiras, bombeiros e voluntárias aguardaram ordens nos postos, cada um deles sob o comando de um oficial do Exército. Na primeira noite, eles ficaram nos posicionamentos munidos de todos os equipamentos médicos e automóveis. Na segunda, houve exercício de ataque, com voluntários simulando ferimentos por queimadura e desmoronamento.³⁰

Segundo Neill Lochery, a população do Rio de Janeiro levou algum tempo para se acostumar ao ambiente de guerra. Até então, o conflito era algo muito distante. Nos hotéis, havia “festas de blecaute”, onde era servido o “coquetel blecaute”. Nos exercícios de apagão, as autoridades exigiram que, até um quilômetro da faixa do mar, toda iluminação fosse esmaecida. Muitas pessoas, no entanto, mantinham as luzes acesas e as cortinas abertas. Foi necessário que as autoridades ameaçassem de prisão, sob a acusação de simpatizantes do Eixo, para que todos apagassem as luzes. Alguns cariocas protestaram, alegando que, se não pudessem ver o mar à noite, sofreriam de depressão e doenças mentais. Mas valeu a imposição da Defesa Passiva Antiaérea. Não apenas o Distrito Federal, mas as cidades litorâneas viveram as noites na mais completa escuridão. Com o desembarque das tropas Aliadas no norte da África, em fins de 1942, a população do Rio de Janeiro não via mais sentido na manutenção do blecaute (Lochery, 2015, p. 201-202).

A Defesa Passiva Antiaérea tinha a responsabilidade de mobilizar a população com exercícios de alerta de ataques aéreos, coordenar os blecautes e ensinar aos cidadãos métodos para se defender de estilhaços de bombas, de desmoronamentos causados por bombardeios e dos “sopros”, nome que se dava aos deslocamentos de ar causados pela explosão de bombas, provocando graves ferimentos e mortes.³¹

28 O Brasil na guerra. Os pescadores considerados auxiliares das forças navais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 16 out. 1942.

29 A formação de enfermeiras tornou-se estratégica para o governo. Segundo Roney Cytrynowicz (2000b), em 1942 entraram em atividade os cursos de formação de enfermeiras profissionais (três anos de duração), samaritanas (um ano) e voluntárias socorristas (três meses).

30 Exercícios práticos de defesa passiva durante o “blackout”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 58, set. 1942.

31 É fácil construir um refúgio. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 21 out. 1942.

Em entrevista à imprensa, o coronel Orozimbo Pereira deu instruções sobre como construir um abrigo para se proteger no caso de bombardeios aéreos, o que poderia ser feito nos quintais das casas. Bastaria abrir um buraco com altura de um metro e setenta centímetros, largura de um metro e cinquenta centímetros e comprimento de três ou quatro metros. As paredes seriam revestidas de pranchões. O teto também, com uma camada de terra. A porta de entrada estaria em uma das laterais do buraco. O refúgio não protegeria de bombas, mas seria eficiente contra o “sopro” das explosões. O ideal seria como os de Londres, com abrigos construídos sob edifícios, com resistência suficiente contra bombardeios. Ao contrário do que muitos afirmavam, os túneis da cidade não se prestariam a servir como proteção. A explosão de uma bomba em uma de suas aberturas aumentaria o deslocamento do ar – o “sopro” –, expelindo com violência quem estivesse dentro dele.

Nos jornais, a população recebia instruções no caso de ataque aéreo inimigo. No *Diário de Notícias*, em setembro de 1942, a diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea publicou informe intitulado “Conhecimentos indispensáveis a todos os cidadãos”. O texto pedia: “Recorte, estude e coleione”. A seguir, instruía como agir no caso de ataque aéreo por bombas incendiárias. O resultado poderia produzir grande número de focos de incêndio, dificultando muito o trabalho dos bombeiros. Todos, portanto, deveriam tomar medidas para evitar a propagação do fogo, como desentulhar sótãos e andares mais altos, retirando roupas, móveis de madeira, entre outros materiais combustíveis, derramando, a seguir, areia no chão. Outra medida era espalhar sacos de areia e ter à disposição extintores de incêndio.³²

Instruções da Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea eram publicadas sistematicamente nos jornais, sempre acompanhadas do título “Conhecimentos indispensáveis a todos os cidadãos”, seguidas do alerta “recorte, estude e coleione”, e de orientações detalhadas sobre a conduta no caso de bombardeio nas cidades.³³ A população seria advertida sobre a aproximação da aviação inimiga por sirenes amplificadas por alto-falantes e sinos das igrejas. A partir daí, o cidadão teria, no máximo, 15 minutos para tomar medidas que garantissem sua segurança.

No *Correio da Manhã*, as instruções eram claras e precisas. No caso de ouvir alerta sonoro, todos deveriam saber que se tratava de aproximação de aviões inimigos. Se estivesse em casa, o cidadão tinha que apagar todas as luzes e se refugiar em abrigo antiaéreo existente na moradia. O abrigo privado poderia ser em porões e adegas adaptados para resistir a bombas. Outra opção era construir um destes no quintal ou jardim. Também poderia se proteger entre duas paredes da casa, resguardado por uma mesa. Se não houvesse essas opções, a ordem era ir a um abrigo público. No caso de ataques com bombas explosivas ou incendiárias, estando em casa deveria fazer o mesmo.³⁴ Se tivesse que sair de casa, o procedimento

32 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 set. 1942.

33 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

34 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 out. 1942.

indicado era pegar seus documentos, dinheiro, cheques e joias. Também providenciar uma “lanterna elétrica de bolso” e uma cesta de alimentos anteriormente preparados, como pão, biscoito e conservas, garrafas de água e, para as crianças, leite. Se possuísse, deveria munir-se de máscara contra gases venenosos. Ao deixar a residência, certificar-se de que apagou o fogão, desligou as chaves da energia elétrica e do gás e fechou as portas e janelas. As cortinas deveriam estar cerradas. O próximo passo seria ir ao abrigo de sua casa ou a um abrigo público mais próximo. Sobretudo, ressaltou a diretoria, “não perder a calma, pois que, de nada lhe servindo assustar-se, concorrerá para criar o ‘pânico’ que deve, acima de tudo, ser evitado. Lembre-se que o ‘pânico’ causa sempre maiores danos que as bombas lançadas pelos aviões inimigos”.³⁵

No caso de estar na rua, a diretoria orientava para sair do logradouro público imediatamente, mas sem correr, portando-se com calma. Se não desse tempo de chegar à casa, dirigir-se a um abrigo público ou uma trincheira-abrigo. Também não sendo possível, recomendava-se proteger-se em corredores de prédios ou em passagens subterrâneas. Se estivesse em ônibus ou automóvel, a orientação era sair dos veículos e proceder da mesma maneira. No caso de estar em cinemas ou teatro, levantar-se e sair da sala calmamente. Se não encontrasse um abrigo público, entrar em um prédio e esconder-se em qualquer depressão que encontrasse no chão. Nos refúgios públicos, certas normas de comportamento eram exigidas, como não formar grupos nos corredores, não se aproximar das portas, não fumar, não acender luzes (elétrica ou a combustível). Se uma bomba explosiva atingisse o edifício onde se localizava o abrigo, o cidadão deveria manter a calma, a serenidade e a disciplina. Outros procedimentos ainda eram pedidos, como esperar o final do sinal de alerta para sair do refúgio e nunca perder a calma. Por fim, a diretoria pedia atitudes de altruísmo à população, ajudando os idosos, gestantes, crianças, deficientes físicos e pessoas adoentadas.³⁶

No dia 26 de outubro, foi realizado o primeiro treinamento de defesa passiva, com blecaute na capital federal.³⁷ A população foi avisada com antecedência e instruída sobre como se portar no exercício. Às nove da noite, os sinos das igrejas começaram a badalar e as sirenes entraram em ação. Era a advertência de que bombardeios inimigos se aproximavam do município do Rio de Janeiro. A seguir, a parte da cidade reservada para o treino escureceu com o corte da energia elétrica. Passageiros dos ônibus e bondes, bem como os que estavam em seus automóveis, foram conduzidos por policiais, escoteiros e jovens alistados no Serviço de Defesa Passiva a locais próprios. Por alto-falantes, as pessoas abrigadas sobre marquises dos edifícios ouviam as instruções.

35 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

36 Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 4 out. 1942; Diretoria do Serviço Nacional de Defesa Passiva Antiaérea. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 out. 1942.

37 Imensa mancha negra na cidade iluminada. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 827, out. 1942.

A SOCIEDADE MOBILIZADA

O estado de guerra mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. A União Nacional dos Estudantes (UNE) patrocinou grande comício no estádio do Fluminense, no bairro de Laranjeiras, no dia 27 de agosto – cinco dias após a declaração de guerra pelo governo Vargas. O jornal *Correio da Manhã* calculou que trinta mil pessoas compareceram ao evento. Bandeiras do Brasil e de diversas organizações estudantis eram balançadas pela multidão. Podiam-se ouvir “vivas” ao Brasil e a Vargas. Músicas de cunho patriótico eram tocadas pelas bandas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Municipal. O evento teve início com grupos de estudantes universitários caminhando em volta da pista do estádio, carregando dísticos e cartazes com frases nacionalistas. Na tribuna de honra estavam ministros e representantes da indústria e do comércio. Às nove e meia da noite, o comício se iniciou com algumas palavras do presidente da UNE, Paes Leme, que convidou o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para ser o primeiro orador.³⁸ A seguir, Paes Leme discursou afirmando que os brasileiros não estavam em guerra apenas com nações nazifascistas, mas contra regimes totalitários. Seu discurso foi interrompido por longos aplausos pela chegada do embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery.³⁹

No dia seguinte, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais manifestou apoio a Getúlio Vargas. No Palácio Guanabara, estiveram Ozeias Mota, Mário Magalhães, Paulo Bitencourt e Roberto Marinho. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também endossaram apoio ao presidente.⁴⁰ O presidente da União dos Escoteiros do Brasil, general Heitor Borges, manifestou solidariedade ao governo na luta contra os agressores do país.⁴¹ Sob a ditadura do Estado Novo, Vargas recebeu o apoio de estudantes, donos de jornais, escoteiros e ministros do STF. O ataque do U-507 com a morte de 605 brasileiros e a declaração de guerra à Alemanha e Itália resultaram na cooperação de diversos setores sociais ao governo – mesmo que autoritário.

A Semana da Pátria foi oportunidade para manifestações de apoio ao governo. No dia 3 de setembro, servidores públicos federais e municipais participaram de ato público no estádio do Fluminense. A multidão foi calculada pelo *Correio da Manhã* em sessenta mil pessoas e muitos não conseguiram entrar. A seguir, em passeata, todos foram para o Palácio do Catete, onde Vargas fez um pronunciamento. Faixas carregadas pelos manifestantes expressavam suas ideias e sentimentos: “Estamos com o Brasil contra os totalitários”, “Viva o presidente Vargas, nosso chefe e nosso guia”, “Cremos na vitória final porque cremos na Jus-

38 Mais de trinta mil pessoas tomaram parte no grande comício de ontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 ago. 1942.

39 O comício realizado ontem no estádio do Fluminense. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 ago. 1942.

40 Mensagem do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 ago. 1942.

41 Mobilizados contra a quinta-coluna os escoteiros do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 130, ago. 1942.

tiça contra a Violência”, “O Brasil ama o seu presidente”, “Somos pacíficos, mas não tememos fantasmas”, entre outras.⁴²

Ainda no dia 27 de agosto, estudantes lançaram campanha cujo objetivo era arrecadar fundos para a compra de aviões de uso militar e de lanchas torpedeiras para a defesa marítima brasileira. Eles intitularam a campanha de “Uma hora pelo Brasil”. Cada trabalhador doaria uma hora de seu trabalho aos institutos de aposentadorias e pensões que, por sua vez, repassariam a quantia ao Banco do Brasil para a compra dos aviões e lanchas.⁴³ Iniciativa similar realizou o sr. Manuel da Silva, conhecido como “Zica”. Com apoio da imprensa do Rio de Janeiro, ele iniciou movimento para a compra de um avião bombardeiro, cujo nome seria “7 de setembro”. Na imprensa, liam-se os nomes das empresas e quanto elas colaboraram em dinheiro para a compra da aeronave.⁴⁴

Os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal também se mobilizaram, contribuindo para um fundo com o objetivo de adquirir um avião para a Força Aérea Brasileira (FAB). O Automóvel Clube do Brasil deu início à campanha “Legião Blindada”, arrecadando dinheiro para aquisição de armas. Os médicos do estado da Bahia organizaram a “Legião para a Vitória” com o objetivo de comprar uma lancha torpedeira para a Marinha do Brasil.⁴⁵

A obtenção de aviões e armas mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. Segundo Marcelo Monteiro, em várias cidades, os moradores colaboraram para comprar aviões para a FAB. A Campanha Nacional de Aviação, iniciada anos antes, tomou novo fôlego, recebendo apoio de associações comerciais e industriais, além de empresas, escolas e veículos de comunicação. No Rio de Janeiro, o empresário Antiógenes Chaves, com apoio dos *Diários Associados*, iniciou ação para a aquisição de cinco aviões de guerra. Eles receberiam nomes dos navios afundados pelo U-507. Os jornais *Diário da Noite* e *O Jornal*, no Rio de Janeiro, recolheram dinheiro para adquirir o *Arará*. Na cidade de São Paulo, mulheres doaram suas alianças de casamento para a compra do *Araraquara*. Jornais da cidade de Santos mobilizaram a população para obter o terceiro avião, o *Baependy*. No Rio Grande do Sul, a compra era do avião *Itagiba*. Em Minas Gerais, a imprensa arrecadou fundos para a compra do *Aníbal Benévolo*. Na Bahia, adolescentes deram início à “Campanha dos Metais”. Com o slogan “O inútil pode ser útil”, eles recolhiam metais para a fabricação de armas. Surgiram grupos para defender o Brasil de agressão do Eixo, como a Legião Acadêmica, a Legião dos Comerciantes e a Legião dos Médicos para a Vitória, todos na Bahia. Cerca de noventa estudantes de medicina, em Salvador, fundaram o grupo Legionários da Morte, dispostos a morrer em missões suicidas. Nos quartéis militares de todo o território nacional, milhares de voluntários compareciam espontaneamente para se alistar (Monteiro, 2013, p. 250-251).

42 As comemorações da Semana da Pátria. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 set. 1942.

43 Uma hora pelo Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 22, 7 ago. 1942.

44 O avião bombardeiro “7 de setembro”. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 2, 6 e 7 set. 1942.

45 O Conselho Federal do Comércio Exterior vai tomar conhecimento da mobilização de guerra. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 16 set. 1942.

Houve casos de organizações sociais que mudaram seus estatutos para ajudar no esforço de guerra. Foi a situação da Fraternidade do Fole. Em 1940, ingleses que moravam no Brasil fundaram a associação The Fellowship of the Bellows. O objetivo era arrecadar fundos para comprar aviões para a Royal Air Force. Depois, a associação foi aberta ao ingresso de brasileiros. Em agosto de 1942, seus estatutos foram modificados para que as doações recebidas fossem destinadas, em partes iguais, para a Royal Air Force e a FAB.⁴⁶

Judeus refugiados no Brasil, organizados na União Beneficente Israelita, reunidos em assembleia, decidiram apoiar o esforço de guerra. Em depoimento ao *Diário de Notícias*, o presidente da União, Paulo Zander, afirmou:

Nestes momentos graves peço poder expressar em nome de todos vós a nossa solidariedade e pleno apoio às medidas que o nosso governo acaba de tomar, e afirmar com todo o coração, que faremos tudo que estiver ao alcance de nossas forças e com o sacrifício de nossas vidas para servir ao governo e à nossa Pátria.⁴⁷

No contexto da guerra, surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada, não casualmente, no dia 3 de outubro, data da Revolução de 1930. Presidida pela sra. Darcy Vargas, esposa do presidente da República, a instituição, de imediato, ofereceu curso para monitores agrícolas. Organizações sociais vinculadas a ela, como a Associação dos Pais de Família, patrocinaram cursos profissionalizantes, com os Postos de Costura.⁴⁸ A LBA passou a receber donativos. Eles poderiam vir dos trabalhadores da S. A. Agrícola e Industrial Usina Miranda, no valor de quarenta contos de réis (40:000\$000), da população da cidade de Presidente Bernardes, que arrecadou cinco contos e quatrocentos e quarenta mil réis (5:440\$) ou mesmo da menina Maria Fernandes da Silva, que doou sua pulseira de ouro.⁴⁹ A Associação Cristã Feminina (ACF) engajou-se no movimento de preparação da população para a guerra,⁵⁰ oferecendo vários cursos para mulheres, como o de formação de lideranças em trabalhos sociais. No curso havia aulas de psicologia, primeiros socorros e trabalhos em grupo. A ACF atendia, assim, ao apelo da sra. Darcy Vargas, engajando-se na mobilização social para a guerra. Em sua sede, estava instalado o posto número 3 da Cruz Vermelha Brasileira. Nele, era possível participar do curso de socorros urgentes, que formava voluntárias socorristas.

O meio artístico também se engajou no esforço de guerra. A Rádio Nacional mobilizou compositores no concurso de marchas patrióticas.⁵¹ Segundo notícia publicada no jornal *A Noite*, muitas letras de músicas inéditas haviam sido enviadas para a sede da rádio. O cantor

⁴⁶ Unidos pelo mesmo ideal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 32, 9 ago. 1942.

⁴⁷ Oferecem-se os judeus para combater pelo Brasil. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 18 set. 1942.

⁴⁸ Legião Brasileira de Assistência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 out. 1942.

⁴⁹ O Brasil na guerra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 1, 28 out. 1942.

⁵⁰ A Associação Cristã Feminina está realizando um trabalho utilíssimo. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 7, 12 nov. 1942.

⁵¹ Hoje, às 21 horas, mais um programa do Concurso de Marchas Patrióticas. *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda seção, p. 3, 21 out. 1942.

Francisco Alves, todas as quartas-feiras, às nove da noite, interpretava as marchas selecionadas pelo júri, composto pelo diretor da Divisão de Rádio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por um oficial do Corpo de Fuzileiros Navais e por André Carrazzoni, diretor do jornal *A Noite*. Mas foi no teatro que os artistas mais se projetaram na luta contra o Eixo, em particular no gênero conhecido como “teatro de revista” – que misturava comédia e musical. Segundo pesquisas de Orlando de Barros, o primeiro espetáculo desse estilo com a temática da guerra foi *Fora do Eixo*, no Teatro Recreio, Rio de Janeiro, em maio de 1942, com duzentas apresentações. No espetáculo, os “quatro grandes” – Roosevelt, Churchill, Stalin e Vargas – eram reverenciados, enquanto Mussolini, Hitler e Hiroito eram impiedosamente ridicularizados, levando a plateia às gargalhadas. Seguindo o sucesso de *Fora do Eixo*, também em maio estreou, no Teatro João Caetano, a peça *Às armas*, seguindo o mesmo estilo do elogio aos líderes dos países Aliados, sobretudo Vargas, e o escárnio com os do Eixo. Diversas outras peças deste tipo “teatro de revista” seguiram o modelo inaugurado por *Fora do Eixo*, como *Entra na bicha*, *Ilha das Flores*, *Aguenta o leme!*, *Hoje tem marmelada*, *Marcha, soldado!*, *Vitória à vista!*, *A vitória é nossa!* e *Passo de ganso*. *Sinal de alarme*, de setembro de 1942, ironizava o racionamento de combustíveis e o uso do gasogênio nos automóveis (Barros, 2010, cap. 'A guerra dos artistas').

Professores também foram mobilizados durante a guerra. No dia 8 de outubro, o coronel Jonas Correia, secretário-geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, emitiu circular para as escolas com várias instruções aos educadores.⁵² Entre as atividades das quais eles deveriam participar constavam cursos de enfermagem e socorros urgentes. Os cursos seriam ministrados por médicos da secretaria. Também participaram de orientações sobre defesa passiva e leitura do livro *Alerta*, de autoria do coronel Orozimbo Martins Pereira. Os professores também se engajaram na Campanha dos Metais. Caberia ainda a eles participar ativamente dos círculos de pais e professores. Nas reuniões, os docentes deveriam orientar os pais dos alunos a participarem das atividades de defesa nacional e de economia de guerra. Todos os dias, os professores deveriam explicar aos alunos a conjuntura mundial frente à guerra e divulgar frases patrióticas por meio de cartazes. Deveriam, também, promover concursos de redação para as terceiras, quartas e quintas séries com o tema: “Que poderá você fazer pela vitória do Brasil?”

A mais dramática mobilização para a guerra ocorreu na região amazônica. O controle japonês no Pacífico impediu que os Estados Unidos continuassem a ter acesso aos seringais da região. O governo norte-americano voltou-se para o Brasil e, em março de 1942, assinou acordos, tendo acesso à produção de borracha nos seringais da Amazônia. A “batalha da borracha” necessitava de “soldados da borracha”. Milhares de trabalhadores dos estados do Nordeste brasileiro foram para a região amazônica em busca de melhores condições de vida

52 Os escolares e a guerra. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 9 out. 1942.

e trabalho. No entanto, o resultado foi desastroso. Cálculos indicam em 25 mil o número de mortos e desaparecidos na floresta Amazônica (Secreto, 2007).

Ao longo dos anos de 1943 e 1944, a guerra provocou problemas ainda maiores para a sociedade brasileira, em particular, a escassez de combustíveis. O governo recorreu a jargões militares para mobilizar a sociedade, tanto no cotidiano da vida comum quanto no da fábrica. No “front interno”, na “batalha da produção”, os operários foram considerados “soldados no da produção”. A Lei de Mobilização Industrial,⁵³ de julho de 1944, voltou-se para os trabalhadores da indústria têxtil, considerada essencial para o esforço de guerra: a jornada de trabalho poderia alcançar dez horas, sendo autorizado o trabalho noturno feminino de até oito horas. As férias poderiam ser convertidas em indenizações pagas em dobro, dependendo do estado de saúde do operário. Mais de oito dias de falta seria considerado abandono de serviço. O trabalhador que se ausentasse sem motivo do emprego poderia ser punido por deserção. Mas o decreto isentava os trabalhadores menores de 18 anos. Com exceção dos dispositivos que constavam nele, a legislação da CLT continuava em vigor.

A GUERRA E SEU LUGAR NA CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA

As dificuldades vividas pela sociedade brasileira, a partir de 1942 e até o final do conflito, em 1945, foram muitas. No entanto, o conjunto de vivências e experiências sob o estado de guerra não ocupa lugar relevante na cultura histórica do país. Os racionamentos, o desabastecimento de mercadorias, o esforço dos trabalhadores nas fábricas, a falta de combustíveis, o uso do gasogênio, a “batalha da borracha”, os blecautes, entre outras situações, não se tornaram registros importantes na nossa sociedade. Pouco se valoriza, por exemplo, a luta dos 25 mil soldados brasileiros nos campos de batalha italianos. Via de regra, sua participação é vista de maneira demeritória – quando não pitoresca. Com exceção do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra no Parque do Flamengo, Rio de Janeiro, conhecido popularmente como Monumento aos Pracinhas, não se encontram, em outras cidades, lugares de memória sobre a participação do Brasil nesse conflito mundial. Associações de ex-combatentes são ignoradas pela sociedade – e muitas sobrevivem de maneira precária, graças à dedicação de antigos soldados, todos de idade avançada. Como observou Roney Cytrynowicz, até mesmo os filmes contribuem para o desmerecimento da participação brasileira na guerra, caso de *Forall*, em que a cidade de Natal é transformada em um bordel, ou *Rádio Auriverde*, verdadeiro deboche aos pracinhas. No estado de São Paulo, a grande guerra presente na memória da sociedade foi a guerra civil de 1932. No contexto nacional, o conflito lembrado é o do Paraguai. Avenidas, ruas e praças de todo o país recebem os nomes de duque de Caxias ou do almirante Tamandaré. Nos próprios livros acadêmicos, a Segunda Guerra surge como momento propício para a industrialização do país (Cytrynowicz, 2000a, cap. 14, 15 e 16).

53 Brasil. Decreto-lei n. 6.688, de 13 de julho de 1944. Rio de Janeiro, DF.

Sequer um dos episódios mais dramáticos da história brasileira do século XX recebe alguma menção nos dias atuais: o ataque do submarino alemão U-507 aos cinco navios brasileiros, resultando em 605 mortos, e as manifestações populares de revolta e indignação nas ruas do Rio de Janeiro, nas capitais dos estados e em diversos municípios, exigindo de Vargas a declaração de guerra aos países do Eixo (Ferreira, 2017).

Embora muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado tenham como tema a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos de batalha na Itália, as vivências da sociedade brasileira durante o conflito ainda não são do nosso interesse a ponto de ocupar as livrarias, o cinema e a televisão. A Segunda Guerra Mundial parece ser evento distante no tempo e no espaço e que pouco afetou o Brasil e o cotidiano dos brasileiros.

A pesquisa é financiada pelo CNPq.

Referências bibliográficas

BARROS, Orlando de. *A guerra dos artistas: dois episódios de história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial, 2000a.

_____. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-91, mar.-jun. 2000b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 out. 2012.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, livros e discos: história do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2014.

FERREIRA, Jorge. Mortes no mar, dor na terra: brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24833/15627>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Publicato Editora, 2013.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-43. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1962/1101>>. Acesso em: 12 set. 2015.

NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n. 5, jul. 1996. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6167/3661>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em 13/4/2017

Aprovado em 19/4/2017

“O LOBO, MESMO COM CAPA DE MONGE, AINDA ASSIM ESTÁ À ESPREITA DAS OVELHAS”

CENSURA E PERSEGUIÇÃO A JORNALISTAS ESTRANGEIROS NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

“THE WOLF, EVEN WITH THE CLOAK OF A MONK, IS STILL LURKING IN THE SHEEP”

CENSORSHIP AND PERSECUTION OF FOREIGN JOURNALISTS UNDER THE VARGAS GOVERNMENT (1930-1945)

LINDERCY FRANCISCO TOMÉ DE SOUZA LINS | Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RESUMO

Este artigo apresenta, a partir da documentação diplomática, o modo como o governo Vargas (1930-1945) promoveu e executou a política de censura e perseguição aos correspondentes internacionais que difundiam notícias desfavoráveis ao governo brasileiro.

Palavras-chave: governo Vargas; correspondentes internacionais; censura.

ABSTRACT

This article presents, from the diplomatic documentation, the way in which the Vargas government (1930-1945) promoted and executed the policy of censorship and persecution of foreign correspondents who spread unfavorable news to the Brazilian government.

Keywords: Vargas government; foreign correspondent; censorship.

RESUMEN

En este artículo se presenta, a partir de los documentos diplomáticos, cómo el gobierno de Vargas (1930-1945) promovió y ejecutó la censura y la persecución política a los corresponsales internacionales que difundían noticias desfavorables al gobierno brasileño.

Palabras clave: gobierno de Vargas; corresponsales internacionales; la censura.

INTRODUÇÃO

O período getulista (1930-1945) se caracterizou como um novo momento da história republicana brasileira, tanto no plano interno quanto no externo. Internamente, percebe-se o reordenamento sociopolítico – por meio de medidas que visavam minorar a pobreza dos trabalhadores urbanos e desmontar a ordem política da Primeira República –, bem como o empenho em estabelecer um modelo de desenvolvimento nacional, tendo como alicerce a industrialização. No plano externo, as autoridades do governo Vargas, sobretudo as vinculadas ao Itamaraty, preocuparam-se com a imagem do Brasil no estrangeiro, comunicando as ações governamentais nos países considerados mais importantes na época, principalmente nos Estados Unidos (EUA), de quem o apoio ao novo governo brasileiro era fundamental.

A atuação das autoridades brasileiras se direcionava também à imprensa estadunidense, pelo poder dessa instituição na formação e difusão da opinião pública naquele país. Assim, agiam tanto na arregimentação de correspondentes internacionais ou cidadãos dos EUA considerados formadores de opinião, quanto no cerceamento do trabalho dos jornalistas estrangeiros. Na opinião de Walter Lippmann, essa ação de censura se configura como um elemento da propaganda política, pois “sem alguma forma de censura, propaganda, no sentido estrito da palavra é impossível. Para conduzir a propaganda deve haver alguma barreira entre o público e o evento” (Lippmann, 2008, p. 51). Ou seja, diante das tentativas de modificação de peças jornalísticas sobre o Brasil nos EUA, também era importante impor vigilância aos conteúdos que saíam do país em direção à América do Norte.

Excertos do artigo do correspondente internacional Roland Sharp, publicados na edição estadunidense da revista *Time*, de 29 de maio de 1944, exemplificam bem a necessidade de uma forte fiscalização governamental em cima do que era divulgado sobre o Brasil no exterior. A edição brasileira de *Time*, em virtude do teor crítico, foi às bancas com espaços em branco no lugar da matéria. O motivo dessa omissão pode ser visto na seguinte passagem da edição veiculada nos EUA:

A primeira vítima foi o grande Brasil, cuja maior parte das pessoas dos EUA o considera grande e bom amigo da democracia. O correspondente Sharp encontrou muito para admirar, muito a elogiar. Mas ele criticou os métodos ditatoriais do presidente Getúlio Vargas. Ponto nevrálgico: a censura rígida (*‘tão refinada e inteligente que isso acalma muitos correspondentes em cumprimento voluntário de obscurecimento da imprensa livre’*).¹

Como se vê, a revista *Time*, utilizando o artigo de Sharp, atacou duramente a censura estadonovista. Evidentemente, a caneta do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não permitiria publicação incólume de um texto negativo sobre o Estado Novo em território brasileiro. Embora o governo dispusesse de modos “refinados e inteligentes” que fizeram

1 *Time*, 29 maio 1944. (tradução nossa, grifos nossos).

calar “voluntariamente” os correspondentes, ao ponto de obscurecerem notícias negativas sobre o Brasil – como informou Roland Sharp –, havia situações em que se recorria a medidas enérgicas, como censura e perseguição aos jornalistas que insistiam em apresentar notícias pouco simpáticas acerca do país.

Isso posto, este artigo se debruçará, mormente, a partir da documentação diplomática, sobre as estratégias utilizadas pelo governo Vargas na promoção de uma política de censura e perseguição aos correspondentes internacionais que difundiam notícias desfavoráveis ao governo brasileiro.

OS PRIMEIROS PASSOS (1930-1937)

Conforme expõe Castro (1983, p. 281), logo após o episódio da Revolução de 1930, a chancelaria brasileira, ainda em estado de transição para outro comando, emitiu última circular telegráfica da gestão Mangabeira – ligada ao governo Washington Luís – às representações brasileiras no exterior, comunicando a instalação do governo provisório:

O ex-presidente Washington Luís entregou o governo hoje, recebendo todas as considerações devidas ao seu alto cargo. Ministros de Estado exonerados. Programa governo provisório, confraternização imediata família brasileira, manutenção compromissos nacionais exterior, pacificação espíritos dentro país. Movimento realizado sem sangue, máxima ordem, respeito autoridades depostas. Povo acompanhou entre aclamações desenrolar acontecimentos. Cidade apresenta aspecto dias grandes festas nacionais. Peça dar maior divulgação imprensa este primeiro boletim. Ronald de Carvalho, respondendo pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores.²

O conteúdo da circular expressa o caráter pacífico do *Coup d'État*, movimento referente à instalação do governo provisório, em virtude da “entrega” do cargo pelo presidente Washington Luís. Em sua divulgação, o acontecimento foi revelado como eminentemente pacífico, “sem sangue, máxima ordem, respeito às autoridades depostas”, resultado de conflitos internos, ou seja, a “imagem da política brasileira como a das revoluções sem sangue” (Capelato, 2008, p. 277). Em outras palavras, foi um movimento sem caráter expansionista ou beligerante, visto que a circular informou a manutenção dos compromissos nacionais no exterior, a continuidade dos pagamentos da dívida externa e a manutenção do comércio com outras nações.

Igualmente foi destacada a participação da população, mais uma vez espectadora dos acontecimentos políticos nacionais, cujo papel fora reservado às festas de aclamação do novo governo. Merece realce a indicação do chefe interino, Ronald de Carvalho, para “dar maior divulgação [à] imprensa [d]este primeiro boletim”.

2 Circular s./n. (telegráfica), de 24 out. 1930, às missões diplomáticas e aos consulados de carreira. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). (grifos nossos).

Pode-se notar, portanto, a preocupação com a comunicação dos fatos não apenas aos representantes dos Estados, mas também à imprensa, que, “desinformada”, poderia causar sérios problemas políticos ao governo que acabara de ser instalado no Brasil.

Apesar do cuidado da chancelaria na comunicação com a imprensa, os transtornos ao novo governo não tardaram a aparecer. Oswaldo Aranha,³ como ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, em 1931, respondeu ofício enviado em outubro do mesmo ano pelo ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, sobre publicação de artigo intitulado “A mordação do Brasil” (“Brazil’s gag”), na revista *Editor & Publisher (E&P)*, de 26 de setembro daquele ano.⁴ O mencionado artigo pode ter chamado a atenção de Aranha pela relevância do periódico, porta-voz da indústria estadunidense de jornais e revistas.⁵

O texto de *E&P* atacou o discurso liberal do governo brasileiro ao tecer duras críticas à prática da censura no país, que estava “amaldiçoado com uma das mais negras políticas de censura de qualquer nação na atualidade”.⁶ A revista alegou ter obtido, de “fontes privadas”, uma “cópia legítima” de instruções emitidas pelo governo brasileiro aos jornais e correspondentes estrangeiros. Ademais, informou aos leitores que se tratava de um documento raro que expressava a “medida de covardia incrível de uma grande nação, [...] uma mordação calculada para suprimir todas as notícias vitais, criando assim uma imagem totalmente falsa de condições”.⁷

Como forma de alerta aos jornalistas, *Editor & Publisher* listou, então, 11 itens nomeando o que se tornaria proibido no Brasil, destacando que qualquer notícia que viesse a “perturbar” o governo seria censurada, tais como referências a comunistas, tendências separatistas de estados, greves, críticas de ordem econômica, ou mesmo

comentários de estrangeiros exilados políticos, que, de qualquer forma, afetassem o bom funcionamento das nossas relações internacionais, ou, por contágio, a ordem pública interna; notícias e comentários sobre a tendência divisionista de certos estados da União; notícias, comentários e editoriais capazes de provocar escândalo, público ou privado, entre empregados de confiança imediata do governo provisório.⁸

3 Oswaldo Aranha exerceu as seguintes funções no governo de Getúlio Vargas: ministro da Justiça (1930-1931), ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1934-1938) e ministro das Relações Exteriores (1938-1944). Durante o desenrolar do texto, ele aparecerá em uma dessas funções, de acordo com o período tratado.

4 Ofício s./n. do ministro das Relações Exteriores (MRE) ao ministro da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI; ofício n. 1.624 do MJNI ao MRE. Rio de Janeiro, 13 nov. 1931. AHI.

5 *The New York Times*, Nova Iorque, 4 abr. 2008.

6 *Editor & Publisher (E&P)*, 26 set. 1931. Anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI. “For Brazil is cursed by one of the blackest political censorships of any nation in this day” (tradução nossa).

7 Trecho do artigo de *Editor & Publisher*, anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI. (tradução nossa).

8 *Editor & Publisher (E&P)*, 26 set. 1931. Anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. (tradução nossa).

A revista comentou ainda que, se algumas dessas regras fossem violadas, o “infrator” seria detido por 24 horas pela primeira transgressão, e preso de maneira definitiva caso fosse reincidente.

Tais proibições podem ter amedrontado jornalistas e proprietários de jornais ao observarem o clima de instabilidade com relação à atividade desses profissionais. Ora, a leitura do documento obtido por *E&P* mostrava que quaisquer comentários sobre funcionários públicos, comunistas, relações econômicas ou algo que, supostamente, afetasse ou perturbasse a ordem política, por mais vagos que fossem, seriam proibidos no Brasil.

Em seguida, em correspondência enviada ao ministro das Relações Exteriores, o então ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, parece explicar sobre a legislação de censura no Brasil como se respondesse ao artigo de *Editor & Publisher*. Ele afirma que a censura à imprensa no país – decorrida da vitória da Revolução de 1930 – não impedia a crítica aos atos oficiais, mas se limitava “a instruções, muito naturais e legítimas, que salvaguardem, direta ou indiretamente, a ordem e a segurança públicas, bem assim os bens nacionais e estrangeiros”.⁹ Além disso, o governo provisório, “amparado pelo povo em geral, consoante os recentes festejos comemorativos, e pelas classes armadas”, decretou “a anistia a todos os crimes políticos e eleitorais, não se justificando, pois, o tom alarmista da referida publicação”.¹⁰

Ainda segundo o ministro Aranha, o governo provisório, em meio aos problemas de ordem econômica e a fim de manter compromissos externos, em breve retornaria à vida constitucional, “para o que já trabalham várias comissões de juristas e técnicos”.¹¹ Vale ressaltar que, inicialmente, a censura à imprensa nacional e estrangeira era realizada pela polícia, porém, durante os meses da Revolução Paulista de 1932, esse serviço de controle à imprensa externa no país passou à tutela do Itamaraty,¹² retornando, em seguida, à polícia.

Uma das primeiras vítimas da mordida do governo brasileiro foi o correspondente do jornal *The New York Times*, George Harve Corey, que, em fins de 1931, causou grandes transtornos ao governo, sendo, por isso, preso em dezembro do mesmo ano. O jornalista permaneceu sob custódia apenas um dia, sendo expulso do Brasil logo em seguida, acusado de envio de “telegramas tendenciosos” à sede do jornal, interceptados pela censura telegráfica do governo e encaminhados pelo delegado do Distrito Federal ao ministro da Justiça.¹³

O conteúdo de tais telegramas envolvia assuntos relativos a censura e perseguição, como: a aplicação da lei marcial aos “traidores” civis e militares do regime; política, envolvendo os desentendimentos com o ministro da Fazenda, Whitaker; reclamações de exibidores

9 Ofício n. 1.624 do MJNI ao MRE. Rio de Janeiro, 13 nov. 1931. AHI.

10 Idem.

11 Idem.

12 Memorando de Jaime Barros Gomes ao MRE, 9 set. 1939, p. 1. AHI.

13 Ofício n. 201G.R. do delegado Salgado Filho, da Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal, ao sr. ministro da Justiça. Rio de Janeiro, 6 jan. 1932. AHI; telegrama n. 105 do MRE ao Consulado Geral em Nova Iorque. Rio de Janeiro, 26 nov. 1931; telegrama n. 120 urgente, do Consulado do Brasil em Nova Iorque ao MRE. Nova Iorque, 27/28 dez. 1931. AHI.

contra as altas tarifas de importação de filmes estadunidenses; informações sobre a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro e depósitos de carvão encontrados em Pernambuco. Em um deles, Harve Corey informou sobre a expulsão do Brasil de seu colega Juan Gignali, o correspondente da revista *Mundo*, de Buenos Aires.¹⁴

Quanto ao telegrama que conduziu à expulsão do próprio Harve Corey do país, foi narrado em matéria do jornal *The New York Times*, transcrita pelo cônsul de Nova Iorque ao ministro das Relações Exteriores:

O *New York Times* publica, hoje, um artigo assinado pelo seu ex-correspondente, em SP, dizendo que foi obrigado a concordar em deixar o Brasil pelo último vapor, para não continuar preso na penitenciária. No artigo com muitos títulos, o correspondente ridiculariza a censura em SP e no RJ, e diz que a única acusação foi a cópia de um cabograma enviado pelo correspondente do *London Times*. Ele procurou desfazer o engano, mas o chefe de polícia carioca disse que ambos os jornais deviam ser da mesma empresa.¹⁵

A pilhéria do jornalista em relação à referida confusão entre o jornal londrino e o estadunidense foi desmentida categoricamente pela chefatura de polícia do Distrito Federal. Seja como for, a imagem de um serviço de censura ignóbil já estava publicada e disponível para centenas de milhares de leitores dos EUA.

Outro caso de perseguição envolveu Ernest Hambloch,¹⁶ correspondente do jornal londrino *The Times*, resultando em sua expulsão do Brasil, quando da repercussão negativa de seu livro *His Majesty, The President* (Sua Majestade, o presidente),¹⁷ publicado em 1935 na Inglaterra e, em 1936, nos EUA. O referido livro analisa os problemas do Brasil, os quais, segundo o autor, seriam oriundos do sistema político presidencialista. Nele, há diversas comparações com o parlamentarismo monárquico dos tempos de Pedro II e o regime republicano.

A reação a essa obra, no Brasil, foi tenaz. A exemplo, José Honório Rodrigues comentou o aparecimento, em outubro de 1935, na capital federal, de vários panfletos promotores de um livreto crítico à obra de Hambloch, intitulado *Esmagando a víbora: crítica do volume His Majesty, The President a afronta ao Brasil*, de um autor oculto, por pseudônimo de Brasil Líbero (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249). Tal livreto continha “extratos deformados e desordenados, fora do contexto, traduzidos em português”, do livro de Hambloch. Em um deles, dizia-se que “pela imprensa e por livros editados na Inglaterra promovia-se uma

14 Telegrama interceptado pela censura, s./d. Data de arquivamento 9 fev. 1933. AHI.

15 Telegrama n. 120 urgente, do Consulado do Brasil em Nova Iorque ao MRE. Nova Iorque, 27/28 dez. 1931. AHI.

16 No Brasil, casou-se com uma paulista da tradicional família Uchoa. *South American Journal*, Londres, 16 nov. 1935. Exerceu diversos cargos diplomáticos no Brasil como adido comercial da legação britânica e secretário da Câmara Britânica de Comércio. Foi também correspondente do jornal londrino *The Times* e da revista *Foreign Affairs* (Hambloch, 2000, p. 265-267).

17 No Brasil, o livro ganhou a versão *Sua Majestade, o presidente do Brasil*, editada pelo Senado Federal, com pós-fácio de José Honório Rodrigues. Há uma edição anterior, datada de 1981, com introdução de José Honório Rodrigues.

escandalosa campanha difamatória contra o Brasil, seus homens e suas coisas” (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249).

Não é necessário imaginar de quem se tratava a “víbora” que deveria ser esmagada. A pequena obra foi resultado de uma campanha patrocinada pela Itália fascista, com investimentos de Mussolini, cujo objetivo era “desacreditar ingleses proeminentes no Brasil” (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249) por meio da mobilização do movimento integralista, assanhando os ânimos de jovens nacionalistas que ameaçaram depredar escritórios de firmas inglesas no país, em represália ao *His Majesty, The President*.

Esse mal-entendido com o livro de Hambloch não pode ser apenas obra dos conspiradores fascistas e dos estudantes nacionalistas brasileiros, mobilizados por algo que não leram e não gostaram. Antes dessas reações populares, o governo brasileiro já tinha conhecimento da obra, que fora enviada pelo cônsul do Brasil em Manchester, acompanhada dos seguintes dizeres:

Senhor ministro,

Em invólucro separado, registrado pelo correio, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o volume, em inglês, intitulado *His Majesty, The President*, de autoria de Ernest Hambloch, ex-secretário comercial da Embaixada Britânica, nessa capital, em cujas páginas se contêm as mais injustas e deprimentes referências às condições políticas e constitucionais do Brasil.¹⁸

Ao que parece, a reclamação do cônsul de Manchester não surtiu efeito imediato, pois não foi encontrada resposta ou qualquer referência à sua correspondência. O destino de Hambloch foi traçado pelo resultado das mobilizações dos integralistas, causando efeitos catastróficos à sua permanência no Brasil. Desse modo, ele foi expulso em 1935, encerrando um ciclo de 25 anos de intensa vida no país.¹⁹

Remetemo-nos agora a um caso exemplar, o do jornalista estadunidense John W. White, que trabalhou para o *The New York Times* de 1930 a 1937, assumindo as funções de correspondente e chefe dos correspondentes na América Latina. Desde 1930, ele causava transtornos ao governo brasileiro por suas opiniões pouco simpáticas aos rumos políticos do país na época.

Pouco tempo após a Revolução de 1930, o embaixador do Brasil em Washington queixava-se ao ministro das Relações Exteriores sobre a correspondência telegráfica enviada de Montevideú por John White (que estivera no Brasil) à diretoria do jornal *The New York Times*, em telegrama cujo conteúdo era

¹⁸ Ofício n. 16 do Consulado do Brasil em Manchester ao MRE. Manchester, 16 maio 1935. AHI.

¹⁹ Ofício n. 438 da Embaixada do Brasil no Reino Unido ao MRE. Londres, 19 nov. 1935. AHI.

muito pessimista sobre a situação do governo, considerando a censura excessiva, apregoando rivalidades regionais, agravação da crise econômico-financeira, agitações comunistas e fazendo em tudo maus presságios. Para o jornalista americano todas as medidas de elemental prudência devem desaparecer, a fim de que os seus jornais afinem o tom sensacional à custa do sossego e da reputação dos outros países. *Salvo melhor juízo, não vale a pena, pelo menos por enquanto, dar grande importância a esses desabaços do jornalista receoso de regressar com as mãos vazias.*²⁰

Mais uma vez, as lacônicas mensagens telegráficas permitem dupla interpretação. A primeira parte é por demais óbvia: crítica ao turbulento processo da Revolução de 1930. Afinal, ninguém garantia o que poderia acontecer no desdobramento do curso daquele movimento político e não há nada de anormal pensar nas críticas da imprensa estrangeira. Além do mais, segundo o embaixador, as medidas para contenção dos descontentes logo desapareceriam, o que tornaria pouco sustentável o governo provisório, permitindo, desse modo, agudizarem-se as críticas e afinar-se o tom sensacionalista dos jornais.

A segunda parte do telegrama permite ampliar horizontes de interpretação. Apesar de o embaixador não ter levado, até então, muito a sério as críticas de John White, a frase final deixa dúvidas sobre o que o diplomata quis enunciar com a expressão “mãos vazias”. Poderia significar a falta de assunto sobre o processo político brasileiro, muito embora a cobertura de um país vasto fosse ampla o bastante para pôr outros assuntos em evidência, não sendo necessário ao jornalista criar factoides como forma de apresentar alguma pauta ao jornal. Outra hipótese para uso da expressão, igualmente plausível, poderia se referir ao sentido pecuniário do termo, pois não era incomum que jornalistas recebessem alguma subvenção do governo para carregarem menos nas tintas nas reportagens enviadas ao exterior.²¹

O governo brasileiro e John White voltaram a se enfrentar cinco anos depois. O motivo da discórdia decorreu da cobertura do Levante de 1935. Na função de correspondente em Buenos Aires, o jornalista criticou as medidas repressivas do Estado brasileiro, acusado de ter executado sumariamente 150 pessoas. Evidentemente, a matéria repercutiu de modo negativo nos Estados Unidos, o que pode ter contribuído para se formar uma comissão mista no Congresso estadunidense (*Joint Committee for the Protection of the Brazilian People*) para realizar uma investigação (Lins, 2015, p. 110-116).

Tal reverberação negativa foi tamanha ao ponto de Getúlio Vargas ter escrito ao embaixador Oswaldo Aranha para que ele investigasse as ações de John White (Hilton, 1994, p. 217-218). Certamente, o presidente desconfiou dessas reportagens por serem oriundas de um jornalista estadunidense residente na Argentina. O natural seria que tivessem partido do

20 Telegrama n. 346 da Embaixada do Brasil nos EUA ao MRE. Washington, 29 nov. 1930. AHI. (grifos nossos).

21 De modo algum, tanto pela ausência de fontes comprobatórias quanto por princípios éticos do ofício de historiador, insinuamos que o jornalista John White quisesse receber qualquer tipo de ajuda financeira do governo brasileiro, porém essa opção não seria absurda, pelo fato de isso ter acontecido com outros jornalistas. Ver Lins (2015).

correspondente do *The New York Times* no Brasil, Frank Garcia, que, por ser amigo de Oswaldo Aranha, costumava carregar menos nas tintas contra Getúlio Vargas.

Dois anos após esse incidente, os ânimos do governo contra John White voltaram a se exaltar. A conjuntura era semelhante à de 1930, com a deflagração de outro golpe, dessa vez o Estado Novo. O jornalista, que vivia há 22 anos na Argentina, e há seis exercia a importante função de chefe dos correspondentes do *The New York Times* na América Latina, teceu severas críticas ao Estado Novo. Curioso é notar as semelhanças da argumentação de 1937 com a elaborada em 1930. Ambas ressaltavam a censura e a natureza autoritária do regime.

Dessa vez não houve perdão. Por meio da diplomacia, o governo brasileiro solicitou a expulsão de John White da Argentina,²² medida inusitada e, obviamente, não bem-recebida, tanto pela imprensa argentina quanto pelos jornais dos Estados Unidos e da Inglaterra. O embaixador do Brasil em Londres enviou correspondência ao Itamaraty informando da repercussão da expulsão de John White. Assim ele escreveu:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência sete recortes, extraídos do *Times*, *News Chronicle*, *Daily Herald* e *Manchester Guardian*, de 2, 4 e 8 do corrente, relativos à expulsão pelo governo argentino, do correspondente chefe do *New York Times*, senhor John White.

Segundo telegrama do correspondente do *Times*, em Buenos Aires, de 7 de dezembro, a ordem de expulsão não foi bem recebida na Argentina. O correspondente transcreve (a esse propósito) os comentários dos jornais *La Prensa* e *La Nacion* que criticam a decisão do governo argentino, dizendo que a Argentina não devia permitir a uma potência estrangeira exercer a censura de imprensa em seu território.²³

A leitura das notícias anexadas na correspondência fornece indícios da má repercussão da atitude dos governos argentino e brasileiro para com o caso John White. O londrino *The Times*, do dia 2 de dezembro, em nota intitulada "Jornalista estadunidense condenado a deixar a Argentina",²⁴ noticiou a ordem de expulsão de John White do território argentino, datada de 30 de novembro, com prazo limite para deixar o país até 15 de dezembro. Segundo o jornal, tal ato foi requisitado pelo governo brasileiro, em virtude dos artigos e mensagens sobre sua política. Entretanto, comunica que o "senhor White aponta que a única ocasião em que ele lida com notícias do Brasil é quando a censura brasileira obriga a sua transmissão a partir de Buenos Aires".²⁵

22 Após a expulsão da Argentina, John White mudou-se para o Uruguai. De lá, continuou o trabalho de correspondente do *The New York Times* até 1941. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 fev. 1974.

23 Ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI.

24 *The Times*, Londres, 2 dez. 1937. Anexo do ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa).

25 Idem.

O jornal *Daily Herald* do mesmo dia, 2 de dezembro, em matéria com o curioso título “Critidou uma nação, expulso por outra”,²⁶ apresentou texto com conteúdo semelhante ao do concorrente *The Times*. No dia seguinte, este jornal insistiu no assunto ao informar que o Clube de Imprensa da Argentina, preocupado com a liberdade de imprensa, emitiu declaração condenando a deportação de John White, que geraria maior prejuízo ao país do que ao próprio deportado.²⁷

É fato que a presença do jornalista na Argentina poderia afetar as relações diplomáticas argentino-brasileiras. Esse episódio demonstra a complexidade das relações entre essas duas nações. A despeito da rivalidade e da disputa pela liderança regional, havia “processos de cooperação e aproximação” por parte de governantes e da intelectualidade desses dois países, “questionando o mito da rivalidade” (Santos, 2010, p. 153).

ESTADO NOVO, VELHAS PRÁTICAS

Já no pós-golpe de 1937, era caro às ditaduras o cerceamento da liberdade de imprensa nacional e estrangeira. No caso brasileiro, essa tarefa coube à chefatura de polícia do Distrito Federal e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este último, por meio do Serviço de Controle à Imprensa, agia no monitoramento interno das notícias vindas do exterior. Eram proibidos telegramas de agências telegráficas que recebiam notas do estrangeiro para divulgação no Brasil, além de notícias sobre os mais diversos assuntos (principalmente sobre posições políticas no cenário da Segunda Guerra Mundial), conforme apontam José Inácio de Melo e Souza (2003) e Silvana Goulart (1990).

Um problema mais grave, entretanto, e de custosa solução, era censurar o que não podia ser censurado, ou seja, silenciar a imprensa estrangeira. Dessa forma, com a instauração do Estado Novo em 1937, a gestão do Ministério das Relações Exteriores, comandada por Mário de Pimentel Brandão, concentrou no Itamaraty o serviço de censura prévia da imprensa estrangeira, conforme atestou o servidor do Itamaraty Jaime Gomes de Barros²⁸ em memorando datado de setembro de 1939:

Quando da instauração do regime atual, a 10 de novembro de 1937, os jornalistas estrangeiros e diretores de agências, reunidos no Itamaraty, por especial convite do então ministro de Estado Mário de Pimentel Brandão, afirmaram o prazer com que veriam transferidos para o Itamaraty a censura prévia à matéria por eles remetida para o ex-

26 *Daily Herald*, Londres, 2 dez. 1937. Anexo da correspondência da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa)

27 *The Times*, Londres, 3 dez. 1937. Anexo do ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa).

28 *Diário Oficial da União*, 18 nov. 1938. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em: 5 dez. 2012; *Diário Oficial da União*, 17 out. 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

terior, por via telegráfica. Afirmaram isso lembrando a situação existente no segundo semestre de 1932 e *acentuando ao mesmo tempo a atmosfera cordial do Itamaraty, em tudo diferente dos meios agitados da Polícia, a quem compete a censura. Alegaram ainda esses jornalistas a incompreensão revelada por determinados elementos da censura policial, pouco afeitos à discussão dos argumentos apresentados pelos que procuravam deles obter o "visto" indispensável à transmissão telegráfica do noticiário.*²⁹

O citado memorando tratou da proposta de reorganização do serviço de censura prévia à imprensa internacional pelo Itamaraty no conturbado e incerto período da Segunda Guerra Mundial. Observando o conteúdo por demais elogioso à atuação do Ministério das Relações Exteriores no papel de censor da imprensa, nota-se, pelas palavras de Jaime Gomes de Barros, a opção dos correspondentes internacionais de serem censurados pelo Itamaraty, cujo corpo de servidores era mais intelectualizado e cordial do que os da polícia. Decerto, melhor sofrer embaraços de Pimentel Brandão ou de Oswaldo Aranha, homens de concepção liberal pró-EUA,³⁰ do que a ação truculenta pró-fascista de Filinto Müller.³¹

O tema da censura foi motivo de debates governamentais, principalmente a respeito da péssima repercussão do Estado Novo na imprensa estrangeira (Lins, 2015, p. 139-146), identificada na proposta lançada pelo diretor do Escritório de Informações do Brasil, em Buenos Aires, Otávio de Abreu Botelho, cujo sentimento era o de que a imprensa portenha, em geral, se referia ao Brasil de forma desagradável. Destarte, Botelho sugeriu ao presidente da República uma fiscalização do serviço telegráfico ou intervenção junto às agências de notícias estrangeiras, a fim de reduzir a quantidade de notas pouco elogiosas ao governo brasileiro no exterior.³²

Para melhor entendimento de como seria organizada a censura, há um memorando, oriundo do Itamaraty, explicitando seus fundamentos, os quais vieram da experiência durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo o documento, na época daquela guerra, a censura ficou dividida em duas partes: a de *caráter político*, responsável pelo controle das agências jornalísticas, dos correspondentes estrangeiros e da imprensa em geral, subordinada diretamente ao gabinete do ministro das Relações Exteriores; e a de *caráter econômico-financeiro* e dos telegramas dos particulares em geral, organizada, segundo o memorando, em virtude de "insistentes pedidos dos Aliados que pretendiam colocar censores seus nas estações telegráficas em Recife e na capital [onde existiam cabos submarinos], a

29 Memorando de Jaime Gomes de Barros ao MRE, 9 set. 1939. AHI. (grifos nossos).

30 Verbetes de Pimentel Brandão e Oswaldo Aranha. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso: 5 dez. 2012. Houve, inclusive, uma permuta nos cargos de embaixador do Brasil nos EUA e de ministro das Relações Exteriores entre Pimentel Brandão e Oswaldo Aranha, em 1938. O primeiro tornou-se embaixador e o segundo, ministro.

31 Verboete de Filinto Müller. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

32 Carta de Ciro de Freitas Vale ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 maio 1939. AHI.

fim de examinar o serviço telegráfico internacional em trânsito pelos cabos que tocavam aquelas estações”.³³

A Comissão Internacional de Censura funcionou nas dependências do Itamaraty. Composta por funcionários brasileiros e representantes das nações Aliadas, tinha por função reprimir ações de espionagem, controlar transferências de fundos aos países considerados inimigos, além de admoestar notícias referentes ao movimento de navegação e operações militares das nações Aliadas.³⁴ Funcionários do Ministério da Viação eram responsáveis pela interceptação telegráfica, sobretudo endereçada à Argentina, que era base dos agentes “inimigos”.

O memorando informa, ainda, ser difícil censurar todas as comunicações para o exterior. Mesmo assim, para tal façanha, seria necessária a colaboração estreita do Ministério da Viação, divulgando a relação das estações telegráficas transmissoras e receptoras no Brasil, pois agências jornalísticas já dispunham de tal estrutura. Ademais, a existência de novos cabos submarinos – fruto da expansão da companhia inglesa The Western Telegraph Company Limited, que operava no Brasil desde 1873 –, como os localizados na cidade do Rio Grande e no estado do Rio Grande do Sul, e a proliferação de radioamadores dificultariam o controle governamental.³⁵

O presidente Vargas solicitou, portanto, exposições de motivos aos dois ministérios – Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores – envolvidos no assunto sobre tal intento.

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Ciro de Freitas Vale,³⁶ em carta expedida ao presidente Getúlio Vargas, encarregou-se de expor seus motivos para a desaprovação da proposta de Otávio de Abreu Botelho:

Não me parece aproveitável a sugestão. Todo o serviço para o estrangeiro é censurado, mas as agências e os correspondentes de jornais dispõem de outros meios para fazer chegar a Buenos Aires as suas informações.

No caso focalizado pelo senhor Botelho, nem se trata de notícia transmitida daqui, mas de comentários feitos lá da Argentina.

O único meio de coibir os abusos dos jornais nesse particular seria o de firmarmos com a Argentina e os outros países americanos um convênio em que os respectivos governos se comprometessem a evitar a publicação de notícias e comentários desairosos para os demais governos e países. Se tais notícias fossem, apesar disso, divulgadas, seriam os

33 Memorando [autoria desconhecida] ao MRE. 10 jul. 1939. AHI.

34 Idem.

35 Idem.

36 Diplomata, diretor do Serviço de Limites e Atos Internacionais do Itamaraty (1933); embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário na Bolívia (1936); membro de várias delegações brasileiras na ONU (1946 e 1955-1958). Disponível em: <<http://ri.fgv.br/node/502>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

jornais forçados a publicar uma retificação, aprovada pelo representante do país visado, com a mesma extensão e no mesmo lugar da publicação julgada prejudicial às boas relações entre os dois países.³⁷

A opinião do Ministério da Justiça, chefiado, no período, por Francisco Luís da Silva Campos, coaduna-se com a da pasta das Relações Exteriores, que explicitava a impossibilidade de se realizar censura ao serviço telegráfico.³⁸ De fato, não havia muito o que fazer, pois controlar as comunicações em um país tão vasto quanto o Brasil seria tarefa hercúlea, como apontou o já citado memorando ao Itamaraty, enumerando dificuldades no trato da censura no país. Mesmo assim, a censura telegráfica e postal foi executada, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, rendendo várias interceptações de informação, tarefa comum a qualquer país naquele tenso momento.

Com o recrudescimento da guerra na Europa, o Itamaraty necessitava trabalhar em duas frentes: manutenção do controle das notícias sobre o Brasil na imprensa, principalmente a dos EUA; e recebimento de informações sobre o andamento do conflito. Para tanto, foi montado um serviço de informações sobre a guerra, a partir dos principais artigos publicados na imprensa sobre o assunto,³⁹ enviados semanalmente (via malote aéreo) da embaixada em Washington diretamente ao gabinete do ministro. Na verdade, o envio já era executado desde os primórdios do conflito mundial, porém, ao que parece, houve desencontro de informações, pois o embaixador enviava tais notícias ao secretário-geral do Itamaraty, que não as encaminhava ao ministro.⁴⁰

Outro caso revelador da postura repressora do governo estadonovista foi a prisão do diretor do escritório da agência United Press em 1939, por ter divulgado uma notícia sem a aprovação do censor policial do Distrito Federal. James Irvin Miller, gerente-geral da United Press na América do Sul, apelou a Oswaldo Aranha, que nada pôde fazer, a não ser reclamar ao presidente sobre o soturno clima de vigilância dos agentes da polícia de Filinto Müller.⁴¹

Rosalina Coelho Lisboa,⁴² ex-esposa de James Irvin Miller, era conhecedora das atividades dessas agências de notícias. Em uma de suas frequentes cartas a Getúlio Vargas, sugeriu

37 Carta de Ciro de Freitas Vale ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 maio 1939. AHI.

38 Ofício s./n. do ministro da Justiça, Francisco Campos, ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19 maio 1939. AHI.

39 Telegrama s./n. da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada do Brasil nos EUA. Washington, 24 fev. 1940. AHI.

40 Telegrama da Embaixada do Brasil nos EUA à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Washington, 27 fev. 1940. AHI.

41 Apenas com a criação do DIP, em 1939, a censura saiu das mãos da Polícia do Distrito Federal (Hilton, 1994, p. 355-356).

42 Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de julho de 1900. Foi jornalista e escritora. Por ser amiga de Vargas, tinha liberdade de se expressar ao presidente. Integralista, favorável à participação da mulher na política, foi a primeira brasileira a ser enviada ao exterior em missão intelectual (Montevideu, 1932). CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosalina-coelho-lisboa-larragoiti>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

um plano de censura no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Suas preocupações eram acerca das negociações das bases brasileiras com os estadunidenses, bem como de “supostas intrigas” lançadas pela imprensa argentina contra o Brasil.⁴³ Com o intuito de defender o país dos tais “semeadores de intrigas”, em sua opinião os analistas internacionais, Rosalina Coelho propôs o seguinte, em caráter sigiloso:

Nós temos uma censura séria no Brasil e para evitar as responsabilidades de telegramas insidiosos e pôr a salvo os seus redatores, as agências e os correspondentes estrangeiros datam e marcam os seus telegramas de intrigas do estrangeiro.

Ora bem, responsabilizemos os representantes dessas agências no Brasil pelos telegramas que as suas agências inventem fora do Brasil ou que, enviando do Brasil, covardemente datem do estrangeiro.⁴⁴

Basicamente, a ideia de Rosalina Lisboa era responsabilizar as empresas pela notícia veiculada pelos seus funcionários (jornalistas), citando na carta, por exemplo, a Associated Press, que se responsabilizaria pelas matérias enviadas tanto pela equipe da própria agência quanto pelas agências a ela vinculadas: Havas e Reuters. Dessa forma, qualquer telegrama marcado como sendo da redação dos jornais seria de responsabilidade dos seus representantes.

No tocante à censura interna, essa proposta era semelhante às determinações constitucionais de 1937, art. 122, alínea e (Costella, 1970, p. 112). Era mais eficiente, portanto, punir o jornal ou a agência de notícias como um todo do que responsabilizar o jornalista. Isso demandaria maior controle por parte dos editores no conteúdo das notícias para que não houvesse perseguição à empresa.

Não é possível saber se Getúlio Vargas leu tal carta e se acatou a proposta; contudo, coincidência ou não, seis meses depois, em 4 de junho de 1941, o chefe da sucursal brasileira da agência telegráfica nova-iorquina Overseas News (ONA), Paul Vanorden Shaw,⁴⁵ foi informado sobre o cancelamento de suas prerrogativas de imprensa, sob a acusação de transmissão de “falsas reportagens” aos EUA. Segundo a agência, embora autoridades brasileiras tenham feito queixas extraoficialmente do conteúdo das notícias enviadas aos EUA, “o governo brasileiro nunca desmentiu qualquer despacho [...] enviado pela ONA e publicado nos seus jornais clientes por todo o país”.⁴⁶

43 Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas, jan. 1941. GV c 1941.01.00. 01/1941. CPDOC/FGV.

44 Idem.

45 Paul Vanorden Shaw, jornalista e professor da Universidade de Columbia, residiu no Brasil em 1936. Foi professor fundador da Universidade de São Paulo (USP). “Shaw também foi por algum tempo correspondente do jornal *Sun*, de Baltimore, no Brasil, da mesma maneira, foi colaborador de *O Estado de São Paulo* [e correspondente da agência Overseas News]” (Barros, 2010, p. 106).

46 Carta apócrifa a Paul Vanorden Shaw, interceptada pela censura e enviada por Filinto Müller a Benjamim Vargas. Rio de Janeiro, 4 jun. 1941. CPDOC/FGV. GV confid. 1941.06.04/1.

Paul Vanorden Shaw, jornalista e professor universitário que havia elogiado, dos Estados Unidos, a Revolução de 1930 no jornal *The New York Times* (Lins, 2015, p. 97-99), na década seguinte – quando já vivia há cinco anos no Brasil –, fora punido por ter supostamente enviado alguma notícia desagradável aos partidários do Estado Novo. No caso, a empresa na qual trabalhava foi punida, gerando seu descredenciamento de jornalista.

O passar dos anos – na verdade, as retesadas negociações entre Brasil e EUA – fez com que a “indefinição” brasileira (Moura, 1980) sobre qual caminho tomar no conflito mundial fosse convergindo para o desfecho esperado pelos brasileiros americófilos: o apoio aos EUA. Com base nessa posição política, nota-se diminuição considerável, mas nunca interrupção, das preocupações das autoridades brasileiras acerca da imagem do Brasil nos EUA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, os quinze anos do governo Vargas (1930-1945) se caracterizaram, no âmbito externo, por uma mudança substancial na forma de se comunicar. As autoridades, sobretudo as vinculadas ao Itamaraty, preocuparam-se com a imagem do Brasil no estrangeiro, seja na avaliação de conteúdo veiculado sobre o país, seja na comunicação das ações governamentais nos jornais dos países considerados mais importantes na época, principalmente nos Estados Unidos, de quem o apoio ao novo governo brasileiro era fundamental.

Os casos de censura ao trabalho da imprensa internacional, mormente a estadunidense, citados neste artigo, exemplificam a preocupação do governo brasileiro com sua imagem no exterior. Isso evidencia, outrossim, o poder dos jornais estadunidenses na formação e disseminação de uma *opinião publicada* sobre os países, cujo conteúdo poderia influenciar, de maneira decisiva, a reputação de uma nação no estrangeiro.

O caso brasileiro ilustra o *poder e o sorriso* da política governamental aos jornalistas nos tempos de Getúlio Vargas. Se a persuasão dos servidores do Itamaraty e demais órgãos falhasse, o velho porrete da polícia política entrava em ação. Embora em pequena quantidade, esses casos revelam a situação delicada dos jornalistas e demais profissionais estrangeiros, presentes em território brasileiro, que desagradassem aos desígnios governamentais. Notam-se, sobretudo ao se analisar o caso da prisão do diretor da United Press, as limitações da chancelaria brasileira no controle dos abusos da polícia estadonovista contra os estrangeiros, o que revela o clima da disputa política entre partidários do Eixo e dos Aliados no seio do governo Getúlio Vargas.

Daí a razão de utilizarmos o provérbio, de origem latina, “O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas”, no título deste artigo,⁴⁷ porque ilustra muito bem o que gostaríamos de demonstrar, isto é, o lobo (o governo de Vargas), mesmo com capa de monge (discurso democrático e moderno no exterior), deixava transparecer momentos de repressão.

⁴⁷ *Lupus cucullo indutus nihilominus ovibus insidiatur* [Bebel, Proverbia Germanica 557]. Disponível em: <http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/l05.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

Referências bibliográficas

- BARROS, Orlando de. *A guerra dos artistas: dois episódios da história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Edunesp, 2008.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora UnB, 1983.
- COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HAMBLOCH, Ernest. *Sua Majestade, o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)*. Tradução de Lêda Boechat. Brasília: Senado Federal, 2000.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: biografia política*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. *To sell a product or to sell an idea: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945)*. 2015. 318f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SANTOS, Raquel Paz dos. *Relações Brasil-Argentina: imagens e percepções do país vizinho durante a Segunda Guerra Mundial*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (org.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- SOUZA, José Inácio de Melo e. *O Estado contra os meios de comunicação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

Recebido em 24/2/2017

Aprovado em 26/9/2017

**LEGISLAÇÃO PENAL E REPRESSÃO POLÍTICA NO ESTADO NOVO
UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA
NACIONAL (1936-1945)**
**CRIMINAL LAWS AND POLITICAL REPRESSION IN THE ESTADO NOVO
AN ANALYSIS FROM THE NATIONAL SECURITY COURT JUDGMENTS (1936-1945)**

DIEGO NUNES | Professor adjunto no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História do Direito pela Universidade de Macerata (Itália). Membro do grupo de pesquisa em História da Cultura Jurídica lus Commune (UFSC/CNPq).

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender a relação entre legislação penal (especialmente o Código Penal) e repressão ao dissenso político durante o Estado Novo. Para tanto, analisará a jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional presente no Arquivo Nacional. Verificou-se que a corte não desnaturava princípios e regras gerais de direito penal, salvo nos casos de direta consequência à liberdade dos acusados.

Palavras-chave: Código Penal; repressão política; Estado Novo; Tribunal de Segurança Nacional.

ABSTRACT

The work analyzes the relationship between criminal laws (specially the Penal Code) and repression of political dissent during the Estado Novo. It will analyze some cases of National Security Court present in Arquivo Nacional. It was found the court did not denature principles and general rules of criminal law, except in cases of direct consequence on freedom of the accused.

Keywords: Penal Code; political repression; Estado Novo; National Security Court.

RESUMEN

El trabajo comprenderá la relación entre legislación penal (especialmente el Código Penal) y represión al dissenso político durante el Estado Novo. Así, analizará la jurisprudencia del Tribunal de Seguridad Nacional presente en el Arquivo Nacional. Se verificó que la corte no desnaturizaba principios y reglas generales de derecho penal salvo en casos de directa consecuencia a la libertad de los acusados.

Palabras clave: Código Penal; represión política; Estado Novo; Tribunal de Seguridad Nacional.

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca do Estado Novo (1937-1945) são de fundamental importância para a compreensão da história contemporânea pátria. Nesse sentido, as fontes do Arquivo Nacional são um repertório privilegiado para a revisão da historiografia atual, bem como para a inclusão de novas temáticas e abordagens. Estudar os vários aspectos que envolveram esse momento paradoxal – ao passo que era um regime autoritário, porém portador de aspectos basilares da modernização brasileira – faz-se necessário, sendo deveras propícia a ocasião dos seus oitenta anos.

Para a história do direito, campo de estudo em ascensão (Meccarelli, 2015), mas ainda incipiente no cenário brasileiro (Fonseca, 2012), é de importância ainda maior embeber-se dos recursos de pesquisa arquivística, especialmente dos fundos de processos judiciais. A fim de desenvolver as temáticas acerca do Estado Novo, o material referente ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN), corte excepcional concebida ainda no período do governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937) – especialmente os autos de processos criminais –, é passagem obrigatória a uma pesquisa que tenha como escopo compreender o papel da cultura jurídica na conformação do momento político em destaque.

Não há na historiografia nacional estudo que tenha se proposto a fazer uma interrelação entre o direito penal, ramo do saber científico jurídico (assim como se imaginava o modo adequado ao período para se abordar tal tema), e a repressão ao dissenso político por via de instituições judiciárias, tal qual o TSN.

Acerca da relação entre direito penal, criminalidade política e formação do Estado moderno, há a obra seminal de Mario Sbriccoli (1974) sobre o contexto europeu e o trabalho de Arno Dal Ri Jr. (2006) para o caso brasileiro. Sobre a construção de uma ciência do direito penal no Brasil durante o período, podemos encontrar vários escritos que o relacionam com o processo de codificação penal (Sontag, 2015; Serra, 2008; Machado Neto, 1977), fruto do trabalho da vivaz (mas ainda em formação) historiografia penal brasileira (Dal Ri Jr., 2013). Por outro lado, são poucos os estudos sobre o TSN, especialmente os que lidam com o repertório de fontes do Arquivo Nacional. Aqueles mais próximos à história do direito se ocuparam da reconstrução institucional da corte (Balz, 2009), do processamento e julgamento de personalidades políticas de relevo (Campos, 1982) ou de algumas regras processuais (Nunes, 2013). Em direito comparado, há estudo acerca desse difícil cruzamento entre saber penal e repressão política (Pelissero, 2000), porém restrito à pesquisa doutrinária e em forma de estudo dogmático.

O objetivo deste trabalho é verificar de que modo os processos criminais acerca da repressão política durante o Estado Novo julgados pelo TSN lidavam com conceitos e categorias basilares da legislação penal (especialmente o Código Penal) de então, de modo a verificar se e como essa corte respeitava princípios normativos em detrimento de uma maior flexibilidade com fins de persecução criminal de cunho político.

REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE

Cabe brevemente esclarecer as premissas teóricas que embasam a análise das fontes e o modo de tratamento dado a estas para os fins acima descritos. Isso parece necessário tendo em vista tanto as particularidades de um trabalho arquivístico com fontes não inéditas quanto pela pouca divulgação acerca das categorias historiográficas em uso na presente pesquisa.

Uma história da repressão penal política pode ser realizada sob dois vieses: a determinação do campo de ação da repressão penal ao dissenso político, ou seja, apresentar a construção do sistema penal por meio da legislação e sua interpretação doutrinal; e a administração da justiça penal, mostrando o sistema em ação na jurisdição por meio da jurisprudência e da práxis judiciária.

Como demonstra Massimo Meccarelli (1998), o principal reflexo da modernidade jurídica sobre o *penale*¹ foi o deslocamento do problema de *facere iustitiam*² do plano processual para o momento legislativo. Dentro de um regime da legalidade penal, a partir dos ditames do iluminismo, não caberia mais ao sistema em ação resolver um problema de demanda por justiça, mas fazer valer o direito legislado.

Por isso o momento processual passa a ser tão somente de “administração da justiça”. O sistema não deveria mais criar soluções, mas apenas coordenar e ministrar as alternativas pré-estabelecidas. A jurisprudência, em seu ofício de interpretar, acabaria exercendo uma atividade “antijurisprudencial” (Meccarelli, 2011), pois se preocupava mais com a estabilização do sistema legal do que com a dinamicidade exigida para uma justa resolução dos casos concretos.

Este trabalho focará o segundo viés, especialmente como a corte penal política do regime, estabelecida para julgar os crimes políticos previstos nas leis de segurança nacional do período, lidava com o problema da interpretação de regras gerais: de modo “técnico” (ou “juiz boca da lei”, na expressão de Montesquieu) ou “criativo” (de modo a dar vazão para soluções políticas).

O artigo realizará um percurso de “história das dimensões jurídicas da justiça”, isto é, de apresentar o tema a partir da “relação entre justiça e direito, como dispositivo de geração do jurídico” (Meccarelli, 2014). Tal formulação parece eficaz, porque consegue observar o objeto de pesquisa por ângulos diversos: de uma parte, como história do pensamento jurídico-

1 Para compreender o poder punitivo de modo mais amplo, Mario Sbriccoli (2010) preferia falar em “o penal” como conjunto de práticas, saberes e instituições que condensam as várias facetas desse poder punitivo. É uma concepção alargada para a compreensão da dimensão jurídica do fenômeno punitivo capaz de integrar até mesmo sujeitos ocultos à primeira vista, como opinião pública e/ou mídias.

2 Literalmente “fazer justiça”. A expressão busca diferenciar o modo como a tradição do *ius commune* (direito comum medieval europeu, de caráter doutrinário-sapiencial) entendia a determinação do direito pelas instâncias jurisdicionais, e o modo moderno, que se preocupa apenas com a administração da justiça a partir da legislação, eventualmente dirimida pelos tribunais. Para mais, Meccarelli (1998).

penal; de outra, como história da justiça criminal, seja esta vista tanto como aparato quanto como discurso.

Compreender melhor essa história da administração da justiça criminal significa ocupar-se, dentro da temática proposta, da ideia de “justiça política”. Todavia, traçar em linhas precisas o que seria uma justiça penal política é tão complicado quanto se pensar em um conceito de crime político. Em obra clássica sobre o tema, Otto Kirchheimer (1961) construiu uma ideia de cunho pragmático. Como indica o subtítulo do seu *Political Justice*, tratar-se-ia do seguinte: “[...] *the use of legal procedure for political ends*”. É um contentor bastante amplo, cuja ideia se inclina a uma perspectiva de judicialização da política. Importante salientar que o autor pressupunha tratar-se de repressão penal.

Já para o brasileiro Heráclito Sobral Pinto, advogado célebre na defesa de criminosos políticos em 1979, “justiça política” seria uma divisão apenas quanto à aplicação da justiça (1940, p. 244):

Inúmeros são, portanto, os campos de aplicação da *justiça*. Embora a sua conceituação seja uma só, várias e diversas são as suas funções, pois, [...] ora é solicitada a se pronunciar sobre as relações do Estado, como entidade política, com os indivíduos que se acham sujeitos à sua jurisdição, e debaixo desse aspecto, o seu nome é justiça política. Sob esta última denominação, a justiça abrange tantas modalidades quantos são os ramos em que o direito público se divide: constitucional, administrativo, internacional, financeiro, processual e penal. Neste momento o que nos interessa é a *justiça política penal* (Sobral Pinto, 1940, p. 244, grifos do autor).

A “justiça política penal”, portanto, seria aquela que se pronuncia nas relações entre o indivíduo e o Estado no que tange ao direito penal. O autor analisava a questão a partir do aparato dos tribunais especiais. Atuando diariamente perante o TSN como advogado, cria não ser este um mal em si. Deveria ser uma benesse, desde que os julgadores não se pautassem por critérios formalistas para ponderar a ação dos acusados de acordo com a sua boa vontade política. Mais uma razão, pois, para verificar a interpretação judicial de dispositivos gerais do direito penal, tal qual se apresentará adiante.

Faça-se uma ressalva: a fim de dar conta da tarefa de analisar a justiça criminal política do Estado Novo, pode-se atuar em dois *fronts* paralelos. Em vez de seguir a perspectiva mais tradicional de analisar as instituições, praxe na historiografia comparada (Aragoneses, 2009, p. 149), ou mesmo a concepção original de compreender a justiça a partir da análise dos julgados (Kirchheimer, 1961; Campos, 1982), valer-se-á aqui da lição de Pietro Costa (2012): a história da justiça deve se esforçar para observar seu objeto tanto como um “aparato” de regime quanto no sentido da produção de um “discurso” jurídico. Uma historiografia preocupada com o aparato legislativo e o discurso doutrinário foi produzida por Christiano Balz (2009); já uma análise historiográfica preocupada com a dimensão jurisprudencial, mas focada nos “grandes processos” e na repressão aos comunistas, se encontra em Reynaldo Pompeu de Campos (1982).

Buscamos desvelar as “dimensões jurídicas” da história da justiça partindo de uma história dos aparatos. Dentre estes, privilegamos o TSN como órgão jurisdicional e suas decisões. Essa jurisprudência, porém, produz e se alimenta de discursos (Costa, 2012, p. 38). Todavia, pretende-se chegar à produção de uma narrativa acerca das sentenças judiciais. Assim, busca-se adotar uma postura integradora que também privilegia a dimensão da justiça criminal política como discurso jurídico.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE FONTES

No tocante à relação dos princípios e regras gerais do direito penal com a praxe jurisprudencial do TSN, serão examinados institutos da parte geral do Código Penal que tiveram em algum momento de ser afrontados pelos juízes daquela corte, pois serviam para colmar lacunas das leis especiais para contrastar com os crimes políticos: irretroatividade da lei penal, proibição do *ne bis in idem*,³ punição de atos preparatórios, crime continuado, reincidência, prescrição e retratação do acusado.

Os processos instaurados perante o TSN ao longo de quase uma década de sua existência produziram uma relevante coletânea de discursos de tipo persuasivo (Costa, 2012, p. 33) sobre segurança nacional, dissenso político e mesmo sobre direito penal. Essa narrativa foi elaborada pelos indivíduos e instituições que conformavam esse aparato, sejam juízes, procuradores, advogados, policiais, acusados: a justiça política em ação. Por isso, a análise desses autos de processo criminal é fundamental para se compreender a dinâmica desse sistema e suas implicações na construção de um discurso jurídico que dê sentido a tal escolha do regime e suas consequências para o saber penal.

A tipologia de fonte privilegiada para tal fim, por evidente, são as decisões (sentenças e acórdãos)⁴ emanadas por esse órgão, que foram extraídas dos autos de processos em depósito no Arquivo Nacional. Esse fator é importante, pois dali surgiu a possibilidade de uma análise mais profunda, de modo a confrontar as peças processuais produzidas pelos juízes com aquelas da acusação, defesa e mesmo da autoridade policial, ao contrário do que se pode fazer quando as decisões são recolhidas de outros repertórios jurisprudenciais, como as revistas jurídicas, os suplementos judiciários de jornais etc., em que há apenas a versão dos juízes.

Ainda se carece de um trabalho historiográfico global de sistematização das fontes, especialmente as judiciárias, em uma obra de referência. Na impossibilidade de se fazer

3 Literalmente “não duas vezes no mesmo [assunto]”. Em direito penal, indica o fato de que um indivíduo não pode receber dupla incriminação por um mesmo evento, ou seja, afasta a incidência de normas penais concorrentes a uma mesma situação teoricamente enquadráveis. Exemplo disso é o atual artigo 8º do Código Penal.

4 “Acórdão” é o termo técnico empregado na língua portuguesa para indicar uma decisão judicial emanada de um órgão jurisdicional coletivo, ou seja, toda sentença de um tribunal em caso de apelação, revisão criminal ou *habeas corpus*, no caso do TSN. A palavra significa literalmente “acordo” entre os juízes que, em conjunto, tomam determinada orientação.

uma pesquisa de longo período, optou-se pela análise de tal material por amostragem. Uma grande parte dele ainda está em tratamento pelo Arquivo Nacional. No momento, apenas uma das séries documentais, a APL,⁵ está microfilmada e em processo de digitalização; as demais, PCR,⁶ HCO e RVI,⁷ são disponíveis apenas por consulta aos autos originais. A investigação *in loco*, porém, bastou para compreender o universo de pesquisa e recolher um mínimo de casos exemplificativos. A ausência de índices e dados estatísticos, em que pese o motor de pesquisa virtual “Base de dados Acervo Judiciário do Arquivo Nacional”,⁸ impede que se tenham informações conclusivas sobre os imputados e as infrações, por exemplo. Apesar de limitar uma visão de conjunto sobre o objeto de pesquisa, não houve desvantagem qualitativa.

Todavia, adverte-se que não é objetivo deste trabalho fazer nem a reconstituição dos casos (Fáveri, 2005; Campos, 1982), nem a narrativa das experiências de presos políticos (Gomes, 1984). Mesmo sendo atividade que ainda mereça novas incursões pela historiografia social e política, foge dos limites aqui propostos.

Nessa opção de uma análise qualitativa, privilegiaram-se autos que contivessem discursos jurídicos de maior densidade. Salienta-se, entretanto, que, em geral, nos acórdãos, a exposição da motivação das decisões era muito concisa. Isso é importante, porque, às vezes, decisões de uma só página são repletas de *insights*, ao passo que muitas sentenças são extensas apenas pela grande quantidade de réus. Tal fenômeno se verifica mesmo em processos de comoção nacional, como o caso do *putsch* integralista.

Ainda sobre a presença de tais discursos, é interessante que, em geral, eles se encontrem muito mais articulados nos casos de absolvição do que nos de condenação. É como se a culpa, e não a inocência, fosse o resultado natural da ação. Por isso, boa parte dos processos analisados neste trabalho resultou na absolvição da totalidade ou ao menos de parte dos acusados, o que não significa que foram poucas as condenações.⁹ Como já mencionado, não há pesquisa de caráter estatístico indicando a proporção entre indiciados e condenados.

5 A série APL (Apelações) contém os autos com sentença de primeiro grau, realizada por juízo monocrático, e acórdão de segundo grau, realizado pelo tribunal pleno. Isso é decorrência da mudança promovida pelo art. 122, n. 17, da Constituição de 1937, e pelo decreto-lei n. 88, de 20 de dezembro de 1937, modificando a lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, que instituiu o Tribunal de Segurança Nacional, retirando a competência recursal do Superior Tribunal Militar (STM).

6 A série PCR (Processos) contém os autos cuja sentença de primeiro grau era de atribuição do tribunal pleno do TSN e o acórdão de segundo grau era de competência do STM, conforme a organização original do TSN pela lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, que instituiu, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionaria no Distrito Federal sempre que fosse decretado o estado de guerra.

7 As séries HCO (*Habeas Corpus*) e RVI (Revisão Criminal) são ações incidentais especiais, que no TSN tinham incidência mais restrita que em casos comuns.

8 Disponível em <<http://www.an.gov.br/Basedocjud/MenuDocJud/MenuDocJud.php>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

9 O “Livro de condenados”, do TSN, cujos dados foram reproduzidos por Campos (1982), apontam 4.099 condenados. Destes, 1.458 foram de processos provenientes da capital republicana. Ainda não se pode fazer uma simples relação entre a quantidade de processos (quase cinco mil autos) e a quantidade de condenações, uma vez que, em vários destes, havia pluralidade de réus, muitas vezes centenas, como nos casos dos levantes de novembro de 1935 no Rio de Janeiro e em Natal.

Para fins de controle do repositório de processos recolhidos no Arquivo Nacional, utilizaram-se também a jurisprudência do TSN, presente nas revistas jurídicas do período,¹⁰ e as obras de Eurico Castelo Branco, escrivão do cartório da corte: uma composta de anotações jurisprudenciais e doutrinárias aos artigos da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935 (Castelo Branco, 1940) e outra que separa os temas mais relevantes por verbetes (Castelo Branco, 1943).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos discursos jurídicos sobre a justiça penal política, poderiam ser privilegiados três aspectos: as figuras criminosas colocadas defronte ao TSN; as questões processuais relevantes; e o manuseio da ciência do direito penal. Este artigo fez o estudo do terceiro, mais especificamente da aplicação da lei penal, com destaque aos códigos penais (CP) brasileiros de 1890¹¹ (e sua compilação com a legislação extravagante (CLP) em 1932¹²) e de 1940,¹³ que se sucederam no período. Assim, serão objetos de estudo: o modo pelo qual os juízes e demais integrantes do sistema de justiça política encaravam o conceito de crime político, os princípios penais e o casamento entre institutos jurídicos não presentes nas leis de segurança e sua aplicação subsidiária nos casos apresentados perante o tribunal especial. Isso é importante para perceber se o fato de lidar também com normas comuns auxiliaria no processo de normalização de um tribunal excepcional.

Preliminarmente, cumpre recordar a criação do TSN em 1936 como uma corte *ex post facto* mista (civil e militar) para o julgamento dos envolvidos no Levante Comunista de 1935.¹⁴ Com o advento do Estado Novo e a Constituição de 1937, o órgão tornou-se um tribunal do regime. Desde sua criação, contou com normas processuais específicas para a ação e o julgamento excepcionais às disposições processuais penais comuns. Suas competências afastaram inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF) da análise das questões penais que envolvessem o dissenso político.

Criado para combater penalmente a oposição a Vargas, o TSN deveria sustentar um determinado projeto de governo como o único legítimo. Mas, ao longo de sua atividade, o próprio tribunal passou a produzir um determinado discurso político advindo das decisões

10 Utilizaram-se como repertório as duas mais tradicionais revistas jurídicas brasileiras, a *Revista Forense* (iniciada em Minas Gerais, depois transferida para o Rio de Janeiro) e a *Revista dos Tribunais* (de São Paulo); além dessas, também se utilizou a *Arquivo Judiciário* (do tradicional *Jornal do Comércio*, da capital federal) e a *Revista de Direito Penal*, ainda que com repertório jurisprudencial bastante reduzido.

11 Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal.

12 Decreto n. 22.213, de 14 de dezembro de 1932, que aprova a consolidação das leis penais, de autoria do desembargador Vicente Piragibe.

13 Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

14 Isso aborda um importante dado de ordem metodológica: as revistas jurídicas proporcionaram a possibilidade de se analisarem alguns dos casos julgados anteriormente pela Justiça Federal, órgão competente conforme a LSN de 1935.

jurídicas. Isso porque, ao confiar a última palavra, sobre as formas mais graves de vilipêndio ao regime, a um órgão judiciário, de certa forma este passou a ser um porta-voz autorizado do Estado Novo a respeito dos limites do dissenso e sua repressão.

Outro fator significativo foi a reforma penal que importou na emanação do Código Penal de 1940, com um discurso modernizador do direito penal e de implementação da concepção de defesa social,¹⁵ idealizados pelo Estado Novo. A modernização do direito penal pela codificação seria fruto da adoção do tecnicismo jurídico-penal como metodologia de construção do novo texto legal, bem como de sua interpretação doutrinária e jurisprudencial (Sontag, 2009). A ascensão da ideia de defesa social, em detrimento do paradigma liberal de direito penal e de criminalidade política, era fruto da adesão de penalistas que participaram do processo de codificação, aderindo parcial e/ou temporariamente ao regime, como Nelson Hungria e Roberto Lyra (Nunes, 2010).

O USO DE CONCEITOS, PRINCÍPIOS E REGRAS GERAIS DE DIREITO PENAL

Apesar de todas as regras excepcionais para instituição, composição e procedimento perante o TSN, ao fim, como órgão judiciário da justiça criminal, os juízes deveriam aplicar subsidiariamente princípios, conceitos e regras de direito penal. Seguramente há uma grande diversidade de circunstâncias ao longo do cotidiano do tribunal. Porém, há uma série de situações importantes, porque o tribunal lidava com institutos fundamentais.

O primeiro ponto procurado foi como o tribunal entendia o conceito de crime político. A questão, porém, não se colocava de modo relevante, ao contrário das várias e extensas discussões no STF.¹⁶ Exceção feita às menções da defesa, que frequentemente citava o caráter contingencial do crime político, como no processo n. 588/RJ, de 1938:

Com a palavra, o advogado Mário Bulhões Pedreira declarou: “[...] que se é verdade que os acusados fugiram do juramento à farda, não é menos verdade que, uma vez vitoriosos seus ideias [sic], de traidores passariam a heróis; que, se assim não fosse, traidores seriam os republicanos de 1889, como traidores também seriam os revolucionários de 1930 e 37; que o crime dos acusados não está no que fizeram, senão, no que deixaram de fazer” (Brasil, TSN, 1938).

15 Segundo Francisco Campos (1940, p. 124-125): “O princípio cardeal que inspira a lei projetada, e que é, aliás, o princípio fundamental do moderno direito penal, é o da defesa social. É necessário defender a comunhão social contra todos aqueles que se mostram perigosos à sua segurança [...]. Os direitos de grupos, da sociedade, da família encontram proteção que lhes é devida e que as leis inspiradas num critério de excessivo individualismo descaram até hoje”.

16 Por todos, veja-se, por exemplo, o voto do ministro relator Carvalho Mourão no Conflito de jurisdição n. 1.267: “Todos os crimes definidos na Lei de Segurança estão subordinados, para sua configuração, ao critério geral do art. 1.º [do decreto-lei n. 431/1938]. A conceituação dos fatos obedece, assim, ao critério objetivo da natureza do ‘direito violado’” (Brasil, STF, 1940, p. 481).

A questão no TSN se resolvia com a demarcação da competência, ou seja, pelo critério objetivo na definição do crime político. Esse seria delimitado por aquilo que as leis colocavam como de atribuição para o julgamento da corte. Ou seja, os crimes presentes nas leis de segurança nacional do período, bem como os crimes de guerra e mesmo aqueles contra a economia popular. Aqui, isso significa dizer que o conceito formal de crime político (o delimitado pelas leis do período constitucional, pela Constituição de 1937 e pelos decretos-lei do Estado Novo) não se ligava à tradição do crime político da ciência penal pretérita, construída na tradição pós-iluminista e reforçada durante todo o século XIX e mesmo no início do XX. Trata-se de um caso peculiar em que conceitos legais ampliam uma construção doutrinária, algo talvez explicável pelo caráter autoritário desse tipo de legislação.

Há uma série de institutos da parte geral que foram de aplicação recorrente. O mais importante, provavelmente, foi o relativo ao concurso de crimes, ou seja, a concomitância de acusações a crimes diversos imputados ao mesmo acusado, verificável de três formas: concurso material,¹⁷ em que ambas as penas se aplicam de forma autônoma, uma vez que decorreriam de fatos diversos, mas conexos;¹⁸ concurso formal,¹⁹ em que se aplica a pena do crime mais grave com um aumento, já que decorreria de um único fato;²⁰ e crime continuado,²¹ uma ficção jurídica que impõe a regra do concurso formal a casos de concurso material, sob determinados requisitos de concatenação, para evitar exasperação de pena.²² Era muito comum, nos processos referentes a crimes políticos no TSN, a incidência de um mesmo réu em dois ou mais tipos penais, o que exigia a aplicação dos critérios presentes no Código Penal para a aplicação da pena.

17 No CP/1890: “Art. 66. Na aplicação das penas serão observadas as seguintes regras: § 1º Quando o criminoso for convencido de mais de um crime impor-se-lhe-ão as penas estabelecidas para cada um deles.”

18 Na redação original do CP/1940: “Concurso material. Art. 51. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.”

19 No CP/1890: “Art. 66. Na aplicação das penas serão observadas as seguintes regras: [...] § 3º Quando o criminoso pelo mesmo fato e com uma só intenção, tiver cometido mais de um crime, impor-se-lhe-á no grau máximo a pena mais grave em que houver incorrido.”

20 Na redação original do CP/1940: “Concurso formal. [Art. 51] § 1º Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, a que se cominam penas privativas de liberdade, impõe-se-lhe a mais grave, ou, se idênticas, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.”

21 No CP/1890: “Art. 66. Na aplicação das penas serão observadas as seguintes regras: [...] § 2º Quando o criminoso tiver de ser punido por mais de um crime da mesma natureza, cometidos em tempo e lugar diferentes, contra a mesma ou diversa pessoa, impor-se-lhe-á no grau máximo a pena de um só dos crimes, com aumento da sexta parte.”

22 Na redação original do CP/1940: “Crime continuado [Art. 51] § 2º Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, impõe-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços”.

O acórdão do processo n. 1/1937/DF, referente aos acusados de participar da revolta comunista no Rio de Janeiro, rejeitou a parte da denúncia que enquadrou dois dos acusados no crime previsto no art. 11, da lei n. 136/1935,²³ pela “infringência, portanto, do princípio universal de direito, da irretroatividade da *lei penal*, salvo quando esta beneficiar o acusado” (Brasil, TSN, 1937, p. 165, grifo do autor). Aplicou-se, por sua vez, o art. 150, § 1º, do Código Penal da Armada (Marinha), decreto n. 949, de 5 de novembro de 1890, na época extensível também ao Exército.²⁴

Porém, contra Luís Carlos Prestes e Harry Berger, não se respeitou o princípio do *ne bis in idem*: ambos foram condenados em concurso material pelos arts. 1º²⁵ e 4º²⁶ da Lei de Segurança Nacional de 1935²⁷ (Brasil, TSN, 1937, p. 165-166). Ou seja, esses réus sofreram com a cumulação de penas da execução da insurreição e dos atos preparatórios do mesmo crime. Puniu-se não só o crime em si, como também o *iter criminis* composto de circunstâncias elementares do mesmo tipo penal de forma autônoma, o que gerou um aumento de mais de metade da pena máxima do crime principal.

Essa interpretação foi resultado da famigerada construção dos atos preparatórios como crimes autônomos,²⁸ somada a uma interpretação inadequada dos juízes do TSN: pelo princípio da subsidiariedade, o crime do art. 4º, acessório, estaria contido no do art. 1º, principal, o que acarretaria a aplicação do concurso formal, e não material.

Os juízes consideraram, porém, a possibilidade de se aplicar a regra do crime continuado:

O tribunal, na aplicação das penalidades impostas aos acusados Luís Carlos Prestes e Arthur Ernest Ewert ou Harry Berger, considerou “condições elementares” do delito capitulado no art. 1º da lei n. 38, os atos criminosos, de que cogita o art. 4º da mesma lei, desde que esses atos hajam sido cometidos pelos acusados até a debelação do movimento sedicioso de novembro de 1935, considerando-os, porém, “*delictos autônomos*”, por estarem assim configurados na lei, quando a prática daqueles atos tiver ocorrido

23 Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935. Modifica vários dispositivos da lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem política e social.

24 “Art. 150. Todo indivíduo ao serviço da Marinha de Guerra que matar outro com as circunstâncias agravantes dos §§ 1º, 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 16º, 17º, 19º e 20º do art. 33, e § 1º do art. 35: penas – de morte no grau máximo, de prisão com trabalho por vinte anos no médio e por dez no mínimo. § 1º Se o homicídio não for revestido de alguma das circunstâncias referidas: pena – de prisão com trabalho por dez a vinte anos.”

25 “Art. 1º Tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida. Pena – reclusão por seis a dez anos aos cabeças e por cinco a oito aos corrêus.”

26 “Art. 4º [...] aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; aparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos; instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações radiotransmissoras ou receptoras; dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime.”

27 Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social.

28 Uma clássica flexibilização das categorias dogmáticas da teoria do delito, no aspecto da tipicidade (Pelissero, 2000).

após a sufocação do referido movimento. Não julga o tribunal tratar-se, no caso, de “crimes continuados”, de vez que, como é assente em jurisprudência e doutrina, a figura jurídica do “*delicto continuado*” só se verifica em direito quando, além da unidade da resolução criminosa, ocorre a infração, pelo mesmo agente, e por mais de uma vez, do “mesmo artigo da lei penal” (Brasil, TSN, 1937, p. 166).

Negou-se a aplicação de tal instituto, porém, por entenderem se tratar de *delictos autônomos*. A regra fala, porém, de crimes da mesma natureza, o que não significa tratar-se do mesmo tipo penal, mas de infrações semelhantes – isso se verifica claramente em um crime (art. 4º) que consiste nas ações preliminares que podem acarretar no outro (art. 1º). Considerou-se a existência do crime previsto no art. 4º às condutas realizadas até a deflagração da revolta armada, e do art. 1º nos levantes ocorridos em 27 de novembro de 1935.

O parecer do procurador Francisco de Paula Oiticica no processo n. 345/1937/DF, que cuidava de outra leva de réus decorrente do levante de 1935, entendia ser o comunismo o elo que tornaria os crimes familiares entre si:

Os crimes cometidos pelo suplicante e pelos quais fora condenado são políticos e de propaganda mesma da ideologia extremista – o bolchevismo. São, assim, todos eles da mesma natureza, provenientes, portanto, da resolução de subverter a ordem pública para implantar no Brasil, como forma de governo, uma ditadura proletária, nos moldes da propaganda da TERCEIRA INTERNACIONAL. Foram ainda esses crimes cometidos contra a mesma pessoa jurídica: a República (Brasil, TSN, 2003, grifo do autor).

A preocupação era, antes, com a identidade do bem jurídico do que com os tipos penais em espécie. O juiz Pedro Borges se limitou a dizer que “são de irrecusável procedência os fundamentos do parecer da douta procuradoria”.

Ao contrário, nos processos n. 2/1941/RN (Brasil, TSN, 2003) e n. 345/1937/DF (Brasil, TSN, 2003), relativos a comunistas, aceitou-se a tese de crime continuado. O próprio juiz, Raul Machado, que negou a aplicação do instituto a Prestes e Berger, aceitou-a para um dos réus, revolucionário de 1935 no Rio Grande do Norte. A justificativa era elementar: tratava-se de dois crimes da mesma natureza, política; e com o mesmo objetivo, atacar o Estado.

De fato, aqui o réu potiguar fora condenado duas vezes pelo mesmo tipo penal (art. 1º, LSN/1935), ao contrário do caso dos comunistas da capital. Porém, na justificativa, Machado simplesmente arguiu tratar-se de “crimes da mesma natureza (políticos)”: não só deixou de exigir qualquer identidade entre os tipos penais, como se valeu de um critério amplíssimo, uma vez que, como visto acima, o conceito de crime político aceito pela jurisprudência do TSN era eminentemente legal, sem nenhum requisito dogmático, bastando a sua tipificação nas leis cujo julgamento era responsabilidade do tribunal.

Na prática, tal entendimento significaria, por uma questão de lógica, que o concurso material seria restrito à concomitância de crimes das leis de segurança nacional com crimes comuns, previstos no Código Penal ou em leis especiais penais de natureza não política. Po-

rém, a utilização inadequada do concurso material, em vez do crime continuado ou mesmo do concurso formal ou regra da subsidiariedade, era para exasperar as penas dos líderes revolucionários, justamente o oposto da finalidade da lei ao estabelecer tais regramentos mitigadores da incidência da lei penal. Assim, a decisão do processo n. 1/1937/DF, referente a concurso entre crimes comuns e crimes políticos, adquire importância na discussão proposta. O juiz Pereira Braga aceitou a unificação das penas somente com relação aos crimes políticos, mantendo a pena do crime comum de lesões corporais, pois não se enquadraria no critério legal de “crimes da mesma espécie” (Brasil, TSN, 1942, p. 304-306). Nesse caso, o fato de não se aplicar o art. 17 da LSN/1935²⁹ ou o art. 11 da lei n. 136/1935³⁰ (modalidades relativas ao uso de violência), mas sim a legislação criminal comum, acabou por prejudicar o réu, pois permitiu a previsão de concurso formal. Tanto que, no processo n. 370/1942/MG, o mesmo juiz aceitou a unificação, por se tratarem ambos de crimes políticos (Brasil, TSN, 1942, p. 767-769).

Outro instituto que apresentou anomalias em sua aplicação foi o da reincidência. No processo n. 189/1936/PR (Brasil, TSN, 2003), por exemplo, o juiz cel. Costa Neto reconheceu a um dos condenados a agravante de reincidência, por se tratar de estrangeiro reingresso ilegalmente no território, o que era, na época dos fatos, crime previsto pelo art. 6º do decreto n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921, que regulava a entrada de estrangeiros no território nacional.³¹ Em grau de recurso, o juiz Pereira Braga retirou a incidência de tal circunstância, uma vez que não se cumpriram os requisitos do art. 40, da CLP/1932: trânsito em julgado da sentença e se tratar de crime da mesma natureza.

O primeiro requisito certamente não foi cumprido; de fato, causa estranheza o réu não ter sido denunciado e condenado por tal infração como crime conexo, uma vez que a polícia ainda o acusava de falsidade ideológica, por ter entrado no território nacional com identificação adulterada.³² Sobre o segundo, também não houve manifestação do julgador, mas certamente não se poderiam considerar “da mesma natureza”, já que a expulsão não necessariamente teria ocorrido por atividade subversiva, mesmo que tenha sido esta a causa mais recorrente ao longo da República Velha e do Estado Novo (Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2008).

29 “Art. 17. Incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos. Pena – de um a três anos de prisão celular.”

30 “Art. 11. Acometer seu superior, inferior ou camarada, com ou sem arma ou aparelho bélico, para a prática de algum dos crimes definidos na lei n. 38 ou na presente lei; pena de dez a vinte anos de prisão com trabalho. Parágrafo único. Se da agressão resultar a morte do agredido: pena de vinte a trinta anos de prisão com trabalho.”

31 “Art. 6º O estrangeiro expulso, que voltar ao país antes de revogada a expulsão, ficará, pela simples verificação do fato, sujeito à pena de dois anos de prisão, após o cumprimento da qual será novamente expulso.”

32 Decreto n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923. Estabelece penas para os crimes de peculato, moeda falsa, falsificação de documentos, e dá outras providências: “[...]. Art. 25. Afirmar falsamente ao funcionário ou oficial público ou em qualquer documento particular a própria identidade ou estado, atestar os de outra pessoa, de modo que possa resultar prejuízo ou particular: penas – um a quatro anos de prisão celular e multa de cinco a 20% do dano causado ou que poderia causar.”

Ainda na parte geral, outro instituto relevante era o reconhecimento da prescrição dos crimes políticos. Não havendo qualquer regra sobre o tema, era forçoso reconhecer as regras gerais do Código Penal acerca da matéria. No processo n. 283/1940/BA (Brasil, TSN, 2004), o juiz Raul Machado condenou os acusados pelos arts. 23³³ e 13³⁴ da LSN/1935, mas, por conta da demora nas diligências, os crimes restaram prescritos. Por isso, deixou de expedir os mandados de prisão, conforme a regra do art. 85 da CLP/1932.³⁵ Porém, em grau de recurso, o acórdão relatado por Pedro Borges, por maioria, aumentou a pena de alguns deles, de modo a não se incorrer em prescrição, e prevaleceram as condenações.

Também no processo n. 551/1938/RJ, pode-se vislumbrar a questão da prescrição, mas aqui a requerimento do acusado. O juiz Pedro Borges pediu que fosse apresentada prova de que ele não tinha se ausentado do país. A defesa não só reclamou de tal exigência como lembrou que a prescrição no caso já deveria ter sido declarada *ex officio*,³⁶ conforme o art. 82, da CLP/1932.³⁷ Na decisão, o julgador demonstrou não ter sido cumprido o prazo legal, nem mesmo com as mudanças ocorridas com o advento do CP/1940 – arts. 109, V³⁸ e 110³⁹ (Brasil, TSN, 1938).

Por fim, há também interesse em analisar uma série de disposições de parte especial, ou seja, regras válidas a um determinado conjunto de crimes. O CP/1940 lançou novas normas para todos os crimes contra a honra. E, pelo entendimento do TSN, em determinados casos, aplicar-se-iam ao crime de injúria contra os poderes públicos. Sucessivamente, com o advento do decreto-lei n. 4.766/1942, que “define crimes militares e contra a segurança do Estado”, emanado após a adesão do Brasil à Segunda Guerra Mundial, o tribunal passou a negar tal aplicação:

Considerando que, deste último diploma legislativo deixou de ser aplicável o art. 141, I, do Código Penal, por constituir nova figura criminal e, conseqüentemente, a esta não

33 “Art. 23. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular.”

34 “Art. 13. Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição. Pena – de um a quatro anos de prisão celular.”

35 “Art. 85. Prescrevem: em um ano, a condenação que impuser pena restritiva da liberdade por tempo não excedente de seis meses; em quatro anos, a condenação que impuser pena de igual natureza por tempo de dois anos; em oito anos, a condenação que impuser pena de igual natureza por tempo de quatro anos; [...]”

36 Ou seja, “de ofício” pelo próprio juiz da causa, por se tratar de questão de ordem pública (cuja aplicação independe da vontade das partes).

37 “Art. 82. A prescrição, embora não alegada, deve ser pronunciada *ex officio*.”

38 “Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no parágrafo único do art. 110, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: [...] V – em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; [...]”

39 “Art. 110. A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena imposta e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.”

se aplica o art. 143, referente à retratação, não só porque esta exceção não está mais contida no referido decreto-lei n. 4.766 como por constituir uma disposição particular, e não uma daquelas regras gerais que o art. 10 do Código Penal manda aplicar aos fatos incriminados por lei especial (Brasil, TSN, 1944, p. 743-744).

Assim, a depender do tempo, do meio ou da vítima do crime, seria aplicada uma lei diversa.

No processo n. 4.029/1945/SP, o juiz Pereira Braga admitiu informalmente a “exceção da verdade”; ou seja, uma vez comprovada a veracidade das afirmações, não haveria o *animus injuriandi*, ou seja, a vontade de ofender. Isso era possível, porque haveria o interesse público sobre o cumprimento de sua função:

Havendo elementos de prova conducentes a admitir a veracidade do prolapado em boletim contra funcionário público, exclui-se o simples ânimo de caluniar ou injuriar, mormente não estando individualizada nenhuma contra quem se levantou calúnia ou assaque injúria (Brasil, TSN, 1945).

O mesmo juiz, no processo n. 3.746/1943/SP, confirmou “a sentença absolutória, à vista da retratação cabal constante dos autos”, para fins de exclusão do delito (Brasil, TSN, 2005). Isso porque o julgador aplicava subsidiariamente as regras especiais dos crimes contra a honra, presentes nos artigos 141 a 145, do CP/1940 (aumento de pena, exclusão do crime, retratação, interpelação criminal e ação penal), ao crime de injúria contra os poderes públicos.

No geral, em algumas situações, o TSN conseguiu lidar com as regras gerais de direito penal sem desnaturá-las, como no caso do conceito de crime político, em determinados episódios acerca de prescrição e nas regras sobre os crimes contra a honra; em outros, não, como no concurso de crimes (concurso material e formal, crime continuado e regras da subsidiariedade e consunção), na reincidência e em outros casos de prescrição. Quando conseguiu, era uma forma de a corte buscar sua legitimidade como tribunal criminal, principalmente após seu reconhecimento constitucional em 1937. Apesar disso, o TSN não conseguiria esconder a sua natureza excepcional ao lidar com institutos que se relacionassem diretamente com o *status libertatis* dos criminosos políticos. Manteve-se como órgão atuante até a queda definitiva do regime, em 29 de outubro de 1945, quando Vargas é destituído pelos mesmos militares que sustentaram o seu Estado Novo e a corte, desativada.⁴⁰

⁴⁰ Lei constitucional n. 14, de 17 de novembro de 1945. Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes contra existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprego de economia popular.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou seguir um percurso de história das dimensões jurídicas da justiça para analisar uma questão específica acerca da relação entre saber penal e repressão ao dissenso político no Estado Novo: dentro do versante da administração da justiça, perscrutou-se, nos autos de processos criminais do Tribunal de Segurança Nacional presentes no Arquivo Nacional, como essa corte excepcional lidou com conceitos, regras e princípios gerais de direito penal.

No tocante a isso, em alguns casos, o TSN conseguiu aplicar devidamente institutos penais tais quais o conceito legal de crime político e algumas regras referentes à prescrição e às disposições gerais sobre os crimes contra a honra. Era um modo de legitimar-se como justiça especial, tal qual prescrito na Constituição de 1937. Mas em outros casos, dos quais o mais emblemático talvez seja o concurso de crimes, bem como a reincidência e algumas outras regras de prescrição, que tocavam sensivelmente o *status libertatis* dos criminosos políticos, o tribunal passava ao largo da melhor técnica e confirmava materialmente sua natureza de corte de exceção.

O TSN conseguiu administrar a jurisdição penal ao dissenso político por quase uma década, em um pêndulo entre ordinário e excepcional, adaptando-se a situações das mais díspares. Foi-lhe imposto o dever originário de órgão auxiliar do governo na repressão. Assim, os conceitos, regras e princípios gerais foram utilizados tanto como legitimadores quanto como supérfluas prescrições à disposição dos membros do tribunal, que, a seu indiscriminado juízo, conformou o discurso jurídico às demandas de ordem do regime.

Referências bibliográficas

ARAGONESES, Alfons. El derecho bajo el franquismo: transformaciones del sistema jurídico español (1936-1978). In: CAPELLÁ, Margarida; GINARD, David (org.). *Represión política, justicia e reparación: la memoria histórica en perspectiva jurídica* (1936-2008). Palma de Mallorca: Plural, 2009.

BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: aspectos legais e doutrinários de um tribunal da era Vargas (1936-1945)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 4.209, de São Paulo, 1945. Relator: juiz Pereira Braga. Arquivo Nacional. Notação C8.0.APL.1565.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 3.746, de São Paulo, 1943. Arquivo Nacio-

nal. Rolo de microfilme AN 262 2005. Notação C8.0.APL.1667 [também in: *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 154, a. 34, mar. 1945.]

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 1, do Distrito Federal. Relator: juiz Raul Machado. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 140, a. 31, nov. 1942, p. 304-306.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 370, de Minas Gerais. Relator: juiz Pereira Braga. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 140, a. 31, nov. 1942, p. 767-769.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 2, do Rio Grande do Norte, 1941. Relator: juiz Raul Machado. Arquivo Nacional. Rolo de microfilme AN 312 2003. Notação C8.0.APL.160 v. 10.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 283, da Bahia, 1940. Relator: juiz Raul Machado. Arquivo Nacional. Rolo de Microfilme AN 739 2004. Notação C8.0.APL. 635.

_____. Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência criminal, conflito de jurisdição n. 1.267. *Revista Forense*, fev. 1940.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 551, do Rio de Janeiro, 1938. Relator: juiz comte. Lemos Bastos. Arquivo Nacional. Notação C8.0.APL.198.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 588, do Rio de Janeiro, 1938. Relator: juiz comte. Lemos Bastos. Arquivo Nacional. Notação C8.0.APL.144, v. 1-5.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 345, do Distrito Federal, 1937. Relator: juiz Pedro Borges. Arquivo Nacional. Rolos de microfilme AN 184 2003, AN 185 2003 e AN 186 2003. Notação C8.0.APL.111, v. 1-5.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. *Relatório e acórdão do processo em que são acusados Luís Carlos Prestes, Harry Berger e outros*: juiz relator dr. Raul Machado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 189, do Paraná, 1936. Relator: juiz cel. Costa Neto. Arquivo Nacional. Rolo de microfilme AN 174 2003. Notação C8.0.APL.95.

CAMPOS, Francisco. A lei de proteção à economia popular. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, dez. 1938.

_____. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, [1940] 2001.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CASTELO BRANCO, Eurico. *Dicionário de jurisprudência do Tribunal de Segurança Nacional: economia popular e defesa do Estado*. Atualizado com as novas leis de guerra. São Paulo: Universal, 1943.

_____. *Anotações às leis de segurança e economia popular*. Rio de Janeiro: Jacinto, 1940.

COSTA, Pietro. Di che cosa fa storia della giustizia? Qualche considerazione di metodo. In: LACCHÈ, Luigi; MECCARELLI, Massimo (org.). *Storia della giustizia e storia del diritto: prospettive europee di ricerca*. Macerata: eum, 2012.

DAL RI JR., Arno. La storiografia giuridica brasiliana letta attraverso l'esperienza storiografica penale: note per la consolidazione di una disciplina. In: SORDI, Bernardo (a cura di). *Storia e Diritto: esperienze a confronto*. Incontro internazionale di studi in occasione dei 40 anni dei Quaderni fiorentini, Firenze 18-19 ottobre 2012. Milano: Giuffrè, 2013.

_____. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis; Itajaí: UFSC; Univali, 2005.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O deserto e o vulcão: reflexões e avaliações sobre a história do direito no Brasil (15 jun. 2012). *Forum historiae iuris*. Disponível em: <<http://www.forhistiur.de/2012-06-fonseca/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GOMES, Angela Maria de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

KIRCHHEIMER, Otto. *Political Justice: the use of Legal Procedure for Political Ends*. Princeton: Princeton University Press, 1961.

MACHADO NETO, Zahidé. *Direito penal e estrutura social: comentário sociológico ao Código Criminal de 1830*. São Paulo; Brasília: Saraiva; Edusp, 1977.

MECCARELLI, Massimo. A história do direito na América Latina e o ponto de vista europeu: perspectivas metodológicas de um diálogo historiográfico. *Revista da Faculdade de Direito – UFU, Uberlândia (MG)*, v. 43, n. 2, jun./dez. 2015.

_____. La protección jurídica como tutela de los derechos: reducciones modernas del problema de la dimensión jurídica de la justicia (5 ago. 2014). *Forum historiae iuris*. Disponível em: <<http://www.forhistiur.de/2014-08-meccarelli/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Diritto giurisprudenziale e autonomia del diritto nelle strategie discorsive della scienza giuridica tra Otto e Novecento. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico*, Firenze, v. XL, p. 721-745, 2011.

_____. *Arbitrium: un aspetto sistematico degli ordinamenti giuridici in età di diritto comune*. Milano: Giuffrè, 1998.

NUNES, Diego. O Tribunal de Segurança Nacional e o valor da prova testemunhal: o debate sobre o princípio da livre convicção do juiz a partir do julgamento do processo n. 1.355. *Direito e política*, Itajaí (SC), v. 8, n. 2, p. 844-870, 2013. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. *O percurso dos crimes políticos durante a era Vargas (1935/1945): do direito penal político italiano ao direito da segurança nacional brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PELISSERO, Marco. *Reato politico e flessibilità dele categorie dogmatiche*. Napoli: Jovene, 2000.

RIBEIRO, Anna Clara Sampaio. “Abre-se a sessão”: embates no poder legislativo para elaboração e aprovação de leis de expulsão a estrangeiros na Primeira República (1889-1926). 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Direito e autoritarismo: a expulsão de comunistas no Estado Novo. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2008.

SBRICCOLI, Mario. Appendice “nel laboratorio”. In: SBRICCOLI, Mario. *Storia del diritto penale e della giustizia: scritti editi e inediti (1972-2007)*. Milano: Giuffrè, 2010.

_____. *Crimen laesae maiestatis: il problema del reato politico alle soglie della scienza penalistica moderna*. Milano: Giuffrè, 1974.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Criminologia e direito penal em Roberto Lyra e Nelson Hungria: uma proposta indisciplinada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

_____. Justiça política. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, nov. 1940.

SONTAG, Ricardo. *"Código criminológico"?* Ciência jurídica e codificação penal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. *Código e técnica: a reforma penal brasileira de 1940, tecnicização da legislação e atitude técnica diante da lei em Nelson Hungria*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Recebido em 15/5/2017

Aprovado em 21/8/2017

O ESTADO NOVO E OS ARQUIVOS PÚBLICOS
FONTES, REFLEXÕES E UM POUCO DE HISTÓRIA
THE ESTADO NOVO AND THE PUBLIC ARCHIVES
SOURCES, REFLECTIONS AND A LITTLE BIT OF HISTORY

MARCELO THADEU QUINTANILHA MARTINS | Bacharel e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e em Arquivística pela Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Atualmente, é diretor-técnico do Centro de Acervo Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp).

RESUMO

Este artigo avalia o impacto do Estado Novo na produção documental e nos arquivos públicos, a partir da pesquisa sobre o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). O descaso com essa instituição revela um regime fundamentalmente ditatorial e de publicidade, que desprezava o passado, comemorava o presente e prometia um futuro radiante, produzido pelos órgãos de propaganda oficial.

Palavras-chave: arquivos públicos; Estado Novo; documento; administração.

ABSTRACT

This paper surveys the impact of the Estado Novo on documentary production and on the public archives, dealing with the Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). The neglect with this institution reveals a regime highly dictatorial and propagandistic, which undervalues the past, celebrates the present and promises an effulgent future, produced by the official advertising agencies.

Keywords: public archives; Estado Novo; record; administration.

RESUMEN

Este artículo examina el impacto del Estado Novo en la producción de documentos y en los archivos públicos, tratando del Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). Su abandono revela un régimen esencialmente dictatorial y propagandístico, que despreciaba el pasado, celebraba el presente y prometía un futuro brillante, por medio de la propaganda producida a través de los órganos oficiales.

Palabras clave: archivos públicos; Estado Novo; documento; administración.

Nenhum historiador desconhece que o Estado Novo deixou marcas profundas no Brasil (Capelato, 2003; Napolitano, 2016), mas poucos fazem ideia do seu impacto nos arquivos públicos. Apoiado em uma máquina estatal azeitada, esse regime expandiu suas diretrizes de governo por todos os estados e territórios do país, utilizando-se de interventores escolhidos a dedo pelo chefe da nação. Assim, o historiador que pretende revisitar o período varguista, do golpe de 1937 ao golpe de 1945, tem nos arquivos públicos estaduais um campo fértil para pesquisa.

Neste artigo, pretendo explorar alguns conjuntos documentais custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), produzidos durante o Estado Novo, que apontam algumas das funções que os geraram, como vigilância, propaganda e promoção do desenvolvimento econômico, três pilares do então novo regime. Identificar a função de cada documento, compreendendo seu contexto de produção, é uma prática usual do arquivista, que pode servir para o historiador refinar seu exercício de crítica das fontes. Porém, o ponto central do artigo é o próprio Apesp, que entre 1936 e 1945 perdeu gradualmente sua funcionalidade, inclusive seu edifício na rua Visconde do Rio Branco. O descaso com a instituição revela que o arquivo pouco tinha a contribuir com um regime que desprezava o passado, comemorava o presente e prometia um futuro radiante pelas lentes da propaganda oficial. Considerado um ônus para a administração pública, que investia pesadamente em comemorações cívicas para enaltecer os líderes da nação, o Apesp minguou até perder o espaço de guarda dos seus documentos.

Não foi assim em todos os países que adotaram regimes autoritários de direita, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial. Os regimes franquista, na Espanha, salazarista, em Portugal, e fascista, na Itália, prestigiaram seus arquivos, buscando reviver um passado glorioso há muito desaparecido (José Generele, 1998; Falcone, 2006). Roosevelt criou o Arquivo Nacional dos Estados Unidos em 1934, construindo um prédio suntuoso para abrigar os documentos da nação, entre eles a Declaração de Independência, de 1776, a Constituição de 1787 e as emendas com os direitos e liberdades individuais, de 1791. Mas os EUA eram uma democracia e o presidente estava dialogando com diversos setores da sociedade, inclusive com a American Historical Association, buscando apoio para o seu *New Deal* (Tyrrell, 2005, p. 177). Ainda assim, o Arquivo Nacional norte-americano era dirigido por bibliotecários e tinha pouca influência dentro da administração (Berner, 1983). Na Alemanha, Hitler não interferiu no Arquivo do Estado da Prússia nem nos arquivos provinciais, mas promoveu uma intensa perseguição aos seus funcionários judeus (Munden, 2006). No Brasil, José Honório Rodrigues escreveu que o Arquivo Nacional (AN) “ficou estagnado, impermeável à iniciativa, como um modelo de instituição arcaica, um fantasma de outros tempos” (Rodrigues, 1959, p. 10). Já em São Paulo, o Apesp foi praticamente alijado da administração, enquanto outros órgãos – necessários para equipar o Estado com instrumentos de controle social e econômico – prosperaram, dobrando o número de servidores estaduais (Santos, 2014, p. 19) e produzindo milhões de documentos que acabariam por fazer parte do acervo do arquivo paulista décadas mais tarde.

Um desses órgãos, criado durante o Estado Novo para preparar material de propaganda e controlar todas as matérias da imprensa escrita e falada, foi o Departamento Estadual de

Imprensa e Propaganda (Deip). Em 1941, Getúlio Vargas criou, em cada estado, um departamento desse tipo para centralizar e coordenar a publicidade produzida pelo seu órgão maior, o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (DIP), servindo ainda para divulgar as ações dos seus interventores, bem como auxiliar na coleta de informações para os ministérios.¹ Dotado de verbas extraordinárias, o Deip empregou intelectuais afinados com o Estado Novo, como Cândido Mota Filho, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. Em 1945, nos estertores do regime, esse órgão foi extinto, criando-se em seu lugar o Departamento Estadual de Informações (DEI). Este herdou as mesmas atribuições do anterior, mas dessa vez sem vínculos com o governo federal.² Subordinado à Secretaria de Governo para, entre outros serviços, “prestar informações de interesse público sobre as realizações do governo e do povo paulista”, o DEI acabou extinto em 1948.³ Em 1960, o que restou do acervo desse departamento foi transferido da Secretaria de Governo para o Apesp, e recolhido ao seu acervo permanente em 1979.⁴

O acervo do Deip-DEI é composto por um conjunto variado de documentos, como prontuários funcionais, folhas de frequência, discursos, notas, editais e vários volumes de pautas de serviço da Agência Nacional, encarregada de produzir e distribuir notícias de interesse do governo para todos os jornais do estado e do Brasil. Há ainda informes sobre grandes eventos e até mesmo convescotes da sociedade paulista, bem como tabelas de preços de produtos controlados, notas de falecimento, processos de pagamento por matérias publicadas e listas de colaboradores do regime.

Outro acervo do Estado Novo, acumulado pela Secretaria de Governo e recolhido em 1980, foi o do Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo (CEE), entidade criada em 1938 para estimular a produção agrícola e industrial.⁵ Presidido por importantes empresários paulistas, como o engenheiro Roberto Simonsen, o acervo do CEE é composto por pareceres, atas de reunião, ofícios e processos, abordando assuntos de interesse dos setores industriais, agrícolas e financeiros do estado, como o imposto sobre a indústria, a aplicação das leis trabalhistas, a falta de carvão e o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade.

O fato de esses dois órgãos (Deip-DIP e CEE) estarem subordinados à Secretaria de Governo não é de modo algum acidental: esta instituição também foi remodelada para atender às necessidades do novo regime.⁶ Criada em 1931 e reformada em 1939, para dar conta do acréscimo extraordinário de serviço provocado pelo fechamento do Legislativo e pelo fortalecimento do Executivo estadual, essa secretaria ficou encarregada da coordenação das

1 Decreto n. 11.849, de 13 de fevereiro de 1941.

2 Decreto n. 16.328, de 18 de novembro de 1946.

3 Lei n. 185, de 13 de novembro de 1948.

4 Ofício 12/79, da chefe substituta da Seção de Pré-Arquivo, Gerda Nunes Davazo, encaminhando a documentação do Deip-DEI à Seção de Documentação Manuscrita da Divisão de Arquivo do Estado, do Apesp, em 10 de dezembro de 1979.

5 Decreto n. 9.527, de 19 de setembro de 1938.

6 Decreto n. 10.288, de 8 de junho de 1939.

reformas administrativas. Sob sua supervisão direta, também estavam a propaganda oficial e a força policial do estado, atenta a toda manifestação contrária ao regime.⁷

O Apesp possui em seu acervo séries completas de decretos-leis e atos dos interventores federais, além de uma pequena parte da correspondência dos seus secretários, detendo ainda os acervos pessoais de alguns dos interventores nomeados por Getúlio Vargas, entre eles o mais famoso: o médico de São Manuel, Ademar de Barros, que viria a se tornar duas vezes governador eleito do estado e prefeito da capital. Os biógrafos de Ademar contam que, até ser nomeado interventor, ele não passava de um político inexpressivo. Aproximando-se de apoiadores do novo regime e viajando com frequência ao Rio de Janeiro, Ademar não perdeu a oportunidade de se colocar à disposição de Getúlio na estância hidromineral de São Lourenço, saindo de lá nomeado interventor do estado de São Paulo. Em poucos anos, ele se tornaria um dos mais populares e prósperos políticos do estado (Beni, s.d.; Castro, 1960; Cotta, 2008).

O acervo de Ademar de Barros foi recuperado pelo jornalista Paulo Cannabrava Filho, contratado para organizar as comemorações do centenário de nascimento do ex-interventor, cuja família doou, em 2001, seus arquivos para o Apesp. Entre suas mais de vinte mil fotografias, estão retratos cuidadosamente produzidos, mostrando Ademar ao lado de obras e em desfiles de louvação ao regime, procurando sempre passar a imagem de um político moderno e arrojado, bem ao estilo da época. Do período da interventoria, Ademar manteve algumas páginas datilografadas de seus discursos no rádio, além de panfletos e partituras que cultivavam sua imagem como homem empreendedor e próximo da população.

Os documentos guardados por Ademar mostram que, sob a égide do Estado Novo, a população não deixou de se manifestar, mudaram apenas as formas de reivindicação, submetidas à lógica rígida da tutela e do controle estatal. Um documento singular dessa época, que faz parte do acervo do Apesp, é uma representação dos cidadãos do distrito de Bastos dirigida ao interventor federal em 1941, pleiteando sua transformação em município. Antes do golpe de 1937, documentos desse tipo eram encaminhados à Assembleia Legislativa, seguindo os procedimentos expressos na Constituição. Com o fechamento das assembleias, o trâmite para criação de municípios ficou concentrado nas mãos dos interventores. Assim, os empresários e moradores de Bastos encaminharam ao gabinete do interventor uma representação de 13 folhas datilografadas, que listava todos os progressos da comunidade, deixando patente sua capacidade de arrecadar impostos. Bastos era então parte do município de Campos Novos, na Alta Paulista, região que foi adquirida por uma sociedade colonizadora japonesa em 1928, motivo pelo qual os principais assinantes da representação eram empresários japoneses naturalizados.⁸

7 Relatório apresentado ao Exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo dr. Ademar Pereira de Barros, interventor federal em São Paulo, 1938-1939. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, p. 18-21.

8 Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/documentos_em_foco/bastos>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Um detalhe importante a respeito desse documento é que ele foi doado ao Apesp pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que o encontrou junto à documentação do seu pai, o general Leônidas Cardoso, o qual, na época, era major e servia no QG da 2ª Região Militar. Provavelmente, fora encaminhado às autoridades militares, porque moravam na região doze mil japoneses, o que configurava, naquele momento, uma questão de segurança nacional. De todo modo, Bastos tornou-se município e, alguns meses depois, vários cidadãos nascidos no Japão, inclusive os signatários da representação, foram presos pela Delegacia de Ordem Social acusados de atividades nocivas à “obra de nacionalismo em que estava empenhado o governo brasileiro”.⁹ Entre as atividades nocivas, estava uma escola para crianças que ensinava a língua japonesa.

A prisão dos japoneses de Bastos e de outras centenas de imigrantes, simpatizantes ou não das nações do Eixo, está documentada nos prontuários e inquéritos do Deops-SP, que foi recolhido ao Apesp em 1991 (Aquino, 2001). Embora criado por lei em 31 de dezembro de 1924, esse órgão foi transformado em departamento durante o Estado Novo, podendo ser apontado como mais uma instituição totalmente reformulada para servir ao novo regime. Até o início da década de 1930, o Dops, como era mais conhecido, não passava de uma delegacia especializada que vigiava portas de fábrica, fichava operários e prendia anarquistas. Em 1934, a polícia político-social do estado foi reestruturada em uma superintendência, sob a qual passaram a operar três delegacias especializadas: a de Ordem Política, a de Ordem Social e a de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições.¹⁰ Com isso, informa um relatório arquivado na diretoria-geral da Secretaria de Segurança Pública, “formou-se uma frente única, que se opôs com vantagem à frente única das esquerdas”, composta por comunistas, socialistas, anarquistas e “políticos decaídos”, reunidos em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL).¹¹ O relatório afirma que esse grupo, “momentaneamente irmanado”, pretendia assaltar o poder, justificando a criação da Superintendência de Ordem Política e Social como uma antecipação a essa ameaça.

“A melhor prova de que foi vantajosa a criação da Superintendência”, prossegue o relatório, “está no fato de não ter havido em São Paulo, desde o início do seu funcionamento, nem sequer uma perturbação de caráter geral, produzida por elementos subversivos, quer de cunho político, quer de cunho social, não obstante a capital ser o maior parque industrial da América do Sul”.¹² Em 1940, o regime já havia institucionalizado suas práticas de vigilância em nome da unidade nacional e da construção de uma sociedade una e coesa. Às Delega-

9 Ver prontuário n. 8.342 – Niponismo, onde a cidade de Bastos é considerada “o maior quisto nipônico no estado”; e o prontuário n. 46.360, que investigou o funcionamento clandestino de escolas japonesas em São Paulo. Acervo do Deops-SP. Apesp.

10 Decreto n. 6.885, de 29 de dezembro de 1934.

11 Prontuário n. 10 da diretoria-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com uma minuta de relatório sobre o funcionamento e a organização da Superintendência de Ordem Política e Social, em papel timbrado, mas sem data ou assinatura. Pelo papel e capa, o processo deve ser de 1938 ou 1939. Apesp.

12 Idem.

cias de Ordem Política, Ordem Social e de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, somou-se a Delegacia Especializada de Estrangeiros, criada em 1938 para controlar e vigiar a entrada e a movimentação de imigrantes no estado. Além das delegacias especializadas, a superintendência passou a contar com uma série de órgãos de apoio, como o Serviço Secreto, a Seção de Expediente e a Polícia Especial.¹³

O Deops-SP representa talvez um dos órgãos mais solidamente imbuídos dos valores implantados pelo Estado Novo, como vigilância, racionalização do trabalho e defesa da nacionalidade, qualidades exaltadas pelo então chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, em seu relatório ao interventor federal, no qual ele atribui ao novo regime a descoberta do

verdadeiro sentido de finalidade da nossa polícia político-social – o estado de vigilância, meditada e consciente, disciplinada e disciplinadora em torno das agremiações humanas, a fim de que se proporcionasse ao país uma era de realizações dentro de um ambiente de paz e trabalho, indispensável para que prossigamos na firme diretriz do progresso, que é nosso caminho e o nosso orgulho.¹⁴

Enquanto a administração pública estadual passava por um quadro de reformas para torná-la mais racional e moderna, o Apesp definhava. Criado em 1892 com o nome de Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, para recolher documentos históricos dispersos por diversas instituições públicas, abrigar os processos findos das novas secretarias e coligir estudos estatísticos para o governo paulista, o órgão viveu momentos de intenso trabalho.¹⁵ Apesar do problema de espaço para receber documentos e da quantidade insuficiente de funcionários, foi produzido um número expressivo de publicações. Suas transcrições de inventários e testamentos transformaram o conhecimento sobre o modo de vida na São Paulo colonial (Iglésias, 2000, p. 174-176). Igualmente, foi graças ao seu acervo que o governo definiu as divisas entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, baseando-se em documentos guardados desde a criação da capitania.¹⁶

Historicamente, os arquivos são instituições a serviço da administração. Assim é desde a Antiguidade e especialmente a partir da Idade Moderna, quando as monarquias europeias transformaram seus acervos em ferramentas de governo (Dávila Oliveda, 2010). A Repartição de Estatística e Arquivo do Estado manteve essa tradição, mas se dedicou também à custódia e difusão dos documentos históricos que exaltavam a identidade da “pátria paulista”. Após a Revolução de 1930, seu orçamento foi bastante afetado e a instituição acabou sendo trans-

¹³ Decreto-lei n. 11.782, de 30 de dezembro de 1940.

¹⁴ Relatório das atividades da polícia civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. sr. dr. Ademar Pereira de Barros, interventor federal no estado, pelo chefe de polícia, dr. João Carneiro da Fonte. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1940, p. 43.

¹⁵ Decreto n. 30, de 10 de março de 1892.

¹⁶ *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e os costumes de S. Paulo*, vol. XI. Divisas de S. Paulo e Minas Gerais, 1896. São Paulo: Tipografia a Vapor Espíndola, Siqueira & Comp., 1896.

ferida para a Secretaria da Educação e Saúde, tornando-se uma espécie de depósito de documentos. Em 1936, o governador Armando Sales de Oliveira cria o Departamento Estadual de Estatística, com o propósito de coordenar e regular a produção de dados estatísticos em São Paulo, que estava praticamente paralisada desde 1931.¹⁷ Com isso, a Repartição perdeu a maior parte dos seus recursos e funcionários. Nesse mesmo ano, o governador sancionou uma lei destinando ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) uma verba polpuda de 250 contos de réis para produzir as publicações da Repartição, restaurar seus documentos e encaminhá-los ao Museu Paulista.¹⁸ Essa medida teve uma repercussão bastante negativa, gerando um debate acalorado nos jornais.

Em janeiro de 1938, quando o IHGSP apresentou os resultados do seu contrato com o estado, Djalma Forjaz, diretor aposentado da Repartição, escreveu para o jornal *Estado de São Paulo* esclarecendo que as publicações do instituto tinham sido, na verdade, produzidas a duras penas pelos funcionários daquela, mas que, em virtude da carência de verbas, não puderam ser publicadas.¹⁹ A carta do antigo diretor provocou uma resposta agressiva do ex-deputado Paulo Duarte, sócio do IHGSP e presidente do seu conselho técnico, que chamou Djalma de “diretor desinteressado e inútil”.²⁰ Em apoio ao ex-diretor manifestaram-se os funcionários da Repartição, bem como o diretor do Museu Paulista, Afonso de Taunay.²¹ Por fim, em editorial, o *Correio Paulistano* declarou sua discordância com um contrato que sonegava recursos a um órgão público, subvencionando um ente privado para executar as atribuições do referido órgão.²² Em suas memórias, Paulo Duarte declara que pretendia apenas “levantar o instituto da miséria em que se encontrava”, buscando meios de sustentar e remover o IHGSP (Duarte, 1977, p. 103).

O contrato com esse instituto acabou rescindido e, em 1 de julho de 1938, Ademar de Barros altera a denominação da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado para Departamento do Arquivo do Estado. No decreto que reestrutura o órgão, o interventor explica que, “enquanto não se criar o Arquivo Geral do Estado, com organização técnico-científica definitiva, em prédio próprio e instalações adequadas”, o agora chamado Departamento do Arquivo do Estado permanecerá responsável por suas antigas atribuições, na prática cuidar do seu acervo.²³ Para dirigir o departamento, Ademar nomeou o jornalista João Lelis Vieira, cronista do *Correio Paulistano*, órgão oficial do governo do estado de São Paulo.

Católico praticante e militante, Lelis Vieira, de 58 anos, era graduado pela Faculdade de Filosofia de São Bento e membro de diversas agremiações culturais, entre elas o IHGSP. Em

17 Decreto n. 7.838, de 9 de setembro de 1936.

18 Lei n. 2.800, de 28 de dezembro de 1936.

19 *O Estado de São Paulo*, 2 de janeiro de 1938.

20 *O Estado de São Paulo*, 3 de janeiro de 1938.

21 *Correio Paulistano*, 5 de janeiro de 1938.

22 *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1938.

23 Decreto n. 9.285, de 1 de julho de 1938.

sua coluna no *Correio Paulistano*, ele atacava o divórcio, o espiritismo, a mulher moderna, o jazz, o futebol e tudo que, na sua ótica, contribuía para o enfraquecimento dos valores cristãos, adotando um posicionamento pessimista diante do progresso. As posições conservadoras do novo diretor não surpreendiam, pois antes de trabalhar no *Correio*, Lelis Vieira ganhou certo prestígio escrevendo na revista *Ave Maria* (Gonçalves, 2009, p. 218-242).

Em um relatório para o diretor, sobre as condições de trabalho no então Departamento do Arquivo do Estado, o arquivista chefe da Seção de Arquivo Histórico, Antônio Paulino de Almeida, assinalou que a reorganização do arquivo “tudo deixou a desejar” e, de certa maneira, veio até mesmo a dificultar os trabalhos internos, devido à supressão de funcionários. Paulino de Almeida informou ao seu superior possuir apenas três auxiliares efetivos para cuidar de toda catalogação, organização, transcrição, publicação de fontes e atendimento aos consulentes. O arquivista termina sua exposição dizendo que, para preencher os fins para os quais foi criada, a instituição necessitava de “uma verdadeira reforma”.²⁴

Os relatórios do diretor do arquivo, por sua vez, costumavam distribuir elogios ao “benemérito governo de Sua Exa., o sr. dr. Ademar de Barros”, apontando os “grandes impulsos” que a instituição vinha tendo, como a aquisição de quatro fichários de aço, dois tapetes para a sala do diretor, dois aspiradores de pó, a colocação de um abajur no hall e uma estufa elétrica para desinfecção de documentos.²⁵ Ainda assim, parece que o arquivo saiu da paralisia e, com uma pequena verba para publicações, voltou a difundir seu acervo. Empenhado nessa divulgação, Lelis Vieira utilizava seu espaço no *Correio Paulistano* para publicizar alguns documentos de interesse “dos que patrioticamente se dedicam a investigações do passado”.²⁶ Sempre solícito e entusiasmado com os rumos do país, o jornalista assegurava ao secretário da Educação que mesmo “com os recursos existentes [...] estamos aqui desenvolvendo o máximo de esforço para acompanhar o ritmo de operosidade que vai por todos os ângulos das atividades públicas”.²⁷

Porém, a partir de 1944, os problemas do Departamento do Arquivo do Estado (ou apenas Arquivo do Estado, como era mais conhecido) se agravaram. Em março, o prefeito assinou um decreto aprovando o projeto de alargamento das ruas centrais da capital, ficando declarados de utilidade pública os imóveis necessários à sua execução. Assim, o diretor da instituição é obrigado a procurar um novo prédio para abrigar o acervo. Até deixar sua diretoria em 1947, convidado pelo governador eleito, Ademar de Barros, para assumir o Departamento de Cultura da prefeitura, Lelis Vieira procurou um novo imóvel, negociou com locadores e solicitou de todas as formas auxílio do governo do estado (Amaral, 1974). Em 1949, o arquivo foi desalojado e seu acervo distribuído por três armazéns, deixando de fun-

24 Relação dos trabalhos executados durante o ano de 1938 pela Seção de Arquivo Histórico, 18 de fevereiro de 1939. C9988. Apesp.

25 Cópia da exposição dos trabalhos executados pelo Departamento do Arquivo do Estado. 1941. C9988. Apesp.

26 Cópia de ofício do diretor do Departamento de Arquivo para o secretário da Educação, de 24 de janeiro de 1944. C9988. Apesp.

27 Idem.

cionar da noite para o dia.²⁸ Os jornais classificaram a operação de “vendaval de insânia”,²⁹ mas graças ao zelo dos seus funcionários, que embalaram os documentos, acompanharam seu transporte e, mesmo sem mesas ou cadeiras, ficaram meses frequentando os depósitos para cuidar da documentação, o acervo do Arquivo do Estado manteve-se íntegro e a salvo.³⁰

Em uma análise mais abrangente, o infortúnio da instituição não ocorreu ao acaso. Seu desprestígio e consequente desmonte foram decorrentes de uma política que afastou os arquivos públicos da administração, tornando-os improdutivos. A centralização política, o autoritarismo e a modernização vinda do alto se impuseram sobre esses órgãos.

Em 1938, Getúlio Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) para instituir em todo o país um modelo de gestão voltado para a industrialização e o desenvolvimento econômico nacional, capaz de implementar as diretrizes almejadas (Bariani, 2010). Possuidor de imensos poderes, o Dasp funcionava como um superórgão, ligado diretamente à Presidência da República e com ramificações por todos os estados. Esse órgão esvaziou parte das atribuições dos arquivos públicos, instituindo normas e procedimentos para a produção e guarda de documentos. Essas normas valorizavam o acúmulo de material administrativo, mantido em centros de documentação, em oposição àquele depositado nos arquivos públicos, considerado de interesse remoto. Os dois “tipos de documentação” não se comunicavam, nem conversavam.

Na *Revista do Serviço Público*, do Dasp, a servidora Ibany da Cunha Ribeiro explica a diferenciação do material mantido pelos serviços de documentação daquele encontrado nos arquivos públicos:

Os arquivos são órgãos incumbidos da coleção e guarda de papéis e documentos – o seu caráter é, sobretudo, histórico. Os serviços de documentação têm o caráter essencialmente ativo, dinâmico, enquanto aqueles são depósitos de interesse remoto e de consultas raras (Ribeiro, 1964, p. 32).

Contrapondo dinamismo a estagnação, a *Revista do Serviço Público* reforçava o estereótipo de depósito de papel velho lançado sobre os arquivos públicos, em oposição aos centros de documentação implantados pelo Dasp. Estes, criados em 1940, eram os locais para onde deveria escoar todo o material produzido pela administração civil, juntamente a livros, revistas, textos legais, mapas e publicações diversas.³¹ Eram grandes instituições acumuladoras de informação – baseadas no conceito de documentação do belga Paul Otlet –, às quais competia reunir, ordenar, classificar, guardar, conservar e publicar textos referentes às ativi-

28 *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 15 de dezembro de 1949.

29 *A Noite*, 27 de dezembro de 1949; relatório da chefe substituta da Seção Histórica, Maria da Glória Amaral Silveira, s.d. C9960. Apesp.

30 *Folha da Noite*, 18 de março de 1952.

31 Decreto-lei n. 2.039, de 27 de fevereiro de 1940.

dades do Dasp, fornecendo ao DIP material para divulgação dos trabalhos de interesse da administração pública (Lopes, 1964).

Para gerir e controlar essa massa documental, foram criadas carreiras singulares, como as de documentalista e arquivologista, equiparando os arquivistas existentes aos escriturários e datilógrafos (Rodrigues, 1959; Venâncio, 2013). Dando apoio a esse trabalho, os manuais do Dasp difundiam técnicas de fichamento e organização de arquivos correntes, valorizando a concentração de informações e documentos dentro dos órgãos produtores (Torres, 1944). Nos anos de 1940, muitos ministérios e secretarias de Estado adotaram essas práticas, adquirindo móveis e utensílios de escritório e produzindo grandes depósitos de documentos. Foi nessa época que a polícia paulista e o Deops-SP reestruturaram seus arquivos, revelando a utilidade de algumas dessas práticas. Em 1940, a Superintendência de Ordem Política e Social estabeleceu uma seção de expediente, anexa ao gabinete do superintendente, responsável pelo controle de movimentação e pelo arquivamento de praticamente todos os papéis produzidos pelo órgão.

No decreto que regulou o expediente administrativo da superintendência, há um artigo minucioso definindo as regras para o seu arquivo geral, detalhando a forma de produção e organização dos prontuários e fichas.³² Seguindo uma determinação da Repartição Central de Polícia, a superintendência passou a empregar um sistema de arquivamento chamado *Numeralfa Roneo*, de origem inglesa e adotado por museus, universidades e bancos (Dorlay, 1978). O sistema *Roneo* era um desdobramento de outros métodos de arquivamento, permitindo uma expansão ilimitada e a recuperação parcial de informações, classificadas por assunto, sítio ou outro tópico (Torres, 1944, p. 31-32; Paes, 2004, p. 92-95). A existência de um arquivo racionalmente organizado e equipado permitiu ao Deops-SP produzir um número extraordinário de fichas, que eram o principal instrumento de recuperação das informações obtidas por intermédio de investigações, interrogatórios e uma rede de informantes espalhados por sindicatos, clubes e pelas ruas da cidade, ouvindo e transmitindo os sentimentos do povo nas filas de ônibus.

Todas as informações coletadas pela polícia através dos seus agentes eram arquivadas e cuidadosamente fichadas. Um observador que visitou São Paulo em 1950 descreveu o fichário do Deops como um dispositivo “meticulosamente elaborado”, podendo ser definido como a “chave-mestra” do serviço de vigilância. Graças às suas informações, a polícia política paulista estaria preparada para, “em períodos mais conturbados, de ameaça às boas normas estabelecidas, oferecer elementos seguros e precisos para a sua imediata repressão”.³³

Nesse cenário, os arquivos públicos foram associados aos institutos históricos e geográficos como meros depositários de documentação antiga e um ônus para o Estado. Por outro lado, os ministérios e secretarias acumularam uma massa documental que custou caro à

³² Artigo 18 do decreto n. 11.782, de 30 de dezembro de 1940.

³³ Relatório: observações sobre os serviços policiais do Distrito Federal e estado de São Paulo. Produzido por Milton Vilas Boas. Junho de 1950, p. 82. [50-Z-30]. Acervo do Deops-SP. Apesp.

máquina pública e ao cidadão, que não tinha acesso às informações que lhe diziam respeito. Na raiz desse processo, estava um regime que restringia a liberdade e diversos direitos. O historiador Adriano Duarte (1999) é enfático ao afirmar que o Estado Novo não representou apenas uma limitação da participação política e uma restrição ao exercício da cidadania. O que ele fez foi impossibilitar um universo de direitos, delimitando e circunscrevendo a vida dos seus cidadãos. Num ambiente assim, os arquivos não podiam ser acessíveis, nem se deveria fomentar sua livre consulta. José Honório Rodrigues (1978) conta que, até ele assumir a direção do AN em 1958, ninguém consultava seus documentos sem requerer autorização ao diretor. Nem o fichário do acervo era acessível ao consulente.

O professor Paulo Sérgio Pinheiro considera que “o autoritarismo não tem memória”, porque a única versão que conta é a oficial, difundida pelos seus órgãos de propaganda. Assim, continua o professor,

não é necessário que os historiadores e os pesquisadores tenham acesso à documentação oficial, aos papéis do Estado, porque uma única versão, a da dominação, é a que conta. Quem pretende propor visões alternativas às interpretações triunfalistas se torna dissidente e, automaticamente, suspeito. Em consequência, os cronistas são mais bem-vindos que os historiadores. Nada de complexidades, a compreensão deve ser linear. A harmonia deve prevalecer (Pinheiro, 1985, p. 17).

O legado do Estado Novo para os arquivos públicos foi exatamente esse, o de apagamento da memória e exaltação do presente. Em nome do progresso e da harmonia, limitaram-se a cidadania e o acesso aos documentos produzidos e acumulados pelo Estado. José Honório Rodrigues foi o primeiro a denunciar esse legado, se empenhando para transformar o AN em um arsenal da administração, ao mesmo tempo em que assegurava à população as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação. Durante sua gestão, Rodrigues promoveu a vinda de peritos estrangeiros para avaliar os problemas gerados pelo acúmulo indiscriminado de documentos nos órgãos produtores e as possíveis soluções no sentido de reavivar as funções da instituição. Theodore R. Schellenberg, um dos técnicos convidados, apregou o conceito de ciclo vital dos documentos, articulando seu tratamento desde sua produção até sua eliminação ou encaminhamento para um arquivo permanente. Esse conceito projetava um fluxo contínuo do material, revitalizando os arquivos públicos em favor da preservação e do acesso ao patrimônio documental do país (Silva, 2002).

Em 1953, o Arquivo Público do Estado foi transferido para o prédio de uma antiga fábrica de tapetes, reformada para abrigar seu acervo histórico. No ano seguinte, sua direção elaborou um anteprojeto de lei que reorganizava as funções do Departamento do Arquivo do Estado, transferindo-o para a Secretaria de Governo.³⁴ O anteprojeto acabou sendo ar-

34 Relatório de atividades do Departamento do Arquivo do Estado durante o ano de 1953 e seu programa para o ano de 1954, p. 17. C9988. Apesp.

quivado e a instituição permaneceu na Secretaria da Educação. É bastante significativo que a mudança de regime não tenha alterado a realidade dos arquivos públicos, nem a imagem deles perante a administração. O peso do Estado Novo na máquina pública deixou marcas profundas e a investigação de suas consequências nos conduz à questão do acesso à memória e aos documentos produzidos pelo Estado, e mais do que isso: ao papel dos arquivos na sociedade. Trata-se de uma questão ainda pouco estudada, que deveria congrega historiadores e arquivistas para compreender como o passado é preservado dentro das instituições públicas e qual o papel do Estado nessa ação. Um tema que implica tomar uma posição ativa diante do nosso presente e futuro.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1974.
- ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (org.). *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Unifesp, 2010.
- AQUINO, Maria Aparecida de et al. (org.). *No coração das trevas: o Deops-SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.
- BARIANI, Edison. Dasp: entre a norma e o fato. In: ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (org.). *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Unifesp, 2010. p. 39-62.
- BENI, Mário. *Ademar*. São Paulo: Gráfor, s.d.
- BERNER, Richard C. *Archival Theory and Practice in the United States: a Historical Analysis*. Seattle: University of Washington Press, 1983.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Ademar de Barros: trajetória e realizações*. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.
- CASTRO, Viriato de. *Ademar: o ex-leão de S. Manoel*. São Paulo: Palácio do Livro, 1960.
- COTTA, Luiza Cristina Villaméa. *Ademar de Barros (1901-1969): a origem do "rouba, mas faz"*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DÁVILA OLIVEDA, Alfonso. *Los archivos del Estado: qué son y como se tratan*. Gijón: Trea, 2010.
- DORLAY, J. S. *The Roneo Story*. Chatham: Roneo Vickers Limited, 1978.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- DUARTE, Paulo. *Memórias: ofício de trevas*, v. VI. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FALCONE, Ugo. *Gli archivi e l'archivistica nell'Italia fascista*. Udine: Forum, 2006.
- GONÇALVES, Marcos. *As tentações integristas: um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908-1937)*. 2009. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, 2009.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG; Ipea, 2000.

JOSÉ GENERELO, Juan; MORENO LÓPEZ, Angeles (coord.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial; Universidad de Valladolid, 1998.

LOPES, Luiz Simões. Documentação administrativa. In: DASP – Serviço de Documentação. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1964.

MUNDEN, Ken (ed.). *Archives and the Public Interest: Select Essays by Ernst Posner*. Chicago: Society of American Archivists, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Arquivos e democracia. In: DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. *Documentos, por favor*. Sistema Estadual de Arquivos. São Paulo: Secretaria da Cultura; Imprensa Oficial, 1985.

RIBEIRO, Ibany da Cunha. Elementos de documentação. In: DASP – Serviço de Documentação. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1964.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

_____. A liberdade de informação e pesquisa. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 6, set./dez. 1978.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha et al. (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB, 2014.

SILVA, Welder Antônio. *Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX*. 2002. Monografia (Graduação em Arquivologia) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

TORRES, Marcilio Vaz. *Vade-mécum do arquivista*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público; Imprensa Nacional, 1944.

TYRRELL, Ian. *Historians in Public: the Practice of American History, 1890-1970*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 26, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2013.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Processos de informação da administração. In: JAMESON, Samuel H. *Administração de arquivos e documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

Recebido em 16/6/2017
Aprovado em 10/8/2017

O PACTO DE SILÊNCIO
NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS EM TORNO DA ANISTIA DE 1945
THE SILENCE PACT
POLITICAL NEGOTIATIONS ABOUT THE AMNESTY OF 1945

MAYARA PAIVA DE SOUZA | Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Goiás (Seduc).

NOÉ FREIRE SANDES | Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular da UFG.

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as negociações em torno da anistia no ocaso do Estado Novo (1937-1945). Acreditamos que a anistia de 1945 representou um instrumento central nas negociações acerca do passado ditatorial. Assim, a análise de tais negociações pode nos dar pistas para a compreensão do processo de gestão da memória do Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo; anistia; memória.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the negotiations about the amnesty at the end of the Estado Novo (1937-1945). We believe that the amnesty of 1945 represented a central instrument in the negotiations over the dictatorial past. Thus, the analysis of such negotiations may give us clues to understand the process of managing the memory of the Estado Novo.

Keywords: Estado Novo; amnesty; memory.

RESUMEN

El artículo tiene por objetivo analizar las negociaciones en torno a la amnistía en el ocaso del Estado Novo (1937-1945). Creemos que la amnistía de 1945 representó un instrumento central en las negociaciones sobre el pasado dictatorial. Así, el análisis de tales negociaciones puede darnos pistas para comprender el proceso de gestión de la memoria del Estado Novo.

Palabras clave: Estado Novo; amnistía; memoria.

INTRODUÇÃO

As questões que abordamos neste texto advêm de inquietações cultivadas há longo tempo sobre a relação entre a anistia de 1945 e a narrativa histórica. Durante leituras sobre os processos de anistia no Brasil, algumas questões voltadas para o ofício do historiador se tornaram pujantes: até que ponto esse “esquecimento comandado” pode influenciar a escrita da história? É possível que afete a busca pelo reconhecimento do passado empreendida pela memória e pela história? Ou, mesmo, até que ponto corresponde ao esquecimento?

Em sentido político, a anistia – termo que carrega consigo a relação entre passado, presente e futuro¹ – é o caminho a ser percorrido para a “pacificação dos espíritos” após um período de turbulência política. A origem da expressão remete-nos aos gregos. Desde a Grécia Antiga, a *amnêstia* – olvido e redenção – tem sido usada para a conciliação e a pacificação política. O primeiro registro do conceito na história data de 403 a.C., em Atenas. Após a Guerra do Peloponeso, os cidadãos votaram em praça pública pela concessão do benefício a todos os envolvidos na guerra civil. Os excluídos foram repatriados após o juramento dos membros do tribunal ateniense: “[...] juro não me lembrar do passado, nem consentir que outrem o lembre!” (Martins, 1978). Desse modo, desde os antigos gregos, a anistia incluía a obrigação de esquecer os fatos que causaram um conflito e o que nele aconteceu.

Rui Barbosa (1896), em seu famoso texto *Anistia inversa*, afirmou que essa figura jurídica passa uma esponja sobre os atos do passado que o governo tem dificuldades de punir. Dessa forma, os delitos desaparecem juridicamente e são cobertos pelo “véu do eterno esquecimento”; em contrapartida, “cabe à história recolhê-los”. Para o autor, a anistia é um ato que cicatriza as feridas e repõe as coisas no lugar, portanto um esquecimento positivo que possibilita a conciliação política da nação. Para que o passado se cicatrize totalmente, cabe à história narrar os fatos.

Em contraposição ao pensamento de Rui Barbosa, apresentado no final do século XIX, o filósofo francês Paul Ricoeur, que escreveu na segunda metade do século XX, apontou a anistia como um “esquecimento” negativo ao trabalho crítico da memória. Apesar de concordar que o expediente visa à conciliação dos interesses políticos em conflito, a fim de manter a unidade da comunidade, Paul Ricoeur vê nesse processo um aspecto nocivo à memória. Assim como fizeram os gregos em 403 a.C., o expediente bane o passado conflituoso como se nada tivesse acontecido, tornando-se uma “amnésia comandada”. Nesse sentido, a anistia suspende os processos judiciais apagando os crimes por ela contemplados. Todavia, tal medida priva a opinião pública do benefício do dissenso, do “trabalho de luto” que acomoda o

1 Memória e esquecimento são duas polaridades que estão contidas dialeticamente na palavra anistia; a *anamnesis* (reminiscência) e a *amnésia* (olvido) aí se entrecruzam em constante tensão. Do grego *amnêstia*, de *amnêtos*, olvidado pretendia remeter ao segundo termo do binômio. Entretanto, o conteúdo político historicizado levou a expressão ao entrecruzamento da memória e do olvido (Greco, 2003).

passado em uma narrativa que faça sentido para o presente e, dessa forma, permita que o ser humano siga em frente.

Para o filósofo francês, a anistia é um abuso do esquecimento, pois tenta criar um fosso entre passado e presente. Cria páginas em branco, sobre as quais é impossível escrever outra história, tendo em vista as rugosidades deixadas pelo processo de apagamento. Contudo, há a memória preñe de conflitos de quem viveu a experiência anistiada e, mesmo que se tente eliminar o passado por um meio jurídico, é impossível eliminar a memória sem que quem tenha vivido o período busque, de fato, esquecer. De acordo com Ricoeur (2007), se há uma forma de esquecimento legítimo, ela não está em calar o mal, mas em dizê-lo de modo apaziguado, sem cólera. Entretanto, o esquecimento não partirá de um mandamento, de uma ordem, mas do desejo de esquecer.

Guiados por tais questões, optamos por analisar o processo de anistia de 1945, resultado de negociações políticas no final do Estado Novo (1937-1945). Selecionamo-lo por representar um instrumento central nas negociações em torno do passado ditatorial varguista no contexto de transição. Desse modo, acreditamos que a análise de tal processo pode nos dar pistas para a compreensão da ação de gestão da memória do Estado Novo.

Após a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, o jornalista David Nasser (1947), em *Falta alguém em Nuremberg*, chamou a atenção para a necessidade de se julgarem os crimes do Estado Novo; porém, o próprio autor apontou a falta de empenho que houve no final da ditadura varguista para denunciar e sentenciar os crimes cometidos pelos agentes do governo. Enquanto a Europa julgava seus criminosos de guerra, segundo Nasser, o Brasil parecia indiferente em relação ao passado de repressão; apesar de a anistia de 1945 não beneficiar os agentes do Estado – ou seja, seria possível cobrar punição aos torturadores –, poucos se preocupavam em acertar as contas com a ditadura.

Em *Estado Novo: ideologia e poder*, Lúcia Lippi Oliveira (1982) destacou que o período da ditadura varguista foi envolto em relativo esquecimento. O espírito da redemocratização que marcou o fim do Estado Novo aparentemente jogou uma pá de cal no período ditatorial, na suposição de que aquela fora uma época de exceção, que deveria ser apagada da memória o mais rápido possível. O silêncio sobreveio para garantir o esquecimento (Oliveira; Velloso; Gomes, 1982). Resta analisar por que foi tomado como via de relação com o passado. Para isso, temos como foco de análise as negociações sobre a anistia no contexto de transição. A questão é: por que as vítimas da repressão varguista seguiram a via do silêncio como conciliação?

Partimos do pressuposto de que, no período de transição do Estado Novo, a anistia funcionou como meio de negociação política. Desse modo, tentaremos demonstrar ao longo do texto que, se o passado do Estado Novo foi soterrado, isso não se deu por obra da anistia – como destacou Ricoeur (2007), vã tentativa de esquecimento –, mas por meio de “pactos de silêncio” travados entre as vítimas do regime. Partimos da perspectiva de que os comunistas, principais vítimas da ditadura varguista, optaram pelo silêncio como estratégia política, a fim de alcançar sua legalização e atingir o poder por meio de um pacto com Getúlio Vargas.

1945: UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO

Em 1945, Getúlio Vargas concedeu longa entrevista à revista *Ciência Política*.² Na ocasião, o presidente tentava explicar os motivos do golpe de 1937 e indicar as mudanças ocorridas naquele contexto em que os rumos da Grande Guerra apontavam para a derrota dos regimes autoritários.

o que mais interessa esclarecer, nesta oportunidade, são as razões profundas da implantação do regime de 10 de novembro. É um exame retrospectivo necessário, a fim de melhor fixar os dados de que a história carecerá para formular juízos imparciais e definitivos. A Constituição de 10 de novembro de 1937 começou a nascer em 1935. A violência do levante comunista daquele ano, espantosa para a índole tradicionalmente pacífica do nosso povo, causou um abalo profundo nas classes conservadoras. [...]. Não estamos fantasiando. A veracidade do que dizemos é atestada pelos próprios fatos da época. Passados os perigos e serenados os tempos, podemos revê-los imparcialmente, deixando-os falar por si mesmos, sem prevenções apaixonadas (*Ciência Política*, 1945, p. 66-67).

Vargas apontava o golpe de 1937 como uma ação preventiva contra os extremismos políticos e o “caos” que ameaçava o país. Decorridos quase oito anos do golpe que implantou a ditadura do Estado Novo, o contexto era outro, a Segunda Guerra caminhava para um desfecho com a vitória dos Aliados contra o Eixo; os soviéticos conquistavam sucessivas vitórias; o comunismo no Brasil já não representava grande ameaça. Era chegada a hora de Getúlio Vargas buscar uma aproximação com seus antigos inimigos para conseguir manter-se no poder.

Em 1945, o Vargas “democrata”, que enviara tropas para a Europa no combate ao autoritarismo, buscava no passado os argumentos para seus novos direcionamentos políticos e para a sua tentativa de se manter no governo. Com o intuito de indicar uma abertura do regime naquele período de desfecho da Grande Guerra, Vargas completou:

A situação atual é diferente da de antes de 1937. Os perigos que nos ameaçavam não existem mais hoje. Além disso, o povo brasileiro evoluiu e melhorou em suas condições, de modo que muitos dos problemas, daquela época, já não existem, ou pelo menos, como existiam outrora (*Ciência Política*, 1945, p. 68).

Amparado pelas Forças Armadas, o presidente tinha tirado do cenário político todos aqueles que ameaçavam o regime estadonovista e, como ele próprio afirmou, “os perigos passaram” (*Ciência Política*, 1945). A campanha anticomunista perdia, momentaneamente,

2 Essa revista tinha publicação mensal e era dirigida por Pedro Vergara. O periódico funcionava como um meio de propaganda do governo de Vargas.

a razão de ser, uma vez que, do cárcere, os comunistas passaram a figurar como mártires do regime ditatorial. A transformação dos “traidores” em mártires ocorria gradativamente, de acordo com os avanços dos soviéticos nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. A atuação dos comunistas no conflito internacional passou, assim, a influenciar diretamente as condições dos prisioneiros comunistas no Brasil.

Ao declarar guerra ao Eixo, em 1942, Vargas evidenciou as ambiguidades e contradições do Estado Novo. O contrassenso estava em um regime ditatorial aliar-se à luta contra os regimes autoritários da Europa. Como combater a ditadura dos outros países se Getúlio insistia em mantê-la no Brasil? Com suas prisões abarrotadas de comunistas e com diversos liberais exilados, o Brasil entrava na guerra para lutar ao lado de países como Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética em prol da democracia. Logo, tal contradição geraria questionamentos.³

A contradição da guerra impulsionava cada vez mais as tensões políticas dentro do Brasil. Políticos, estudantes e intelectuais passaram a criticar o governo abertamente; a imprensa já não temia represálias. Costa Rego, redator-chefe do *Correio da Manhã*, abriu caminho contra a censura da imprensa ao publicar uma entrevista com o político paraibano José Américo, em 22 de fevereiro de 1945, que teve sua candidatura à presidência da República abortada pelo golpe do Estado Novo, em 1937; José Américo fazia duras críticas ao regime e convocava a nação a reagir.

Se a guerra fazia com que gradativamente a ditadura varguista perdesse vigor, inversamente os militares adquiriam maior prestígio sob a imagem da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada ao campo de batalha. Fiadores do Estado Novo, os militares começavam a tomar distância do regime que representava aquilo que combatiam em campos estrangeiros. Dessa forma, sem conseguir garantir-se no poder por meio do apoio das Forças Armadas, Vargas começou a buscar outros caminhos e novas alianças.

O período entre 1944 e 1945 foi marcado por uma aproximação política entre os ferrenhos inimigos do passado, Getúlio Vargas e os comunistas. Vargas, cada vez mais isolado, buscava apoios para se manter no poder; o outro grupo, a maioria no cárcere, almejava a liberdade e o retorno ao cenário político. Iniciam-se as negociações em torno do passado e um “pacto de silêncio” começa a se esboçar como estratégia política.

A chave da aproximação entre Vargas e os comunistas estava na anistia, isto é, o passado deveria ser apaziguado para que as novas táticas políticas pudessem adquirir sentido. Todavia, a anistia não era foco apenas das negociações entre Vargas e os comunistas. Getúlio precisava negociar também com os militares, uma vez que as Forças Armadas não admitiam o retorno dos revoltosos de 1935 às suas fileiras. Homens como Eurico Dutra e Góis Monteiro

3 Em 1943, um grupo de 92 membros da elite de Minas Gerais lançou um libelo contra o governo de Getúlio Vargas e em defesa da democracia, o famoso “Manifesto dos mineiros”. Os signatários do documento exigiam o fim do Estado Novo e a redemocratização do país. Para os mineiros, ao optar por apoiar os Aliados na guerra, o governo brasileiro entrou em contradição, uma vez que internamente o Brasil vivia uma ditadura. Ver: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>>.

não permitiam que o passado fosse esquecido. Desse modo, ao anistiar os comunistas, Vargas corria o risco de se distanciar ainda mais dos militares.

Naquele ano de 1945, a anistia aparecia como um tema polêmico e delicado. Para Vargas, seria uma forma de garantir sua permanência no governo; para os comunistas, era a oportunidade de deixar a prisão e chegar ao poder; para os liberais, representava o meio de voltar ao cenário político e acertar as contas com o passado varguista. Dentro desse quadro, a anistia envolvia não apenas os comunistas e varguistas, mas também os liberais, uma vez que esta era a principal bandeira dos políticos exilados que aguardavam, ansiosamente, o retorno à pátria e a retomada da luta contra Vargas. Para os liberais, não era sinônimo de apaziguamento do passado, mas de uma possibilidade de retorno ao cenário político e, dessa forma, de vingança contra seu principal algoz: Getúlio Vargas.

Profundamente marcados pelo passado, liberais e comunistas tinham na anistia um denominador comum. As duas correntes passaram a defendê-la como primeiro passo para a retomada da democracia no Brasil, bem como o único meio para voltar ao cenário político. Enquanto os liberais, ressentidos, viam-na como a possibilidade de unir forças contra Vargas e, desse modo, chegar ao poder, os comunistas tomavam-na como meio de voltar ao cenário político e conclamar as massas a se unirem ao governo na luta contra o fascismo. Enquanto os liberais partiam da perspectiva de que a anistia abriria as portas para a vingança e o acerto de contas com o ditador, os comunistas seguiram caminho inverso, pois tentaram suprimir o passado e deixar o pesado fardo para trás.

Os dois principais nomes apontados como mártires do regime estadonovista eram o de Luís Carlos Prestes, representante dos comunistas, e Armando de Sales Oliveira, representante dos políticos liberais. O primeiro estava na prisão; o segundo, no exílio. Se os comunistas tinham seu mártir, os liberais também tinham o seu. Dessa forma, a campanha pró-anistia⁴ iniciou-se tendo em Prestes e Sales de Oliveira dois importantes representantes dos grupos interessados na concessão do benefício pelo governo.

Apesar de trilharem trajetórias distintas e apresentarem objetivos diferentes em torno da anistia, comunistas e liberais estavam juntos na mesma causa: voltar ao cenário político. No entanto, a forma como cada grupo lidava com o passado e, em contrapartida, com a memória fez com que, mais uma vez, eles se distanciassem e assumissem táticas políticas opostas.

A “UNIÃO NACIONAL”: O FUTURO NEGOCIADO

Da prisão, Prestes indicava a possibilidade de apoio a Getúlio Vargas em prol de uma “união nacional” pela democracia. Ele defendia a ideia de que todo patriota brasileiro tinha o dever de cessar qualquer disputa de caráter interno e unir esforços para acelerar a derrocada

⁴ A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Paulista de Imprensa (API) e a União dos Trabalhadores Intelectuais (UTI) foram as principais entidades a se empenharem no lançamento da campanha pró-anistia que tomou fôlego na imprensa no início de 1945.

das potências do Eixo. Para o líder comunista, era necessário apagar da memória os conflitos do passado e seguir em frente, rumo a um futuro democrático. Dessa forma, ele estava disposto a “esquecer” o tempo de perseguição que vivera desde os idos de 1935.⁵

A política de “união nacional” estabelecida entre os comunistas e Getúlio Vargas⁶ foi também uma política de silenciamento sobre o passado. Ambos apontavam o silêncio como meio para seguir adiante, uma vez que o passado perdera o sentido frente às negociações do presente. A “doce ilusão do esquecimento” por ora funcionou como estratégia política, mas, de fato, seria possível olvidar a experiência dos conflitos entre o presidente e os comunistas? Os ruídos que advinham dos setores liberais demonstravam que aquela negociação em torno do silenciamento do passado encontraria alguns obstáculos.

Mesmo antes de Vargas enviar tropas para os campos de guerra na Europa, em março de 1944, Luís Carlos Prestes escreveu um manifesto aos comunistas pedindo apoio ao governo na sua política de guerra, em conjunto com o esforço para obter anistia, que, segundo Prestes, consolidaria a “união nacional”. Com vistas ao futuro, o líder comunista considerava que seria preciso “sepultar” o passado e seguir adiante.

O apoio de Prestes a Getúlio gerou polêmica e estranhamento entre os líderes liberais e os principais órgãos da imprensa nacional. Inconformado com essa posição, o jornalista Carlos Lacerda tentou explicar tal aliança pela falta de visão e análise política do líder comunista. Segundo Lacerda (1987), como Prestes passara a maior parte de sua vida no exílio ou na prisão, não conseguia fazer uma avaliação da real situação do país. Era um idealista ingênuo, um otimista que vivia de sonhos.

O posicionamento de Prestes sofreu resistência não apenas das lideranças liberais. Mesmo dentre os comunistas, suas posições foram criticadas por aqueles que consideravam impossível aliar-se a Vargas. Para muitos dos seus correligionários, era inconcebível conceder apoio àquele que fora, desde 1935, o principal algoz do PCB; aquele que colocara praticamente todo o partido atrás das grades. Abrir mão do passado não seria tarefa simples. Caio Prado Júnior, por exemplo, afirmava que a “união nacional” deveria combater não apenas o nazismo, mas também o governo de Getúlio Vargas, pois parecia um paradoxo lutar contra o nazismo sob a bandeira de uma ditadura (Reis, 2014, p. 217). Nessa direção, de acordo com o depoimento de Hílcar Leite, “houve uma cisão no partido, uns querendo um acordo com Getúlio e outros não, mas a maioria seguiu a direção” (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 191).

A leitura de memórias e depoimentos de comunistas que viveram aquele período evidencia que o apoio a Vargas foi um tema delicado e polêmico dentro do partido. Seguir a

5 Em 1943, os comunistas reuniram-se na serra da Mantiqueira (RJ), realizando o famoso congresso que reorganizou o Partido Comunista dispersado desde 1935. Após o Congresso da Mantiqueira e a criação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), mesmo que clandestino – sua condição clássica –, o Partido Comunista voltava à cena.

6 A política de “união nacional” passou a ser defendida pelo grupo dirigente saído da Conferência da Mantiqueira em 1943; ao ser eleito secretário-geral do PCB, mesmo na prisão, Luís Carlos Prestes aderiu a tal posicionamento.

disciplina do PCB e relevar o passado foi uma tarefa que nem todos se dispuseram a cumprir. Eduardo Xavier, ativo militante comunista até 1945, ao deixar a prisão e se deparar com o novo direcionamento do partido, preferiu abandonar a militância:

Eu disse então para eles: “Olha, eu vou ser comunista fora do partido. Não quero mais, porque vocês estão fazendo besteira e não vão dar conta do recado”. [...] achei que estava errado porque foi com Getúlio que todo mundo foi em cana. Por que apoiar Getúlio agora? (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 144).

Para Eduardo Xavier, não era tão fácil abrir mão do passado, uma vez que a vivência na prisão durante o Estado Novo deixara marcas profundas em sua memória. Mesmo sem audição, o velho militante guardaria consigo as lembranças do cárcere, experiências soterradas, mas não esquecidas.

Da mesma forma, o velho militante comunista João Lopes, em depoimento concedido na década de 1980, destacou seu descontentamento em ter que – seguindo a rígida linha do partido – apoiar Getúlio. Segundo ele, ainda dentro da prisão, os comunistas começaram a se organizar e a discutir o posicionamento do PCB quando a Grande Guerra chegasse ao fim:

Já se começava a discutir. Como é que íamos fazer o governo do povo para o povo. Alguns já diziam que a gente tinha que mudar de tática, que era preciso apoiar o Getúlio. O Agildo Barata era o cabeça do negócio. Aí houve uma discórdia muito grande. Eu, por exemplo, era contra o Agildo. [...] Quando me perguntavam, eu dizia: “Sou contra porque esse homem me jogou em Fernando de Noronha, e fiquei lá padecendo”. [...] Nunca fui getulista, sabe? Não gostava dele. Fui preso, espancado, o diabo a quatro; como é que eu podia gostar desse homem? Obedeci a uma disciplina, mas sempre fui contra ele (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 116-117).

O depoimento de João Lopes demonstra que, apesar de seguirem a orientação do partido, os comunistas não eram “homens de aço” ou “soldadinhos de chumbo”. Havia a lembrança das agruras do passado; o velho militante, por exemplo, não se esquecia do que sofrera encarcerado em Fernando de Noronha. Mesmo que apoiasse a linha do partido, João Lopes não conseguiria apagar da memória sua amarga experiência durante o governo de Getúlio.

Outro militante comunista que registrou aquele contexto de 1945 em suas memórias foi Gregório Bezerra. Preso na Ilha Grande, ao receber, com seus companheiros comunistas, o manifesto de Prestes dando orientações para que todos os correligionários do PCB apoiassem Vargas, Gregório Bezerra afirmou que o documento fora discutido e aceito por todos:

Não me recordo que tenha havido objeções. Todos nós procuramos pô-lo em prática através de nossos familiares. Foi para nós, comunistas e aliancistas, encarcerados ou em liberdade, uma espécie de cartilha, que muito nos ajudou a compreender a situação política daquele momento, em face do comportamento do governo de Vargas, junto às

Nações Unidas em guerra contra o niponazifascismo. [...]. O documento do camarada Prestes nos ajudou muito a refletir sobre a complexidade de união nacional do povo brasileiro em torno de Vargas, ao lado das Nações Unidas, na guerra contra o Eixo. [...]. Prestes nos apontou o rumo certo, nossos objetivos presentes e futuros; e nós os seguimos convictos de sua justeza (Bezerra, 1980, v. 1, p. 305).

Apesar do apoio à “união nacional” com Getúlio, Gregório Bezerra admitiu que aquela era uma solução política para os comunistas atingirem seus objetivos no Brasil, embora, mesmo apoiando Vargas, os comunistas ainda tivessem ressentimentos acerca do que viveram desde o Levante de 1935:

Mas nem todos nós estávamos livres do ranço antiVargas, pelo muito que sofremos de seu governo fascista durante os longos anos de sua ditadura. O camarada Prestes, cuja esposa foi barbaramente torturada, posteriormente entregue por Vargas à Gestapo alemã, para ser executada nos campos de concentração de Hitler, passou uma esponja no passado negro de Vargas, estendendo-lhe a mão no sentido de forjar uma poderosa união nacional, reunindo os antifascistas, democratas e progressistas. Infelizmente, muitos camaradas não compreenderam a nova situação e a necessidade de um apoio completo ao governo de Vargas (Bezerra, 1980, v. 1, p. 306).

Bezerra continuava dedicando um “ódio de morte” contra Getúlio Vargas. Em suas memórias, deixou claro que preferia vê-lo cair pelas armas, embora estivesse de acordo com a direção do partido e achasse justo o apoio ao governo frente à conjuntura de guerra. O comunista submetia-se à decisão da maioria e defendia a tese do PCB, mas não esqueceria as torturas que sofrera durante o governo varguista. Todavia, foi enfático no posicionamento que seguiria diante da discussão: “[...] enfim, eu era um soldado do partido e cumpria suas decisões, depois de discutidas e aprovadas pela maioria” (Bezerra, 1980, v. 1, p. 306).

As divergências acerca do apoio a Getúlio fizeram com que muitos militantes deixassem o partido ou fossem expulsos. Diante da possibilidade de “esquecer” o passado, muitos comunistas preferiam liquidar o PCB. Fernando de Lacerda, por exemplo, liderou o grupo que apoiava sua extinção naquela nova conjuntura. Para manter a integridade do partido, Prestes e a CNOP optaram por expulsar os dissidentes. Como afirmara Basbaum (1976, p. 198), a férrea disciplina comunista permitia que apenas os dirigentes pensassem.

Por meio da anistia e do apoio a Getúlio, segundo Frank Alem (1982), os comunistas pretendiam uma *associação* no poder com Vargas e, dessa forma, ganhar espaço no aparelho de Estado.⁷ Apresentando um programa limitado de reformas e pretendendo obter a confiabili-

⁷ Ao apoiarem Getúlio Vargas, os comunistas brasileiros também se alinhavam aos ditames do Partido Comunista

dade da classe dominante, por meio de um discurso que defendia a ordem e a tranquilidade, os comunistas relegavam o passado de conflitos e visavam a uma forma pacífica de chegar ao poder, silenciando-se.

Em maio de 1944, o próprio Prestes ressaltou que a “união nacional” não era um fim, mas um meio para aperfeiçoar a luta contra o nazifascismo; era o caminho para a democratização do Brasil de maneira ordeira e pacífica. Era a única forma de resolver os problemas nacionais mais urgentes (Prestes, 1947).

O projeto comunista, ao apoiar Vargas, visava ganhar espaço político e desvencilhar-se do fardo do *perigo vermelho*. Devido à repressão após o Levante de 1935, os comunistas perderam espaço entre os trabalhadores e, diante das dificuldades de estabelecer os liames e captar as massas em um curto prazo, o partido optou por uma política pelo alto (Giovanetti Netto, 1986).

O PCB assumia, então, uma aliança não com a ditadura, mas com o Vargas que nascia do desmoronamento de seu próprio regime (Almino, 1980). Aquele que, derrotado na composição elitista, era aclamado pelos trabalhadores e pela pequena burguesia. A aliança, dessa forma, não era com o Vargas do passado, o ditador de 1937, mas com o Vargas do futuro, que os comunistas esperavam vislumbrar. Para Prestes, Getúlio poderia conduzir o processo de democratização com maior firmeza do que alguns chefes militares e os ditos liberais que, para o comunista, eram profundamente reacionários e golpistas.

A aproximação com Prestes foi uma das manobras mais importantes de Getúlio Vargas naquele ocaso do Estado Novo. O presidente pretendia usar seu antigo inimigo político para servir às suas pretensões continuístas, que se atenuavam com o fim da guerra e com o clamor democrático que se espalhava pelo país (Moraes; Viana, 1982). Nesse sentido, Vargas marcou eleições para o final de 1945, estabeleceu relações com a União Soviética e prometeu a tão almejada anistia. O presente se reconciliava e tentava acomodar o passado. A anistia seria a via para tal “reconciliação”.

A ANISTIA DE 1945: ENTRE SILÊNCIOS E RUÍDOS

Em 1945, todos os caminhos pareciam abertos para o futuro. O entusiasmo com a aproximação do fim da guerra podia ser sentido pelo grande número de mobilizações populares que marcavam as ruas das grandes cidades brasileiras. Organizações de classe e estudantes marchavam pelas ruas e tinham, como principais palavras de ordem, a democracia e a anistia.

O apagamento do passado era condição para que Vargas continuasse no poder, uma vez que o contexto mundial colocava a democracia em primeiro plano. Era preciso esquecer o Estado Novo, refazer o cenário sem trocar o ator principal. A anistia seria uma forma de trazer

da União Soviética que, após a Segunda Guerra, pregava uma política de colaboração entre todos os governos que teriam lutado contra o fascismo internacional (Almino, 1980). É significativo o fato de Stalin ter dissolvido em 1943 a Internacional Comunista; segundo Falcão (1988), com essa medida histórica, o líder soviético queria mostrar aos Aliados que a Rússia não se imiscuiria na política interna dos outros países.

novos personagens para o palco político; entretanto, a ideia de Vargas era que tais personagens fossem apenas seus coadjuvantes.

Apesar das negociações com os comunistas, Vargas precisava convencer os militares acerca da concessão da anistia, que, naquele período, deveria ser manejada com cuidado, devido às possíveis repercussões na vida da nação e das Forças Armadas. Isso foi afirmado pelo próprio presidente, em entrevista coletiva publicada em 3 de março. O ditador apresentou duas restrições à anistia: a oportunidade deveria ser decidida pelo parlamento a ser eleito e a reabsorção, pelas Forças Armadas, dos oficiais que participaram do Levante Comunista de 1935 sofria resistência dos militares, ainda sensibilizados pelos acontecimentos daquele ano. Dessa forma, prometeu analisar os casos individualmente, inclusive o caso de Prestes (Dulles, 2001).

Vargas deixou claro o grau de autonomia militar diante das negociações acerca de quem poderia, ou não, retornar às fileiras das Forças Armadas. Assim, é possível notar o poder de veto que o alto comando possuía quando o tema era a anistia; conforme ressaltado anteriormente, militares como Eurico Dutra e Góis Monteiro jamais permitiriam a reversão à ativa dos “traidores comunistas” que haviam assassinado colegas “dormindo”. Se Vargas revertesse os comunistas à ativa nas fileiras militares, automaticamente estaria abrindo mão dos resquícios de apoio das Forças Armadas que ainda sustentavam seu governo, apoio que, por sinal, tutelara o Estado Novo. De fato, a anistia era um tema muito delicado naquele contexto em que Getúlio Vargas buscava apoios para se manter no poder, e em que as Forças Armadas representavam o grande fiel da balança.

Em sua entrevista à revista *Ciência Política*, em março de 1945, Vargas apontou:

A anistia é uma medida que o meu governo sempre teve a acolhida simpática e necessária, porém considero a sua repercussão na vida interna do país e no meio das classes armadas mais diretamente atingidas. Vamos para as eleições. Daí surgirá um parlamento que talvez seja o melhor órgão para examinar o assunto. Pessoalmente, estarei sempre pronto a apreciar caso por caso e já tenho indultado a vários presos políticos (*Ciência Política*, 1945, p. 70).

Além da questão da reversão dos comunistas às Forças Armadas, Vargas apontou para a necessidade de o futuro parlamento discutir a matéria. Caberia aos parlamentares debater e ampliar a medida, pois devido à repercussão na vida nacional, esse era um tema que deveria ser analisado pelo parlamento eleito pelo povo. Nesse sentido, Vargas legava ao futuro a decisão de conceder, ou não, anistia ampla às vítimas do Estado Novo.

Da prisão, Prestes enviava telegramas à imprensa, nos quais instava Vargas a conceder anistia. Para o líder comunista, com essa concessão, o ditador daria uma demonstração de suas pretensões democráticas. Durante sua entrevista à *Ciência Política*, ao ser questionado sobre a anistia a Luís Carlos Prestes, Getúlio esquivou-se e apenas assinalou que não estava habilitado a responder sem antes examinar o caso (*Ciência Política*, 1945, p. 70).

Prestes queria liberdade para os comunistas. Vargas precisava de apoio não só destes atores, mas também das Forças Armadas. Dessa forma, o ditador encontrava-se em uma situação delicada. A saída para tal impasse foi o decreto-lei n. 7.474, assinado por Vargas em 18 de abril, concedendo anistia aos prisioneiros políticos e condicionando a reversão dos militares a pareceres de comissões nomeadas pelo presidente da República. Assim, apesar de livres, os comunistas dificilmente voltariam a ocupar os seus postos nas fileiras das Forças Armadas.

Com a anistia de 18 de abril, voltavam às ruas não apenas os presos políticos, mas também os militantes que viviam na clandestinidade, os foragidos e os exilados. Desse modo, teve início um período de euforia em que os comunistas e seus simpatizantes começaram a ressurgir no cenário político, acreditando que o esquecimento do fardo do passado seria possível.⁸

No dia seguinte à decretação da anistia, os principais jornais da capital da República traziam estampadas notícias sobre as manifestações populares que celebravam a libertação de Prestes e de seus correligionários. Era o aniversário de Vargas, mas as comemorações se concentravam em torno da soltura do grande mártir do Estado Novo. A *Folha da Noite*⁹ trouxe estampada em sua capa o “regozijo popular pela anistia”, com uma imagem da passeata ocorrida no dia anterior para celebrar a liberdade de Luís Carlos Prestes e demais comunistas. Ao lado, em destaque, o jornal noticiava os feitos dos “invencíveis soviéticos” em Berlim. Com efeito, conforme a União Soviética avançava em seus combates na Europa, o comunismo ia conquistando terreno no Brasil. Por ora, parecia que o Levante de 1935 havia, de fato, ficado no passado e caído no esquecimento. Naquele contexto de heroísmo das tropas soviéticas, ser anticomunista ou integralista passou a ser considerado *démodé*.

Convenientemente, por meio de negociações políticas, o passado era retido. Como se fosse guardado em um sótão, lugar desordenado, silencioso e raramente visitado, o passado era armazenado, mas não destruído. Mesmo que pudesse passar despercebido, ele continuaria ali, sem uso, em uma desordem silenciosa que poderia, em outro momento político, vir a compor sentido (Assmann, 2001).

“Esquecido” do passado, o PCB cresceu rapidamente. Segundo João Falcão (1988), dos aproximadamente mil comunistas, a organização passou a somar dezenas de milhares de integrantes. Esse foi o grande momento do partido no Brasil, momento de “apoteose” em que apenas o presente e o futuro importavam. Por conseguinte, para os comunistas, o passado se dissolvia.

8 O segundo parágrafo do decreto-lei parece ter sido feito para beneficiar Prestes: “Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional” (*Diário Oficial* n. 90, de 19 de abril de 1945). O decreto beneficiou os que cometeram crimes políticos e conexos, tendo esses últimos sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Esse era o caso de Prestes, que foi condenado pelo TSN a 16 anos e oito meses de prisão pelo assassinato de Elza Fernandes.

9 Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1945/04/19/1/>>.

Segundo Leôncio Basbaum (1976), o PCB era visto como o “partido do futuro”; nesse sentido, de acordo com seu relato, o novo grupo dirigente liderado por Prestes preocupou-se, logo na primeira reunião do comitê central em 1945, em ressaltar que “agora era um partido sério, um partido de verdade”. Os antigos dirigentes Brandão, Astrojildo e Basbaum ouviram duras críticas que desmereciam as atividades partidárias anteriores, como se o PCB começasse a existir a partir daquele momento e seu passado pudesse ser deixado pelo caminho (Basbaum, 1976, p. 188).

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, no dia seguinte à anistia, Hélio Silva (1945) demonstrou a impossibilidade de fazer qualquer prognóstico acerca da política brasileira. Naquele contexto em que os Aliados derrotavam os países do Eixo na Europa e, conseqüentemente, o regime autoritário agonizava no Brasil, era difícil prever “quem carregaria a bandeira da democracia”. O país voltaria para o domínio dos “carcomidos” da “Velha República” ou a aliança entre Vargas e os comunistas ditaria os novos rumos daquela embrionária democracia? Era impossível prever; o Brasil teria a sorte que merecesse. As experiências não eram suficientes para se prognosticar o futuro; dentro daquela encruzilhada política e da latência do tempo, restava esperar.

Nesse contexto de imprecisão política, Hélio Silva anotou suas impressões sobre Luís Carlos Prestes:

Até hoje muita gente, a maior parte dos que pediram liberdade para ele, não tem a ideia exata do que representa o líder comunista, que participação pode ter na vida nacional, que influência poderá ser no momento político, quando se cogita traçar novos rumos para o Brasil e para o mundo (Silva, 19 abr. 1945, p. 5).

Muito em breve, as dúvidas de Hélio Silva seriam dissipadas. Prestes revelou a posição que tomaria diante da situação da política nacional, posição que já vinha articulando de dentro da prisão. Em 26 de abril, ele declarou que a substituição de Vargas por outro chefe do Executivo seria antidemocrática e agradaria apenas aos fascistas. Segundo o comunista, Vargas era um homem de boas intenções, que demonstrou o seu desejo de atender ao povo declarando guerra contra os regimes autoritários e decretando a anistia (Prestes, 1947). Disposto a esquecer os antigos atritos com Vargas, Prestes declarou que reconhecia o erro que fora o Levante de 1935, ao tentar levar o proletariado ao poder por meio da força, pois era preciso que burguesia e proletariado dessem as mãos e marchassem juntos em direção a uma sociedade mais justa (Dulles, 2001).

O termo anistia traz implícitas as ideias de esquecimento e redenção; comumente é definido como ato pelo qual se extinguem as conseqüências de um fato punível – apagamento. A anistia representa a “pacificação dos espíritos”, é coletiva e pretende o esquecimento não somente da punição, mas também do ato punível, como se o anistiado jamais tivesse sido condenado. Se, para a pacificação dos espíritos, o Estado pode decretar o “esquecimento”, resta a questão: o indivíduo pode abrir mão de suas lembranças por imposição da lei?

Em abril de 1945, o jornal *A Manhã* publicou:

Anistia é esquecimento.
Mas nós não podemos esquecer por decreto.
Temos que beber muitos *chops* duplos
E tomar entorpecentes para não lembrar
Mas, no outro dia de manhã, quando acordamos,
Voltam as recordações em revoada.
Indulto é insulto!
Queremos anistia! Anistia! Anistia!
Mas queremos uma anistia
Realmente ampla e irrestrita,
Não só para os comunistas
Que praticaram crimes conexos,
Mas também para todos os criminosos comuns,
Que cometeram também crimes políticos.
Anistia para Vargas e Benedito!
Anistia para Felinto Müller e anexos!
(Batista, 27 abr. 1946, p. 9).

O texto escrito por Ana Batista ao jornal satírico *A Manhã* aponta as dificuldades de abolir um passado tão marcante na história política do país. Seria possível esquecer os crimes da ditadura por decreto? Ao apontar as dificuldades das vítimas do regime autoritário em esquecer o vivido, Ana Batista ressalta que, mesmo com o decreto de anistia, as recordações poderiam retornar em um futuro próximo. Além disso, a autora demonstrou certo ceticismo em relação à anistia de 1945, uma vez que funcionava apenas como um indulto que avaliava cada caso.

Mesmo com as críticas que fervilhavam na imprensa acerca da impossibilidade de esquecimento do passado, Luís Carlos Prestes e seus correligionários seguiam a via do silêncio acerca das agruras sofridas ao longo da ditadura. O comunista tinha diversos motivos para ser o mais ferrenho adversário de Vargas. Além de sua prisão e do exílio de sua família, teve ainda sua companheira, Olga Benário, que estava grávida, deportada para os nazistas por Vargas. Presa em 1936, na mesma ocasião em que Prestes fora capturado pela polícia de Filinto Müller, a militante foi enviada para a Alemanha, onde deu à luz sua filha Anita; posteriormente, foi executada em um campo de concentração. A trágica morte de Olga em 1942 só chegaria ao seu conhecimento em 1945; mesmo assim, o líder do PCB manteve seu apoio a Vargas (Moraes; Viana, 1982). Pelo bem do Partido Comunista, o antigo “Cavaleiro da Esperança” deixava de lado o passado e os ressentimentos.

Em entrevista concedida no final da década de 1980, Prestes tentou explicar sua postura:

Jô Soares: [...] como é que sofrendo o que você sofreu na mão da ditadura Vargas, inclusive nesse caso da Olga, que é um caso que acho inesquecível, como é que você

depois conseguiu apertar a mão do Vargas? Como é que houve essa reconciliação? Luís Carlos Prestes: A situação política muitas vezes exige isso, dominar os sentimentos pessoais pelos interesses políticos mais sérios, que são os interesses da humanidade. Naquele momento, em 1944 e 1945, quando isso se deu, o inimigo principal a arrasar e a liquidar era o nazismo, e para derrotar o nazismo deveríamos convocar todas as pessoas, inclusive Vargas (Programa Jô Soares, 1988).

Com efeito, como destacara Jorge Amado no clássico *O cavaleiro da esperança* (1992), Prestes parecia ter o coração de aço. Os interesses do Partido Comunista estavam acima de qualquer sentimentalismo ou questão pessoal; era necessário, portanto, atingir os objetivos traçados pelo programa partidário, o que significava passar por cima de ressentimentos. Apesar do ódio de Prestes contra Getúlio, o comunista preferia deixar de lado seus rancores para, dessa forma, alcançar os objetivos do partido. Entretanto, o fato de apoiar Getúlio não representava o perdão de Prestes ao ditador. Pelo contrário, em sua famosa entrevista a Moraes e Viana, na década de 1980, ele ressaltou: “[...] nunca perdoei Getúlio por ter entregado minha companheira aos nazistas. Foi o maior crime que ele fez. E eu nunca esqueci: Olga estava grávida” (Prestes apud Moraes; Viana, 1982, p. 65).

Em silêncio sobre o passado e com o olhar firme no presente, ao deixar a prisão, magro e envelhecido – daí a alcunha *O Velho* –, Prestes comemorou a anistia política em 23 de maio, em um comício realizado no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, ocasião em que ele nos permite denotar claras evidências de como interpretava o processo de anistia: uma aliança entre Getúlio e o povo. O discurso do comunista decepcionou os setores liberais que esperavam do antigo prisioneiro uma atitude radical e rancorosa em relação a Vargas (Falcão, 1988). Os liberais jamais perdoariam Prestes e os comunistas por tal “traição”. Dessa forma, para os políticos regionais, não havia outra palavra que justificasse a aproximação entre o líder do PCB e o ditador a não ser a traição (Mello Franco, 1946). Os antigos prisioneiros do Estado Novo haviam se esquecido de 1937 e das agruras que viveram nos cárceres varguistas?

Enquanto os comunistas “provavam do lótus”, o fruto do esquecimento, os liberais mostravam-se indignados com esse posicionamento. Sobre o discurso de Prestes no estádio de São Januário, o ex-deputado Domingos Velasco afirmara em junho de 1945 que, apesar de o líder do PCB esforçar-se para destruir o passado, não poderia destruir a história; além disso, embora o comunista atribuísse a anistia à benevolência de Vargas, não poderia desconhecer a participação fundamental dos liberais na luta contra o regime ditatorial e pela anistia (Velasco apud Mello Franco, 1946, p. 280).

A oposição liberal não perdoaria Prestes pelas atitudes assumidas em 1945; o comunista, mais uma vez, seria visto como um traidor. O jornalista Pedro Luís, em *A agonia do comunismo*, citou as palavras de José Eduardo de Macedo Soares:

Temos, pois, que o chefe comunista “esqueceu” os seus sofrimentos, *porque quis*; perdoou os que o humilharam brutalmente por um julgamento de consciência, de que

ninguém mais pode ser juiz, senão a própria vítima que o concluiu (apud Luís, 1946, p. 336, grifos nossos).

Após a anistia, Prestes apontava para um “desejo” – político – de se esquecer do que viveira durante o governo de Vargas; dessa forma, remiu o passado tendo em vista atingir um fim maior – conduzir seu partido ao poder. Nesse sentido, a aliança com Vargas era apenas um meio para atingir um objetivo. O silêncio sobre o passado foi a via encontrada para possibilitar e justificar os rearranjos políticos do presente. Mas seria possível esquecer?

De acordo com Aleida Assmann (2011), não há ingenuidade no rememorar, uma vez que há sempre interesses políticos e sociais envolvidos na questão da conservação, ou não, do passado. Além disso, nada é esquecido por completo; todas as percepções, por mais que estejam borradas, sedimentam-se nos vestígios da memória, sendo possível, em princípio, resgatar esse sedimento de novo. Dessa forma, apesar de abrir mão do passado naquela conjuntura de 1945, Luís Carlos Prestes e seus seguidores guardariam consigo os sedimentos da experiência vivida nos cárceres do Estado Novo.¹⁰

A anistia de 1945 colocou nas ruas 565 condenados políticos. Anistiados, os comunistas passaram a realizar grandiosos comícios em defesa da “união nacional”. Os mártires do Estado Novo, agora com o ditador, representavam a grande ameaça do futuro, visto que a apoteose do Partido Comunista indicava um progressivo crescimento do partido no Brasil e no mundo. Nessa direção, o passado, tanto para Getúlio quanto para os comunistas, tornara-se *obsoleto*, não servia para as alianças do presente.

Com o decreto de anistia de 18 de abril de 1945, a lembrança do *perigo vermelho* foi excluída do campo do poder para a reformulação das alianças políticas e, nesse contexto, a memória foi apaziguada entre Getúlio e os comunistas, sob a simulação do esquecimento. Entretanto, Vargas “perdoou” os culpados sem deixar de condenar suas ações durante o Levante de 1935.¹¹ Mas, em 1945, o ditador e os comunistas haviam se readequado aos tempos de paz que o fim da Segunda Guerra impôs ao mundo ocidental. Aliás, em 1945, Vargas considerava que os comunistas valiam mais do que seus atos passados; o fardo parecia ter ficado para trás ou, pelo menos, retido no “sótão”.

Como “terapia social”, a anistia suspendeu a experiência e colocou nas ruas os comunistas, outrora considerados traidores da pátria. Nem o passado do PCB, nem o passado da ditadura fariam sentido naquele contexto de alianças. Nessa perspectiva, por meio do silenciamento, o passado era soterrado, mas não esquecido.

10 Tal “armazenamento da experiência” ficaria evidente no contexto da década de 1980 quando, desligado do partido, Prestes passou a condenar o caminho político seguido na década de 1940.

11 A euforia dos primeiros meses da anistia encobriu o verdadeiro sentido da medida. Vargas anistiou os presos políticos, porém a maioria dos beneficiados enfrentaria o marasmo das comissões que julgariam cada caso. Com tal mecanismo seletivo de “esquecimento”, Vargas demonstrou que não estava tão disposto a “perdoar” seus opositores, como supunham os comunistas.

Dentro desse quadro, assumimos a perspectiva de que a anistia de 1945 foi negociada a partir de estratégias políticas que envolveram, principalmente, Getúlio Vargas e os comunistas. Enquanto Vargas via na anistia um meio para angariar apoio político, os comunistas tomaram-na como oportunidade para deixar a prisão e retornar ao cenário político; o preço de tal aliança foi o silêncio dos comunistas em torno das arbitrariedades da ditadura varguista. Muito mais preocupados com o futuro, os militantes abriram mão de um acerto de contas com o passado e optaram pelo silêncio.

Entretanto, a força do presente – marcado pela vitória dos regimes democráticos na guerra – não pôde ser contida pela aliança entre Getúlio e o PCB. Campanhas como o “queremismo”¹² e medidas que davam sinais de que o presidente pretendia perpetuar-se no poder, adiando as eleições previstas para o final de 1945, levaram os liberais e as Forças Armadas a se aproximarem com um único objetivo: depor Getúlio Vargas.

Para os liberais, o apoio dos comunistas a Getúlio representava uma ameaça ao advento da democracia. Em nome dos “interesses da nação”, que clamava por um regime democrático, os liberais apelaram para as Forças Armadas para que interferissem e garantissem as eleições de dezembro de 1945, com a deposição de Vargas do poder. Entre as disputas políticas e os ressentimentos que envolviam comunistas, varguistas e liberais, mais uma vez as Forças Armadas representariam o “fiel da balança”.

Dentro desse quadro, alguns dos principais aliados de Getúlio passaram a conspirar com os políticos da oposição, com a intenção de dar fim ao regime. Oswaldo Aranha, Góis Monteiro, Eurico Dutra, Cordeiro de Farias, dentre outros, não eram mais fiéis escudeiros de Vargas; confabulavam com a oposição.

Apesar da previsão de eleições presidenciais para dezembro de 1945, os antigetulistas tinham receio de que o presidente desse um novo golpe de Estado. Após longas conspirações entre a oposição liberal, militares liderados por Góis Monteiro e o ex-ministro da Guerra, o general Eurico Dutra, se anteciparam a Getúlio e deram o golpe em 29 de outubro de 1945. Apesar de suas manobras, Vargas perdera a tutela militar necessária para se manter no poder.

Sem conseguir sustentar a dianteira dos acontecimentos e sem respaldo dentre os chefes militares, “mais frouxo que galinha que protege a ninhada” (Lacerda, 9 jun. 1946, p. 6), Getúlio foi forçado a se retirar de cena. O golpe de 29 de outubro de 1945 viria a colocar termo à ditadura varguista que, segundo Virgílio de Melo Franco (1946), “caiu de padre”. O fim da ditadura varguista abria um novo campo de expectativas, e o futuro se sobrepôs ao passado, pelo menos enquanto durou a campanha eleitoral para presidente da República. Em meio à euforia eleitoral, quem pagaria pelo arbítrio da ditadura? Após a anistia de 1945, o Estado Novo ainda poderia ser julgado?

12 Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Vargas na presidência da República. Segundo Anita Prestes, os dirigentes comunistas não eram “queremistas” e jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder; pelo contrário, lutaram pelas eleições presidenciais e pela instalação da Constituinte. Para o PCB, apoiar Vargas e lutar por uma Assembleia Constituinte seria uma forma de evitar o golpe dos setores mais conservadores (Prestes, 2003).

Enquanto Vargas e os comunistas estavam dispostos a recomeçar o jogo abrindo mão do passado, os liberais davam sinais de que sua principal arma contra seus inimigos seria justamente esse tempo pregresso. Restava avaliar quais as experiências ainda fariam sentido naquele novo contexto. Abria-se outro tempo, todavia impregnado pelo ranço do passado.

Referências bibliográficas

ALEM, Silvio Frank. O PCB e as outras esquerdas: da anistia de 1945 à posse de Dutra. *Escrita Ensaio*, São Paulo, v. 10, p. 137-174, 1982.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: a vida de Luís Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BARBOSA, Rui. *Anistia inversa: caso de teratologia jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1896.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATISTA, Ana. Anistia! Anistia! Anistia! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1946, p. 9.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (primeira parte: 1900-1945 e segunda parte: 1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CIÊNCIA POLÍTICA. Fascículo III, v. X. Rio de Janeiro, mar. 1945.

DULLES, John W. F. *Sobral Pinto: a consciência do Brasil*. Tradução de Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: Harbra, 2007.

FOLHA DA NOITE. Arrasando Berlim. São Paulo, 19 abr. 1945, p. 2.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOMES, A. de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GRECO, Heloisa. *Dimensões funcionais da luta pela anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LACERDA, Carlos. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. BRAGA, Sérgio (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. Chega de Getúlio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1946, p. 6.

- LUÍS, Pedro. *Agonia do comunismo: greves, lágrimas, miséria e sangue*. São Paulo: N. J. L., 1946.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MELO FRANCO, Virgílio A. de. *A campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.
- MORAES, Denis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, s./d.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PRESTES, Anita Leocádia. Ideias e fatos, 80 anos do PCB: Luís Carlos Prestes e o comunismo no Brasil (1930-1945). *Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, 2003.
- PRESTES, Luís Carlos. União nacional para a democracia e o progresso. Discurso pronunciado no estádio de São Januário, 23 maio 1945. In: PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.
- PROGRAMA JÔ SOARES. São Paulo: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), 1988. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oOqAZDFazec>>. Acesso em: 28 dez. 2014.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.
- SILVA, Hélio. Quem representará a democracia? *Jornal do Brasil*, 19 abr. 1945, p. 5.

Recebido em 14/5/2017
Aprovado em 19/9/2017

UM INTELLECTUAL NO ARQUIVO

LEGADO DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES PARA A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

AN INTELLECTUAL IN THE ARCHIVE

THE LEGACY OF JOSE HONÓRIO RODRIGUES FOR THE ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES | Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na École Nationale des Chartes/Sorbonne. Mestrado e doutorado em Ciência da Informação e graduação em Arquivologia pela UnB. Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB.

GEORGETE MEDLEG RODRIGUES | Pós-doutorado na Université de Paris X. Doutorado em História pelo Université Paris-Sorbonne. Mestre em História pela UnB. Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora associada I da UnB.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as contribuições de José Honório Rodrigues para o Arquivo Nacional e a arquivologia brasileira. A compreensão do "homem-intelectual" embasa o estudo de documentos, da sua biografia e bibliografia. Sua gestão à frente da entidade promoveu uma revolução institucional, publicações técnicas, visitas de estrangeiros e diagnósticos da instituição, do ensino e da profissão arquivística no Brasil.

Palavras-chave: arquivologia; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of José Honório Rodrigues to the Arquivo Nacional and the Brazilian archival science. The understanding of the "intelectual man" bases the study of documents, his biography and bibliography. His management has supported an institutional revolution, technical publications, foreign visits and diagnostics of the institution, teaching and archive profession in Brazil.

Keywords: archival science; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

RESUMEN

Este artículo objetiva analizar las contribuciones de José Honório Rodrigues para el Archivo Nacional y la archivología brasileña. La comprensión del "hombre-intelectual" subyace el estudio de documentos, de su biografía y bibliografía. Su gestión al frente de la entidad promovió una revolución institucional, publicaciones técnicas, visitas de extranjeros y diagnósticos de la institución, de la enseñanza y de la profesión archivística en el país.

Palabras clave: archivología; José Honório Rodrigues; Arquivo Nacional; intelectual.

“[...] intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”
(Pécaut, 1990, p. 11).

INTRODUÇÃO

Qual foi o destino do “menino levadíssimo, pouco estudioso e gago”, descrito por Rodrigues (1994)?

A vida e a obra de José Honório Rodrigues (JHR) têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores (Glezer, 1976; Iglésias, 1988; Mota, 1988; Rodrigues; Mello, 1994; Alves Junior, 2008; Abreu, 2011; Uhiara, 2014; Buzzatti, 2015), que transitam entre suas contribuições pessoais, científicas e profissionais, para o campo da história e da arquivologia. Poderíamos, também, intentá-lo nessas direções e, de certa forma, nos esforçamos para fazê-lo, buscando compreender os papéis de JHR como um intelectual à frente do Arquivo Nacional (AN) e da institucionalização da arquivologia brasileira.

Para esta empreitada, apoiamos-nos em Gramsci (1995) e Pécaut (1990), antes mesmo de buscarmos a biografia e a bibliografia de JHR.

Gramsci (1995) inicia sua obra questionando se os intelectuais constituiriam um grupo social autônomo e independente ou se cada grupo social teria sua própria categoria especializada de intelectuais. Ele defende a aceção do intelectual no conjunto do sistema de relações no qual as suas atividades se inserem. Assim,

todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...]. Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate (Gramsci, 1995, p. 7).

Conjugando a função social e a sua inserção na continuidade histórica, Gramsci focaliza a distinção entre os intelectuais orgânicos no âmbito de cada grupo e os intelectuais tradicionais, ao explicar que algumas categorias especializadas se formam para o exercício da função, ligadas a grupos sociais mais importantes e, sobretudo, ao grupo social dominante. Para o autor, a assimilação e a conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, por esses grupos, é proporcional à sua elaboração dos seus próprios intelectuais orgânicos.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se *ativamente na vida prática*, como *construtor, organizador*, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, *eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente”* (especialista mais político) (Gramsci, 1995, p. 8, grifo nosso).

É nessa vertente que se compreende o intelectual como “construtor” e “organizador”, que ultrapassa a condição pura da contemplação e associa ciência e técnica em uma concepção humanista, na qual buscamos compreender as contribuições de JHR para a institucionalização da arquivologia no Brasil: como mediador de um “conjunto de superestruturas”, do qual os intelectuais são “precisamente os funcionários”, ou seja, são “os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 1995, p. 10-11).

O autor categoriza qualitativamente a atividade intelectual em diferentes graus: os “criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.” aparecem nos graus mais elevados, enquanto os “administradores e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, acumulada”, nos mais baixos. E, segundo nossas conclusões, após a análise da sua trajetória, JHR se encaixaria nessa última categoria, sem demérito algum.

Pécaut (1990), por sua vez, apresenta em sua obra duas gerações de intelectuais. A primeira geração, correspondente aos anos de 1925 a 1940, estava, segundo ele, preocupada com o problema da identidade nacional e das instituições; rejeitava, de modo geral, a democracia representativa; concordava com o fortalecimento das funções do Estado; tinha uma visão hierárquica da ordem social; reivindicava um *status* de elite dirigente; defendia a ideia do progresso “de cima”, visando “dar forma” à sociedade. Enquanto o povo era descrito como destituído de qualquer identidade política, os intelectuais desse período identificavam-se com as elites e se colocavam como “avalistas de uma política nacional-popular” (Pécaut, 1990, p. 182). Ao recorrer a Bourdieu, Pécaut apresenta a noção de “legitimidade”,¹ ao assinalar a retomada, pelos intelectuais, de concepções do social que já estavam presentes em outros grupos sociais (Pécaut, 1990, p. 33). Como ele lembra, o Estado e os intelectuais eram “sócios a serviço da identidade nacional”. Aquele atribuía a estes os seguintes papéis: concorrência para a definição das finalidades da ação política; expressão da presença da sociedade civil e exemplo de ator social coletivo.

Mais ainda: uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão – a de se adaptar às leis que presidem a evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais –, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos “intelectuais” o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos (Pécaut, 1990, p. 72-73).

1 Noção que decorre de um dos conceitos-chave de Bourdieu, isto é, o de “distinção” que confere legitimidade aos agentes no plano cultural. Nas palavras de Philippe Colangeon, enquanto a primeira dimensão do conceito diz respeito ao conjunto de elementos característicos do estilo de vida do agente, produtos de seu *habitus*, “a segunda dimensão do modelo da distinção remete ao conceito de *legitimidade cultural*” (Coulangeon, 2004, p. 61, tradução e grifo nossos).

Nesse contexto, o intelectual brasileiro podia ser representado por três perfis: 1) do advogado (doutrinários de tendência autoritária com formação jurídica); do engenheiro (caracterizado pelo positivismo e com uma visão técnica do poder); e do “homem de cultura” (Pécaut, 1990, p. 34).

A segunda geração de intelectuais correspondia aos anos de 1954-1964, que se inseriam em um Estado já constituído para alcançar a independência da nação. Apresentavam-se como povo e queriam ser povo em um contexto de continuidades em relação ao nacionalismo dos anos de 1930: sob a forma do nacional-popular, exaltavam o povo-nação e a ideologia, buscando uma construção racional do Brasil.

Desse modo, Pécaut identifica alguns aspectos comuns às duas gerações: fé no evolucionismo; inserção da modernização no real; preocupação de se inspirar na “realidade brasileira” e suspeitar das “ideias importadas”; crença na nacionalidade una e indivisível, seja pela regulação do social, seja pelo planejamento (Pécaut, 1990, p. 181). Os intelectuais situavam-se, conforme o autor, em um plano acima do social, considerando-se como “coautores da produção das representações do plano político” (Pécaut, 1990, p. 183-184).

Talvez não seja totalmente pertinente situar JHR nessas duas gerações, considerando as suas características específicas. Entretanto, podemos destacar o seu trânsito político, favorecido por uma rede de contatos que propiciava a cooperação de outras organizações (inclusive internacionais), repercutindo em avanços significativos nas instituições em que atuava. Isso teria impacto na própria arquivologia, que “dava os seus primeiros passos” rumo à sua cientificidade quando da gestão de JHR no Arquivo Nacional (AN).

Tendo em vista o papel desempenhado por JHR à frente desse órgão – e seus desdobramentos –, buscaremos retomar o perfil intelectual do ex-diretor do AN, à luz dos ideais dos intelectuais brasileiros no início do século XX, sob o ponto de vista dos autores supracitados e mediante pesquisa bibliográfica e documental realizada na própria instituição e nos Archives Nationales de France. Este artigo pretende, portanto, compreender as contribuições de JHR para a institucionalização da arquivologia no Brasil, a partir da sua participação em instâncias internacionais, especialmente na França.

Esse recorte é parte de um projeto de pesquisa de pós-doutoramento no Brasil (Universidade de Brasília) e na França (École des Chartes/Sorbonne), cujo objetivo geral era compreender os movimentos da institucionalização da arquivologia no Brasil a partir das contribuições francesas. É, também, resultado de uma ampla pesquisa documental iniciada no AN, em 2005, para uma dissertação de mestrado.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: PERFIL E TRAJETÓRIA INTELECTUAL

José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 1913. Bacharel em ciências jurídicas e sociais (1933-1937), tornou-se historiador nos Estados Unidos (Universidade de Columbia), durante uma viagem que fez entre os anos de 1943 e 1944, como bolsista da Fundação Rockefeller (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994). Apresentava-se como “um historiador por vocação”, preocupado com a elaboração conceitual na descrição dos acontecimentos (Glezer, 1976, p. 85).

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968); na Biblioteca Nacional (BN), como diretor de Obras Raras e Publicações (1946-1958); e no AN, como diretor (1958-1964). Em 1970, foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987 (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994; Abreu, 2011).

Ao estudar a vida e a obra de JHR, Glezer afirma que:

Sabemos que ele iniciou e desenvolveu sua carreira de historiador, pelo menos de 1936 a 1964, dentro de instituições oficiais de cultura, servindo a diferentes governos. Além disso, *representou a história nacional em diversos encontros internacionais, por escolha oficial*. No período em que exerceu cargos públicos toda sua produção, publicada por estas instituições, manteve-se no nível descritivo (Glezer, 1976, p. 89, grifo nosso).

De acordo com Abreu (2011), desde a sua nomeação como encarregado de pesquisas do Instituto Rio Branco (1949), onde começaria a atuar como professor a partir de 1953, JHR manifestava sua predileção por temas sobre relações internacionais, que seria aprofundada anos depois em função da conjuntura política do Brasil e de suas relações com os *brazilianists*:

Tal predileção seria ampliada a partir dos anos 60, motivada por dois outros fatores: a relação bastante próxima que José Honório Rodrigues manteve com os chamados *brasilianistas* – historiadores estrangeiros que se preocupavam cada vez mais em estudar o Brasil, e sua oposição pessoal à política externa dos regimes militares, de franco alinhamento com os Estados Unidos (Abreu, 2011, p. 325).

O contexto da sua estadia nos Estados Unidos merece parênteses. No final dos anos de 1930, é publicado um decreto que dispõe sobre a especialização e o aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro. O decreto-lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, previa, portanto a participação desses trabalhadores “em cursos mantidos por instituições culturais, ou por estágio para observação direta em serviços públicos, ou, ainda, por ambas as formas referidas”.² Esse decreto propiciava uma situação administrativa favorável à cooperação internacional, cuja mediação cabia ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). A partir de instruções anuais para a sua execução, vários brasileiros se beneficiaram de auxílios a viagens ao exterior, para aperfeiçoamento, inclusive em técnicas

2 Brasil. Decreto-lei n° 776, de 7 de outubro de 1938. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 10 dez. 1938. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-776-7-outubro-1938-350291-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

biblioteconômicas e arquivísticas, até que o conflito mundial desfavorecesse a continuidade das viagens.³

Em nossa pesquisa documental, observamos que a maioria das viagens de servidores públicos foi para os Estados Unidos.⁴ JHR aproveitou para se aperfeiçoar em atividades compatíveis com aquelas que ele desenvolvia no Instituto Nacional do Livro, com bolsa da Fundação Rockefeller, por um ano (1943-1944).⁵ Glezer (1976) menciona o interesse norte-americano por suas obras, que chegaram inclusive a ser traduzidas para o inglês.

Considerando o nosso enfoque quanto aos interesses e a participação de JHR em instâncias internacionais, cabe-nos destacar, em sua trajetória: nova viagem aos Estados Unidos, em 1948, como bolsista da Fundação Rockefeller; viagem de estudos à Europa, dois anos depois, comissionado pelo Ministério da Educação e Saúde e da qual resultou o livro *As fontes da história do Brasil na Europa* (1950); participação no First Interamerican Archival Seminar, nos Estados Unidos, em 1961; estadia como professor visitante na Universidade do Texas, entre 1963-1964 e 1966-1967; viagem à Espanha e à França, em 1972 (Glezer, 1976).

Em carta ao embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), JHR demonstra o seu interesse pelo estudo das relações internacionais do Brasil, especialmente com a França, ao solicitar-lhe obra francesa a respeito. Ele lembra seus projetos de estudo e o desejo de pesquisa, ainda que assinala a necessidade de dedicação às suas atividades no AN, pois, escreve JHR, seu trabalho “tem sido muito administrativo” e ele “preferia estar num centro de pesquisas” onde desenvolveria “vários projetos de estudos”. Finaliza a missiva conformado, “tocando as coisas para frente”, pois o “Arquivo precisa de um tumulto bravo”.⁶

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 20 de março de 1959, JHR descreve os problemas decorrentes da acumulação de documentos públicos no Brasil, comparando-os com situações similares na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França; salienta, ainda, as diferenças na formação do arquivista na Europa e nos Estados Unidos, assinalando que, no Brasil, deveria haver um meio-termo. Mais uma vez, notamos o seu interesse nas experiências de outros países, dedicando-se a estudar o cenário internacional e a compreender as contribuições que a sua vivência poderia trazer para o Brasil.

3 Como exemplo, as instruções para execução, em 1943, do decreto-lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, anexas ao ofício do diretor do Dasp ao presidente da República, de 3 de março de 1943, previam, dentre as atividades auxiliares da administração, a organização e administração de arquivos e o aperfeiçoamento no seu âmbito. Arquivo Nacional. *Fundo Dasp*, série Pessoal.

4 Ofício do diretor do Dasp para o presidente da República, de 11 de abril de 1940, em que justifica a importância de aperfeiçoamento de brasileiros nos Estados Unidos. Arquivo Nacional. *Fundo Dasp*, série Pessoal.

5 Processo n. 3.566/43, parecer n. 573, sobre o afastamento para estudo no estrangeiro por obtenção de bolsa de estudos, de 22 de abril de 1943. Arquivo Nacional. *Fundo Dasp*, série Pessoal.

6 Carta-ofício de José Honório Rodrigues a Paulo Carneiro, embaixador na Unesco, de 7 de dezembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

Como diretor de Obras Raras e Publicações da BN (1946-1958), tornou disponíveis obras de difícil acesso; como diretor do AN (1958-1964), preocupou-se com a publicação de fontes, com reformas e cursos de formação de pessoal, trazendo ao Brasil autoridades arquivísticas internacionais (Abreu, 2011). Uhiara (2014), em seu estudo sobre a obra de JHR, reafirma a posição crítica do historiador em relação àqueles que ele julgava responsáveis pela situação da produção historiográfica brasileira no período, isto é, o Estado, as elites e a universidade:

O historiador carioca era um ferrenho crítico do despreparo das autoridades brasileiras que, dentre outros descasos com a *memória histórica* do país, *permitted que documentos oficiais fossem destruídos sem uma prévia seleção*. Ademais, *bibliotecas, museus e arquivos não recebiam orçamentos significativos [...]* (Uhiara, 2014, p. 19, grifo nosso).⁷

Assim, gostaríamos de destacar a visita de um arquivista francês, Henri Boullier de Branche,⁸ que traria contribuições marcantes para a arquivologia brasileira. No âmbito do acordo de cooperação técnico-administrativa entre o Brasil e a França, de 6 de outubro de 1959, JHR contactou a Embaixada da França no Brasil para solicitar a colaboração de um professor francês na área de arquivologia para os cursos do AN, uma série de conferências sobre a organização e as atualidades dos arquivos da França. Ao escrever para Gabrielle Mineur, adida cultural da embaixada, ele relatou a situação do AN, que passava por uma grande reforma, aprovada por decreto presidencial em 1958 (Buzzatti, 2015). Assim, “o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais”,⁹ contemplando, em seu curso, doutrinas, técnicas e métodos; história e organização dos arquivos na França e na Europa. No tempo que lhe restasse, esse profissional deveria estudar algumas adversidades de administração desse tipo de instituição, tendo em vista soluções para os problemas arquivísticos brasileiros, em especial: a relação entre os arquivos ativos e o AN; o problema da seleção e eliminação; o problema da administração dos arquivos vivos (ativos) em relação ao AN; a formação de arquivistas; o desenvolvimento da literatura profissional.¹⁰

7 Essa citação é uma análise da autora com base em um texto escrito por José Honório Rodrigues em 1958, justamente o ano em que ele assume a direção do AN, intitulado “A historiografia brasileira e o atual processo histórico” (Uhiara, 2014, p. 19).

8 Henri Boullier de Branche (1907-1999) foi chefe do arquivo da região francesa de La Lozère de 1937 a 1945. De 1948 a 1963, ele foi chefe dos Archives Départementales de la Sarthe. Também foi diretor do Serviço de Arquivos de La Mayenne até 1973, data em que foi nomeado arquivista honorário da França (*conservateur d'archives honoraire*).

9 Ofício de JHR a Gabrielle Mineur, adida cultural da Embaixada da França no Brasil, de 24 de fevereiro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

10 Carta-ofício de JHR para M. Binnon, de 13 de maio de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

O arquivista francês, cuja experiência na área remontava a décadas, ministrou alguns cursos voltados para o preparo de pessoal para trabalhar em arquivos (curso de aperfeiçoamento para pessoal de arquivos, organizado por intermédio do Dasp, destinado aos servidores do AN, com o aproveitamento de material do seu próprio acervo); fez o levantamento de vários fundos; organizou um repertório de toda documentação da Marinha de Guerra existente no AN; fez a revisão de diversas coleções de documentos históricos;¹¹ e intermediou a tradução de obras francesas no Brasil (Marques, 2011). A repercussão de suas aulas foi tão significativa que JHR chegou a solicitar a sua permanência no Brasil por mais seis meses.¹² Boullier de Branche ficaria no Brasil por um ano.¹³ Seu estudo e suas recomendações acerca da situação dos arquivos brasileiros são apresentados em um relatório (Boullier de Branche, 1975), e gostaríamos de destacar aqueles concernentes à formação de pessoal:

O pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia (Boullier de Branche, 1975, p. 5).

Esse destaque justifica-se pela criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) a partir das recomendações do arquivista francês. Foi o primeiro curso regular para a formação do pessoal de arquivo, que mais tarde seria transferido para o âmbito universitário, inaugurando a institucionalização acadêmica dos cursos de arquivologia no Brasil (Marques, 2007).

No contexto da visita de Boullier de Branche, JHR previu, ainda, a possibilidade de envio posterior de brasileiros para o Stage Technique International des Archives (STIA), indicando nomes de vários funcionários para usufruto de bolsas de estudos do governo francês.

Como Vossa Excelência está ciente, a necessidade de formação de técnicos para o Arquivo Nacional é inadiável, já que a carreira de arquivista, tão relegada em seus padrões de vencimentos, bem pouco interesse desperta a pessoas de nível intelectual à altura das atividades dos Serviços ora criados pelo novo regulamento.

11 Ofício do diretor do AN para o diretor-geral dos Arquivos da França, de 5 de agosto de 1960; ofício do diretor do AN para o conselheiro cultural da Embaixada da França, de 5 de agosto de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

12 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 19 de novembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

13 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 23 de junho de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

[...]. É na França, com seus arquivos departamentais e municipais, um grande campo de treinamento para essas nossas funcionárias que terão sob suas responsabilidades a implantação de novos serviços.¹⁴

Além dessas indicações, no âmbito do acordo técnico-administrativo de 1959, JHR corroborou a necessidade de implementação anual de, pelo menos, uma bolsa para aperfeiçoamento de servidores do AN na França, tendo em vista sua proposta para a criação de um Sistema Nacional de Arquivos.¹⁵ Solicitou, ainda, que a instituição se beneficiasse das outras formas de cooperação técnica previstas no referido documento.¹⁶

Aproveitando esse intercâmbio cultural, o então diretor do AN também solicitou ao Dasp a vinda de um técnico francês em restauração de documentos para aulas práticas, execução e orientação de trabalhos, no próprio AN e em outras instituições do governo federal,¹⁷ e de um arquivista,

para dar prosseguimento às atividades da missão H. Boullier de Branche, de modo a efetivar o esquema anunciado no respectivo relatório final, bem como participar dos estudos concernentes à aplicação do aludido Sistema Nacional de Arquivos. Sendo viável, aliás, seria de grande conveniência a volta do próprio técnico H. Boullier de Branche.¹⁸

O caminho inverso também pode ser notado: JHR foi convidado, pelo Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives – ICA), a colaborar com a arquivologia internacional, no papel de conselheiro do comitê técnico encarregado da elaboração do Guia de Fontes da História da América Latina.¹⁹ Evidentemente, o dedicado historiador aceitaria o referido convite.

Ainda no âmbito dos seus diálogos internacionais, José Honório Rodrigues também traz ao Brasil Theodore Roosevelt Schellenberg, em 1960, autoridade de renome internacional na área, com o objetivo de relatar e aconselhar sobre os problemas arquivísticos brasileiros (Rodrigues, 1974; Abreu, 2011). Nessa ocasião, o arquivista norte-americano orienta sobre o estabelecimento de uma política de arquivos, definindo a posição do AN na estrutura governamental, tendo em vista a defesa e administração dos documentos públicos; a criação

14 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 23 de junho de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

15 Uma análise interessante do papel de JHR sobre o que seriam as bases para a criação de um Sistema Nacional de Arquivos, a partir de um diagnóstico feito por ele quando assume a direção do AN, encontra-se em Jardim (1995).

16 Carta-ofício de JHR a J. Binon, conselheiro cultural, de 18 de abril de 1962. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

17 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 20 de novembro de 1959. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

18 Ofício de JHR para o diretor-geral do Dasp, de 6 de agosto de 1962. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

19 Carta-ofício de JHR para Charles Kecskeméti, de 23 de março de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; a visita a arquivos, além de ministrar palestras sobre assuntos de sua especialidade.²⁰

Schellenberg escreve um relatório sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, publicado no mesmo ano (Lopes, 2000-2001), na série Publicações Técnicas, sob o título *Archival Problems of the Federal Government of Brazil*, traduzido e publicado em 2015 pela revista *Acervo* (Schellenberg, 2015). Nesse relatório, ele apresentava, segundo JHR:

1) a necessidade de legislação apropriada, que salvaguarde a documentação federal e faça reconhecer a preeminência do Arquivo, não como instituição do Ministério da Justiça, mas como órgão da nação; 2) a organização provisória no Rio de Janeiro e a futura transferência para Brasília; 3) a coordenação dos arquivos correntes com o Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos; 4) a unidade do Arquivo Nacional, evitando-se a multiplicação de arquivos históricos, como os do Itamaraty e do Ministério da Guerra, pois os custos de manutenção se elevam, sem falar no absurdo dos equipamentos técnicos extremamente caros reproduzidos em vários arquivos e muitas vezes abandonados por falta de pessoal competente, raro no país; 5) a necessidade de literatura arquivística especializada, que deve ser atendida atualmente antes das publicações eruditas; 6) a organização de inventários; 7) a programação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal e finalmente a preservação e restauração dos documentos recolhidos (Arquivo Nacional, 1970, p. 11-12).

Nessa perspectiva, ele ainda aconselhava, dentre outras medidas, a adoção de disposições legais para a salvaguarda e proteção dos documentos valiosos; a capacitação dos funcionários técnicos, enviando-os aos Estados Unidos para treinamento especial em restauração e nas técnicas fotográficas; e o desenvolvimento e a publicação de literatura especializada sobre a administração de documentos nas fases corrente e permanente (Marques, 2011).

Ao analisar os problemas arquivísticos do governo brasileiro, o estudioso examina a situação do AN, considerando suas implicações culturais, técnicas, políticas e administrativas. Menciona, ainda, a “errônea concepção de situar o AN como uma simples dependência do Ministério da Justiça, quando já devia ter a sua autonomia como órgão central do governo federal”. Dentre as suas sugestões, destaca-se aquela relativa à urgente política nacional de arquivos, à semelhança do que se fazia nos países mais adiantados.²¹

20 Ofício do diretor-geral do Arquivo Nacional para o ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de 30 de março de 1960. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

21 “Informação” (s.d.) do assessor Leandro Tocantins para o chefe do gabinete acerca do levantamento de documentação sobre os estudos relativos à reestruturação administrativa do AN proposta por JHR. Arquivo Nacional. *Fundo Arquivo Nacional*.

Como bem lembra José Honório Rodrigues:

Sua visita e sua lição autorizada chegaram-nos na hora exata, não só porque a transferência para Brasília e o desenvolvimento econômico exigiam cuidadosa atenção pelo problema da avaliação documental e da eficiência e boa organização dos Arquivos, instrumentos indispensáveis da boa e eficiente organização administrativa.

Ele nos ofereceu um relatório, *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*. Porque havia a real ameaça de eliminação indiscriminada ou recolhimento desordenado, publicou o Arquivo Nacional o seu *O preparo de listas de documentos*. Publicou o Arquivo, ainda, *A avaliação dos documentos públicos modernos* e o *Manual de arquivos*, todas obras de real merecimento e que muita influência tiveram e continuarão a ter na formação do arquivista brasileiro (Rodrigues, 1974, p. XIII).

Indo ao encontro das análises realizadas pelos arquivistas francês e norte-americano, JHR realiza o seu diagnóstico da situação do AN (Rodrigues, 1959). Esse estudo, baseado, segundo o próprio autor, “na experiência de um ano e na leitura de todos os relatórios (do AN), desde 1844”, buscava “estudar, com a maior objetividade, os aspectos fundamentais do problema e encaminhar as soluções para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração e possa assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (Rodrigues, 1959, p. 5).

Assim, JHR discorre sobre problemas considerados por ele fundamentais e funcionais, como o recolhimento e a formação de pessoal, concluindo que “só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar da história” (Rodrigues, 1959, p. 66).

Além da atuação internacional de JHR, merece destaque o seu papel de divulgador das práticas e do pensamento arquivísticos, por meio de publicações especializadas produzidas pela instituição, especialmente traduções e o projeto de obras técnicas, por ele mesmo apresentadas e prefaciadas, conforme o quadro 1. Para Fonseca (1988, p. 101), essas obras impressas representam o “esforço iniciado por José Honório Rodrigues no sentido de dotar os arquivistas brasileiros de obras clássicas da arquivologia, até então fora de seu alcance”.

Quadro 1 - Publicações técnicas do Arquivo Nacional sob a direção de JHR (1959-1963)

Autor	Título da publicação técnica	Ano da tradução	Participação de JHR
National Archives (EUA)	O preparo de inventários preliminares	1959	Apresentação
Schellenberg, Theodore Roosevelt	Princípios de arranjos	1959	Apresentação

Autor	Título da publicação técnica	Ano da tradução	Participação de JHR
Levron, Jacques; Mady, Jacqueline	A seleção dos arquivos e a transferência de documentos	1959	Apresentação
Posner, Ernest	Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa	1959	Apresentação
Duchain, Michel	A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos	1959	Apresentação
Filangière, Riccardo	Os arquivos privados	1959	Apresentação
Rodrigues, José Honório	A situação do Arquivo Nacional	1959	Autor
Holmes, Olivier W.; Gille, Bertrand	A significação dos arquivos econômicos	1959	Apresentação
Schellenberg, Theodore Roosevelt	A avaliação dos documentos públicos modernos	1959	Nota preliminar
Schellenberg, Theodore Roosevelt	Manual de arquivos	1959	Nota preliminar
Kahn, Herman; Church, Randolph W.	Os arquivos públicos e as bibliotecas	1960	Apresentação
Bahmer, Robert; Posner, Ernest	Os arquivos nacionais dos Estados Unidos	1960	Apresentação
Schellenberg, Theodore Roosevelt	O preparo de listas de maços de documentos	1960	Apresentação
Schellenberg, Theodore Roosevelt	Problemas arquivísticos do governo brasileiro	1960	Apresentação
Mady, Jacqueline; Bautier, Robert-Henri	Os arquivos e os documentos públicos modernos	1960	Apresentação
Saint Blanquat, Odon de	O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades	1960	Apresentação
Land, Robert H.	O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos	1960	Apresentação
Munden, Ken	Regras de catalogação da divisão de documentos departamentais	1960	Apresentação
Peckham, Woward; Wiley, Bell Irvin	O registro nacional de manuscritos	1960	*
Garrison, Curtir W.; Arbauch, Dortothy	Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes	1960	*
Boullier de Branche, Henri	Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil	1960	Prefácio

Autor	Título da publicação técnica	Ano da tradução	Participação de JHR
Charnier, Henri	As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais	1960	Apresentação
Jenkinson, Hillary	O arquivista inglês, uma nova profissão	1960	Prefácio
Marquant, Robert	Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais	1960	Prefácio
Muller, Samuel; Feith, Johan Adrian; Fruin, R.	Manual de arranjo e descrição de arquivos	1960	Prefácio
Boullier de Branche, Henri	Inventário sumário dos documentos da Secretaria de Estado da Marinha	1960	Nota preliminar
Fernandes, Lygia Nazareth	Índice da revolução do Arquivo Público Mineiro	1960	Prefácio
Sabbe, Étienne	Os arquivos de Estado	1963	Apresentação
Schellenberg, Theodore Roosevelt	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	1963	Nota preliminar

Fonte: Glezer (1976); Fonseca (1988); Simões (2013). * Não tivemos acesso a essas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que inicialmente formado em direito, JHR atuou, ao longo da sua vida, em outras áreas, especialmente nos interesses da história e dos seus desdobramentos. Dedicou-se a promover melhorias nas instituições em que trabalhou, colaborando para que cumprissem o papel ao qual estavam designadas perante a sociedade. A revolução que empreendeu no AN ultrapassa as previsões regulamentares da instituição, superando seus limites burocráticos.

Devemos destacar, também, o seu interesse pelas relações internacionais do Brasil, inclusive com o desenvolvimento de pesquisas. Nessa perspectiva, realizou visitas a entidades norte-americanas e europeias, além de ter passado temporadas nos Estados Unidos que lhe renderam, inclusive, a sua formação em história naquele país. Sua rede de sociabilidade e o seu perfil de viajante-observador propiciaram contatos, dos quais se firmaram cooperações com repercussões importantes não somente para o AN, como também para a arquivologia brasileira.

Essa trajetória nos permite apreender JHR como um intelectual tanto na perspectiva de Gramsci (1995) como na visão de Pécaut (1990). Historiador por opção e formação, ele enxerga no Arquivo Nacional, além de fontes para a história, possibilidades de modernização de técnicas arquivísticas a favor da administração pública (Buzzati, 2015).

Mediante esse legado, podemos concebê-lo como um “intelectual orgânico” do mesmo modo apresentado por Gramsci (1995), colaborador na construção e organização de uma técnica-ciência, por nós entendida como uma disciplina científica, a arquivologia. Mais do

que isso, como mediador de distintas estruturas governamentais, profissionais e pessoais, inclusive articulando diferentes contextos internacionais, em ações políticas e estratégicas, regadas com sua perspicácia e simpatia (Rodrigues, 1994). Assim, na visão que Pécaut (1990) tem do intelectual, JHR encaixar-se-ia no perfil do “homem de cultura”, o qual se comprometera com o Estado no seu papel de servi-lo e não de servir-se dele, como lembra sua esposa (Rodrigues, 1990).

Ainda segundo sua companheira, ao recusar o convite para morar fora do Brasil, o historiador ratifica a convicção de permanecer no seu país para compreender a sua realidade, tal como afirmado por Abreu (2011). Todavia, essa postura ufanista não diminuía o interesse por questões estrangeiras, que parecem justificar as várias viagens, seus numerosos contatos e suas interlocuções internacionais. A atenção ao cenário mundial demonstra o seu interesse em compreender as contribuições que a sua experiência poderia trazer para o Brasil, inclusive para o mundo dos arquivos.

As vindas de Boullier de Branche e de Schellenberg, decorrentes de negociações de JHR com os arquivos francês e norte-americano, respectivamente, definiriam os rumos da arquivologia brasileira: os arquivistas francês e estadunidense, a partir de seus criteriosos diagnósticos da situação dos arquivos brasileiros, tecem recomendações que vislumbram a implementação e a melhoria de políticas, cursos e técnicas que delineariam os contornos institucionais, de ensino e da profissão arquivística no país.

Assim, a reforma empreendida no AN, a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), as traduções e a publicação de obras estrangeiras de referência internacional marcam a gestão de JHR como diretor dessa instituição. Esse visionário das potencialidades dos arquivos, concretizando sua paixão pela história e consciente das necessidades de formação de um profissional habilitado a geri-los e preservá-los, empreendeu várias frentes de trabalho no AN. Em uma gestão que seria o divisor de águas de uma trajetória institucional, nasce uma disciplina gestada há décadas e que anseia por reconhecimento.

Trechos de uma entrevista concedida ao historiador Carlos Guilherme Mota, publicada na revista *IstoÉ* em 12 de abril de 1978, demonstram o vanguardismo de JHR quando o assunto é direito à informação. Indagado sobre “o que se pode fazer para melhorar os estudos de história no Brasil e de quem seria essa tarefa”, respondeu que caberia ao Estado “fornecer recursos que estimulem a pesquisa histórica, facilitar a organização de arquivos, bibliotecas e museus, e sobretudo garantir o direito à informação, estabelecendo normas gerais, para todos, de acesso e consulta aos documentos”.

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo José Honório Rodrigues. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 319-332, 2011.

ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais. Poder, violência e*

exclusão. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Paulo%20Alves%20Junior.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1970.

BOULLIER DE BRANCHE, Henri. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BUZZATTI, João Vicente Teixeira. *Da máquina erudita à instituição arquivística: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964)*. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COLANGEON, Philippe. Classes sociales, pratiques culturelles et styles de vie: le modèle de la distinction est-il (vraiment) obsolète? *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 36, n. 1, p. 59-85, primavera 2004. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/socsoc/2004/v36/n1/009582ar.html?lang=es>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FONSECA, Maria Odila Kah. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 101-110, jul/dez. 1988.

GLEZER, Raquel. *O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói (RJ): Eduff, 1995.

LOPES, Luís Carlos. Le Brésil et ses archives: une étude de l'archivistique brésilienne et les perceptions d'archivistes étrangers. *Archives*, Quebec, v. 32, n. 1, 2000-2001.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dez. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0103-40141988000300008>. Acesso em: 4 nov. 2016.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

_____. Apresentação da edição brasileira: Theodore R. Schellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2. tiragem. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Lêda Boechat. O homem e sua escrita. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.

SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...Natal: Anpuh Brasil*, 2013.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, 2014.

Recebido em 8/6/2016

Aprovado em 8/2/2017

ARQUIVOS DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES EM MOVIMENTO
REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISAS COM ANTROPÓLOGOS NO BRASIL
PERSONAL AND INSTITUTIONAL ARCHIVES IN MOVEMENT
REFLECTIONS FROM RESEARCHES WITH ANTHROPOLOGISTS IN BRAZIL

CANDICE VIDAL E SOUZA | Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Doutora em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/ Museu Nacional, UFRJ). Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

RESUMO

Analisar a história do ensino e da pesquisa em antropologia tem, na consulta a arquivos de antropólogos, uma etapa promissora. Neste artigo, reflito sobre o arquivo pessoal de professores universitários, no intuito de compreender situações de entrevistas que revelam a dinâmica entre este arquivo privado e o institucional, postos em movimento por quem viveu a construção da antropologia brasileira contemporânea.

Palavras-chave: arquivos pessoais; instituições acadêmicas; antropólogos no Brasil.

ABSTRACT

Analyzing the history of teaching and research in anthropology has, in consulting the archives of anthropologists, a promising step. In this article, I reflect on the university professor's archives, in order to understand interview situations that reveal the dynamics between personal and institutional archives, set in motion by those who lived the construction of contemporary Brazilian anthropology.

Keywords: personal archives; academic institutions; anthropologists in Brazil.

RESUMEN

La pesquisa sobre historia de la enseñanza e investigación en antropología encuentra prometedora la consulta de archivos de antropólogos. En este artículo, reflexiono sobre el acervo de los profesores universitarios, a fin de comprender, a través de entrevistas, la dinámica entre los archivos personales e institucionales, realizados por quienes vivieron la construcción de la antropología brasileña contemporánea.

Palabras clave: archivos personales; instituciones académicas; antropólogos en Brasil.

INTRODUÇÃO

Para se conhecer a história da antropologia pelo ponto de vista daqueles que a ensinam e a praticam em lugares e tempos particulares, é preciso, além de escutar o que eles contam, aproximar-se de papéis, escritos, objetos, imagens. O enredo que envolve acontecimentos, pessoas e instituições se combina também com cartas, diplomas, textos memorialísticos, poemas, pastas de congresso, crachás, fotografias. A situação de entrevista, uma conversa entre uma antropóloga e outros profissionais da mesma área, que são seus interlocutores, desenrola-se de maneiras imprevisíveis quanto aos efeitos subjetivos que a escavação de memórias pessoais e coletivas pode produzir. Em tal evento, acontece a comunicação de uma experiência de vida como cientista, por intermédio de uma narrativa em que se contam e se mostram à entrevistadora aspectos de acontecimentos e relações do mundo universitário.

Neste artigo, pretendo apresentar algumas reflexões sobre a prática de arquivar a própria história e o ato de acionar esse arquivo, enquanto se conversa com alguém sobre certos episódios da vida relacionados ao trabalho com antropologia em universidades brasileiras. Em 2003, iniciei pesquisas sobre trajetórias de antropólogos que trabalharam com essa disciplina no Brasil em contextos institucionais periféricos.¹ A investigação sobre seus percursos de aprendizagem e suas práticas profissionais como professores e pesquisadores confirma a existência de intercâmbios entre centros e periferias do campo antropológico brasileiro. Essa rede se revela na escuta das histórias pessoais, na investigação de arquivos que se situam em instituições e, sobretudo, na leitura de documentos e publicações que falam de carreiras e vidas pessoais, mas que estão sob a guarda dos próprios indivíduos com quem entrei em contato, em diversas cidades brasileiras.

Compreender a história da antropologia, tendo em vista os lugares e as posições relativas entre centralidade e marginalidade, e as relações dinâmicas e heterogêneas que ocorrem entre esses polos, é uma perspectiva que tem trazido renovações para a pesquisa no Brasil e em outros locais (Vidal e Souza, 2016; Ribeiro; Escobar, 2012; Handler, 2000). Assim, vai-se em busca das conexões sempre instáveis – porque sujeitas à composição dos grupos científicos, aos parâmetros para o trabalho acadêmico e às características pessoais dos cientistas – entre instituições consagradas e locais “menores” na hierarquia disciplinar, capturadas nos modos de fazer e ensinar antropologia por mulheres e homens, e em vestígios documentais como relatos de histórias departamentais, publicações, processos burocráticos, programas de curso etc.

Em pesquisa mais recente sobre as trajetórias femininas na antropologia brasileira, as entrevistas com antropólogas provocaram as situações de apresentação dos arquivos pessoais, construídos por gestos individuais de guardar registros de sua vivência profissional. A

¹ As regiões Nordeste e Sul possuem grupos de antropólogos-pesquisadores notadamente desde os anos de 1960, mas se sabe da presença do ensino dessa disciplina desde a primeira metade do século XX em algumas capitais de seus estados. No entanto, compreende-se que os núcleos fundadores da antropologia brasileira em sua forma contemporânea estão em universidades do Rio de Janeiro, de Brasília e de São Paulo (Rubim, 1997).

ênfase nas mulheres estava relacionada ao interesse em articular vida acadêmica e relações de conjugalidade e/ou maternidade entre professoras universitárias da primeira geração de pós-graduadas.

A narração das biografias pessoais e profissionais ativa esses arquivos no momento em que os sujeitos selecionam, mostram e explicam os significados desses testemunhos de uma vida institucional particular. Desse modo, o evento narrativo, que é a entrevista, torna-se tão significativo quanto os eventos nela narrados, seguindo-se a distinção proposta por Luciana Hartmann (2005, p. 126). Contar sobre a própria vida na universidade (e o que se passou junto com ela) é um exercício de reflexividade inevitável, quando a ouvinte tem acesso à interpretação pessoal sobre um projeto existencial que inclui a antropologia (Bruner, 1986; Söderqvist, 1996). Aproximar-se dessas histórias pessoais é uma tarefa que envolve a pesquisadora, sobretudo porque, como percebeu Thomas Söderqvist, “it is easier for someone who has felt the hopes and anxieties of scientific work in his own mind and body to understand the existential dimension of other scientists” (Söderqvist, 1996, p. 70).

Quando comecei a entrevistar professores de antropologia em Belo Horizonte, logo percebi como a lembrança dos fatos desta trajetória envolve sentimentos intensos e variados: o passado pode ter ficado bem longe, diante de uma vida profissional que começou na universidade e depois tomou outros rumos; porém, os tempos idos podem estar de tal modo entranhados no presente, que geram raiva, dor, desalento, mas também satisfação, saudade e a sensação de ter sido feito o possível.

As conversas com os entrevistados (mulheres, na maioria) que ensinaram antropologia aconteceram em cenários diversos: espaços das casas (salas, varandas), gabinetes de universidades, bibliotecas, quartos e áreas de hotéis. O lugar onde sentamos para realizá-la é relevante, porque significa maior ou menor distanciamento dos acervos pessoais de documentos, livros e publicações. Em algumas ocasiões, aconteceu de papéis mencionados me serem encaminhados depois, tendo eu de devolvê-los pelo correio após copiá-los em minha casa. Em outras situações, eles me foram oferecidos para transcrição naquele momento. Houve, ainda, casos de exemplares que foram definitivamente cedidos à pesquisadora.

Quando a pessoa entrevistada recorre a papéis e outros tipos de objeto para falar de suas trajetórias, posso perceber a intenção de ilustrar fatos, de comprovar versões e, mesmo, de materializar uma posição no mundo universitário. Encontro ressonância entre essas situações específicas de entrevistas e os argumentos de Philippe Artières (1998) sobre as ações de “arquivar a própria vida” e as intenções autobiográficas envolvidas na guarda de documentos, papéis e objetos variados e significativos para alguém. Assim, o centro de meu argumento segue a seguinte afirmação desse autor: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de *resistência*” (Artières, 1998, p. 11, grifo meu).

Resistir a quê por meio das provas apresentadas? Ao esquecimento, às versões desqualificadoras, aos enviesamentos interessados, presentes nas histórias contadas por outrem. Na pesquisa, levo em conta o ponto de vista sobre os espaços acadêmicos como locais de conflitos, de disputas. São mundos sociais que produzem a marginalização, a desonra, assim

como a consagração (sempre sujeita à deterioração pelo tempo, pela morte, pelo fim das citações).² Resistir à desqualificação intelectual empreendida por colegas de universidade é um aspecto da intenção de expor provas de seu valor, de sua capacidade, de seus méritos. Outros documentos que me foram mostrados se referem a processos administrativos, representativos de momentos de intensos confrontos entre professor, chefias e demais instâncias universitárias. Trata-se aqui de combate em torno de direitos que interferem na construção da carreira acadêmica (por exemplo, as licenças para afastamento ou a distribuição de encargos didáticos).

Desde minhas primeiras entrevistas com os professores de antropologia em Minas Gerais, conheci a importância dessa comprovação por meio das histórias de meu entrevistado Romeu Sabará, aposentado em 1996 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esse encontro, bem como as conversas que tive com Nádia Amorim, estão entre os que mais me afetaram,³ pois foi envolvendo escavações dolorosas do passado. Ao comentar sua decisão de me encontrar, Nádia disse ter sido essa a última vez em que falaria desses assuntos e que o fazia por eu vir de tão longe. Além disso, eles estão entre as pessoas que mais me cederam originais ou cópias de documentos pessoais, citados ou mostrados em minha passagem por suas casas em Belo Horizonte e em Maceió, respectivamente.

Os documentos e objetos que vejo no ambiente da entrevista, ou que me são apontados intencionalmente pelos entrevistados, são indícios variados das trajetórias intelectuais e da vida pessoal. Entre livros, fotografias, certificados, diplomas e pastas de congressos, são contadas as histórias a partir de minhas perguntas sobre suas famílias de origem, formação escolar, entrada na universidade, educação em antropologia, carreira como professor dessa disciplina, vida pessoal e familiar. Durante as interlocuções, apenas usei o gravador e nada fotografei. E tudo o que levei comigo foram textos, livros ou coisas oferecidas pelos entrevistados (folhetos, bolsas de congresso, e até “santinho” de campanha).

Neste trabalho, cito mais diretamente três encontros e proponho que a disposição de narrar as biografias profissionais e pessoais dos entrevistados seja um ato que põe em movimento um arquivo pessoal composto de elementos materiais e imateriais, cuja totalidade de fato é inatingível. Tive acesso a fragmentos que me foram dados a ver e saber; outras partes, silenciadas, adormecidas ou esquecidas, ficarão guardadas em outro lugar, à espera de um novo encontro que as reative. Ou permanecerão para sempre no passado, como as memórias da professora que, após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC), esqueceu todo o período de trabalho na universidade e, portanto, não poderia ser entrevistada.

2 Para uma compreensão das dinâmicas conflituosas e das hierarquias prevaletentes no mundo social dos cientistas, ver Norbert Elias (1982) e Pierre Bourdieu (2013). Ambos os trabalhos analisam as lutas de poder entre estabelecidos e *outsiders* do campo acadêmico, que são mobilizadas em torno de recursos, *status* e prestígio na cena disciplinar e/ou institucional.

3 Os diálogos com professores se revelam uma experiência intelectual e emocional. A referência mais apropriada para aqueles eventos é a discussão de Jeanne Favret-Saada (2005) sobre o “ser afetado”. Ela reconhece estatuto epistemológico a “situações de comunicação involuntária e não intencional” no curso da pesquisa etnográfica, possíveis quando nos deixamos afetar por aqueles com quem nos relacionamos (Favret-Saada, 2005, p. 160).

Pretendo aqui refletir sobre o fazer do arquivo de cada um, presentificado pela memória dos processos e personagens de instituições e do campo antropológico, bem como pelos documentos, prefácios, agradecimentos, diplomas e títulos. Verifica-se, neste caso de pesquisa, o caráter contingente e instável do acervo – proposição de Sue McKemmish (2013) –, acentuado pela dimensão relacional da entrevista, apontando para a interlocução que define para quem se mostra e o que se conta sobre as provas de si. Esses arquivos são postos a "falar" a respeito de campos disputados e passam a garantir certas versões de fatos e processos institucionais, algumas vezes acionados na luta contra o apagamento de atuações profissionais e de méritos pessoais. Trata-se de compreender situações de entrevistas que revelam a dinâmica entre arquivos pessoais e institucionais (sua permeabilidade, sua sobreposição), postos em movimento na voz e nos sentimentos de quem viveu a construção da história da antropologia brasileira entre margens e centros.

PROFESSORES DE ANTROPOLOGIA NO BRASIL: COMPREENDER A DISCIPLINA A PARTIR DE SUAS MARGENS

A pesquisa sobre as trajetórias na antropologia brasileira intenta conhecer e localizar temporal, espacial e institucionalmente, os percursos de professores e pesquisadores dessa disciplina, responsáveis pela transmissão e pela produção do conhecimento das sociedades. Para tanto, parte-se de um ponto de vista antropológico, em relação ao campo de possibilidades institucionais de seu tempo, levando-se também em consideração a coexistência com outras áreas das ciências sociais e humanas. Trata-se de encaminhar a reflexão sobre a história das ciências sociais como um problema socioantropológico, notadamente no que se refere às dinâmicas históricas, geracionais e regionais (centros e periferias) do campo acadêmico nacional, articuladas aos condicionantes de gênero.

O universo de entrevistadas da pesquisa com ênfase nas mulheres é composto por professoras de antropologia de instituições de vários estados das regiões Nordeste e Sul do Brasil. Até abril de 2015, realizei 35 entrevistas com docentes das seguintes universidades federais: do Paraná (UFPR), de Pernambuco (UFPE), do Maranhão (UFMA), da Paraíba (UFPB, Campina Grande e João Pessoa), do Ceará (UFC), do Rio Grande do Norte (UFRN), de Alagoas (Ufal), de Santa Catarina (UFSC) e do Piauí (UFPI). Elas foram identificadas a partir de publicações da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ou de atividades com apoio dessa instituição (Eckert; Godoi, 2006; Trajano Filho; Ribeiro, 2004; Santos, 2006). Recorri também a contatos com colegas das respectivas cidades. Outro recurso de mapeamento desses conjuntos de professoras são os artigos ou livros que informam sobre a constituição do campo das ciências sociais, e da antropologia em particular, em cada local.⁴ A maioria das entrevistadas está aposentada dos encargos da universidade, ainda que algumas se mantenham produtivas em outras áreas ou realizando tipos variados de consultoria e trabalho técnico.

4 Alguns exemplos são Santos (2006), Coelho (2011), Oliveira (2006).

Esta pesquisa permite refletir sobre o que posso denominar de *construção social da relevância e da irrelevância acadêmica*, considerando-se fatores como gênero, trajetórias geracionais, tempos e configurações institucionais. Mostra-nos, sobretudo, a pluralidade dos modos de fazer um caminho profissional na antropologia brasileira.

Como acontece entre antropólogos, a pesquisa consiste em processo reflexivo e autor-reflexivo, no qual se pontua a historicidade dos padrões de carreira – notável quando realizamos a sociologia dos percursos e dos juízos do mundo universitário – e a consciência de estar em um mundo de combates, assim como de parcerias de vida que perduram por décadas, ambas as possibilidades acontecendo entre gerações diferentes e internamente a cada uma delas.

A partir dessas situações de investigação, questiono: qual o papel das provas materiais que acompanham conversas geradoras de emoções? Tais objetos já falam dos sujeitos narradores e parecem ser revestidos de maior teor de subjetividade em articulação com fatos, nomes, ambientes, relações sociais do passado, desfiados no tempo que dura a conversa entre antropólogos.

OS DOCUMENTOS DE UMA VIDA: ALGUMAS SITUAÇÕES EXEMPLARES

Como disse, os diálogos com as professoras de antropologia aconteceram em várias cidades brasileiras; já para conversar com os poucos antropólogos homens incluídos na investigação, não precisei viajar. Antes de partir da cidade onde moro, Belo Horizonte, fiz contato telefônico ou por e-mail, explicando a pesquisa e a intenção da entrevista. Encontrei os dados mais precisos sobre essas pessoas com colegas das universidades locais, secretarias de departamentos ou, o que é mais comum, por meio de uma professora, que indicava as demais.

Ao relembrar essas horas passadas junto a pessoas que visitei pela primeira vez, considere que poderia mencionar três delas para o argumento deste trabalho: duas professoras e um professor, com quem tive encontros exemplares, os quais me fizeram ver e ler documentos, textos e objetos que consideraram pertinentes para o acompanhamento da narrativa de fatos e histórias de sua vivência acadêmica. Esse docente foi entrevistado em minha pesquisa sobre o ensino de antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais, notadamente nas décadas de 1940 a 1970; quando expandi a pesquisa para outros estados brasileiros, fiz a escolha pelas perspectivas femininas da carreira universitária nessa disciplina.

Em dezembro de 2013, estive com Nádía Amorim (São Miguel dos Campos, Alagoas, 1945) durante dois dias em seu apartamento. A biblioteca estava esvaziada, porque recentemente ela tinha cedido material de pesquisa, livros e documentos, que couberam em quatro caixas, ao Museu Théo Brandão. Quando a equipe foi retirá-las, Nádía deu um depoimento. O conteúdo da doação foi distribuído nas seguintes categorias, resultando em 93 itens listados pelo museu, alguns ainda não identificados:

1. artigos; programas de diversos cursos: sociologia, direito, serviço social, filosofia; projetos de pesquisa, como *Aposentadoria como rito de passagem*, de 1995; relatórios finais de

pesquisa sobre o tema *Reprodução da discriminação feminina; curriculum vitae*; material de tese; fichamentos do doutorado; certificados de cursos; convites; pasta com documentos do “início da atividade docente na Ufal (1972-1973)”; papéis relacionados à proposta da especialização em antropologia contemporânea e ao mestrado em desenvolvimento e meio ambiente; material sobre a Espanha, entre outros;

2. cópias de textos de outros autores (Oracy Nogueira, José Maria Tenório, Simmel, Freitas Barros, Emílio Lamo), além de programas e escritos de Théo Brandão.

Mesmo assim, livros e artigos de sua autoria foram mostrados, bem como fotos e cartas, combinando com os temas que apareciam em nossa conversa. A urgência em deixar tudo organizado, como ela desejava, foi expressa abertamente em sua fala. Sua fragilidade física e a consciência da vizinhança da morte levaram-na a tomar medidas de proteção de sua casa, de suas coisas, seus livros e escritos. Não se trata aqui de revelar algum segredo de entrevista, pois ela falava abertamente disso em seus textos. Cito dois trechos: “Não invadam meu santuário. Nele, não habito sozinha: dialogo com meus livros, converso com meus pensamentos, concluo com meus escritos, aprendo com Vânia⁵ e encontro o nirvana ouvindo a música em silêncio” (Amorim, 2011, p. 66). A antropóloga mencionou, ainda, sua casa e seu mundo, organizado e pacífico graças à presença e ao trabalho de Vânia.

Em outro texto, Nádia usa o nome de Júlia para falar de si:

A força se esvai. Júlia não pode mais prosseguir lutando. Somente aceitando. Ela está morrendo, mataram-na! Abandonaram-na! Mas ela não perdeu a fibra. [...]. E a convicção de quem, mesmo morrendo, agradece a dádiva de ter vivido, sofrido e de prosseguir compreendendo. Até que advenha o encontro cósmico pelo qual anseia (Amorim, 2011, p. 75).

Um poema em especial diz como ela se define. Chama-se “Mulher”:

Sou Mulher! Mulher sozinha!/ Mas mulher que sabe lutar!/ Que não vê nas lágrimas fraqueza/ Pois que elas são/ A mais profunda e pura manifestação/ Da minha condição humana./ Sou mulher! Mulher sozinha!/ Que tem um coração que ama, sofre e renasce/ Por entre os escombros da dor./ Para mais uma vez,/ De braços abertos, de coração escancarado/ Abrigar em mim a vida/ E oferecê-la ao mundo
A experiência é meu mestre/ A dor é meu aprendizado/ A compreensão é minha libertação
Os tropeços são a minha escada/ As minhas lágrimas são a minha lanterna!/ Por entre elas descortino a vida/ Encontro a paz da aceitação/ A decisão de prosseguir!

5 Vânia cuida da casa de Nádia, assim como a acompanha nas poucas saídas para médicos e bancos. Ela é, de fato, a única pessoa com quem Nádia pode contar em sua rotina delicada de cuidados com a saúde.

Sou mulher! Mulher sozinha!/
Sozinha?
Como sozinha se trago em mim/
A coragem de lutar que retorna
Ante a consciência dos momentos/
De extrema fraqueza/
E debilidade emocional e física?
Sou mulher! Sozinha não!/
Porque habita em mim/
O "sentimento do mundo".
(Amorim, 2011, p. 64 e 65)

Nádia teve, em sua família e na educação em antropologia que recebeu de Théó Brandão, os pontos fortes do bordado de sua vida (recorro às metáforas dos matizes dos bordados que sua mãe fazia para completar a renda doméstica). O traço de um percurso, voltado para o estudo, o aprimoramento e a conquista de lugares meritocráticos, é iniciado a partir de sua origem familiar, na qual os parentes mais distantes possuem posses e bens, enquanto o núcleo era empobrecido, pelas dificuldades psicológicas do pai, interessado em leituras vastas.⁶ Adiante, quando se dedica aos estudos universitários, tem seu reconhecimento assegurado pelo convite de Théó Brandão, feito no mesmo dia de sua cerimônia de formatura.

Quanto a esse episódio, Nádia realizou correções, em minha presença, em texto que contava de outra forma sobre o convite. No livro, em homenagem ao centenário de nascimento de Théó Brandão (Dantas; Lôbo; Mata, 2008), ela reescreveu alguns trechos, acrescentando notas de esclarecimento nas margens. Trata-se de um exemplo em que a situação de interação entre a pesquisadora e sua entrevistada provoca a transformação de anotações em falas vivas sobre os acontecimentos relacionados à vida institucional e seus personagens diretos. Notas de retificação de seu próprio texto, de erros de digitação e de contraversões aparecem no material que Nádia me cedeu em definitivo.

Segundo me contou, a sua ida para São Paulo, com o objetivo de realizar mestrado e doutorado sob a orientação de Oracy Nogueira, foi conduzida pelo seu próprio esforço, sem que lançasse mão do vínculo com Théó Brandão. Nádia pretendia assim se esquivar dos contatos personalistas, valendo-se de suas próprias capacidades para sair de Maceió. Entretanto, sua dívida e admiração em relação ao médico e folclorista ficam sempre marcadas em sua fala, em sua escrita: "Ao meu pai, Jorge Dâmaso de Amorim, e ao professor dr. Théó Brandão, cujas memórias reverencio e que, para mim, renascem a cada avanço intelectual no exercício de minha profissão" (Amorim, 1992, p. 7).

Em seu escritório, além de poucos livros, que restaram após a doação recente feita ao Museu Théó Brandão, há pastas com documentos, fotografias e, especialmente, uma carta emoldurada, a qual atesta o convite da Universidade Complutense de Madri para que ela lecionasse antropologia brasileira e fizesse seu pós-doutorado. Essa viagem não pôde ser

6 Nádia fala emocionada sobre seus pais, mencionando o interesse dos dois em literatura e o valor que davam ao conhecimento. Para que eu entendesse a condição de seu progenitor, assolado por momentos de depressão e de euforia, a entrevistada leu para mim o poema *O sono*, de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa, para falar, por meio dele, do seu "sono" atual e o do seu pai.

realizada devido à morte violenta de sua querida irmã Hévia. Esse momento crítico da vida pessoal de Nádia é declarado da seguinte maneira: “Mas eis que, em 1992, a tragédia caiu sobre minha vida com a morte de minha irmã, professora Hévia Valéria, e os primeiros sinais de alzheimer em minha mãe. [...]. E eu tive de escolher o que priorizar. Evidente que priorizei minha mãe” (Amorim, 2011, p. 21). Assim, podem-se tomar os documentos como provas do que poderia ter sido se... Deixar à vista esse tipo de material objetiva o que não existiu: paradoxos das vidas acadêmicas que falam dos projetos que não puderam se concretizar ou que tiveram de ser redirecionados diante de imposições da vida pessoal.

Houve uma coincidência entre o episódio de entrega do arquivo privado de Nádia Amorim para o Museu Théo Brandão e a entrevista que realizei com ela poucos meses depois: o mesmo tema tratado por mim – memória pessoal e vida intelectual – também tinha sido abordado pela equipe da instituição. Esse acervo privado foi doado em parte a uma instituição, que pertence à universidade, mas cuja história tem uma autonomia relativa quanto ao espaço e à administração departamental. Não perguntei a Nádia sobre os parâmetros que ela usou para separar o material a ser cedido; no entanto, pela listagem até agora disponível, vemos que ela quis deixar registros de sua própria atividade como professora pesquisadora, bem como de seus laços diretos com o fundador do museu.

Um ano depois, em dezembro de 2014, entrevistei Elizabeth Nasser (São Pedro, Rio Grande do Norte, 1936) em seu apartamento em Natal. Conversamos em sua biblioteca. Elizabeth é a parte feminina de um “casal antropológico”. Sua carreira foi-se fazendo junto com a de seu marido, Nássaro Nasser. Já tínhamos nos conhecido em agosto daquele ano, quando o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) recebeu a XXIX Reunião Brasileira de Antropologia. O casal Nasser foi convidado a dar um depoimento, sobre a prática dessa disciplina em seu estado, no grupo de trabalho de história da antropologia, que coordenei no evento. Apenas Nássaro compareceu no dia combinado, pois Elizabeth estava com fortes dores de cabeça. Encontramo-nos no dia seguinte, para levá-la a uma atividade do evento que discutia gênero e sexualidade.

Depois da mudança de uma casa espaçosa para um apartamento também grande, repleto de obras de arte, mas que não comportaria as duas bibliotecas, o casal concordou que deveria permanecer a de Elizabeth, pois ela ainda se manteve ativa como escritora após a aposentadoria. Além de livros, papéis arquivados, muitas fotografias de viagens e eventos, ela guarda muitos crachás e bolsas de congresso. Uma destas recebi de presente, do Encontro de Mulheres do RN – Mulher e Política, além de um santinho de sua campanha para vereadora em Natal e vários folhetos referentes a encontros e causas feministas. Assim, pude ver como, na trajetória de Elizabeth, a antropologia foi-se combinando com a luta das mulheres: os artigos em jornal, os objetos, imagens e textos de sua biblioteca mostram bem esses pontos ainda presentes em sua atividade intelectual e política. Mesmo que me tenha contado sobre seu mestrado em antropologia em Salvador e sua pesquisa de campo com os índios Tuxá, são seus numerosos artigos jornalísticos que se destacam no currículo.

O que Elizabeth quer lembrar: suas conquistas como feminista, suas aventuras dentro de um fusquinha pelos bairros pobres de Natal, seu aniversário comemorado com as mulheres

de um bordel, sua vontade de ir falar dos direitos femininos em todo lugar. Para mim, não era a sala de aula que marcava suas lembranças, mas o mundo vasto para onde a antropologia juntamente ao feminismo a levaram.

Relembro agora as entrevistas mais antigas, de 2004, com Romeu Sabará (Pocrane, Minas Gerais, 1941), realizadas em duas visitas que fiz a seu apartamento em Belo Horizonte. Naquele momento, eu estava iniciando uma pesquisa sobre a construção da posição institucional da antropologia em sua terra natal, considerando-a sob a ótica das lutas de classificação e das hierarquias intelectuais notadas na relação com as outras ciências sociais. Meu interesse era compreender, a partir da consulta a arquivos administrativos da universidade (especialmente programas de curso) e de entrevistas com professores e ex-alunos, como se transmitia o conhecimento antropológico na capital mineira desde os anos de 1940, considerando a posição institucional da antropologia, relativamente desfavorecida em comparação com o cenário da ciência política e da sociologia.

Minhas impressões na época atestaram que nenhuma outra trajetória é tão exemplar quanto a do professor Romeu Sabará em relação à percepção da condição marginal e inferior imputada a um colega do meio universitário. Sua memória é essencialmente marcada por acontecimentos e pessoas em tensão, enfrentamentos e conflitos que podiam resvalar para processos administrativos. Sabará requereu sua aposentadoria antes de completar seu tempo de serviço para que pudesse realizar seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP). O Departamento de Sociologia e Antropologia não lhe teria concedido uma segunda licença para pós-graduação, pois ele já havia usufruído de tal benefício quando da realização de seu mestrado, não concluído, na Universidade de Brasília, nos anos de 1970.

Tive acesso a artigos e programas de seu curso, retirados de seu próprio arquivo metálico e de sua biblioteca. Também tenho uma cópia de um recurso administrativo de 12 de setembro de 2005, dirigido à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, recorrendo de atos relacionados ao concurso para professor adjunto de antropologia. Ou seja, depois de concluir seu doutorado, Romeu se inscreveu no concurso para tentar retornar à universidade. Dos dez aprovados, foi classificado em último lugar e contesta procedimentos administrativos da comissão de seleção. Ele ainda me emprestou a cópia da tese de Eliane Sebeika Rapchan, *Negros e africanos em Minas Gerais: construções e narrativas folclóricas* (Universidade de Campinas, 2000), em dois volumes, cuja autora leu seus trabalhos, mas os enquadrou na classificação que ele rejeita de “estudos folclóricos”. Seus textos jornalísticos são sempre lembrados, assim como sua produção de poeta. Entre seus poemas, considero particularmente revelador de sua experiência o que se segue, chamado “Aqui jazia”:

modesto professor/ de Filosofia,/ Antropologia,/ Psicologia...

Aos trinta anos/ de serviço,/ nesta academia,/ condenado e cicutado,/ foi morto e sepultado/ por todos seus pares/ em colendas câmaras/ e egrégios conselhos/ universitários

Não foi mestre,/ nem doutor,/ não foi chefe,/ nem reitor.

Não fez escola/ nessa escola/ Fez escola/ na escola/ da vida

Ao terceiro dia,/ surgiu dos mortos/ subiu aos céus/ nas benditas asas/ da bem merecida/ APOSENTADORIA (Sabará, 1997, p. 26)

Uma vida intelectual é mais vasta do que uma vida universitária estrita. Portanto, os arquivos pessoais se diversificam em termos de provas da atividade autoral de meus personagens. Noto que a expressão poética dos professores Nádya Amorim e Romeu Sabará, os quais passaram por sofrimentos e dificuldades variadas, pessoal e profissionalmente, também pode figurar como parte de um acervo particular no sentido amplo de expressões de uma trajetória: uma escrita de si, por certo.

ARQUIVOS PESSOAIS E TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS: SOBRE A ETNOGRAFIA DAS NARRATIVAS E SUA PERFORMANCE DOCUMENTAL

Inspiro-me na proposta de Sue McKemmish (1996, 2013) de que os arquivos particulares são “provas de mim”, pois “a produção e manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas” (McKemmish, 2013, p. 23).

A realização de uma etnografia dos arquivos tem sido executada e problematizada por Luciana Heymann (2013). Nessa direção, a autora ressalta que não se confunda o acervo particular com a história de vida do titular, nem que se tome esse tipo de arquivo como sendo sua memória pessoal. Afinal, “também é preciso lembrar que nem todo gesto de arquivamento pode ser associado a uma vontade de memória ou a um testemunho” (Heymann, 2013, p. 74). Ao contrário da autora, não empreendo etnografia dos arquivos, mas sua reflexão ilumina práticas de arquivamento duradouras e/ou contextuais, efêmeras, como aquelas que comecei a apresentar aqui. Contudo, as histórias que contei antes estão especialmente marcadas pela vontade de deixar claro um ponto de vista ou um conjunto de coisas feitas. Algumas vezes, são esses objetos e livros expostos que mantêm viva a memória de si, em um sentido bem direto, pois que, de fato, a capacidade cerebral de lembrar pode estar sendo afetada.

Algumas vezes, ficou nítido para mim que o convite para a entrevista deflagrava um processo específico de recurso a um arquivo pessoal: a procura e seleção de papéis a serem mostrados, como certificados, carteira de trabalho e currículos Lattes e pré-Lattes, como meios para ajudar a lembrar de dados – datas precisas, especialmente. A vontade de ir atrás de pistas para a lembrança, após o primeiro contato por telefone, foi-me mencionada por algumas professoras. Em outros casos, sem recurso ao auxílio dos registros, reclamava-se da falta de precisão sobre as datas de eventos, como início e fim da graduação, ano de contratação, aposentadoria etc.

A entrevista é um evento antecedido por reviradas na memória dessas pessoas; depois dela, acontece ainda de os entrevistados se falarem entre si sobre a minha chegada e a respeito da conversa propriamente dita. Enquanto estou na casa das pessoas ou em seus gabinetes de trabalho na universidade, fatos e nomes são citados juntamente ao recurso a certas materialidades. O arquivo pessoal, assim, pode ser entendido como um acervo “estranque”

até que seja acionado diante de outrem que o convoca por meio de perguntas e dúvidas, como, por exemplo, sobre a precisão de datas, nomes e lugares. No entanto, ele muitas vezes é um conjunto de coisas guardadas, que ganha novos usos para fins de responder questões. É nesse limite, dado pela sua funcionalidade ocasional de comunicar algo para alguém, que os dados ganham novos significados. Por essa razão, é necessário ter em mente as precauções analíticas de Luciana Heymann (2013) de que o arquivo pessoal não é a história de vida do titular, nem sua memória pessoal. Se isso é válido para os acervos portentosos de personalidades brasileiras com as quais a autora trabalha, também o será para meus modestos professores. Como diz Artières, “[...] arquivar a própria vida não é privilégio de homens ilustres (de escritores e governantes) [...] o arquivamento do eu é uma prática plural e incessante” (Artières, 1998, p. 31).

Penso esses momentos de escuta como aqueles em que se realiza uma pragmática da lembrança de um sujeito entremeadado a outros e às instituições a que pertenceram: o arquivo existe de forma única como *performance* narrativa de um eu intelectual. Enquanto papéis e objetos são mostrados, vemos a experiência ser posta em circulação (Bruner, 1986, p. 12). Como diz Edward Bruner,

the performance does not release a preexisting meaning that lies dormant in the text [...]. Rather, the performance itself is constitutive. Meaning is always in the present, in the here-and-now, not in such past manifestations as historical origins or the author's intentions. Nor are there silent texts, because once we attend to the text, giving voice or expression to it, it becomes a performed text, active and alive (Bruner, 1986, p. 11-12).

Por fim, trata-se de reconhecer que, nesses encontros que recontei, as pessoas estão a se fazer autoras de si ao darem vida a seus próprios documentos.

Sou grata a Wagner Chaves e Fernanda Rechenberg, ex-diretores do Museu Théo Brandão, pelo acesso à lista do material de Nádia Amorim.

Referências bibliográficas

AMORIM, Nádia Fernanda Maia de. *Demolição socioambiental e psíquica: a questão da sustentabilidade – uma reflexão preliminar*. Maceió: Editora Catavento, 2011.

_____. *Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova identidade*. Maceió: Edufal, 1992.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998.

- BASTOS, Élide et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BRUNER, Edward M. Experience and its expressions. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (ed.). *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- COELHO, Elizabeth M. B. As ciências sociais na UFMA. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth M. B. (org.). *Saberes e fazeres em construção*: Maranhão séc. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.
- DANTAS, Cármen Lúcia; LÔBO, Fernando Antônio Netto; MATA, Vera Lucia Calheiros (org.). *Théo Brandão: vida em dimensão*. Maceió: Secretaria de Cultura de Alagoas, 2008.
- ECKERT, Cornélia; GODOI, Emilia Pietrafesa de (org.). *Homenagens*: Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos. Blumenau: Nova Letra, 2006.
- ELIAS, Norbert. Scientific establishments. In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Herminio; WHITLEY, Richard (ed.). *Scientific establishments and hierarchies*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1982.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 59-87, 1998.
- HANDLER, Richard (ed.). *Excluded ancestors, inventible traditions*: Essays toward a more inclusive history of anthropology. Madison: University of Wisconsin Press, 2000.
- HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 125-153, jul.-dez. 2005.
- HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- _____. Evidence of me. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 89-103, 1998.
- OLIVEIRA, Márcio de (org.). *As ciências sociais no Paraná*. Curitiba: Protexoto, 2006.
- RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (org.). *Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder*. Brasília: Editora UnB, 2012.
- RUBIM, Christina de Rezende. Os programas de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 97-128, 1997.
- SABARÁ, Romeu. *Belo Horizonte... zonte... zonte*. Belo Horizonte: Editora Mulheres Emergentes, 1997.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). *Memória da antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC; ABA, 2006.
- SÖDERQVIST, Thomas. Existential projects and existential choice in science: science biography

as an edifying genre. In: SHORTLAND, Michael; YEO, Richard (ed.). *Telling lives in science: Essays on scientific biography*. New York: Cambridge University Press, 1996.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria; ABA, 2004.

VIDAL E SOUZA, Candice. Professoras de antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 499-519, 2016.

_____. A documentação do antropólogo Marcos Magalhães Rubinger e os vestígios da pesquisa e do ensino em antropologia nos anos 1960. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Recebido em 5/12/2016
Aprovado em 21/3/2017

NISE DA SILVEIRA E A “REPÚBLICA DO CURVELO”
INTELECTUAIS COMUNISTAS DO CONE SUL SOB A MIRA DO TSN
NISE DA SILVEIRA AND THE “REPUBLIC OF CURVELO”
INTELLECTUALS IN THE SOUTHERN CONE UNDER TSN TARGET

CAROLINA FERNANDES CALIXTO | Doutora, mestre e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

RESUMO

O presente artigo busca tecer uma breve avaliação sobre a história do Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945) e do fundo arquivístico homônimo, evidenciando seu possível aproveitamento em pesquisas acadêmicas tal como a realizada sobre a apelação da psiquiatra Nise da Silveira, em que se diagnosticou a existência de uma “República do Curvelo” sobre a qual incidiu a ação do TSN.

Palavras-chave: Tribunal de Segurança Nacional; Nise da Silveira; intelectuais; comunistas.

ABSTRACT

This article seeks to provide a brief evaluation of history of the Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945) and the namesake archival fund, evidencing its possible use in academic research as the enterprise is carried out in the analysis of the appeal of the psychiatrist Nise da Silveira where we diagnosed the existence of an “Republic of Curvelo” on which incurred the action of the TSN.

Keywords: Tribunal de Segurança Nacional; Nise da Silveira; intellectuals; communists.

RESUMEN

El presente artículo busca tejer una breve evaluación sobre la historia del Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945) y del fondo archivístico homónimo, evidenciando su posible aprovechamiento en investigaciones académicas tal como la realizada sobre la apelación de la psiquiatra Nise da Silveira donde se diagnosticó la existencia de una “República del Curvelo” sobre la cual se centró la acción del TSN.

Palabras clave: Tribunal de Segurança Nacional; Nise da Silveira; intelectuales; comunistas.

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi um órgão de exceção criado em 1936 com a finalidade de julgar os crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado. A instauração dessa corte ocorreu à revelia da Constituição de 1935, que proibia a criação de tribunais de exceção. Além disso, a existência do TSN, tal como ficou conhecido, perdurou por nove anos, ao longo dos quais teve seu campo de ação alargado após diversas manobras políticas que atrelaram a ele a competência de julgar os crimes ligados à economia popular.

A intensa atuação desse tribunal resultou em números impressionantes: um total aproximado de 100.040 processos, que se encontram alocados em 309 caixas sob a custódia do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. No presente artigo, buscamos refletir sobre a história do TSN, situando a sua trajetória no contexto histórico brasileiro marcado por uma intensa centralização do Estado e forte repressão política. Nesse sentido, pretendemos analisar como o órgão e seus processos têm aparecido nos estudos acadêmicos, com o intuito de apontar os caminhos de investigação já trilhados e também indicar possibilidades de pesquisa.

Desse modo, fizemos um breve levantamento sobre o acervo do TSN, destacando a história do fundo, o modo como se encontra organizado e as possibilidades de acesso e pesquisa. Em seguida, desenvolvemos uma análise em torno da documentação arrolada na apelação da famosa médica e psiquiatra brasileira Nise da Silveira, onde avaliamos a dimensão político-intelectual de uma rede de sociabilidade autodenominada “República do Curvelo”.

O TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL NA HISTORIOGRAFIA

De acordo com a literatura especializada, a criação do tribunal está relacionada ao processo de centralização do poder e à escalada do regime autoritário que se iniciou após a Revolução de 1930 e culminou em 1937 com o Estado Novo.

Naquele contexto, vivia-se uma crescente agitação política favorecida pelas divergências entre os grupos que haviam apoiado a chegada de Vargas ao poder e o aumento da polarização política entre comunistas e integralistas, além do reaparecimento das questões sociais ao lado do crescimento urbano e industrial. Ao mesmo tempo em que surgiam novas cisões no interior das Forças Armadas, também ocorriam tentativas de reação por parte das oligarquias aliadas do poder. Tal panorama político e social favoreceria o enrijecimento no tratamento dos crimes contra a ordem e a segurança social, englobados na nova concepção de Estado que se projetava.

Em 1934, a nova Constituição restringiu o raio de ação do governo, levando Vargas a articular, ainda nos últimos dias desse ano, a elaboração de uma lei que lhe permitisse atuar mais firmemente contra seus opositores. A então chamada Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada em abril de 1935, definiu os crimes contra a ordem política e social (Mourelle, 2015, p. 92).

Nesse último ano se formou e teve um rápido crescimento a Aliança Nacional Libertadora (NL), organização que reunia tenentistas, socialistas, comunistas e outras correntes

descontentes com a hipertrofia do Executivo e com o crescimento do integralismo. Em novembro, os levantes ocorridos nas Forças Armadas, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, e que ficaram conhecidos como Intentona Comunista, serviram para justificar o aumento da ação repressiva contra todos aqueles que possuíssem vínculos reais ou presumidos com o Partido Comunista do Brasil e o comunismo internacional.

A reação do governo se fez presente através da criação do Tribunal de Segurança Nacional que reforçava a Lei de Segurança Nacional, constituindo braço jurídico do aparato repressor que o governo vinha instituindo. Pela literatura acadêmica, o TSN aparece, portanto, como resposta à Intentona Comunista. Isso se torna perceptível pelo fato de aquele órgão ter centralizado todos os processos sobre a revolta e conter quase todos os documentos para a pesquisa do tema.

Nesse aspecto, o acervo do TSN tem singular importância por reunir fontes que ajudam a lançar luz tanto sobre o Levante de 1935, como também sobre a história do PCB, antigo Partido Comunista do Brasil que se tornou o Partido Comunista Brasileiro sob a mesma legenda, e sobre o comunismo em geral.

Dentre os estudiosos que produziram trabalhos de grande relevo acadêmico a partir da documentação do TSN, encontra-se a historiadora Marly Vianna. Ao dedicar anos de pesquisas para sua tese de doutoramento, *Revolucionários de 35*, Vianna (1992) se debruçou sobre cerca de 450 processos do acervo do tribunal. Além de sua tese, a autora também organizou o livro *Pão, terra e liberdade* (Vianna, 1995), para os quais selecionou 133 documentos que ajudam a contar a história da Intentona.

Os trabalhos de Marly Vianna demonstraram que os levantes de 1935 sempre foram citados nos livros de história do Brasil, mas até meados dos anos de 1980 (especialmente até os cinquenta anos da Intentona) inexistia trabalho específico sobre o assunto.

Ainda assim, ela ressaltou que, apesar de a bibliografia ter aumentado após aquela data, pouca coisa mudou em relação à interpretação daquele evento histórico, pois a literatura oficial permaneceu calcada nos documentos produzidos pela repressão. Desse modo, a versão que continuou a prevalecer era a de que as insurreições teriam ocorrido por ordem do movimento comunista internacional, em uma tentativa de desqualificar, em certo sentido, aquele evento histórico a fim de mascarar fatores internos de opressão e descontentamento que justificavam o levante.

Em suas pesquisas, Marly Vianna analisou e confrontou uma vasta bibliografia sobre a Intentona, incluindo estudos de historiadores, jornalistas, livros de memórias, documentos oficiais do PCB e os processos do TSN. Assim como Werneck Sodré, a pesquisadora defendeu o caráter nacional do movimento e chamou a atenção para o fato de que a ANL não foi criada pelo PCB.

Se é consenso que o tribunal teve como principal enfoque a repressão ao movimento comunista ao longo de toda a sua duração, a tese de doutorado em história de David Rodrigues Silva Neves (2013), *O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)*, ressaltou outros personagens que foram processados através do TSN.

Aquela corte de exceção havia sido criada para ser usada em momentos em que o estado de guerra fosse decretado ou até que terminasse qualquer processo oriundo dos crimes de sua competência. Apesar disso, teve seu campo de atuação alargado após diversas manobras políticas que atrelaram a ele a competência de julgar os crimes ligados à economia popular. Assim, o tribunal teve condições de se estender por um período indeterminável, além de ter ganhado maior legitimidade política e ideológica em um momento em que o Estado Novo se consolidava (Neves, 2013, p. 73).

A instauração do Estado Novo em 1937, o levante integralista em 1938 e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial reforçaram a tendência à criminalização de toda e qualquer dissidência política em relação ao governo. Neves aponta que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alemães, japoneses, italianos, suspeitos de espionagem, sabotagem ou mesmo de serem contra as leis nacionalistas ou ligadas à economia popular, eram denunciados e tinham que responder perante o TSN (Neves, 2013, p. 73).

Além dos comunistas, os integralistas e os “estrangeiros nocivos”, considerados difusores de ideias nazifascistas, especialmente aqueles oriundos de países do Eixo, como alemães, italianos e japoneses, tornavam-se, portanto, alvos das ações repressivas. Assim, coube ao TSN a repressão judicial a todos esses personagens que representavam uma ameaça à segurança nacional, de acordo com a lei instituída em 1935.

HISTÓRICO E ARRANJO DO FUNDO

Após a extinção do tribunal em 1945, seu acervo documental passou a ser recolhido ao Fundo TSN, sob a guarda do Arquivo Nacional. Alguns processos que estavam sob a responsabilidade de outros órgãos do Executivo e do Judiciário, tais como o Supremo Tribunal Militar (STM), o Tribunal de Justiça, a Promotoria Pública do Rio Grande do Sul, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e o Ministério da Guerra, foram encaminhados ao Arquivo Nacional, para a sua incorporação ao referido acervo, entre os anos de 1945 e 1966. Mesmo assim, 1.800 processos ainda se encontram dispersos em diversas instituições dos poderes Executivo e Judiciário de todo o Brasil.¹

Os processos iniciados no TSN, quando ainda em atividade, foram remetidos ao STM para julgamento em instância superior, permanecendo nessa entidade, ou, ainda na última instância, foram enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF). A relação desses processos enviados pelo próprio TSN, bem como o local onde provavelmente estão atualmente, podem ser encontrados na base de dados do acervo do Judiciário, no Arquivo Nacional, disponíveis inclusive pela internet, através do site dessa instituição.

¹ As informações sobre o histórico e o arranjo do fundo foram gentilmente cedidas pela supervisora da Equipe de Documentos Judiciais e Extrajudiciais (Codes-Judiciário), Luzidéia Gomes de Azevedo, e pelo supervisor da Equipe de Pesquisa para Difusão do Acervo, Thiago Cavaliere Mourelle, do Arquivo Nacional.

Fazem parte desse acervo os processos-crimes, as queixas-crimes, as revisões criminais, os *habeas corpus*, as apelações, os registros de correspondências, os livros de registros, os acórdãos, as atas das sessões e de sentenças, produzidos, tramitados e julgados durante o período de atividade do tribunal.

Somente entre 1996 e 2008, no entanto, se iniciou a primeira grande fase de organização do fundo. Ao longo de cinco etapas se desenvolveu um trabalho de organização física e lógica, controle e conferência de processos, descrição em planilha dos vários tipos de fichas existentes no acervo (fichas onomásticas, numéricas, ordenadas pelo número de processo-crime e apelação, geográfica e fichas de trâmite), microfilmagem e inserção das informações descritas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian) e disponibilizadas inicialmente na Sala de Consultas do Arquivo Nacional.

Em abril de 2008, participei da retomada das atividades de preparo para microfilmagem dos originais e, posteriormente, para a digitalização, o que foi viabilizado com o financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos (Programa Adai). O trabalho compreendeu a numeração folha a folha dos processos, de acordo com as normas de microfilmagem de documentos, a conferência e correção das minutas de termos de descostura e recostura, a verificação, etiquetagem, condicionamento definitivo dos processos microfilmados e o novo remanejamento do acervo. Naquela ocasião, também se efetivou a microfilmagem de toda a série Apelações, em um total de 2.600 processos, e a realização da quinta etapa com a inserção na base de dados do Judiciário das fichas de trâmite de cada processo do TSN, a fim de agilizar a consulta ao acervo. Tais fichas foram posteriormente digitalizadas e devidamente acondicionadas, podendo também ser consultadas em caso de dúvida na informação que se encontra na base de dados. Futuramente, a terceira e a quarta etapas serão retomadas para que sejam microfilmadas e digitalizadas as séries Processo Criminal, *Habeas Corpus* e Revisão.

Quase uma década se passou após o fim desse grande esforço de organização do acervo e ainda assim a sua procura pelos pesquisadores tem sido pouca, se pesarmos a importância daquela documentação para estudos de diferentes áreas e temas.

A APELAÇÃO DE NISE DA SILVEIRA

Dentre as muitas formas de aproveitamento do material disponível no acervo do TSN, destacamos a abundância de fontes sobre o estudo dos intelectuais. Isso porque, nos processos e apelações, encontramos cartas, fotos, recortes de jornais, textos literários, folhetos de organizações partidárias, impressos de propaganda proletária e muitos outros documentos que dão pistas do papel desenvolvido por esses personagens no período dos anos de 1930.

O inquérito relativo à médica psiquiatra Nise Magalhães da Silveira é repleto dessa documentação. Famosa por humanizar o método terapêutico na reabilitação psiquiátrica, através da adoção de atividades expressivas, como as artes plásticas, e por fundar o Museu de Imagens do Inconsciente, Nise da Silveira também teve sua trajetória marcada pelo vínculo com o comunismo, o que a levou a ser presa em 1936 após condenação pelo TSN (Palamartchuk,

2012). A documentação anexada ao seu processo é reveladora das redes de sociabilidade em que estava inserida, da circulação das ideias comunistas dentro e fora de organizações partidárias, da perseguição aos comunistas, de movimentos feministas, dentre outros temas no contexto dos anos de 1930.

Considerando a existência de um *campo intelectual* (Bourdieu, 1968) por intermédio do qual os intelectuais atuam na sociedade e que as redes de sociabilidade em que se inserem conferem estrutura a esse campo, buscaremos analisar, nos limites deste artigo, a relação de Nise com outros intelectuais, especialmente a partir da correspondência que foi apreendida pela polícia e apresentada como prova de suas ações extremistas.

Com base nos estudos de Ângela Meirelles de Oliveira (2013) sobre a imprensa e os intelectuais fascistas no Cone Sul entre os anos de 1933 e 1939, procuramos investigar algumas das redes de sociabilidade intelectual nas quais a médica se inseria em seu vínculo com movimentos comunistas, antifascistas e antiguerra em países da América do Sul.

Por esse motivo, enfocamos neste estudo as epístolas que foram remetidas pelo poeta argentino Raúl González Tuñón e pelo escritor, político e diplomata boliviano Gustavo Navarro (mais conhecido pelo pseudônimo Tristan Marof), reveladoras da interlocução e atuação transnacional de um grupo de intelectuais comunistas autointitulados “República do Curvelo”, que tinha Nise da Silveira como importante articuladora.

A origem do nome que conferiu identidade ao grupo remonta à antiga rua do Curvelo, hoje Dias de Barros, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Das muitas redes de sociabilidade que se formaram, e se interconectavam,² a partir daquele espaço, a “República do Curvelo” parece ter derivado de redes de solidariedade entre intelectuais, especialmente nordestinos e comunistas, que moravam no Rio.

No Curvelo residiam os poetas Manuel Bandeira, pernambucano, e Ribeiro Couto, paulista; o dirigente pecebista alagoano Otávio Brandão e sua esposa, Laura, quando a também alagoana Nise chegou ao Rio de Janeiro em 1927 e passou a residir no número 56 daquela rua (Kummer, 2004). Recém-formada em medicina pela Universidade Federal da Bahia, a médica se mudou, após a perda do pai, para o Rio de Janeiro com o também médico Mário Magalhães, seu colega de turma, além de primo e marido.

De acordo com algumas narrativas biográficas, aquele círculo de amizades, especialmente com o casal Brandão, foi decisivo para a aproximação de Nise e Mário, recém-chegados, a outros intelectuais comunistas, como a romancista Raquel de Queiroz (Bezerra, 1995, p. 135-142; Gullar, 1996, p. 40-41).

A partir do interesse despertado pelas conversas e leituras marxistas de seus amigos do Curvelo, Nise estreitou seu contato com o comunismo e a teoria marxista em uma conferência realizada por Castro Rebelo, catedrático de economia política da Faculdade de Direito, de quem também se tornaria amiga. Pouco depois, passou a frequentar algumas reuniões

2 Em *A trinca do Curvelo*, por exemplo, Elvia Bezerra (1995) conta um pouco da vida intelectual do Rio de Janeiro e do país a partir das trajetórias de Nise da Silveira, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto.

do PCB com a amiga Lya Cavalcanti e acabou assinando a ficha de filiação no ano de 1931 (Bezerra, 1995, p. 143).

Ao mesmo tempo em que participava das reuniões do partido, Nise frequentava a clínica de neurologia coordenada pelo médico pernambucano Antônio Austregésilo e atuava junto ao Clube dos Artistas Modernos e à União Feminina do Brasil, dentre outras organizações. Sua circulação entre várias redes de interlocução social, intercambiando muitas vezes suas relações profissionais e políticas, lhe proporcionaram status destacado dentro daquele campo político-intelectual que se formou no Rio de Janeiro e que extrapolou fronteiras geográficas.

Ainda no início dos anos de 1930, Nise e Mário Magalhães conheceram intelectuais latino-americanos que desempenhariam forte militância comunista na América do Sul. Tendo vindo ao Brasil para se ambientarem sobre a “nova e curiosa experiência” (Salas, 1975, p. 88) inaugurada com a Revolução de 1930, e, mais tarde, por motivo de exílio, os argentinos e irmãos Raúl e Enrique Tuñón, a esposa deste, Maria Luisa Cameli, e o boliviano Tristan Marof foram acolhidos na residência do casal Magalhães mais de uma vez naquela década (Baciu, 1987, p. 77). A vinda daqueles escritores foi decisiva para o estabelecimento de contatos entre eles e os militantes brasileiros (Oliveira, 2013, p. 156). A partir da amizade construída na convivência entre eles na rua do Curvelo e da afinidade partilhada com os ideais comunistas, fundaram uma pátria imaginária sob a liderança de Tristan, tal como registrou Raúl Tuñón no seguinte texto poético sobre o amigo boliviano e o grupo formado em Santa Teresa:

Recuerdo que tú eres flaco y largo, profundamente bueno, una bondad no del todo tranquila, una bondad con ángulos y aristas, una bondad a veces tremendamente áspera, a veces agresiva. Y corrían los meses del aquel cálido invierno brasileño en la dulce provincia del Morro, allá en Curvello. Bravo y viejo soldado, sin fusil, sin tambor, sin cantimplora, sin bigotes, eras nuestro sargento. Nos llevabas a través de la “selva de Silvestre” recogiendo en tu pipa marinera o de “viejo soldado”, la emanación de una naturaleza prodigiosa. Eras nuestro sargento; sabías todo y de todo, nos relatas las cosas sucedidas y próximos sucesos, nos veías crecer a tu sombra cordial, discutías con nosotros reclutas de la última jornada, nos hablabas de Lenin y de Heine, entre “cachazas” con biter y entre verdes vinos de Portugal. Tú eras el instructor de la vieja guardia que entregábamos: Nise, María, Raquel, Enrique, Adelmo y yo, y poetas, y médicos revolucionarios y pintores de la dulce “República”, en el Morro. ¡Oh Curvello! Viejo soldado, arrojado de todos los países, perseguido de todos los climas, siempre sobreviviente, de la pobreza heroica y de la incomprensión, de la injusticia, de la cárcel, del hambre y de la escarcha [...] (Tuñón apud Baciu, 1987, p. 35 e 36).

Além do próprio Raúl Tuñón e de Tristan Marof, o texto acima faz alusão a Nise da Silveira, Maria Luísa Cameli, Raquel de Queiroz, Enrique Tuñón e ao médico Adelmo Mendonça como participantes daquele grupo. Outros, no entanto, são citados por Tristan Marof em entrevista na qual também nomeou aquele círculo de amizades como “República do Curvelo”:

Fundamos una república imaginaria, como la de Platón, en Curvelo (nota del autor: barrio en Río de Janeiro, al pie de la montaña del Corcovado), Manuel Bandeira fue elegido presidente y yo vice-presidente. Los demás ciudadanos eran poetas, pintores y gente de letras. Entre ellos, Jorge de Lima, Raquel de Queiroz, que ahora escribe en "O Cruzeiro", María Lacerda de Moura, que ha muerto, Mario Magalhaes de Silveira, excelente médico y generoso, su esposa, Nise, una de las mujeres más inteligentes que he conocido en el Brasil, junto con una cantidad de hombres elegidos. Me acuerdo de Mangabeira que nos invitaba a tomar vino francés de su padre senador, y para que escuchásemos sus producciones (Marof, 1997, p. 4).

Nesse relato, aparecem citados ainda Mário Magalhães, o poeta modernista Jorge de Lima, a escritora feminista e anarquista Maria Lacerda de Moura e o médico Francisco Mangabeira. Tanto Raúl como Tristan sugerem, entretanto, que outros cidadãos habitavam aquela pátria imaginária, todos poetas, pintores e gente de letras.

Isso também ficou sugerido no documento n. 1 do inquérito de Nise da Silveira junto ao TSN, onde o chefe da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Manuel Lopes Vieira, apresentou os fatos mais importantes referentes ao serviço de observação feito por ele, durante o período de 28 de novembro a 21 de dezembro de 1935, na rua Dias de Barros (estação do Curvelo), designada como residência particular de Nise, Mário e Enrique Tuñón.

Em seu relatório, Nise informou que a casa era frequentada por muitas pessoas, tais como Otaviano Du Pin Galvão e sr. Caracy, que já haviam sido presos naquela seção como agitadores, e Adão Mendonça, que verificamos se tratar de Adelmo Mendonça. Além dos encontros na casa dos Magalhães, foi relatado pelo investigador que o grupo se reunia também na editora Alba (responsável por publicações consideradas "subversivas" pela polícia), em cafés e, eventualmente, em outras residências, como a de Castro Rebelo. Também se destacam os nomes de Raul Bope, em verdade Raul Bopp, o poeta modernista, e do interventor do Maranhão, senhor Reis Perdigão (Arquivo Nacional, Relatório do Serviço de Observação, folha 500).

Se a "República do Curvelo" não passava de uma brincadeira entre amigos que se reconheciam como grupo, pudemos observar na correspondência anexada ao processo de Nise que alguns de seus membros buscaram efetivamente usar aquela rede de sociabilidade na sua militância comunista e antifascista. De maneira dialética, aquele círculo de amizades contribuiu para que alguns dos envolvidos tivessem uma maior adesão ao comunismo e a movimentos antifascistas em países do Cone Sul.

Nesse aspecto, foi notória a liderança de Tristan, apesar de ele apontar Manuel Bandeira como presidente daquela "república" (Marof, 1997, p. 4). Muitas cartas arroladas ao processo de Nise envolvem o intelectual boliviano, tantos as que foram por ele remetidas quanto aquelas em que ele é citado como uma espécie de guia.

Gustavo Adolfo Navarro, mais conhecido pelo pseudônimo Tristan Marof, talvez tenha sido a figura de maior destaque da emergente intelectualidade socialista boliviana da segunda metade do século XX. Aprofundou seu ideal americanista nas viagens ao Chile e à

Argentina, e o conhecimento em torno do marxismo em sua residência diplomática na Europa entre os anos de 1921 e 1926. Após retornar para sua terra natal, defendeu um projeto socialista radical, fundando em 1927, junto com Roberto Hinojosa, o primeiro partido socialista da Bolívia, o Partido Socialista Máximo. Em razão dessa militância, sofreu prisão e exílio. Refugiou-se em Cuba, México, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai, e nesses países estabeleceu redes de sociabilidade que “transcenderam as fronteiras nacionais pelos intercâmbios epistolares e de publicações, mas também pelos encontros dentro e fora do país com estrangeiros de ideias anti-imperialistas ou socialistas” (Melgar Bao, 2012).

Na Argentina, conheceu os irmãos Enrique e Raúl Tuñón Gonzalez e fundou o grupo revolucionário Túpac Amaru no início dos anos de 1930, na mesma época em que ocorria a guerra do Chaco. Unindo bolivianos comunistas que se encontravam no exílio, o Túpac Amaru pregava a revolução proletária e anti-imperialista (Melgar Bao, 2012). Esse grupo acabou se fundindo com outras frentes da esquerda boliviana, formando o Partido Obrero Revolucionário em 1935.

Muitos desses eventos políticos e dos movimentos das esquerdas em países do Cone Sul aparecem nas correspondências remetidas por Tristan Marof, Raúl Tuñón e Maria Luísa, que foram anexadas aos autos do processo de Nise da Silveira. Além do cunho informativo, e em certo sentido jornalístico, pudemos observar nessas epístolas como alguns membros da “República do Curvelo” foram acionados em uma rede de solidariedade anti-imperialista, antifascista, comunista e revolucionária de caráter transnacional.

Na análise da documentação arrolada ao inquérito de Nise, encontramos evidências de que a médica exercia um importante papel nessa rede, tal como sugere, por exemplo, a seguinte missiva de Tristan Marof, enviada de Córdoba (Argentina) e datada de 17 de abril de 1934:

Continuo com a vida de sempre, com esperança nos meus negócios, parecendo-me um século cada instante que passa. Nós devíamos estar lá no altiplano, mas sempre tivemos que lutar com as piores circunstâncias econômicas. Viajando de um lado para o outro, perseguido, sem poder coordenar vontades, o que tenho feito tem sido superior às minhas forças. Se tivesse podido contar com alguma coisa, mesmo que fosse muito pouca, já teria tido algum êxito. Não obstante, não desespero, e cada dificuldade cria em mim maior entusiasmo e energia.

No meu país a situação está madura. Só falta uma possibilidade para que possamos chegar a um resultado. Se pudesse movimentar-me com menos inconvenientes e contar com alguns recursos, poderia fazer muito.

A insurreição dos cadetes foi muito mais séria do que disseram nas notícias telegráficas. Tomaram a polícia e combateram muitas horas, mas como não coordenaram a sua ação, foram derrotados.

No interior do país houve lutas isoladas. O povo quer a paz e ele se dá conta da luta sórdida do imperialismo. Os soldados não estão satisfeitos e somente por uma terrível

disciplina, fuzilamentos e mentiras, obrigam-nos a sustentar uma guerra que repudiam.

O P. como sempre não fez nada de apreciável, que eu saiba. Contenta-se em criticar os fatos consumados e não presta auxílio de nenhum modo. Há muito tempo que não me vinculei e não desejo juntar-me a ele. Nós trabalhávamos por nossa própria conta e desejamos alguma coisa melhor, de acordo com as circunstâncias.

A última esperança da Bolívia neste momento é indispor o Brasil com a Argentina para ver que proveito pode tirar disso.

As derrotas dos militares bolivianos não se devem a outra coisa senão ao povo mesmo, que não se quis bater ou que se bateu mal. No Paraguai, mais atrasado e primitivo, não se deu tal coisa. Estas notícias vocês devem comentá-las se for possível pela imprensa. Se conseguirmos qualquer coisa apreciável, nossos amigos virão ao altiplano. Ali necessitamos de gente eficaz e leal. Mário, Adelmo e os outros, que se preparem. Tu poderás ser um grande auxílio para nós.

Precisava que me escrevesse mais frequentemente. Agora moro na casa do dr. Bermann, eminente médico neurólogo. Ele deseja relacionar-se com os médicos brasileiros e tu deve ser o ponto de contato. Providencia para que ele lhe envie seus trabalhos. Ele por sua vez enviará os seus. Talvez isto interesse ao Austregésilo. Conviria fazer propaganda de seus livros. Escreve ao dr. Gregório Bermann dizendo que desejas ter amizade com ele e que se interessa pelos seus trabalhos. Ele tem aqui uma grande clínica com todos os elementos modernos. Além disso, é homem da esquerda e um excelente amigo. Não te esqueças de fazer com que os médicos escrevam a ele e sobretudo que lhe mandem livros e revistas. [...] (Marof, 1997).

A missiva acima chama a atenção, dentre muitos aspectos, pelas orientações que são dadas por Tristan a Nise no contexto da guerra do Chaco.³ Além de buscar informar sobre a situação do conflito, mais especificamente sobre a insurreição dos cadetes bolivianos em abril daquele ano, ele pede que a médica busque divulgar aquela notícia na imprensa. Apon-ta que a presença de Nise no altiplano poderá ser importante, assim como a de outros intelectuais brasileiros, mas não esclarece de que modo. A frequência com que Nise escreveria ao boliviano sugere a necessidade de Tristan em manter ativo aquele canal de informação pelo qual forneceria orientações estratégicas.

É importante destacar que, em torno daquele conflito, surgiram movimentos antiguer-ra, tal como o caso dos grupos Túpac Amaru, liderado por Tristan, em Córdoba, e Izquierda

3 A guerra do Chaco foi um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935 e se originou pela disputa territorial da região do Chaco boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo no altiplano andino. O resultado foi a morte de milhares de bolivianos e paraguaios e a derrota dos bolivianos, com a anexação de parte de seu território pelos paraguaios.

Boliviana, de Aguirre Gainsborg, no Chile. A modesta atuação desses grupos se ampliou, no entanto, quando a Internacional Comunista (IC) tornou a luta contra a guerra do Chaco uma atividade central, por considerar aquele conflito como um aviso do que o terceiro período do capitalismo mundial traria ao continente e ao mundo inteiro em termos de sangria bélica (Stefanoni, 2014).

Se a tese mais difundida pela Terceira Internacional Comunista era que a guerra do Chaco se tratava de um enfrentamento “interimperialista”, a IC se colocou em alerta, advertindo os trabalhadores de ambos os países de que aquele conflito não era seu. Mais tarde, porém, alguns êxitos de movimentos contrários à guerra, como um motim naval no Chile, sublevações parciais no Peru, frequentes casos de indisciplina coletiva nos exércitos de Bolívia e Paraguai e a agitação revolucionária entre os índios bolivianos, foram vistos como demonstrações concretas das amplas possibilidades para uma luta efetiva de massas contra a guerra.

Frente à alternativa da deserção individual, os comunistas propuseram, sem êxito, penetrar o Exército, insubordinar a tropa e buscar a confraternização paraguaio-boliviana. Para o historiador Pablo Stefanoni, não é difícil observar naquela estratégia a vontade de repetir o esquema da Revolução Russa, quando os bolcheviques armaram comitês de soldados vermelhos com posições de derrotismo revolucionário durante a Primeira Guerra Mundial, para transformá-la em revolução (Stefanoni, 2014).

No que se refere às articulações intelectuais dos membros da “República do Curvelo”, Nise parecia ser importante especialmente como “ponto de contato” com os intelectuais brasileiros, e particularmente com aqueles de seu círculo de atuação profissional. Nesse sentido, vale destacar que a psiquiatra aliava a militância profissional à militância política, tendo participado da Ala Médica Reivindicadora da ANL.

Além de aparecer como preceptora de profissionais da área médica que buscavam se relacionar no campo comunista, as correspondências com outros médicos tais como Heyder Correia Lima, e muitos outros documentos anexados ao inquérito de Nise sugerem que a psiquiatra buscava transmitir reflexões de cunho marxista em seu círculo de atuação profissional. Entre anotações, cartas e notas de próprio punho, destacamos um rascunho de Nise intitulado “Filosofia e realidade social” (Arquivo Nacional, Filosofia e realidade social, folha 138). Em seu depoimento à polícia, ela afirmou que aquele conjunto de papéis se referia a notas feitas por ela para um estudo (Arquivo Nacional, Termo de declarações que presta Nise Magalhães da Silveira na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, 1936, folha 493).

No início do texto, encontramos mais esclarecimentos sobre aquelas páginas: “Longe de mim fazer uma conferência erudita e solene. Trago apenas aqui um esquema, um plano de trabalho para estudo ulterior da história da filosofia moderna”. Lançando mão de explicações de cunho marxista, ela chega a citar Marx como “o genial descobridor do método de interpretação econômica da história”. Apesar de não sabermos onde ocorreria ou teria ocorrido aquela conferência, a temática da palestra e a forma como foi ou seria abordada nos levam a crer que a psiquiatra buscava efetivamente divulgar as ideias marxistas em seu ramo de atuação profissional.

Nise também contribuiu para a disseminação de ideias marxistas entre os membros da "República do Curvelo", tal como deixa entrever o relato de Raúl Tuñón em uma de suas cartas:

Buenos Aires. Minha querida Nise. Enfim! Sua carta deu-me grande alegria. Escrevo a Henrique e a Tristan. Estive com o velho soldado há pouco em Córdoba. Lembramos de você com grande carinho. É possível que haja muito em breve qualquer coisa na Bolívia [...]. Temos projetos de convidar você, Mário e Adeldo para ir com outro grupo de camaradas d'aquí, ajudar o Marof e os seus n'essa possível "experiência". Virão vocês? Minha vida, graças aos seus conselhos e aos livros que me indicaram e que li, estou convertido em um revolucionário, sem pequenos desvios burgueses, como antes [...]. Dirigi uma revista e a polícia fechou-a no quinto número – uma revista incrível como o Editorial Universo – por causa de um poema. Iniciou-se um processo contra mim por "incitamento" à "rebelião". Estive preso por 6 dias, aprendi a odiar [...] com senso de classe. Marof disse que estou mais responsável [...] tenho um desejo louco de estar com vocês e Curvelo. Sinto muita falta e agradeço todo o bem que me fizeram. Abraço aos camaradas e para você, Nise, todo o carinho do Raúl (Arquivo Nacional, carta de Raúl Tuñón, 1934).

Em sua fala, o escritor argentino deixa entrever que a influência de Nise e dos amigos membros da fantasiosa "República do Curvelo" foi determinante na sua formação enquanto revolucionário "sem desvios pequeno-burgueses" e, em certo sentido, por "aprender a odiar com senso de classe". A maior adesão de Raúl ao comunismo parece estar vinculada, portanto, à influência dos "conselhos" oriundos de rodas de conversa no Curvelo, da troca de correspondências e também da indicação de leituras entre seus pares.

Isso também fica sugerido na declaração de Nise da Silveira quanto à origem da correspondência encontrada entre seus papéis, remetida por Maria Luísa a Tristan Marof. De acordo com a médica, aquelas duas cartas foram encontradas por ela em livro emprestado por Tristan, e por esse motivo nada tinha a declarar sobre a signatária (Arquivo Nacional, Termo de declarações que presta Nise Magalhães da Silveira na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, 1936).

Além do próprio livro emprestado pelo amigo boliviano, é possível supor, no entanto, que o envio das cartas de Maria Luísa a Nise também fosse intencional, porque, da Argentina, Maria Luísa buscou oferecer a ele "uma impressão geral da situação política do país, que se modifica de um dia para o outro, pois os acontecimentos se sucedem de maneira imprevisível" (Arquivo Nacional, carta de Maria Luísa Cameli a Tristan Marof, folha 117).⁴

4 Outro documento que estava sob a posse de Nise e que, segundo ela, também foi encontrado em livro emprestado de Tristan Marof, é um intrigante mapa feito à mão onde estão assinaladas, ao que parece, algumas rotas na Bolívia envolvendo localidades como Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba. Arquivo Nacional, processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 400.

Propositalmente ou não, o fato é que, ao ter acesso àquelas cartas, Nise também pôde se atualizar dos eventos políticos na Argentina e disseminar as informações a seus pares. Em sua mala, encontrada no quarto que ocupava no Hospital Nacional Psiquiátrico, no Rio de Janeiro, onde trabalhava e foi presa, foram achados também textos em espanhol que abordam a situação política no Peru e na Venezuela, além do manifesto do grupo Túpac Amaru ao povo boliviano, que evidenciam uma grande circulação de recortes de jornais e circulares de organizações de esquerda entre esses intelectuais.

Nesse sentido, vale ressaltar que, se jornais e revistas são meios privilegiados de intervenção político-cultural em uma sociedade, os intelectuais latino-americanos antifascistas se valeram intensamente da imprensa como principal arma de combate (Oliveira, 2013, p. 95).

Para além da propaganda e da disseminação de notícias que vinham de fora na imprensa de seu país, pudemos observar que a ajuda de membros brasileiros da "República do Curvelo" também foi pensada para uma atuação presencial destes nos países vizinhos. As missivas de Tristan e Raúl sugerem, nesse sentido, que Nise da Silveira, Mário Magalhães, Adelmo Mendonça e outros intelectuais seriam convidados em breve, por eles, a participar de um "projeto" no qual Tristan estava envolvido na Bolívia, juntamente com "outros camaradas", e que demandava a ajuda para o sucesso daquela "experiência" na conjuntura da guerra do Chaco.

É interessante notar, especialmente na carta de Tristan, que havia certa descrença entre os comunistas bolivianos em relação à atuação do Partido Socialista Máximo e, por esse motivo, alguns deles atuaram por conta própria, de acordo com as circunstâncias. O grupo Túpac Amaru parece ter surgido então dessa descrença no partido e da tentativa de uma atuação mais efetiva e autônoma dos comunistas bolivianos. De acordo com o escritor, se tivessem algum êxito, os amigos seriam chamados a ir à Bolívia, pois lá necessitariam de gente "eficaz e leal". Nesse sentido, Nise, Mário, Adelmo e os outros amigos brasileiros deveriam se preparar para a convocação, visto que poderiam ser de grande auxílio para eles.

A articulação daqueles intelectuais deve ser compreendida, ainda, dentro de um movimento antifascista e antiguerra mais amplo desenvolvido especialmente a partir do Congresso Antiguerrero Latino-americano em Montevideu, no ano de 1933. Resultado da ação de comunistas, propunha-se um amplo alinhamento das forças políticas para combater o conflito em curso no continente e, no caso do Cone Sul mais especificamente, a guerra do Chaco. Organizados sob a bandeira de uma frente única, o evento teve participação majoritária de organizações operárias, mas contou com a significativa adesão de parcelas da intelectualidade latino-americana (Oliveira, 2013, p. 173-185).

A mobilização intelectual do congresso pode ser percebida através da publicação de manifestos intelectuais reproduzidos em periódicos comunistas e socialistas, e mais tarde na veiculação de um boletim do congresso de Montevideu. Além disso, destaca-se a presença desses personagens em comitês antiguerra. No Brasil, um panfleto conclamando a mobilização de forças capazes de constituir uma frente única para apoiar os comitês antiguerreros latino-americanos foi assinado pelo reconhecido psiquatra comunista Osório Taumaturgo César, indicado como presidente do Comitê Antiguerrero do Brasil, e pela pintora Tarsila do

Amaral, um dos poucos expoentes da intelectualidade a realizar conferência no congresso (Oliveira, 2013, p. 178).

Ângela Meirelles destacou, no entanto, que a estratégia de composição da frente única ainda era bastante sectária, como comprovam os seguidos ataques, por parte da maioria comunista presente, contra militantes não comunistas que compareceram ao congresso (Oliveira, 2013, p. 181).

O sectarismo foi então apontado por alguns intelectuais como um dos fatores responsáveis pela dificuldade de se estabelecer um consenso quanto aos caminhos a seguir, bem como em se construir uma rede confiável de militantes no continente, na luta contra a guerra e o fascismo na América Latina. Por conta disso, os movimentos antifascistas e antiguerreiros no Cone sul passaram a se desenvolver mesmo sem contar com uma coordenação central.

Nesse sentido, torna-se compreensível que o círculo de amizades gerado no Curvelo tenha sido acionado pela confiabilidade e lealdade pensada entre seus pares e de maneira autônoma em relação a partidos, organizações e associações. Além dos personagens já citados, vale destacar ainda a amizade de Nise da Silveira com o doutor Osório Taumaturgo César naquele contexto.

No inquérito de Nise junto ao TSN, encontramos duas correspondências do médico para ela com orientações em articulações de fundo comunista. Em uma delas, remetida de São Paulo em 2 de junho de 1934, Osório pede a orientação de Nise para “o companheiro de ideologia” e portador daquela epístola, Cerqueira Lima. Isso porque Lima iria fixar residência no Rio de Janeiro e desejava “ambiente ideológico e ligação com os camaradas do SVI”⁵ (Arquivo Nacional, carta de Osório Taumaturgo César a Nise da Silveira, folha 191/113a). Em outra, remetida de Paris em 3 de setembro de 1935, o psiquiatra afirma acabar de chegar da União Soviética (URSS), onde é sabido que esteve com sua então companheira Tarsila do Amaral como representante do PC do Brasil no VII Congresso da Internacional Comunista, e pede que a médica o encontre no porto do Rio de Janeiro, de preferência com outros “camaradas”, pois traz um “material louco” (Arquivo Nacional, carta de Osório Taumaturgo César a Nise da Silveira, folha 131/121a; Arquivo Nacional, Relatório da Procuradoria, folha 191-193; Oliveira, 2013, p. 53).

Para além da imaginação, a “República do Curvelo” conformou, portanto, uma rede de solidariedade intelectual efetiva em torno de projetos comunistas, anti-imperialistas, anti-fascistas e antiguerreiros na América do Sul, dentro da qual a médica Nise da Silveira desempenhou destacado papel na circulação de informações, na propaganda de livros e na articulação com comunistas brasileiros.

Nesse sentido, a documentação arrolada como prova das “ações extremistas” no inquérito contra a médica é reveladora da preocupação do tribunal em relação às atividades de membros do grupo do Curvelo e às “ligações internacionais com elementos de destaque do Partido Comunista”, tais como revelariam as correspondências com figuras como o dr. Osório

5 SVI era a sigla de Socorro Vermelho Internacional.

Taumaturgo César e Otávio e Laura Brandão. Além de Nise, pelo menos ainda Mário, Enrique e Francisco Mangabeira foram investigados. De acordo com Elvia Bezerra, a mãe de Nise, dona Nazinha, procurou o ministro Costa Neto para saber as razões da prisão de sua filha, tendo recebido a seguinte resposta: “[...] tanto ela quanto o Francisco Mangabeira são dois idiotas. Que mania de escrever tanto! Em suas casas foram encontradas muitas notas sobre os livros que liam de literatura e filosofia. Deram-me muito trabalho para examinar” (Bezerra, 1995, p. 149).

O problema e a suspeição, para a polícia, não derivava do fato de os investigados serem intelectuais, em que pese o exercício da leitura ou da escrita, mas basicamente por serem “intelectuais comunistas”, homens e mulheres “de ação”. De acordo com esse “senso comum” partilhado pela polícia, notamos então que Nise poderia ser classificada como intelectual, apesar de não ser encontrada menção a esse termo em seu processo, tal como concluiu Ana Paula Palamartchuk (2003, p. 205).

Nise foi acusada de ter “ligação constante com elementos agitadores no estrangeiro, orientando a propaganda que aqui fazia de ‘processos violentos para subverter a ordem política’” (Arquivo Nacional, Relatório da Procuradoria, folha 639). Para a Procuradoria, seus escritos mostravam ainda os “propósitos delituosos de instigar as classes sociais à luta pela violência” (Arquivo Nacional, Relatório da Procuradoria, folha 639). Por esse motivo, ela teria infringido os artigos 23 e 14 da lei n. 38, de abril de 1935, que criminalizavam ações consideradas subversivas.

A médica ficou presa por um ano e seis meses, quando fugiu do cárcere. Após pedido de apelação de seu advogado Evaristo Moraes, foi absolvida, mas impedida de retornar ao seu trabalho no Hospital Nacional Psiquiátrico por ter “ideias incompatíveis com o serviço público”, voltando a atuar profissionalmente em instituições públicas somente em 1944 (Palamartchuk, 2012, p. 63).

Ainda sobre a trajetória de Nise, é importante assinalar que ela havia sido expulsa do partido, acusada de trotskismo no ano de 1933, isto é, antes mesmo de ser investigada pelo TSN (Kummer, 2004). Em entrevista ela explicou:

Eu era interessada nas coisas políticas do país, mas sempre tive muita dificuldade em me acomodar em organizações. [...] eu queria fazer concurso público para medicina e os companheiros do partido não se conformavam que eu me dedicasse tanto a esse concurso. E eu me dedicava. Eu estudava dia e noite e, naturalmente, faltava muito às reuniões. [...] acabaram me expulsando do partido. Eu fui expulsa acusada de trotskista. Eu discordava de certas coisas (Silveira, 1992).

A amiga Raquel de Queiroz afirmou, anos mais tarde, que Nise não era trotskista, e que havia permanecido até então como stalinista (Queiroz, 1991). Sem buscar generalizar ou classificar de maneira engessada a complexa identidade política de Nise da Silveira e dos intelectuais da “República do Curvelo”, é possível dizer que, apesar de não serem formal ou declaradamente filiados aos partidos comunistas, eram simpatizantes a suas causas. Isto é,

a partir de uma postura crítica, partilharam opções políticas com os comunistas, sem, no entanto, aceitarem submeter-se a uma coordenação de Moscou.

Concordamos então com o pensamento de Ana Paula Palamartchuk que distingue dois tipos radicalizados de intelectuais comunistas: os que necessitaram do prestígio exterior ao partido para sobreviver acima de tudo como “intelectuais”, cujo envolvimento com a “causa” foi manifestado através de simpatias, e aqueles que se envolveram com a organização de maneira mais radicalizada, originando os dirigentes partidários. Entre esses dois casos-limites de “ser um intelectual comunista” houve, no entanto, um arco-íris de experiências (Palamartchuk, 1997, p. 169) que, a nosso ver, pode ser entendido na existência de uma cultura política comunista⁶ partilhada entre intelectuais da América do Sul, em torno do sentimento anti-imperialista, antiguerra e revolucionário que foi muito além da orientação dos partidos comunistas nacionais e da Internacional Comunista.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. Filosofia e realidade social. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 138.

_____. Carta de Maria Luísa Cameli a Tristan Marof, escrita em Buenos Aires. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 117.

_____. Carta de Osório Taumaturgo César a Nise da Silveira. São Paulo, 2/6/1934. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 191/113a.

_____. Carta de Osório Taumaturgo César a Nise da Silveira. Paris, 3/9/1935. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 131/121a.

_____. Carta de Raúl Tuñón a Nise da Silveira, escrita em Buenos Aires em 24/2/1934. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 112, v. 1.

_____. Carta de Tristan Marof a Nise da Silveira. Córdoba, 17/4/1934. Tradução de Léa Azevedo. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 119.

_____. Relatório da Procuradoria. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folhas 5 e 639.

_____. Relatório do Serviço de Observação, 4ª Delegacia Auxiliar – Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Rio de Janeiro, 22/12/1931. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 500.

6 Empregamos aqui a noção de cultura política como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”, tal como definiu Motta (2008, p. 21), considerando também que se trata de “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca” (Berstein, 1998, p. 350).

_____. Termo de declarações que presta Nise Magalhães da Silveira na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, no Rio de Janeiro, em 24/8/1936. Processo n. 191/apelação n. 15. Nise da Silveira – Tribunal de Segurança Nacional, folha 493.

BACIU, Stefan. *Tristan Marof de cuerpo entero*. La Paz: Isla, 1987.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BEZERRA, Elvia. *A trinca do Curvelo*: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Nise da Silveira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva. In: POUILLON, Jean (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GULAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

KUMMER, Didimo Otto. *Nise, abecedário de uma libertadora*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

MAROF, Tristan. *Radiografía de Bolivia*. La Paz: s.ed., 1997.

MELGAR BAO, Ricardo. El exiliado boliviano Tristan Marof: tejiendo redes, identidades y claves de autoctonía política. *Pacarina del Sur. Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano* [en línea], ano 3, n. 12, jul./set. 2012. ISSN: 2007-2309.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

NEVES, David Rodrigues Silva. *O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Assimetria das transformações: Nise da Silveira (notas de pesquisa). In: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (org.). *Contribuições à história intelectual do Brasil republicano*. 1. ed. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012. p. 50-68. Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia.

_____. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

QUEIROZ, Raquel de. *Entrevista de Raquel de Queiroz ao programa Roda Viva, de 1 jul. 1991*. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/407/entrevistados/rachel_de_queiroz_1991.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SALAS, Horacio. *Conversaciones con Raúl González Tuñón*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.

SILVEIRA, Nise Magalhães da. *Entrevista de Nise da Silveira a Dulce Pandolfi*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

STEFANONI, Pablo. "Guerra a la guerra": comunismo, anti-imperialismo y reformismo universitario durante la contienda do Chaco. *Bolivia Research Review*. Revista Boliviana de Investigación, v. 11, n. 1, ago. 2014.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes (org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Recebido em 1/7/2017

Aprovado em 3/8/2017

FOCO E ESCOPO

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, publicada semestralmente desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista *Acervo* é composta pelas seguintes seções:

Dossiê temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos livres – outros textos, resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao seu foco e ao escopo. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Documento – destina-se à divulgação de textos técnicos sobre o acervo do Arquivo Nacional, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas: documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; obras raras, coleções, bibliotecas e arquivos descritos, analisados e/ou parcialmente, reproduzidos em fac-símiles. Os autores são convidados pelos editores do dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra publicada até um ano antes da chamada para o número da revista. Os trabalhos podem ser de submissão livre ou de autores indicados pelos editores do dossiê. Serão aceitas resenhas de livros, filmes, vídeos. De três a cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços).

A revista *Acervo* publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês. Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Acervo*, por um ano a partir da data da submissão. Não nos comprometemos com a devolução das colaborações recebidas.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Normas para apresentação dos originais

Os textos em língua estrangeira – tanto os de artigos quanto os de citações – serão traduzidos para o português, salvo aqueles em espanhol e inglês.

Acompanham a submissão dos artigos dados sobre o autor (vinculação institucional, funções que exerce), que devem ser informados nos metadados e não no corpo do texto, para preservar o sigilo da autoria na avaliação cega por pares.

As informações sobre autoria que constam nas propriedades dos arquivos em Word devem ser retiradas para preservar o sigilo na avaliação cega por pares.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deverá ser acompanhado de uma lista de até quatro palavras-chave que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaço). As palavras-chave e o resumo deverão ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol. Os títulos dos artigos devem ter uma versão também em inglês.

Os artigos devem ter até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços).

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4.

Imagens – Cada artigo poderá conter até cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, e a indicação quanto à sua localização no texto. As imagens devem ter a resolução mínima de 300dpi no formato TIF e submetidas como documento suplementar.

Tabelas, quadros e gráficos – tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas figuram no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e devem ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”, conforme: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). No caso da obra de dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Quando a obra tiver mais de dois autores, indica-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Deverão constituir uma lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, caberá ao autor do artigo obter as autorizações e direitos de reprodução desses materiais. Caberá igualmente ao autor a responsabilidade pelos danos porventura advindos da ausência dessa providência.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou rtf.

URLs para as referências foram informadas quando possível.

O texto está em espaço 1,5; com fonte corpo 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Diretrizes para autores”, na página “Sobre” a revista.

Em caso de submissão a uma seção com avaliação por pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em “Assegurando a avaliação pelos pares cega” foram seguidas.

A revista *Acervo* recebe somente submissões assinadas por doutores ou que tenham doutores como coautores. Esta medida faz parte de uma reestruturação da *Acervo*, objetivando atender a recomendações do Qualis Capes e tendo a meta de servir cada vez mais como revista de referência, no Brasil e no mundo, nas áreas a que se destina, de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com destaque para arquivologia e história.

Este livro foi composto em Myriad Pro sobre
papel alta alvura 90g. A impressão e o acabamento
dos 700 exemplares se deram na
GlobalPrint Editora Gráfica.

NESTE NÚMERO

Maria Helena Capelato
Frank D. McCann
Michael L. Conniff
Angela de Castro Gomes
Fábio Koifman
Jorge Ferreira
Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins
Diego Nunes
Marcelo Thadeu Quintanilha Martins
Mayara Paiva de Souza
Noé Freire Sandes
Angelica Alves da Cunha Marques
Georgete Medleg Rodrigues
Candice Vidal e Souza
Carolina Fernandes Calixto

ISSN 0102-700-X



ARQUIVO NACIONAL

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

